



Câmara Municipal de São Paulo

SEÇÃO DO PROTOCOLO LEGISLATIVO - ATM

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0374/2000 DE 2000

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0374/2000 DE 03/10/2000

PROMOVENTE: EXECUTIVO

CELSO PITTA

NUM. OFÍCIO A.T.L.:

0097/2000

E N E N T A:

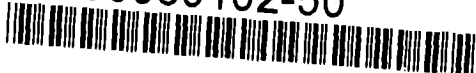
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PARA O EXERCÍCIO DE 2001.

OBSERVAÇÕES:

ANEXO I - REUNIÕES TÉCNICAS

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
21/3/2011 13:32:30

00000059102-50



ARQUIVADO EM

23/04/2001

Arquivado em
Data: 23/04/2001



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 01 do proc
n.º 374 de 2000
o funcionário *Jo*

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

MEMBROS: FARIA LIMA - PRESIDENTE
JOSÉ MENTOR
MIGUEL COLASUONNO
DALTON SILVANO
DITO SALIM
ÍTALO CARDOSO
LUIZ PASCHOAL
AMORIM
SALIM CURIATI
JORGE TABA

REUNIÃO REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
EM 7 DE NOVEMBRO DE 2000.

SOLICITANTE: VEREADOR FARIA LIMA
MEMO 096/00
SECRETÁRIA MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 02 do proc.

n.º 374 de 2000

Funcionário La

SABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.: R01 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Senhores e senhoras, bom dia.

A Comissão de Orçamento e Finanças inicia hoje os debates temáticos com relação à discussão do Orçamento. A previsão para o dia de hoje, 7 de novembro, terça-feira, é que a reunião vá até próximo de 12 horas, 12 e pouquinho, iniciando com a Secretaria de Habitação, depois Cohab, Fundo de Habitação e, só para informação, das 13 às 15 nós retomamos com os representantes da Câmara, Tribunal de Contas, Secretaria dos Negócios Jurídicos, Gabinete do Prefeito, Fundo de Turismo, Anhembi e Secretaria de Planejamento. A intenção dessa ordem é fazer com que as discussões fiquem um pouco mais concentradas mas o suficiente para esclarecer à Comissão os elementos que aqui foram encontrados no relatório.

Quero registrar a presença do Vereador Ítalo Cardoso, para que se sente aqui à mesa conosco. Para iniciarmos nossos trabalhos, vamos começar pela Secretaria da Habitação e aqui à minha esquerda está o Dr. Agostinho Dente. Convido-o para que uma explanação por cerca de dez minutos sobre as principais diretrizes que se pretendiam desenvolver como Orçamento do ano do 2001.

Coma palavra o Dr. Agostinho Dente, representando a Sehab.

O SR. AGOSTINHO DENTE - Vou fazer alguns comentários sobre o Orçamento 2001, que coube à Secretaria através de proposta de SF. Primeiro, que temos consciência dos compromissos orçamentários da Prefeitura para 2001. Várias despesas estão atreladas a leis específicas vinculando-as à receita: 30% para a Educação, 15% para a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 03 do proc.
n.º 374 de 2000
DE P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R01 FOLHA: 2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

Saúde, 40% para Pessoal, 13% pagamento de dívidas, além dos restos a pagar.

Assim, para alguns programas da Sehab, há pouca verba destinada à sua continuidade. Projetos importantes, de caráter eminentemente sociais, em andamento tiveram cortes substanciais no Orçamento de 2001. Alguns, inclusive, estão sendo financiados por órgãos internacionais, é o caso do Procav, Cingapura, Resolo, que têm como agente financeiro, sócio muito importante, o Banco Interamericano. O projeto de recuperação das áreas da bacia do Guarapiranga sofreu praticamente corte total de verba. Ele está sendo financiado pelo BIRD, Banco Mundial, até dezembro de 2000. Há outros programas ainda, bastante importantes, como Pró-Centro, que tenta a revitalização da região central, o Projeto da Billings, que é muito próximo do Projeto Guarapiranga, revitalização da área da Billings, a comissão de Acessibilidade, que cuida dos deficientes físicos, preparar a Cidade para que o deficiente físico possa viver nela, mutirões, que estão a cargo da Cohab, que é uma atividade bastante importante para o pessoal de baixa renda, que sofreram substanciais reduções também, esses projetos.

Na verdade, grandes números. Foi solicitado por Sehab R\$ 714.813.000,00 e consta no Orçamento a ser aprovado pela Câmara R\$ 265.290.000,00. Assim sendo, nós solicitamos à Secretaria das Finanças a reformulação da verba destinada aos diversos programas, a fim de torna exeqüível as metas sociais da Sehab. Para que a gente caracterize melhor a importância dos programas, gostaria que os três principais diretores que aqui se encontram falassem sobre o Programa



ROD.: R01 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

Guarapiranga, no que consiste, qual a sua importância e o que vem sendo feito; o Pró-Centro, da mesma forma e Hab, que cuida do Projeto Cingapura.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Então, solicito que os responsáveis por esses programas, pela ordem que o próprio Secretário estabeleceu, sentem-se à esquerda do Vereador Ítalo Cardoso para fazerem também suas exposições, também de aproximadamente dez minutos.

O SR. AGOSTINHO DENTE - Gostaria que também viesse à mesa o Diretor de Resolo e de Parsolo, Dr. José Antonio. (Pausa) Então, pela ordem, e ordem de importância inclusive do programa, o Programa Guarapiranga será descrito pelo Dr. Ricardo Sampaio, atual coordenador do projeto.

O SR. RICARDO SAMPAIO - Bom dia. O Programa Guarapiranga faz parte de um programa maior que é o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga. É um programa que envolve o desenvolvimento conjunto entre o Governo do Estado e todas as prefeituras abrangidas pela bacia do Guarapiranga. São os municípios de São Paulo, Embu, Embu-Guaçu, Itapeirica da Serra, mas Secretaria de Meio Ambiente, Sabesp, CDHU e...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 05 do proc.
n.º 374 de 2000
O Vereador
PAUL P. S. HANASHIRO
O. Adm. Geral III

ROD.: R02 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

...Sabesp e CDHU. E o programa visa a recuperação do meio ambiente degradado, ou seja, a água da Bacia do Guarapiranga é muito comprometida pela degradação causada por ocupações na região e isso tem levado a níveis de poluição das águas e o comprometimento da Represa Guarapiranga enquanto manancial de água potável. Vale a pena ressaltar que 20% de toda água distribuída no Município de São Paulo provém desse manancial. Não existe na região, nas proximidades da cidade, manancial desse potencial. Então a recuperação é de fundamental importância porque garantiria acesso a água, o baixo custo da água a uma gama da população muito grande. Dentro desse programa, realizamos obras parcialmente financiadas pelo Banco Mundial, pelo Governo do Estado e parte dos recursos são da Prefeitura. A execução das obras de recuperação desse meio ambiente se complementam. São atividades que participam Sabesp, Governo do Estado e as prefeituras de uma forma complementar, ou seja, um tipo de obra, a recuperação total da represa só vai ter sucesso se as prefeituras, mais Sabesp, mais todas as entidades envolvidas executarem a sua parte. Exemplificando, vou dizer que a Prefeitura dentro das favelas, nas ocupações da bacia do Guarapiranga, realiza obras de urbanização, dentre as obras existe o fornecimento de água e a coleta de esgoto, que hoje chega à represa, a grande fonte poluidora da represa. Executamos essa urbanização, a canalização de esgoto e a Sabesp, complementando, realiza obras de estação elevatória do esgoto captado e os recalques, envia-os para tratamento na Estação de Barueri, de tal forma que esse esgoto deixa de adentrar à represa. A idéia é que tenha uma redução na carga poluidora e tenha a possibilidade de continuar a



ROD.: R02 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

ser manancial de água potável para toda cidade de São Paulo e região metropolitana, vamos dizer assim.

Esse programa hoje em execução é referência a nível de Banco Mundial para diversos países, é um programa que esta tendo muito sucesso e é imprescindível que tenha continuidade, porque fazer pela metade não seria suficiente. Quer dizer, o esgoto continuaria fluindo pela represa, a carga poluidora de nitrogênio e fósforo, que é basicamente o esgoto doméstico, continuaria adentrando à represa e tenderia a inviabilizar a Represa Guarapiranga como potencial de manancial de água potável, já nas próximas gerações. Diria que em pouco tempo essa represa vai ter alto grau de comprometimento e estaria inviável no sentido de manancial de água potável.

Como disse no início, é um programa com a participação do Banco Mundial, Governo do Estado e entidades do Governo do Estado e todas as demais prefeituras. Então a sua continuidade é fundamental, a continuidade da parte da Prefeitura do Município de São Paulo, essas obras em execução são de fundamental importância para a continuidade do programa como um todo.

Como informação, estamos com obras reurbanizando 140 favelas e ocupações clandestinas e concluindo mais ou menos metade desse número, mais ou menos 80 favelas que até o final do ano estarão reurbanizadas, com esgoto captado, drenagem executada, os córregos canalizados, permitindo a coleta de resíduos sólidos, lixo doméstico, o esgoto deixando de afluir à represa. No esforço conjunto de toda Prefeitura, fazendo a sua parte e tentando o objetivo final que é salvar o manancial da Guarapiranga.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 07 do proc.
n.º 374 do 2000
o 1.º Tenente
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Acm. Gerl III

ROD.: R02 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

Vamos estabelecer um critério, vamos estabelecer e ver se dá certo. Para cada tópico resumido que foi descrito pela área correspondente aqui da Sehab, vamos ter algumas perguntas para poder encaixar. Perguntas e respostas rápidas para dar chances a todos.

Vereador Italo Cardoso, primeira pergunta. (Pausa)

Desculpe, caso alguém queira se inscrever. nossa secretária. Dona Marta, pode registrar o pedido. Mas, vão me dar licença: vou estabelecer um critério mais ou menos impositivo, mas em favor de uma causa geral. Vamos selecionar algumas, passamos para o segundo tema, os mesmos podem estar na ordem de preferência para as perguntas, mas talvez não dê para esgotar em cada item todos os que se inscrevem. Acho que vão entender que essa é uma necessidade operacional.

Vereador, tem a palavra.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - Vou ser bem direto, Sr. Presidente e Sr. Relator, porque o Sr. Ricardo Sampaio coloca com bastante responsabilidade a importância para a cidade de São Paulo do projeto de recuperação urbana e ambiental da Bacia do Guarapiranga. E quando... (R03)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 08 do prod.
n.º 374 do 2000
P. S. HANASHIRO
Ci. Aum. Geral III

ROD.: R03 FOLHA:1

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

E quando observamos os números, vemos que foi aprovado, no orçamento de 2000, 144 milhões e 742 mil reais para esse projeto; e, para este ano, 2001, há um valor simbólico de 500 mil. Ou seja, um corte de 100% no projeto. Então, se formos pegar a justificativa que o Sr. Ricardo Sampaio faz do quanto é importante esse projeto para agora e para os próximos anos - quer dizer, a qualidade da água que teremos e a qualidade de vida, também, das pessoas que estão nessas áreas, que têm a possibilidade de ter suas ruas e favelas urbanizadas, com a possibilidade de ter esgoto e água canalizada -, não há dúvidas em relação a sua importância e o porquê de ser mantido.

Mas aqui vai a pergunta: desse total do ano passado, 144 milhões, de quanto era a contrapartida da Prefeitura; quanto teria de vir do BIRD e quanto veio efetivamente? Quanto veio desse total? Aprovamos aqui um orçamento, ano passado, entendendo que viria um "x", 144 milhões, que seria o todo. Estou entendendo: a parte do BIRD, a parte da Prefeitura; não é isso? Então, a pergunta que devemos fazer é a seguinte: quanto veio, desse dinheiro, do BIRD,; quanto seria a contrapartida da Prefeitura e quanto, efetivamente, entrou da Prefeitura nesse projeto, pois somente aí teremos uma pista para entender porque corta-se 100% de um projeto como esse.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - O Sampaio tem a resposta aí? Então, por favor, pois acho que a pergunta tem muito sentido.

O SR. RICARDO SAMPAIO - O reembolso feito pelo Banco Mundial foi calculado em torno de 60%, aliás, de 40% de todo o investimento original. Estou me referindo à época da elaboração dos projetos, da aprovação junto ao Banco Mundial por volta do ano de 1994, 1995. De lá



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 09 do proc.
n.º 379 de 2000
SABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R03 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

para cá, esse valor tornou-se fixo; porém, ocorreu um fato - talvez por circunstâncias econômicas do País -: um adensamento populacional muito grande, um número de invasões relativamente alto dentro da área pertencente à bacia do Guarapiranga. Isso aumentou os encargos da Prefeitura para viabilizar o projeto e o programa, uma vez que esses números, essa população, esse acréscimo populacional não fez parte da conta original do acordo internacional junto ao Banco Mundial. E torna-se tecnicamente indispensável atender-se também essa população, porque, senão, é carga poluidora dentro da represa. Então, esse número, 40%, vem sendo reembolsado à Prefeitura.

Além desses valores, há esse acréscimo que constatamos, entre 20% e 25%, esse aumento da população dentro da área da bacia do Guarapiranga; e com um agravante: são ocupadas áreas que estão disponíveis, ou seja, as mais desfavoráveis à ocupação - encostas, vales, córregos -, o que aumenta o custo das obras. Há necessidade de um aumento de volume e tipo de obras a seres executadas.

Esse valor, aprovado para 2001, é irrisório e inviabiliza todo esse programa. Esse valor não é suficiente para a continuidade do programa. Por isso, vejo a necessidade de esse número, esse valor, hoje orçado - principalmente o valor de 500 mil -, ser aumentado para a continuidade do programa Guarapiranga e, assim, salvar as águas da represa.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Mas veio o dinheiro do BIRD - a pergunta é esta - que estava prometido?

O SR. RICARDO SAMPAIO - Veio. Esse dinheiro do BIRD é remetido à Prefeitura na forma de reembolso; a Prefeitura executa os



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

Folha n.º 19 do proc.
n.º 378 de 2000

ROD.: R03 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

pagamentos, remete ao Banco Mundial, o BIRD aprova e é reembolsado à Prefeitura.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito bem. Existe uma pergunta feita pela Dona Verônica, mas que, no momento oportuno, a farei quando falar a respeito dos cortiços. Depois do Sanderlei, a senhora fará a pergunta. Na sequência, Sr. Secretário...

O SR. DENIZ FERREIRA RIBEIRO - Gostaria agora que o Sanderlei Fiuza falasse um pouco do Procentro, que foi outro projeto que teve muito pouca verba prevista no orçamento e também é um projeto importante para a Cidade. Ele está tentando revitalizar o centro e, de repente, ficou com muito pouca verba para o desenvolvimento desses trabalhos. Então, com a palavra, o Dr. Sanderlei Fiuza.

O SR. SANDERLEI FIUZA - Bom dia, Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Gostaria de só relembrar alguma coisa de como é o programa do Procentro, antes de chegarmos no orçamento propriamente dito. O Procentro foi criado em 1993 por meio da solicitação da sociedade civil, que via a degradação da área central ficar cada vez mais pronunciada e não havia uma ação integrada nem dos governos nem da iniciativa privada para reverter esse quadro.

O quadro de degradação da área central começou na metade dos anos 70 e desde lá até aqui... Quer dizer, começou a degradação, até os anos 70 o centro teve algumas iniciativas... (Dagmar)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 4 do proc.
n.º 374 de 2000
a Párcia 10
ISABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:R4 FOLHA:1 TAQ.:dagmar SESSÃO:FIN

ORADOR:,

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Até os anos 70 o centro teve algumas iniciativas de desenvolvimento mas depois foi parando e se degradando e a cidade foi perdendo investimento feito por muitas gerações, não só público, de 20 bilhões de dólares na área central - obviamente a nossa sociedade não vai fazer um esforço desse tamanho para criar outro centro, e aqui onde temos as melhores qualidades de infra-estrutura em toda a cidade. Temos 13 corredores viários, dezenas de terminais de ônibus, quase uma dezena de estações de metrô, as linhas todas passando pela área central, e as ferrovias que trazem pessoas inclusive da região metropolitana para São Paulo, enfim tudo isso se não for recuperado o espaço urbano e os investimentos na área central, a tendência é perdermos tudo.

Trabalhando com esse cenário, a sociedade civil inicialmente solicitou que a Prefeitura criasse um programa para coordenar essas ações e reverter esse quadro. O programa foi criado com esse objetivo, não vou me detalhar muito, mas temos cinco programas principais que devem ser de imediato revertidos, a segurança patrimonial, a parte de acessibilidade, a parte de obsolescência imobiliária, turismo e meio ambiente.

Obviamente não podemos reverter um quadro desse de uma hora para outra. Foram gastos dois anos entre estudos, propostas e decretos, a nova legislação, porque isso era absolutamente novo na cidade, ela não tinha a tradição de fazer esse tipo de intervenção, de recuperação, monitoramento, junto com a iniciativa privada, um programa pró-ativo, que tem de buscar os investidores para que tenha sucesso. A lei de 1993 é muito recente, e na Europa os programas todos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 12 do proc.
n.º 374 de 2000
a 12 de maio de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:R4	FOLHA:2	TAQ.:dagmar	SESSÃO:FIN
ORADOR:,		DATA: 07-11	SEM REVISÃO

começaram a partir da Segunda Guerra. Mesmo nos Estados Unidos, um país novo como o nosso, os programas de recuperação das áreas centrais têm também muitos anos. O de Miami foi criado em 1966 e hoje está mais ou menos na mesma situação do Pró-centro em São Paulo.

Então temos de preservar os investimentos feitos e garantir a economia de toda a cidade na área central. Mais de 50% do setor financeiro está concentrado aqui no centro, mais do que a Paulista, a Berrini e a Faria Lima juntos. O maior gerador de empregos da região metropolitana é a área central, além de grande contribuição na área de impostos. Tudo isso estava indo de fato ladeira abaixo, quando foi criado o programa, e conseguimos reverter esse quadro. As duas bolsas, de Mercadoria e Futuro e a de Valores estavam saindo da área central para as marginais e conseguimos fazer um trabalho de convencimento e de incentivos para eles ficarem. Eles permaneceram, construíram um novo prédio e com isso mantêm aqui dezenas de corretoras, bancos etc.

A área central também tem a melhor infra-estrutura em termos de telecomunicações, fibra ótica, potencial de energia. Em qualquer outra área não conseguiríamos desenvolver setores estratégicos para o país.

Primeiramente procuramos entender o problema, para não fazer coisas sem caráter estrutural ou demagógicas, para depois propor soluções definitivas. Existe um plano estratégico, que vem sendo seguido, como essas ações pontuais de recuperação de áreas, como o Anhangabaú, Santa Ifigênia, Largo São Bento, toda a região do calçadão, uma ação muito grande para diminuir a poluição na área



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 13 do proc.
n.º 374 de 2000
Funcionário Isabel P. S. Hanashiro
Isabel P. S. HANASHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.:R4	FOLHA:3	TAQ.:dagmar	SESSÃO:FIN
ORADOR:.		DATA: 07-11	SEM REVISÃO

central, como com os edifícios de caráter histórico, que estavam sendo abandonados, que recebem incentivos de 10 anos de isenção de IPTU.

Criamos uma operação urbana no centro, aprovada pela Câmara por unanimidade e está sendo um sucesso, pois conseguimos atrair investimentos no valor de 270 milhões de reais, desde a criação do Programa Pró-centro, depois de termos investido 15 milhões de reais, e vocês podem ver a alavancagem que isso dá. Quanto mais recuperamos áreas mais a iniciativa provada vai investindo.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 14 do proc.
n.º 374/2000

ROD.: R05 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

...vai recuperando áreas, mais a iniciativa privada vai investindo. Então, praticamente, o que o Pró-Centro coloca de dinheiro nesses investimentos, a Cidade recupera muito rapidamente o que foi posto, porque só os impostos para aprovação de plantas, para IPTU, etc., já levam a pagar aquilo que o Pró-Centro está investindo. Além disso nós fomos no Banco Interamericano de Desenvolvimento buscar um financiamento de 100 milhões de dólares para que a gente possa efetivamente cumprir todas as necessidades...

O SR. _____ - Doutor, só quero lembrar: o tempo, por favor...

O SR. _____ - Então, dentro desse quadro de necessidade de investimentos, nós propusemos que fosse investido, nesse ano 2000, 40 milhões de reais. E o que foi liberado foi também um valor simbólico de 500 mil reais. Claro que com 500 mil reais a gente não consegue nem manter a porta aberta, porque é um valor simbólico, como já o nosso Secretário falou, então nossa sugestão é que voltasse a um valor semelhante ao que foi proposto. Obrigado.

O SR. _____ - Pois não. Enquanto a Dona Verônica se aproxima do microfone, vou aproveitar a perguntar o seguinte: a cogitação de recursos internacionais ou de fundos nacionais para o Pró-Centro eu já tenho ouvido falar. Não foi considerado no orçamento futuro, do ano de 2001, esta hipótese?

O SR. _____ - Minha parte não é de Secretaria de Finanças. Precisaria a Secretaria de Finanças responder isso.

O SR. _____ - O Dr. Godinho está aqui, da Secretaria de Finanças, talvez pudesse dar uma informação.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 15 do prot. n.º 379 de 2000
SALLES P. S. T. M. M.
Cl. Adm. Geral III

ROD.: R05 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

O SR. GODINHO - Bom dia, senhoras e senhores, bom dia representantes da Mesa, da Secretaria da Seab; nobre Vereador Ítalo Cardoso, nobre Vereador Miguel Colasuonno, Dr. Agostinho Dente, representando a Secretária da Seab. Nesses dois projetos, que foram citados aqui o Guarapiranga e o Pró-Centro, da nossa parte, da Secretaria de Finanças, nós temos de ser muito práticos e realistas em função das novas exigências da formulação da peça do orçamento para 2001. No atual exercício surgiram algumas coisas novas que precisamos tomar alguns cuidados para poder colocar no orçamento os percentuais impostos a nós pela legislação federal, para montar a peça orçamentária. Isso veio a pressionar muito os recursos da receita da Prefeitura para podermos projetar as despesas. No caso do Guarapiranga e do Pró-Centro, nós tivemos de tomar uma medida realista. Não tinha previstos financiamentos do BID para 2001, embora eles fizessem uma proposta para esses programas ou projetos; eles fizeram uma solicitação para o Guarapiranga de 150 milhões, e no Pró-Centro de 37 milhões; e como não estão previstos financiamentos do BID nós não pudemos contemplar no orçamento com essa solicitação.

Quando nós fizemos o orçamento, em função dessas restrições, tivemos de cortar alguns programas que não tinham financiamento. E como a Prefeitura não tem poupança, recursos para investimento, nós tivemos de colocar um valor simbólico no orçamento na época em que estávamos elaborando a proposta para 2001. Assim que terminamos a proposta da Prefeitura e encaminhamos para a Câmara, a Secretária da Seab nos procurou, na pessoa do nosso Secretário, e passou a ele os problemas que essa proposta que enviamos à Câmara iria causar à



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 16 do pres.

37 de 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R05 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

secretaria. O Secretário imediatamente nos convocou para uma reunião e solicitou que nós fizéssemos uma nova proposta da Seab, tanto é que já estamos com ela pronta para mandar uma emenda corrigindo algumas distorções que ficaram, como os colegas da secretaria colocaram, nesses projetos. Mas o problema, volto a falar, é que nós não temos recursos suficientes para atender esses programas. Então, nesses dois programas fizemos um remanejamento do próprio orçamento da secretaria proposto por nós, e remanejamos esses recursos para que nós alterasse o valor total da secretaria. Então prejudicamos algumas áreas, quer dizer, remanejamos recursos de algumas áreas da Seab e vamos fazer uma proposta para o Guarapiranga de 15 milhões, e para o Pró-Centro de 3,5 milhões, que é o mínimo que a gente consegue entender para que eles consigam dar continuidade a esses projetos. E se nós analisássemos em retrospectiva esses projetos, não é um número tão infeliz, porque em 1996 eles aplicaram 1,8 milhão; em 1997, 2,2 milhões; em 1998 2,3 milhões... Desculpem, estou falando do projeto Pró-Centro. Realizou em 1999 4,7 milhões, e este ano a gente espera chegar em 9,5 milhões, se meus números não estão meio... Então, nós fizemos uma proposta de 3,5 milhões; como não tem financiamento a gente entrou, mais ou menos, com a parte percentual da Prefeitura, não tanto o percentual do financiamento mas um número próximo do que a gente tem investido no projeto... Porque esses valores aqui são totais; se a gente multiplicar a parte de 40% de financiamento da Prefeitura e 60% de recursos externos, os senhores vão ver que o recurso que eu coloquei está condizente com o que eles vêem, numa retrospectiva para nós, da Secretaria de Finanças, que será suficiente para atender ao



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 12 do proc.
n.º 374 do 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral

ROD.: R05 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

desenvolvimento desses projetos. E realmente, o que fica mais prejudicado é o Guarapiranga, em função dos números apresentados nessa retrospectiva. Ele tem uma média de 38 milhões/ano, de 1996 até 1999. Realizou em 1996, 38 milhões; em 1997, 63 milhões; em 1998, 34 milhões; em 1999, 42 milhões...

Então, há picos na execução desse projeto...PAULA.



ROD.:R06 FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 7-11-00

SEM REVISÃO

Então, há picos na execução desse projeto. Então, como não vai haver financiamento e a Secretária já tem algum compromisso com as empresas que estão desenvolvendo esse projeto, fizemos uma projeção de 15 milhões para o Guarapiranga nessa nova proposta que vamos enviar à Câmara como emenda ao projeto do Orçamento para 2001.

No momento é o que eu tinha para colocar para esses dois projetos.

O SR ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Presidente, pela ordem. O que o representante do Secretário de Finanças está dizendo, houve uma interrupção do convênio com a expectativa do dinheiro vindo de fora. Quando começou o programa, tanto o Pró-Centro quanto o Guarapiranga, já não havia uma expectativa de que o BID iria fazer essa parceria até o final do programa? Tem algum impedimento com a Lei 101? Isso complica.

Outra coisa: como o Ricardo disse havia sempre uma compensação, a Prefeitura faz a obra e o BID repõe. Agora, se a Prefeitura não fizer o BID não repõe. Quero saber se, de fato, não foi isso o que aconteceu.

O SR. RICARDO - A minha área, que cuida dos financiamentos externos, assessoria de contratos e da dívida nos informou que não está previsto contrato com o BID para o ano que vem. Não têm recursos de financiamento do BID para esses projetos. Então, até trouxe uma observação preparada. Na Guarapiranga não há financiamento previsto para 2001. Veja bem, a área técnica da Secretaria de Finanças ou da dívida poderia responder essa parte de contrato. Mas, para mim ele informou que não tem processo. Está prevista uma entrada no final do



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

SABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:R06 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 7-11-00

SEM REVISÃO

segundo semestre em alguma coisa. Pode ser que isso nem se realize em função das assinaturas de contratos e contratempos. Então, já expliquei que em função das dificuldades que tivemos para fazer esse Orçamento - não estou justificando, não é isso - a nossa proposta está bem fundamentada e com critério em função das dificuldades que tivemos para fazer esse Orçamento. Volto a falar que se sair o financiamento pode ser que assinando esse novo contrato os recursos possam entrar, mas pela informação que eu tenho será muito difícil assinar em tempo hábil para que isso ocorra no segundo semestre do ano que vem. E, como já falei, a Prefeitura não tem recursos para investimento. Você vê que na proposta de 2000 colocamos 1 bilhão e 200 milhões de projetos e este ano colocamos 800 milhões em função de uma série de pressões que houve e precisamos remanejar os recursos do Orçamento para poder atender necessidades mínimas.

É isso o que eu tenho que colocar no momento.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Requeiro, então, que V.Exa. peça por escrito do Secretário uma explicação do porquê não está previsto. Por um descuido técnico ou se já estava previsto.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Tudo bem. Apenas quero deixar claro que o propósito das nossas reuniões é exatamente analisar o que foi pedido e de que forma está se encaminhando o projeto do Orçamento previsto para 2001. Do debate interno da Comissão, ao final das entrevistas temáticas o relator estabelecerá algumas observações, mas a primeira delas já está colocada.

Em seguida darei a palavra à Sra. Verônica.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 20 do pres.
n.º 374 do 2000
3EL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:R06 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 7-11-00

SEM REVISÃO

O tratamento do recurso externo está sendo entendido com muita rigidez com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se um contrato existe, ao que me conta, e a continuidade dele está assegurada por esse contrato original não é necessário ter o exagero de não fixar metas nenhuma para esse recurso enquanto não se mobilizar o recurso.

Então, dentro desse critério teremos outras intervenções que vão levantar a mesma questão. O recurso externo uma vez contratado deve ser considerado, no meu entendimento, como recurso existente. Agora, a busca, a efetivação do contrato é de responsabilidade, evidentemente da Prefeitura. Então, esse tipo de observação é para vocês verem que a utilidade das nossas reuniões está começando a aparecer já na primeira reunião. A continuidade dos recursos externos, que é uma fonte indispensável para a viabilização da Prefeitura é necessário pelo porte da Prefeitura, pelo tamanho, você ter praticamente um setor permanentemente ligado com as fontes internacionais para que essa seqüência fique só burocratizada. Acho que essa postura é extremamente conveniente para outras questões que vamos ver.

Essa talvez seja uma recomendação que a Comissão faça, que o Relator faça no final.

Tem a palavra a Sra. Verônica para fazer sua pergunta relativa aos cortiços para depois fazermos mais uma observação do vereador Ítalo Cardoso para que o Ricardo possa responder em conjunto.

A SRA. VERÔNICA - Bom dia a todos, Mesa, companheiros que estão aqui, quando pegamos esta Proposta de Orçamento para o ano que vem como em todos os outros anos o que me chateia, os companheiros que



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 21 do proc
n.º 374 de 2000

ROD.:R06 FOLHA:4	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:	DATA: 7-11-00	SEM REVISÃO

moram no centro da Cidade, é a questão do Orçamento que tinha o Pró-Centro.. É quando perguntamos o que foi feito com a população que mora em cortiços. Não se gastou um centavo. Isso é que nos deixa revoltada. Quer dizer, o povo não mora embaixo de viadutos; o povo não mora no Vale do Anhangabaú, porque nem os mendigos podem mais ficar ali. Então, quando o Pró-Centro teve todo esse dinheiro nem desempenhar um projeto para a área de cortiços é lamentável. Lamentamos estar falando aqui novamente com esta Prefeitura e perguntando onde foi gasto o dinheiro. Quando o companheiro reclama a questão da Guarapiranga, quem paga a água mais cara é a população que mora no cortiço. Se uma de água em um cortiço vem no valor de 2 mil reais vem 2 mil reais de esgoto. Onde é gasto esse dinheiro? Qual é a recuperação, o retorno que essa população tem?

Sr. Secretário de Finanças, vocês deveriam morar em um cortiço,

(pagar...Anelise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 22 do p.
n.º 374 de 200
funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
C. A. N. 011

ROD.: R07 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

... pagar o que esse povo paga e sobreviver da forma como esse povo sobrevive lá dentro. Isso aqui é uma vergonha. Um orçamento de uma prefeitura como a de São Paulo para um povo pobre como esse que vive nesta cidade. Vocês me desculpem, mas quando tem despejo nesta cidade, olhando para esse prédio, à nossa frente... Sabem quanto que falta para comprar esse prédio? Cinco mil por unidade. Aí o Governo do Estado não tem, a Prefeitura não tem... E o povo? Aí vem o Pró-Centro e diz: "Estamos recuperando o Centro." Que recuperação é essa? Olha esse prédio, que feio que está. Será que o Pró-Centro não teria esse dinheiro para ajudar a comprar esse prédio para que o povo pagasse em 15 anos e deixar bonito o Vale do Anhangabaú por completo e não pela metade?

O Dr. Augustinho sabe que estamos pedindo a isenção de um projeto que estamos conseguindo aprovar de 10 mil reais que a população não tem como pagar. E o Pró-Centro? Não tem dinheiro para ajudar?

Vocês me desculpem, Srs. Secretários, mas vocês têm de morar num cortiço para valorizar o povo pobre. (Palmas)

O SR. - Vou aproveitar para que o Ricardo, ao responder, inclua também uma pergunta da Sra. Lucy Valente sobre a questão do Fórum dos Mutirões, englobando duas perguntas. Tem a palavra o Sr. Ricardo. Desculpe, estou confundindo. O Sr. Sanderlei. A questão do cortiço e do fundo de cortiço. Essas duas questões que estão afetas à área de Pró-Centro de que maneira estão sendo tratadas e de que forma terão continuidade?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 23 do proc.
n.º 379 de 2000
O. Adm. Geral III

ROD.: R07 FOLHA: 2

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

O SR. - A questão dos cortiços está em toda a Cidade.

Há uma área grande no Centro, mas também existe na Lapa, em Pinheiros, zona Sul etc. Existe - não sou eu que estou coordenando, não sei se é a Denise, mas pertence à área dela, que talvez possa explicar melhor - um convênio que estamos fazendo entre o Governo do Estado, que está recebendo recursos para cortiço, e a Prefeitura e também algumas áreas de cortiço que já tínhamos prontas e que estão sendo encaminhadas para construção. Mas, efetivamente, não está na área do Pró-Centro. O Pró-Centro está participando como um dos atores dentro da Sehab para esse assunto.

O SR. - Agora passaremos para a Hab., de acordo com a orientação do Secretário. Vereador, pode falar.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Outra pergunta era em quanto estava orçado... Quanto estão mandando, nós já sabemos - 500 mil reais. Quanto foi orçado para a operação Pró-Centro para 2001? Qual era a expectativa?

O SR. - A expectativa sempre foi de a gente conseguir o recurso no BID, porque, de fato, a reconstrução da área central, incluindo a área de cortiços, sempre foi uma preocupação nossa, queremos recuperar essas áreas encortiçadas, a Verônica sabe disso, já participou de várias reuniões conosco, mas precisa de dinheiro. As áreas são muito grandes. Então, o que estamos sempre esperando são os recursos em 100 milhões de dólares do BID. Daí, eu não sei tecnicamente. Sei de ler nos jornais, e o Prefeito comentar que, na renegociação da dívida da Prefeitura, o Pró-Centro ficou contemplado. Foi assinado na dívida que os 100 milhões de dólares do



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 24 do proc.
374 de 2000
Pavão M

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R07 FOLHA:3

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

BID saíam, mas essa informação que tenho é de leigo, de ler nos jornais e de ouvir o Prefeito falar em televisão ou rádio.

Então, eu acho que é uma questão de perseguirmos mesmo esses recursos, não é? Na minha opinião, está tudo resolvido, os documentos técnicos foram todos formalizados. Na parte técnica, tanto do BID quanto do Governo Federal, está tudo cumprido. Agora praticamente é a finalização do contrato, coisa de alguns meses para a Prefeitura e o BID formalizarem isso. Daí, tínhamos posto já uma contrapartida suficiente para isso, para podermos tocar o programa. Também não adianta assinar tudo isso e depois não ter recursos no orçamento. Mas daí eu já não tenho informação técnica correta para fornecer.

O SR.

- Bem, a informação que podemos complementar é exatamente da leitura do orçamento como um todo e a leitura do contrato de renegociação, portanto, nós estávamos certos. Existe o fato de que, coligados à renegociação da dívida, há dois tipos de financiamento garantidos por conta do Governo Federal. Um que é a questão da área de transportes, incluindo corredores e outro é exatamente os 100 milhões para a revitalização do Centro de São Paulo. Portanto, acho que essa recomendação que a Comissão está fazendo, de que haja um acompanhamento muito mais agressivo por parte da Administração Pública na busca dos recursos internacionais. É fundamental. E conhecer prazos, porque muitas vezes você vai buscar o recurso internacional depois de junho, o orçamento fechou em março. Então, já se perdeu um ano inteiro.

Portanto, a questão do recurso que já existe é um item que tem de ser perseguido com muito mais afinco e perseverança.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 25 do proc.
n.º 374 de 2000
O Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R07 FOLHA:4

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

Vamos passar agora para a parte de Hab. Sr. Souza. Dra. Denise. Falará sobre Cingapura, Procave e, se possível, alguma informação mais clara sobre a questão do ... (ininteligível).

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Parece que o Godinho está contestando as afirmações que o Secretário está fazendo com relação... O projeto foi renovado com a renegociação da dívida, Godinho?

O SR. - Há um compromisso formal do Ministro da Fazenda.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Formal, mas foi efetivado? Foi encaminhado?

O SR. - Não, a maneira de encaminhar isso, o processo de encaminhamento agora depende da Secretaria tomar essa iniciativa.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Pois é, eu quero saber se a Secretaria cumpriu então suas obrigações, porque, após a renegociação da dívida parece que houve uma demora e teria de ser reafirmado, é isso?

O SR. - É, houve um intervalo no início do pagamento da dívida, por concessão do Governo Federal. Mas o prosseguimento disso o departamento técnico da Secretaria é que vai ter de afirmar. Nós vamos trazer esta informação.

A SRA. - Bom dia a todos. Sou responsável pela Superintendência de Habitação Popular, onde hoje são desenvolvidos os projetos Cingapura, Procave, alguns atendimentos com verba na área de habitação em situações de risco e emergência e também como secretária executiva do Fundo Municipal... (Alexandre)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 26 do proc.
n.º 374 de 2000
Paulo

ROD.:R8
ORADOR:

FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

DATA: 7 11 2000

SEM REVISÃO

...como Secretária Executiva do Fundo Municipal, juntamente com a Cohab, também trabalhamos no orçamento para o ano que vem referente ao Fundo Municipal.

Então, com relação ao Projeto Cingapura e Procave, foi também encaminhado por nossa área técnica um orçamento que veio para a Câmara com redução, mas essa redução não impactou tanto assim o programa; não possibilita nenhuma intervenção nova para o ano que vem, mas possibilita o término e a continuidade das obras em andamento, grande parte das obras do Cingapura com financiamento do BID. Então, para atingir as metas com o Banco, o recurso de 110 milhões, que veio para a Câmara, encaminhado pela Secretaria das Finanças, possibilita a continuidade e cumprimento das metas estabelecidas, tendo retorno, também, desse investimento parcial. O financiamento do Cingapura não é total, é 60% Prefeitura e 40% Banco. Então possibilita, também, esse retorno.

Com relação ao Procave, é um programa que dá apoio ao programa de canalização de córregos de SVP. Ou seja, para que haja a remoção das famílias das frentes de obra para a canalização de córregos de SVP, e também os "piscinões", a Hab-Sehab executa empreendimentos habitacionais para que essa população seja remanejada para esses conjuntos. Atualmente são três grandes conjuntos que estão em andamento. Este ano eles tiveram o ritmo bastante prejudicado, mas estão em andamento. Nenhuma obra foi paralizada. O orçamento solicitado por Hab e encaminhado para a Câmara teve corte de 30%, mais ou menos; mas também dá para evoluir com as obras num ritmo mais lento. Mas é possível a sua continuidade.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 27 do proc.

n.º 379 de 2000

Paulo

EL. P. S. HANASIS
Of. Adm. Coord. 15

ROD.:R8

FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 7 11 2000

SEM REVISÃO

Agora, desses dois programas, gostaria de saber da Secretaria das Finanças, como houve uma reordenação interna para que o Programa Guarapiranga e o Programa Pró-Centro pudessem ter os seus recursos elevados, provavelmente deve ter havido algum impacto nos orçamentos do Cingapura e Procave, não? (Pausa) Mas mesmo nesse remanejamento interno, continuaria 110 milhões para o Cingapura e 46 milhões para o Procave? (Pausa) Tá. Então, ficando mantida essa proposta que veio para a Câmara, desses dois programas, acredito que apesar de a gente não poder estar iniciando nada novo, nem no Cingapura nem no Procave, permite a continuidade das obras que já estão em andamento, e o cumprimento das metas com o agente financiador.

Agora, com relação ao Fundo Municipal, aí efetivamente tivemos um impacto bastante grande. Encaminhamos, inclusive, a solicitação de criação de três novas rubricas para o orçamento, dentro do Fundo Municipal para o ano que vem, e o recurso que a gente previu nessas rubricas não foi possível estar sendo disponibilizado. E mesmo os orçamentos previstos nas rubricas existentes, ou seja, obras de mutirão, de convênios já em andamento, ou de novos convênios, e também obras de infra-estrutura para esses mutirões e obras de conjuntos novos com recurso do Fundo, ou seja, para baixa renda, realmente sofreram impacto muito grande.

Então, praticamente nós propusemos para 2001 a criação de três novas rubricas dentro do Fundo, uma delas para urbanização de favelas. Por quê? Temos o Projeto Cingapura, que é uma dotação específica, tem uma característica específica. Estávamos criando um programa para o ano que vem, de urbanização de favelas, com obras um pouco mais



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 28 do proc.
n.º 374 do 2000
P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:R8 FOLHA:3 TAQ.:ALEX COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 7 11 2000

SEM REVISÃO

simples, atacando mais as condições de risco, e para tentar contemplar o grande universo de favelas que também não conseguiram ser elencadas no universo do Programa Cingapura, isso pelas suas características. Essa rubrica de urbanização de favelas infelizmente está zerada.

Colocamos também um recurso, uma rubrica nova, para desenvolver estudos e projetos na área de cortiços. Também não foi possível aportar recursos para essa rubrica. E uma rubrica especial para a aquisição de novas áreas, isso porque nem a Prefeitura nem tampouco a Cohab têm estoque de áreas. Isso quer dizer que novos conjuntos habitacionais estão praticamente inviabilizados. A Cohab está fazendo alguns empreendimentos em áreas remanescentes de conjuntos existentes, mas áreas novas, mesmo, não existem mais. Temos uma demanda muito grande - inclusive está aqui o Fórum dos Mutirões, que até agora não conseguiu área. Então, também estaríamos colocando um recurso para a aquisição de novas áreas e desenvolvimento de novos projetos, cuja contemplação não foi possível na proposta que veio para Câmara.

Com relação aos mutirões, com o recurso que foi encaminhado não é possível iniciar nenhum novo convênio, já assinado ano passado ou retrasado; neste ano também. Priorizaríamos, então, juntamente com a Cohab, para que os convênios em andamento há anos, e que já estejam quase na etapa final de conclusão, recebessem os recursos, sendo que os demais, devido à verba existente, não seria possível atender.

Houve um grande impacto, também, nas obras de infra-estrutura para os mutirões, inclusive para a própria regularização de várias



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 29 do proc.
n.º 374 de 2000
Isabel P. S. Manashiro

ISABEL P. S. MANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:R8	FOLHA:4	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:FINANÇAS
ORADOR:		DATA: 7 11 2000	SEM REVISÃO

obras por mutirão que já vêm desde a gestão da Prefeita Luiza

Erundina. Quando ao Fundo Municipal...

Segue Camilo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

Folha n.º 30 do proc

374 102000

ROD.:R09 FOLHA:1

TAQ.:

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07/11/00

SEM REVISÃO

Quanto ao fundo municipal, não sei se houve possibilidade de algum remanejamento, mas isso seria importante.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Tem a palavra o nobre Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - O próprio demonstrativo, o próprio fundo da Secretaria já mostra, justifica o porquê dos 46 para o Procave e dos 110 para o Cingapura. Há o projeto de urbanização, mutirão, tudo zero. Aí está o problema. Se dividirmos, de fato, aqui esses 110 e 146 para outras questões, veremos que esse número é bastante fictício.

Gostaria de saber da Denise quanto existe de expectativa para esses 110 milhões para o Cingapura e para a construção efetiva, porque até construirmos, há alojamento, indenizações e uma série de questões. Antes de se começar a construção efetivamente, quanto, de fato, dessa dotação iremos aplicar realmente na construção de prédios?

Outra questão são os outros itens. Não há zero para regulamentação de moradias, zero para desapropriação, zero para urbanização de favelas, zero para infra-estrutura de mutirão e zero para construção por empreitada?

Gostaria que a Denise explicasse melhor essas questões, a não ser que isso tenha desaparecido das prioridades da Secretaria, por exemplo, as empreitadas por mutirões. Há mutirões que já estão há oito ou dez anos se arrastando. Pela dotação que temos aqui, pelo menos, em 2001, não há expectativas. Aí, esses 110 não são 110, e os 46 do



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 31 do proc.

374 de 2000

PAULO P. S. HAMASHIRO

ROD.:R09	FOLHA:2	TAQ.:	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:07/11/00	SEM REVISÃO

Procave não são 46, de fato. Desse dinheiro, quanto vem de fora? Esse é outro fator importante.

Estamos percebendo que toda dotação que depende de dinheiro do BIRD está com problemas.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - A causa aparentemente é sempre a mesma. O fundo existe, o BIRD existe; o que não existe é um acompanhamento sistemático, e isso cria constrangimento. Sugestão provável da nossa Comissão - será que há uma coordenadoria só para cuidar de recursos relacionados à Prefeitura? Hoje é uma grande alternativa de recursos. A Prefeitura de São Paulo não é mais uma colônia, é forte e potente e precisa ter uma coordenadoria cuidando permanentemente dos recursos.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quando temos dependência, na base de 60 - 40, e todas as informações dadas aqui até agora é que não vieram parte ou não veio o todo, ou está comprometido do ano que vem? Isso é preocupante. Estamos discutindo o Orçamento do ano que vem, o que, na verdade, não existe.

Sua sugestão é importante. Gostaria que a informação técnica fosse constatada com informação da Secretaria Municipal das Finanças, o ideal para trabalharmos.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Já solicitamos isso e virá informações específicas sobre a questão das contrapartidas. Tal questão é fraca porque a questão do BIRD não está acionada. A Secretaria vai nos informar sobre o fato.



ROD.:R09 FOLHA:3

TAQ.:

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07/11/00

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Gostaria que a Denise também explicasse melhor o que, de fato, é para a Procave e para a verticalização de favelas.

A SRA. DENISE - Antes de entrar no Cingapura e no Procave, vou colocar qual foi a solicitação da Sehab para o estudo da Secretaria Municipal das Finanças, dos valores do fundo para cada um, até para mostrar que a Secretaria entende que esses projetos são importantes. Então, os valores que encaminhamos previam a continuidade do trabalho.

Para infra-estrutura de mutirões e produção de unidades novas dentro do fundo, solicitamos 64 milhões, e foi possível disponibilizar 16,8 milhões para 2001.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Mas esse valor sai dos 110?

A SRA. DENISE - O Cingapura é uma dotação específica, 110 milhões; O Procave é outra dotação específica, 46 milhões.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Está zero no meu documento.

A SRA. DENISE - Não, não. Esse é referente ao fortalecimento institucional, regularização fundiária, não são obras.

Estou falando da proposta para 2001. Ainda no fundo municipal, para continuidade dos mutirões em andamento e para início dos novos convênios, foram solicitados 17 milhões de reais, mas foram disponibilizados 3 milhões de reais.

Depois, para urbanização de favelas, um programa novo, solicitamos 10 milhões, para o qual não foi disponível nenhum recurso. Para novos estudos e projetos em cortiços, solicitamos 2 milhões, e



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Rua. Cel. M.

Folha n.º 33 do proc.
n.º 374 de 1990
e for. Diário PA
ISABEL P. S. PAQUASSINHO

ROD.:R09	FOLHA:4	TAQ.:	COMISSÃO:FIN	
ORADOR:			DATA:07/11/00	SEM REVISÃO

para aquisição de novas áreas, solicitamos 5 milhões de reais.
Entendemos, então, que esses programas são importantes.

Com relação ao Cingapura, solicitamos 139 milhões, mas foram disponibilizados 110 milhões. Nesse valor, temos execução das obras em andamento; parte delas financiadas pelo banco, e parte delas ainda remanescentes de contratos anteriores ao financiamento do banco, que, por dificuldade de recursos, pois eram porte somente da Prefeitura, tiveram seus cronogramas bastante dilatados. As obras foram bem mais devagar.

Nós temos valores reservados para gerenciamento, (Denise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 34 - do proc.

374 de 3000

17/07/2000

17/07/2000

17/07/2000

ROD.:R10 FOLHA:1

TAQ.:Denise

SESSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

Quanto ao fundo municipal, nós temos valores reservados para gerenciamento, pagamentos de Sabesp, Eletropaulo, apoio e gerenciamento social. Do valor previsto com o banco, que é 60% prefeitura e 40% banco, temos um retorno estimado de 26 milhões de reais para 2001. Esse seria o retorno com relação ao investimento que faríamos das obras do banco, lembrando que temos outros contratos que não têm financiamento do banco em andamento.

Com relação ao Procav, as obras que a Seab executa são de aporte local da prefeitura, mas para que a Secretaria de vias públicas consiga cumprir as metas do financiamento que ela tem com as canalizações, precisamos aportar recursos da prefeitura para essas unidades. Somos o apoio de SVP para que consiga executar suas obras.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito bem, eu queria aproveitar para dar oportunidade a Dona Evaniza, da União do Movimento de Moradias sobre o Singapura, fazer uma pergunta. Temos a presença do Vereador Dito Salim.

A SRA. EVANIZA RODRIGUES - Sou da União de Movimento de Moradias e também conselheira do Fundo Municipal, embora fantasma, porque até hoje não fui convidada para nenhuma reunião e estou aguardando ansiosamente por isso.

O que nos causa maior pânico, para ser mais precisa, é ver exatamente que tirando os investimentos que vêm do Bird para o Procav e para o Singapura, efetivamente pode-se dizer que a prefeitura não está investindo praticamente nada na habitação. Se retirarmos os valores do Procav e do Singapura que vêm de fora, o que é que sobra de investimento efetivo para a área da habitação? Pouca coisa. E



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 35 do proc.
n.º 374 de 1990
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral II

ROD.:R10 FOLHA:2

TAQ.:Denise

SESSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

começamos a perguntar e temer pelo futuro de todas as investidas da habitação. Não é à toa que se pensou num número de famílias na Guarapiranga e hoje em dia temos muito mais famílias, porque as que não foram atendidas por nenhum programa nessa Secretaria foram para onde? Para a beira da represa ou para cima dos morros na Cantareira. Então, continuar a não oferecer alternativas de moradias na cidade significa continuar investindo na degradação ambiental, na degradação de áreas de mananciais e num processo que se torna incontrolável.

Queremos colocar também muita preocupação porque existem convênios assinados de dois a seis meses de novos projetos, são contratos assinados, publicados no Diário Oficial, não é nada de acordos ou de palavra morta que estão com zero de recursos. Isso mais um ano porque no ano passado tinha previsto mas não foi executado. Esse ano não tem para iniciar. O dinheiro que está previsto para terminar os mutirões que não estão parados é insuficiente para terminar essas unidades, ou seja, não temos neste ano investimentos na habitação. Só nos vai restar lamentar quando acontecer mais uma tragédia, quando pegar fogo em mais uma favela ou quando despencar mais um morro.

E a outra questão é sobre o processo de aquisição de áreas tanto na periferia quanto na região central ou intermediária, onde se começa a ter um processo, uma proposta, uma vontade política de várias organizações no sentido de empreender outros tipos de procedimentos habitacionais como é o caso da reciclagem, da reforma dos prédios desocupados. Aqui o Hotel São Paulo fica pulado na nossa vista, não nos deixando esquecer, se alguém esquecer é só olhar para fora e ver



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 36 do proc.

374 de 2000

Sra.

SR. MIGUEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:R10 FOLHA:3

TAQ.:Denise

SESSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

uma proposta. Desta janela dá para ver sete prédios vazios, é só apontar como sendo uma alternativa que foi estudada, foi buscada a parceria de universidades, de assessorias técnicas, de ONGs, dos governos federal, estadual e municipal, mas na hora que a prefeitura é convidada a dar sua contraparte seja no sentido do apoio logístico para ser feito como na parte financeira não vemos nada. É simplesmente desmotivador pensar em buscar alternativas legais, sustentáveis para habitação na cidade de São Paulo com essa capacidade de investimento.

Ainda queria questionar, dentro da migalha que nos cabe, a questão da maior dotação de dinheiro da prefeitura, se você tirar os investimentos do Bird e do Banco Mundial, a maior quantidade de dinheiro de investimento da prefeitura está indo para aumento de capital da Coohab.

Então, causa-me estranheza que não temos nada e a única coisa que temos é o meio de capital da Coohab, que infelizmente está longe de atender a camada de mais baixa renda, que é a urgência da cidade.
(Palmas)

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - As observações da Sra. Evaniza estão registradas, a comissão vai levar em consideração.

Vamos passar para solo e lote legal para podermos encerrar a questão da Secretaria e passarmos para a Coohab, que de certa forma responde mais diretamente essa questão de mutirões e habitações populares.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO - Sou diretor de Ressolo. O departamento hoje detém um programa com financiamento integral do Banco Interamericano que é de regularização de loteamentos, que foi



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 37 do proc.

374 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:R10 FOLHA:4

TAQ.:Denise

SESSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

denominado com o nome de Lote Letal. Está atendendo cerca de 67 loteamentos, com uma área de 5 milhões de metros quadrados, 22 mil lotes, basicamente toda na periferia de São Paulo, com exceção da zona sul, que tem o programa de saneamento ambiental da Bacia do Guarapiranga.

E esse programa de regularização de loteamento é pioneiro quanto a financiamento internacional, que é o primeiro que temos pelo Bid. E prevê além de regularizações fundiárias, obras de investimentos de drenagem, pavimentação, recuperação de encostas e recuperação de áreas de risco. Prevê.....Beth



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-T001 P. S. HINASHIRO

Folha n.º 38 do prod.
n.º 374 do 3000
Cl. Adm. Geral III

ROD.:R11 FOLHA:1

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Prevê a implantação de cerca de 100 quilômetros de metros quadrados de...100 quilômetros de pavimentação, 40 quilômetros de drenagem e 30 quilômetros de água e esgoto. Basicamente é uma recuperação de áreas de degradadas em loteamentos irregulares e clandestinos da cidade de São Paulo dentro do que prevê a lei municipal de regularização. É uma obra inteiramente financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento Urbano, foi iniciada em 1999, no segundo semestre de 99 e hoje está com cerca de 50% executado. A previsão orçamentária que prevíamos e para cumprir metas era para terminar o ano que vem o investimento. Com os recursos alocados dá para continuar o programa em um ritmo lento, não prevê novos investimentos e teriam de ser adaptados. Como é uma obra inteiramente financiada com o retorno do banco, é só estar investindo e o retorno é imediato até entendemos que poderia ser contemplada toda a nossa solicitação. É um programa que também tem um acordo extra-judicial com o Ministério Público que prevê a regularização desse loteamento. Só vale alertar também que o retorno para o município não é só pelo Banco que é um financiamento de crédito adicional mas prevê também as cobranças judiciais e de depósitos judiciais dos loteadores clandestinos, também. Basicamente é isso e estou à disposição.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Muito bem, alguma pergunta, Vereadores Ítalo Cardoso e Dito Salim? (Pausa) Bem, para efeito de seqüência do trabalho eu pediria para o Dr. Augustinho, que representa a Secretaria de Habitação que ficasse na mesa. A equipe que pudesse voltar para lá para que a COHAB pudesse agora fazer a segunda parte



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 39 do proc.
n. 374 de 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:R11 FOLHA:2

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

dessa reunião de habitação realizada pela Comissão de Orçamento e Finanças na Câmara Municipal de São Paulo.

Se precisar chamar alguém faremos de acordo com o caso.

(Pausa)

O doutor fará uma explanação rápida de cinco a dez minutos para poder permitir um debate até o meio dia.

O SR. LUIZ CARLOS - Bom dia a todos. A Cohab hoje trabalha com 100% dos investimentos dela com os recursos do Fundo que a Engenheira Denise já falou sobre números. Vou rapidamente só falar sobre o que estamos desenvolvendo hoje e com o corte que foi feito no orçamento vamos ter de rever todas as nossas metas. Na parte de regularização de empreendimentos nós temos alguns programas lá do Lote Legal. Estamos trabalhando para regularizar 22 mil lotes. Temos a Moradia Legal onde foi feito um convênio com o Ministério Público de regularização desses empreendimentos e que estamos cumprindo na presente data que são 22 mil unidades, 22 mil lotes que temos de regularizar. Estamos regularizando 90 empreendimentos do antigo FUNAPS que passou para a COHAB que dão em torno de 20 mil lotes. Estamos trabalhando também com mutirões. Hoje temos na área de execução 14.609 mutirões em execução. É lógico que alguns parados, outros em execução. Temos 2436 unidades habitacionais de apartamentos sendo executados sendo que deveremos entregar até o final do ano 1264 unidades. Ficarão 1172 para o ano 2001. Está faltando muito pouco para ser encerrado. Iniciamos um programa de retirada de famílias de áreas de risco, debaixo de viadutos. Hoje estamos executando 350 unidades que deveremos entregar até o final do ano. Iniciamos há menos de 30 dias



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 40 do proc.
374 do 2000
Jca

ROD.:R11 FOLHA:3

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

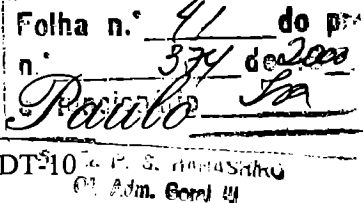
DATA: 07-11

SEM REVISÃO

e começamos a entregar as unidades. Teremos então, 350 unidades entregues. Estamos fazendo também a parte de infra-estrutura de lotes urbanizados. Hoje é basicamente o que a COHAB está realizando em projetos. Os números todos a Denise já falou. Realmente foi cortado bastante e vamos ter de reavaliar os programas para saber o que poderemos dar continuidade ou não.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Srs. Vereadores quero dar uma pequena preferência para o pessoal do Fórum de Mutirões que estão em grande quantidade e solicitaram a palavra. Sras Luci Valente, Nilce e Zorilda para ficarem na seqüência para as três perguntas que foram formuladas para o Dr. Luiz Carlos eventualmente responder e depois passaremos aos Vereadores.

A SRA. LUCI VALENTE - Sou do Fórum de Mutirões, bom dia a todos, à mesa, aos Vereadores e Comissão. Quero me dirigir mais à Comissão de Finanças. O orçamento que o Executivo mandou nós já vimos como está. É 50% a menos que os outros dois anos para habitação em 2001. Levando em consideração que nunca foi gasto, nunca foi executado o que foi proposto nos últimos 8 anos, a gente já sabe o que vai acontecer com a Habitação. Já dá para prever. No caso dos mutirões foram 8 anos de enrolação. Houve auditoria, houve prestação de contas não foi achado nenhum ladrão no meio da gente. Todos passamos pelo Tribunal de Contas e houve também o sofrimento de todas as famílias...(carla)



SEM REVISÃO

Em segundo lugar, gostaria de dizer que no ano de 2000 o orçamento tinha 30 milhões, 15 para as estruturas e 15 para as unidades. Foram liberados até a semana passada 6 milhões e meio para as associações tocarem apenas as unidades, não chegou nem ao 15 das unidades, está na metade. Só para informar, tenho aqui a lista das associações que teriam de receber no mês de agosto e setembro e estão atrasadas. Isso sem contar que já há algumas de outubro. Esse valor dá 1 milhão 814 mil 91 reais e 69 centavos de associações que estão



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 42 do proc.
374 de 2000
ABEL P. S. HANASHIRO
1.º Adm. Geral III

ROD.:R12 FOLHA:2

TAQ.: Carla

COMISSÃO: FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 7-11

SEM REVISÃO

paralisadas desde agosto e esperando chegar novas parcelas. E se não sair até o mês de novembro ou início de dezembro irão iniciar o ano novamente paralisadas. Essa é a realidade dos mutirões antigos.

Só tenho de me dirigir à Comissão de Finanças, ao Vereador Miguel Colasuonno, Presidente da Comissão, para ver se há alguma novidade no sentido de mudar alguma coisa nesse orçamento enviado pelo Executivo à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Muito obrigado, Dona Lucy. Temos dona Nilce e dona Zorilda.

A SRA. NILCE - Participo também do Fórum dos Mutirões. Estava ouvindo a doutora Denise e foi bastante preocupante a colocação do Dr. Ítalo. Irei falar sobre a infra-estrutura.

Quando as obras de mutirões são trabalhadas, desde SEHAB, COHAB até a obra, percebe-se que após a construção a infra-estrutura é importante, é difícil aceitar a construção de uma casa sem sua infra-estrutura. Os técnicos de COHAB E SEHAB quando fazem o levantamento, a medição de obra, percebem a necessidade das obras de infra-estrutura, os serviços básicos de infra-estrutura, senão não dá para morar, não adianta entregar a casa se não terminei o serviço de infra-estrutura básico. E aí está cometido um grande pecado: quando se inclui fundo municipal, que aliás está muito pequeno - os recursos sofreram, realmente, um corte violento - na hora de se executar a obra de infra-estrutura depara-se com um problema técnico que inviabiliza a própria execução e se dá "um jeitinho". E até o momento o "jeitinho" foi aditar aos convênios de construção das unidades a infra-estrutura, elevando-se o valor da unidade. Por quê? Porque não há uma rubrica



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 43 do pres.
n.º 374 de 2000
Isabel P. S. H. NASHIRO
DT. 10. 11. 00

ROD.:R12 FOLHA:3

TAQ.: Carla

COMISSÃO: FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 7-11

SEM REVISÃO

específica para infra-estrutura. É necessária a rubrica, primeiro porque a infra-estrutur é necessária e depois para trabalhar esses recursos dentro do fundo municipal. É necessário ter-se o valor da rubrica sob pena de se ficar o tempo todo remendando , aditando aos convênio o tempo todo para que se execute a obra de infra-estrutura e o valor da unidade sobe. E aí teremos pessoas dizendo que as unidades são caras. Não é isso, é que para ser executada a obra de infra-estrutura foi aditada ao convênio. Precisa separar. É preciso ter o valor da infra-estrutura em separado.

Outro assunto - e aí teria duas perguntas dirigidas à Cohab - é que percebemos que, ano a ano, a COHAB não fica sem recursos, corta-se o tempo todo, mas a COHAB é sempre contemplada com seus recursos. E em 2001 ela teve uma injeção de ânimo bastante interessante (Marcelo)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA - DT-10

Folha n.º 34 do processo n.º 334 de 2000

ROD.:R13 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças PL374/00

ORADOR:

DATA: 07.11.00

SEM REVISÃO

... em 2001 ela tem uma injeção de ânimo bastante interessante, 54. A pergunta é, para que serve esses recursos de capital na Cohab, injeção de capital na Cohab? Para que ele serve? O que é construído? Aliás, complementando a pergunta, quantas novas unidades foram construídas por Cohab nos últimos três anos? Quantas novas unidades foram construídas? Para que serve esses recursos investidos, já que, imaginasse, Cohab tem seus próprios recursos?

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Obrigado, à senhora. Tem a palavra a próxima inscrita.

A SRA. - Bom-dia à mesa, ao Vereador Miguel Colasuonno, ao Vereador Dito Salim e ao Plenário. Todas companheiras que me antecederam aqui, a Sra. Luci, a Sra. Nilse já colocaram, mas estou tão indignada que não sei se rezo para concluir esse final de ano para essa administração passar antes do dia 31 de dezembro, ou se vou aqui debater, mas como não é possível, vou debater.

Quero fazer uma pergunta ao representante da Cohab, porque vocês imaginem bem, a responsabilidade desta prefeitura é tão grande que a secretária e o presidente da Cohab não vêm, não fizeram nada nestes quatro anos e não vêm, para quem quer que seja o Prefeito, dar continuidade ou fazer o que eles não fizeram. É uma pena, meus pêsames, porque acho que é uma falta de respeito para com a cidade de São Paulo, não estamos aqui discutindo problema político, estamos discutindo a cidade e quando se discute a cidade são os representantes que o Prefeito nomeia que devem ter vergonha e estar na mesa. Esse é o primeiro protesto que faço.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 48 do proc.
n.º 374 do 2000
O. Tur. Mário
L. P. S. HANASHIRO
Sec. Adm. Geral II

ROD:R13 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças PL374/00

ORADOR:

DATA: 07.11.00

SEM REVISÃO

Segundo, quero dizer o seguinte ao Sr. Luís, tudo que você colocou aí, me desculpe, é balela para boi dormir. Primeiro, foram colocados na cidade de São Paulo 1.200, 3.000 mil placas de lote urbanizado. Quando você vai ver, na prática, Sr. Presidente da Comissão, Vereador Miguel Colasuonno, não existe. Vai lá, fizeram alguma? Que nada. Provo-me quantos lotes legais foram regularizados e realmente efetivados. Eu sou da periferia, sou de movimento e posso dizer. Segundo, você falou, falou, 14 mil unidades, 12.200, 350 para entregar. Não é verdade. Sabemos que o Prefeito tem 350 unidades para entregas aqui no Jaraguá, só entregou 35 e não vai entregar o resto, se Deus quiser.

O que queria dizer, Sr. Presidente da mesa, é que acho que o senhor neste momento joga um papel fundamental para esta cidade. É inaceitável, acho que nós, do Fórum dos Mutirões, MM, Facesp, Movimento Popular, aceitar que no ano que vêm não se conclua os mutirões nesta cidade. As infra-estruturas, é um absurdo o que está acontecendo, é incêndio toda hora, é falta de responsabilidade pela cidade, porque todos os mutirões, como a Luci colocou aqui, foi julgado que era todos ladrões, incompetentes e teve um senhor que disse, no programa da Rede Globo, que concluiu todos os mutirões. Os mutirões estão inacabados, virando favelas, sem infra-estrutura, sem nenhum apoio. A Sra. Denise coloca 0000, a gente não vai permitir e aí não adianta agora discutir quem fez e quem não fez. Lendo a receita fiscal devia pegar não só os Prefeitos, deviam pegar os secretários e os co-responsáveis. Sr. Presidente, Vereador Miguel Colasuonno e os demais Vereadores desta Casa, têm uma responsabilidade, não podem



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 46 do proc.

n.º 374 de 2000

10 S. H. MACQUE

Ol. Adm. Com.

ROD.:R13 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças PL374/00

ORADOR:

DATA: 07.11.00

SEM REVISÃO

viver na cidade sem dinheiro para cortiço, sem dinheiro para mutirão, sem programa de habitação e nós não vamos permitir. Quero deixar aqui um recado claro, esta Comissão vai ter um papel fundamental de mudar esta pouca vergonha que estão apresentando para a gente aqui. Isso aqui é pouca vergonha.

Desculpe-me os companheiros, sei que na Cohab têm técnicos sérios, têm engenheiros sérios, têm pessoas sérias, agora, infelizmente eles cumprem lei. Não dá para permitir 0,0 porque vamos divulgar isso para a imprensa, porque o próximo Prefeito que vier vai pegar essa balela. Como se reduz 54,44% de recursos do Fundo de Habitação. Então a gente não pode permitir e se for necessário fazer acampamento aqui nesta porta vamos fazer, vamos trazer todos os mutirões, vamos trazer todas as favelas que agora na chuva de janeiro vão todos morrer. Vão morrer porque estão lá e não tem, a Sra. Denise me desculpe, coloca aqui urbanização de favela, ela colocou 0,0, não existe. A gente tem lá famílias que foram retiradas da área de risco e colocada numa barraca de lona da defesa civil, foram lá e deram mil reais. Acho que o Secretário, representante de Finanças, mais é esta Comissão que vai ter um papel fundamental, esses vereadores aqui, acaba ou não, ou começa nova gestão, vai ter que mudar isso aqui, porque a guerra está declarada. Vocês queriam guerra, oito anos de massacre, esta administração Maluf e Pitta massacrrou mutirão e massacrrou a cidade e não é isso que vamos engolir do próximo Governo, vai ser a Marta, mas se fosse Maluf ia ser pior, mas mesmo a Marta não pode fazer milagre com uma Prefeitura, com uma Secretaria de Habitação, com uma Cohab irresponsável como foi até agora. (Palmas).



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1

Folha n.º 47 do proc

n.º 374 do 3000

de 1990

10

SABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:R13 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças PL374/00

ORADOR:

DATA: 07.11.00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Quero fazer uma observação aqui da seguinte maneira: evidente que a gente entende o entusiasmo, mas temos que manter a educação dentro da Câmara Municipal de São Paulo, a empolgação entendi, mas peço que as pessoas atingidas eventualmente não se sintam atingidas pela manifestação realizada. Acho que aqui dentro, não interferi, deveria ter interferido talvez, na forma pela qual as coisas foram colocadas. Você pode colocar o que quiser, mas tem que respeitar as pessoas e as entidades dentro desta Casa.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Eu ouvi a senhora. Estou só querendo recomendar que não se repita esse estilo de comportamento. Pode-se falar as coisas absolutamente corretas em termos certos e nesta Casa pode ter vários outros problemas, mas respeito é muito importante aqui dentro. Entendi seu entusiasmo, mas peço que as demais não sigam este caminho. Inclusive a Dra. Denise....



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 48 do proc.
n.º 374 de 1999
S. HAMASHIRO

ROD.: R14 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 07.11.2000

SEM REVISÃO

...entendi o seu entusiasmo, mas peço que as demais não sigam este caminho. Inclusive parece que a Dra. Denise quer responder, porque houve uma confusão na interpretação dos seus pontos, para depois voltarmos ao Dr. Luís Carlos para responder friamente as colocações. Repito: eu e esta comissão assumimos a responsabilidade que a senhora quer nos atribuir, estamos aqui para isso. Porém, peço para que não se caminhe pela linha que foi adotada na última intervenção, porque isso não constrói soluções. Dentro da Câmara Municipal o respeito é parte integrante. Agradeço a sua compreensão também.

Dra. Denise, por favor.

A SRA. DENISE - Quero só esclarecer, acho que houve um mal entendido quando fiz a exposição com relação aos recursos do fundo municipal. A Sehab que trabalhou junto com a Cohab na elaboração do Orçamento do ano que vem priorizou sim toda a continuidade dos mutirões em andamento, a sua infra-estrutura, os convênios novos, toda a parte de aquisição de áreas, programas de organização de favelas e cortiços. A nossa proposta que tecnicamente foi fechada e encaminhada para a Secretaria de finanças precisou sofrer algumas alterações. E as alterações que eu acabei falando, de zero, zero, zero, não foram propostas pela equipe técnica, isso eu queria deixar claro. Outro equívoco: com relação às obras do mutirão existem sim duas rubricas independentes, uma que é só para pagamento dos recursos destinados às associações, ou seja, para construções de casas, e uma outra específica só para infra-estrutura para esses mutirões a ser executado por empresas especializadas. Uma outra questão: o projeto de



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 49 do proc.
n.º 374 de 2000
P. S. HANASHIRO
Ch. Adm. Geral III

ROD.: R14 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 07.11.2000

SEM REVISÃO

urbanização de favela que mencionei não existe hoje, é um programa que estávamos deixando... foram feitas até algumas conversas rápidas com alguns movimentos para que o ano que vem fosse desenvolvido ainda a nível de projeto e as primeiras intervenções nessas áreas, quer dizer, são intervenções pontuais de risco e tal. Então, efetivamente esse programa de urbanização de favelas é uma coisa nova que estaria sendo proposta para o ano que vem, ele não existe.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito obrigado, Dra. Denise. Quero anunciar, antes de passar a palavra ao Luís Carlos, a presença do Vereador recém-eleito, Sr. Laurindo. Muito obrigado pela presença antecipada nesta Casa. Dr. Luís Carlos, por favor.

O SR. LUÍS CARLOS - Obrigado. Vou tentar responder sucintamente às perguntas. A primeira é a respeito do aumento de capital da Cohab, onde tem uma verba de 54,9 milhões no Orçamento. Isso se refere à rolagem da dívida, está incluso na rolagem da dívida do Município que foi feito em 93, que é a Lei 8.327, foi inclusa a dívida da Cohab com a Caixa Econômica Federal. Isso em virtude de uma inadimplência muito grande que nós temos na Cohab, cerca de 40% dos mutuários não pagam, não retornam com esse investimento para a Cohab e a Cohab foi obrigada a incluir isso e ela mensalmente paga à Caixa Econômica Federal, quer dizer, esse dinheiro vem exclusivamente para ser repassado para a Caixa Econômica Federal. Por incrível que pareça nós não conseguimos esse... Hoje a Cohab é uma entidade adimplente com a Caixa Econômica e até hoje nós não conseguimos nenhum real emprestado para fazer nenhuma unidade. Cem por cento dos investimentos de tudo isso que foi falado aqui está sendo executado com recursos do



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 50 do proc.
n.º 374 de 1900
ISAÍAS P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R14 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 07.11.2000

SEM REVISÃO

Município, que todo mundo sabe que são poucos para a necessidade que é enorme. Então, essa rubrica não tem como ter aqui, porque se a Cohab deixar de pagar, o Governo Federal simplesmente tira do FPM, retém do FPM essa parcela. Então, se não entrar aqui, tira lá do outro lado, então não tem como fugir, isso faz parte da rolagem da dívida, não é custeio da Cohab. Outra pergunta é sobre número de unidades de mutirões, que eu falei 14 mil; 14 mil são convênios antigos, alguns em andamento, alguns paralisados, alguns em projeto, enfim, tem várias etapas em aprovação, enfim, e temos novos. Nós assinamos este ano 4.854 novos convênios que ainda estão em fase inicial de projeto e não existe... Nós solicitamos verba no Orçamento para o ano que vem, mas isso não foi contemplado. Se não houver verba para esses mutirões, vão ficar paralisados. Mas os convênios foram assinados, publicados, as áreas estão reservadas especificamente para esses mutirões. Com isso praticamente nós encerramos todas as áreas que existiam de propriedade da Cohab que fossem possíveis de se executar algum tipo de obra. Na infra-estrutura a engenheira Denise já falou, realmente existem duas rubricas, uma para habitação, uma para edificação e outra para infra-estrutura. Isso porque a infra-estrutura inclusive não é incidente no custo da casa. Ela tem uma rubrica separada e os projetos são feitos posterior ao início do empreendimento e aí envolve Sabesp, envolve Eletropaulo. É impossível a gente prever isso no início, quer dizer, iniciar o mutirão com todos os projetos, com verba, com tudo direitinho. Isso é um negócio que na prática é inviável. Então são rubricas separadas e não é incidente, quer dizer, então ninguém vai pagar. Nós colocamos no Orçamento 16 milhões para essa infra-estrutura



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 57 do prod.
n.º 374 de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Cond. III

ROD.: R14 FOLHA:4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 07.11.2000

SEM REVISÃO

e foi reduzido para em torno de 4 milhões, então nós vamos ter que optar, vamos ter que selecionar e ver quais são os mutirões provavelmente que estão mais próximos de ficarem prontos, de investir e outros vão ser paralisados. Lotes urbanizados, quantos foram efetivados, que eu falei realmente uma série de números muito rápido. Na realidade isso é um procedimento bastante complicado porque normalmente foram lotes invadidos, foram ocupados de forma bastante irregular e para regularizar isso temos que começar fazendo um levantamento do que existe no... (R15)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 52 do proc.
n.º 374 de 2000

S. HANASHIRO

ROD.:R-15 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Nós temos que começar fazendo um levantamento do que existe no local, fazer um projeto de arruamento, de infra-estrutura, ver os lotes cujas casas têm de ser retiradas, arranjar um local para esses que estão sendo retirados, enfim, há todo um procedimento que é complexo, certo? Não é uma coisa que se resolve de um dia para outro. Estamos dentro de um procedimento normal, da verba que a gente tem, do dinheiro que temos. Todos os que citei aqui estão sendo trabalhados, estão em projeto. Antes de terminar este Governo que estamos terminando, foram contratados 800 mil reais de projetos só para regularizar empreendimentos. Quer dizer, a Prefeitura, pela lei de responsabilidade, teve de destinar essa verba para a Cohab. Está lá depositada na conta da Cohab e só pode ser usado especificamente para pagar esses projetos, que são exatamente para a regularização de alguns empreendimentos. Alguns, como falei, como é o caso da moradia legal, com coordenação do Ministério Público onde, se a Cohab não cumprir as etapas acordadas - foi assinado um convênio com o Ministério onde se acordaram as diversas etapas - nós temos de cumprir. Posso dizer a vocês que, até 31 de dezembro, vamos deixar cumpridas exatamente as etapas que foram assinadas e estão sendo seguidas.

Número de unidades construídas... Novas? (Pausa) Foi novas?

- Aparte fora do microfone.

O SR. _____ - Número de unidades novas. Só um minutinho, por favor. Vou falar de 1997 a 2000. Nos três entregamos, 2.294 unidades, entre apartamentos e casas - mutirão está fora - Vamos entregar mais 1.264 até 31 de dezembro, que já estão em fase



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-TAB

Folha n.º 53 do proc.
n.º 371 de 2000
P. S. HANASHIRO
DI. Adm. Geral III

ROD.:R-15 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

final. Vão ficar 1.172 unidades contratadas, também em fase, eu diria, bastante adiantada; algumas até em condição, se conseguirmos aumento de recursos, de entrega até março.

- Aparte fora do microfone.

O SR. _____ - Não entendi... Programa?

- Aparte fora do microfone.

O SR. _____ - É o empresário, onde contratamos 100%.

São unidades-apartamentos onde o empresário entra com o terreno, constrói e a gente...

- Aparte fora do microfone.

O SR. _____ - Tem em Heliópolis, na zona Norte e na zona Leste.

Acho que respondi tudo. Não sei se ficou alguma dúvida no ar... Alguma dúvida...

Aliás, não tinha o representante... Eu sou diretor técnico da Cohab, um simples representante. Infelizmente o nosso presidente passou por aqui mas tinha outro compromisso junto ao Prefeito. Estou aqui representando-o e tenho conhecimento da empresa e tenho poder para falar sobre a Cohab.

O SR, MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Bem, acho que em termos...

O SR. ITALO CARDOSO (PT)- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Pois não.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 59 do proc.
374 de 2000
12
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:R-15 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - Primeiro, tenho o maior respeito pelos técnicos e pelas pessoas que aqui vieram. Agora acho que temos de fazer um apelo. E aí chamo a atenção de V.Exa., que é o relator e com certeza está empenhado em construir uma proposta que tenha relação com o que pleiteia o movimento e a sociedade. É no sentido de chamar a atenção dos Secretários, porque eles são os titulares e técnica e politicamente são quem responde inclusive pela proposta enviada aqui. De certa forma é até injusto enviar técnicos que ficam em situação difícil porque politicamente não podem responder pelos números aqui colocados. Para esta Comissão é muito importante a presença do titular de cada pasta. Reafirmo o meu respeito tanto à qualificação técnica das pessoas que aqui vêm, mas não é justo colocar esses técnicos nessa situação. Não resolve o nosso problema nem o dos secretários, que não vêm aqui debater com a Comissão. Eu queria, então, se possível, que o representante da Cohab falasse qual é o valor total da dívida da Cohab. Sabemos porcentagem.

- Aparte fora do microfone.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - E 40%, tá certo, mas, quanto vale esses 40%. Estamos vendo aqui um acréscimo razoável de 56% no aumento do capital. Queremos saber exatamente isso: de quanto é essa dívida e quanto de fato desse aumento vai para pagamento da dívida.

É só essa pergunta, com a ressalva também.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB - Acolho a observação do Vereador Ítalo Cardoso, porque tem cabimento; vou insistir para essa linha ser seguida. A última pergunta é do Vereador Dito Salim, uma vez que



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 55 do proc.

374 de 3000

ISAEL P. S. MANTAS

ROD.:R-15 FOLHA:4

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

estamos com o horário estourado e daqui a 40 minutos começamos outra reunião, com duas horas de duração pela frente.

O SR. DITO SALIM (PPB) - Bom dia a todos. O que eu gostaria de entender na reunião de hoje, são os dois orçamentos que existem. Um orçamento, do qual fui relator, da LDO para 2001, da Comissão de Finanças e Orçamento; e outro Orçamento da LDO, que vem vindo do Prefeito e está conflitando, para que possamos entender os problemas dos mutirões, para que os senhores saiam daqui pelo menos com alguma coisa de concreto para que possamos conversar em definitivo a respeito dos mutirões.

Na Comissão de Finanças e Orçamento de que fui relator, demos prioridade para os mutirões, para a qual poderíamos votar em plenário uma verba de modo que a Prefeita eleita não poderia dizer que não iria executar. Agora está vindo uma relatoria da LDO do Prefeito onde isto some. Precisamos entender que é necessário chegar aos vereadores...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 56 do proc.
n.º 374 de 2000
Pancioneiro
MACHADO

ROD.: R-16 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07.11

SEM REVISÃO

Nós precisamos entender que precisamos chegar aos vereadores e pedir para ser votado em plenário, a LDO para os mutirões com prioridade da Comissão de Finanças e Orçamento. Podemos dizer a vocês porque foi pedido para vocês 97 milhões para terminar todos os mutirões. Conversando com vocês vimos que o mínimo para poder repassar seria 40 milhões. Isto para 2001, porque em 2000 o máximo que vocês tinham era 15 milhões e isso não chegou nas mãos de vocês. Então fizemos a relatoria com essa prioridade, de modo que ninguém pudesse deixar de dar esse dinheiro para vocês. Seria um dinheiro sagrado que ninguém poderia tirar de vocês. Isto foi um acordo que fizemos, na presença do Juvenal, que está aqui, para que fosse uma realidade para todos os mutirões.

Quero insistir com todos os senhores e senhoras, para que vão até os gabinetes dos vereadores e façam votar esta prioridade para os mutirões: são 40 milhões. O pedido de vocês é de 97 milhões. Os 40 milhões seriam destinados, sem corte de verba.

Portanto, gostaria que os senhores, que são técnicos da Cohab, entendessem esta forma simplificada que está na Câmara Municipal de São Paulo: ou votaríamos essa LDO para os mutirões, dentro desta prioridade, ou vamos ter, sem nenhuma prioridade, a LDO que vem do Governo Pitta, que não especifica nenhum valor, para dizer que há uma prioridade que vai gastar. Simplesmente eles vão dar o dinheiro que vai vir, sem definir a importância dos mutirões.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Agradecemos as observações do nobre Vereador Dito Salim. Vamos, evidentemente, levar em conta.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 57 do proc.
n.º 324 de 2000
e funcionário ISABEL P. S. HANASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.: R-16 FOLHA: 2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07.11

SEM REVISÃO

Pedimos desculpas ao Sr. Emílio Ivo mas as condições não permitem mais perguntas.

Estou encerrando a reunião, que é a primeira do Orçamento 2001, determinando que as notas taquigráficas aqui originadas sejam anexadas, convertendo-se em ata dos trabalhos.

Muito obrigado a todos, até as 13h, com o início de uma nova seqüência: Câmara Municipal, Tribunal de Contas, Secretaria dos Negócios Jurídicos, Gabinete do Prefeito, Fundo de Turismo, Anhembi e Secretaria de Planejamento.

Muito obrigado e bom dia.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 58 do proc.
n.º 374 de 2000
o Tratamento Financeiro

ROD.: R17 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Declaro aberta a segunda reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento, para tratar do PL 374/00, que dispõe sobre a proposta orçamentária para o exercício de 2001.

Nós temos para hoje à tarde, das 13 às 15h, e como todo mundo sabe o nosso limite de 15h é improrrogável à vista da abertura da sessão ordinária, coisa da qual não podemos escapar, os comentários de Câmara, Tribunal de Contas, Secretaria dos Negócios Jurídicos, Gabinete do Prefeito, Fundo de Turismo, Anhembi e Secretaria do Planejamento.

Vamos iniciar com o Orçamento da Casa, com o esclarecimento relativo ao orçamento da Casa, a proposta inicial, quais são os comentários, para que a Comissão possa ter mais detalhamento sobre essa informação.

Dr. Luiz Carvalho Diniz, Diretor-Geral, por favor, com a palavra durante os dez minutos para esclarecer, em linhas gerais, o orçamento da Câmara.

O SR. LUIZ CARVALHO DINIZ - A proposta orçamentária para 2001 sugerida pela Câmara é de R\$ 259.834.000,00. Encaminhada para a Prefeitura, foi feito um corte para R\$ 216.974.500,00. Então, nesses cortes foram tiradas algumas dotações como obras, dotações como INSS, são obrigações patronais, e fizemos algumas alterações propondo para o Orçamento alguma emenda, que a Dona Lilian, da Contabilidade, vai expor.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 59 do proc.
374 de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: R17 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

A SRA. LILIAN - Então, dentro do que foi proposto pela Prefeitura a gente achou imprescindível fazer alguns remanejamentos de forma a não deixar algumas contas muito descobertas. Então, tínhamos solicitado um valor para a TV Câmara de R\$ 2.500.000,00, esse processo ainda está em pendência e resolvemos remanejar esse valor então jogando R\$ 120.000,00 na verba 33-11. Esses 120 mil seriam para estar atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito à contratação de terceiros. Os serviços de terceiros, no nosso caso, seriam as ascensoristas, que são os cargos vagos que a gente contrata através de uma empresa. Então, isso aí seria uma verba de pessoal que a gente estaria incluindo na nossa 31-11. E também jogando um valor de R\$ 2.280.000,00, que seria a diferença, na verba 31-11, despesas de exercícios anteriores. Essa verba foi zerada, a justificativa seria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas, dando uma lidinha um pouco melhor nessa lei, entendemos que, como está escrito no artigo 42, o que não pode acontecer é nos dois últimos quadrimestres o dirigente da Casa contrair despesas que não possam ser pagas durante o exercício. Essas despesas que a gente tem em 31-92 hoje são despesas decorrentes do INSS de cargo em comissão que aconteceu, passou a ser despesa da Câmara, a partir da Emenda Constitucional n.º 20, que diz que os cargos em comissão serão regidos pela Lei Geral da Previdência. Então, achamos por bem estar remanejando esse valor de 2.280 na 31-92. E o resto vai ser mantido.

O SR. LUIZ CARVALHO DINIZ - Está finalizado, Sr. Presidente.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 60 de proc.
n.º 374 de 2000
o Y Ações La
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Acm. Geral III

ROD.: R17 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 07-11-00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Eu queria então abrir para o Vereador Ítalo Cardos, para algumas questões relativas ao orçamento da Câmara.

O SR. ÍTALO CARDOSO - ... (R18 - Denise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 61 do proc.

n.º 374 do 2º 2000

ROD.:R18 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - É um orçamento, com certeza, em números de fazer inveja a muita cidade de médio porte. E já podemos debater um pouco essa questão da Câmara Municipal no episódio do debate da LDO. E o que se vê é que, inclusive, aquele famoso anexo 4 foi tirado na proposta original. Tem duas questões que eu queria ver: primeiro seria a emenda do Esperidião Amim, 25/2000, quero saber como está considerado no orçamento aquela emenda que diz que não pode gastar mais do que 70%. É o limite? E como estão os inativos, estão dentro da proposta ou fora? E a outra questão é em relação à TV Câmara, quero saber como ficou na proposta da Câmara Municipal a dotação para retomar os trabalhos da TV Legislativa.

O SR. - A Câmara está dentro da emenda Amim 70% da folha de pagamento. Há entendimento que o inativo não entra na composição. A TV Câmara, na nossa proposta inicial encaminhada à Prefeitura, está contemplada na dotação, mas como não está no ar e não existe licitação, estamos encaminhando a sua dotação para Obrigações Patronais.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Então, não existe dotação?

O SR. - Existem 100 mil reais para a TV Câmara, quando houver a licitação, se necessário, será suplementada dependendo da Prefeitura no ano que vem.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - E esse valor é suficiente para tocar?

O SR. - Os 2,5 milhões previstos na nossa proposta para a prefeitura está prevista não só para ela, como a obra e troca da frota de carros e informatização do prédio.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-01 Adm. Geral III

Folha n.º 62 do proc. 374-300

ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.:R18 FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quero dizer, na condição de quem levantou o debate sobre o que considerava como excesso no debate da LDO, que acho muito importante nesta comissão - e chamo a atenção de V.Exa. quando for elaborar o seu relatório - a importância para um processo democrático na cidade de São Paulo que tenha a TV Câmara. Foi a grande inovação na cidade de São Paulo tanto a implementação da TV Municipal quanto da Assembléia Legislativa. É a possibilidade concreta da população, do munícipe de acompanhar o debate cotidiano dentro do Poder Legislativo.

Dentro da Câmara Municipal houve por um período um debate acerca da eficácia e a quem estava servindo esse canal de TV. Acho que esse debate tem de extrapolar a Câmara Municipal e ver qual seria a serventia desse canal de TV para a cidade de São Paulo e não para os interesses internos e debates políticos e ideológicos que ocorrem dentro da Câmara Municipal entre os 55 vereadores.

Por esse motivo, chamo a atenção de que teremos de conversar com os técnicos, com a direção geral e ver qual seria o aporte necessário para que esse canal possa voltar a funcionar e a população possa acompanhar com mais proximidade o Poder Legislativo e também a vida política na cidade de São Paulo. Por isso faço essa questão, deixo pendente esse debate para ser feito da importância que é a retomada da TV Legislativa. E para isso, evidentemente, teremos de ter dotação, recursos. Podemos até fazer um reestudo de onde remanejar e se necessário teremos de fazer isso, mas acho muito importante retomar o canal de TV da Câmara Municipal.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 63 do proc.

n.º 374 de 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO
M. Adm. Coral III

ROD.:R18 FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Aproveito o ensejo para solicitar do Sr. Diretor qual seria a verba mínima razoável para essa questão da TV Câmara. Devo confessar que inicialmente eu não era extremamente favorável à idéia, mas eu passei a admitir que é importante de que o serviço de utilidade pública que a TV Câmara estabelece cria condições para que se retome a possibilidade da TV. Falo até com reforço moral na medida que não tendo sido eleito, reconheço que a possibilidade de informação que a TV Câmara transmite é muito importante. Qual seria o valor que o senhor imaginaria só para efeito de informação desta relatoria desta comissão?

O SR. - O anual seriam 2,5 milhões de reais que já está contemplando em um de nossas propostas. Trouxe uma com 259 milhões, o que foi sugerido pela Câmara Municipal.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - A TV Câmara qual seria o valor?

O SR. - 2,5 milhões de reais.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Isso é o que está proposto aqui.

O SR. - Está proposto, mas como não está havendo uma licitação e estamos dependendo do Tribunal de Contas para abrir essa licitação, estamos transferindo essa dotação para Obrigações Patronais porque esse tipo não dá para cumprir o ano inteiro.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Então, esse saldo foi feito transferido para completar outro item?

O SR. - Outro item, Obrigações Patronais.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DE 101 P. S. HANASIRO

61. Alm. Copi II

Folha n.º 64 do proc. 374/2000

ROD.:R18 FOLHA:4

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:07-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Entendi. Agora a questão das reformas que foram eliminadas, qual seriam as reformas complementares que existem ainda?

O SR. - O total das reformas seria em torno de 9,980 milhões: impermeabilização do 14º andar onde se encontra o heliponto, impermeabilização da marquise do 3º andar, infiltração na biblioteca, instalações laterais do prédio da Câmara que não foram terminadas, instalações elétricas que não foram terminadas.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - No item informatização....Márcia



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 68 do proc.

n.º 374 de 2000

Paulo

ROD.: R19 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

No item "Informatização" V.Sª está me informando que também não vai ser possível atender, é isso? Em que pé está hoje o projeto?

O SR. _____ - O projeto se encontra parado em virtude da falta de recursos... Não existe dotação orçamentária para aquisição desse material. Foi sugerido pela Câmara, a Prefeitura manda a proposta diminuindo o valor dessa dotação para aquisição desse material.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Com a palavra, Vereador.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quanto representa em percentual do total, mesmo desse total já abatido dos 216 milhões, se alguém tiver uma calculadora, quanto significa os 2,5 milhões que seriam necessários para tocar a TV Câmara? Só para ter uma noção.

O SR. _____ - 474.500.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Dá 1%? 1,16% do total do orçamento da Câmara Municipal. Então eu gostaria de reforçar mais uma vez que se leve em consideração isso. Nós precisaríamos mexer nisso que já está previsto, 1,16%. Nem proponho que venha de outra dotação, que venha de fora. Mas que dentro da dotação a gente faça um remanejamento, fique bem claro, dentro do que já está proposto.

O SR. _____ - Não tem como remanejar 2,5 milhões a mais de outra dotação; todas as outras dotações estão dentro do seu limite.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - De qualquer maneira, vai ficar registrado na comissão... (FALAS CONCOMITANTES) ... pelo Vereador Ítalo Cardoso e por mim mesmo, para numa posterior



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 66 do processo
n.º 374 de 2000
O. P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R19 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

argumentação a nível interno, verificar de que maneira nós vamos poder eventualmente suprir essa questão. Alguém mais quer fazer alguma pergunta sobre despesa da Câmara?

Bom, dentre o público presente ninguém está se manifestando. Então eu queria agradecer a presença do Sr. Diretor, pedir que V.Sª volte ao seu lugar, e que em seguida o pessoal do Tribunal de Contas venha até à mesa: o Sr. Noé D'Agostini Neto e o Sr. Flávio Luiz Manafi, por favor.

Bem, dentro do mesmo espírito vou solicitar ao Sr. Noé D'Agostini Neto que faça uma explanação básica do tipo de aplicação de recursos que o Tribunal de Contas espera para 2001, fazendo algum comentário com relação a gastos com o pessoal e gastos com recursos de infra-estrutura, e eventualmente com o tipo de recurso alocado para reforma eventual da edificação.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Esse orçamento para 2001 praticamente repete os números do orçamento vigente de 2000. Nós temos para todas as dotações do Tribunal, exceto Pessoal, 4.091.000. E para o ano de 2000, 4.100.000. A expectativa é que nós gastemos até o final do ano cerca de 3,9 milhões. Isso significa que para o próximo ano nosso orçamento já está no limite. Ele foi feito levando em conta a Lei de Responsabilidade, que está impondo limites, que estão sendo respeitados. Realmente já estamos, desde 1998, no tribunal, procurando reduzir todas as despesas e trabalhando já muito próximo do que é possível. O orçamento que nós apresentamos para a G.O. é basicamente o que a G.O. trouxe para a Câmara. E são, a nosso ver, os números mínimos possíveis para o Tribunal funcionar no próximo ano.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 67 do proc.

374 do 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R19 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Uma pergunta: a questão da informática. Evidentemente, hoje em dia é matéria-prima indispensável. Já foi implantado um sistema de forma integrada no Tribunal de Contas? Em que pé está esse projeto?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - A parte de informática do tribunal ainda não está estruturada como gostaríamos, porque nos últimos anos tem havido cortes nas dotações, principalmente no investimento de informática, daí não é possível fazer que o tribunal está informatizado, mas na medida do possível está sendo sempre tentado. Para esse próximo ano, temos para informática 830 mil, sendo 750 mil para parte de outros serviços e encargos e grande parte, cerca de 400 mil, é destinada à Prodam. Para investimentos em informática para este ano 2000, nós contamos somente com 10 mil reais. É evidente que com 10 mil não é possível informatizar...

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Não sei se você já tem condições de responder, mas os processos todos em andamento no tribunal hoje já estão dentro da rede de informática; já são identificados e selecionados por algum critério ou não? Já tem equipamento para isso?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Em termos de trâmite do processo, sim. Agora, das decisões, jurisprudências, coisas desse tipo ainda não.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Estou vendo aqui a questão do fornecimento de refeições. Isso é feito de que forma? Da forma da contratação de serviços de auxílio-refeição?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Há uma empresa...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 P. C. MARQUES

Folha n.º 68 do proc.

n.º 374 do 2º

de 1990

ROD.: R19 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - É uma quantia bastante grande, hem?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - São 528 mil reais para o ano de 2000. Há uma empresa contratada que fornece cerca de 350 refeições por dia.

ESSA EMPRESA FORNECE...Camilo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 69 do proc.

n.º 374 do 2000

o 1.º funcionário

Assinatura

ROD.:R20	FOLHA:1	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:07/11/00	SEM REVISÃO

Essa empresa fornece cerca de 350 refeições por dia, com custo unitário de 4,50 reais. Para alguns funcionários que fazem serviço externo, o vale-refeição atual é de 7,25 reais. São cerca de 70 vales-dia.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Quanto à renovação de equipamentos e material de consumo, há alguma política em andamento no Tribunal de Contas?

O SR. - Quanto ao consumo, neste ano, tivemos orçamento bastante prejudicado. O consumo de informática foi de 70 mil reais, e consumo da parte da administração geral, 300 mil reais. Por isso, estamos trabalhando próximo ao limite mínimo. Os estoques estão sempre dentro do razoável, mas próximo do mínimo.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Tem a palavra o nobre Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Na verdade, há a Câmara Municipal de São Paulo, um debate sobre o Tribunal de Contas, que vai de A a Z. Há propostas para se pedir a extinção do Tribunal, e há propostas de se incorporar as despesas do Tribunal na dotação da Câmara Municipal de São Paulo, incorporando também os servidores que lá prestam serviço. Então, analisar aqui esta proposta é verificar que não há nenhum tipo de alteração no que hoje é o Tribunal de Contas.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, levantamos muito questionamentos quanto à quantidade de pessoas lotadas ali, em cargos de confiança numa Casa que tem vocação eminentemente técnico.

Sr. Presidente, são questões que se fossem levadas por este lado, nosso questionamento seria muito mais político do que dos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 20 do pres.

374 de 2003

P. S. HANCOCK

ROD.:R20	FOLHA:2	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:07/11/00	SEM REVISÃO

números aqui colocados. Só gostaria de entender essa questão, em relação a esta dívida com exercícios anteriores. Essa quantia é da ordem de 50 milhões.

O SR. - Despesas de exercícios anteriores para pessoal, 50 mil reais.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Com relação aos números, meu questionamento é outro. Isso faremos no plenário.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Esse ponto é mais filosófico, no sentido de haver ou não Tribunal. É outra questão.

Registro a presença do nobre Vereador Mohamad Said Mourad.

Algum do presentes quer fazer alguma indagação? (Pausa) Não havendo mais oradores, agradeço a presença dos representantes do Tribunal de Contas. Aguardem aqui, no plenário, para a próxima sessão.

A Secretaria Municipal do Planejamento está presente, representada pela Sra. Alice Omoko Sumitomo e pelo Sr. Lair Aparecido Marques.

Agradeço a presença de todos.

- Conversas fora do microfone.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Dentro das regras que estabelecemos aqui, haverá alguns minutos para que haja apresentação geral. Depois, eventualmente, poderemos fazer algumas perguntas.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 71 do proc.
n.º 324 de 13000
ISABEL P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral III

ROD.:R20 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:07/11/00

SEM REVISÃO

O SR.

- O Orçamento proposto pela

Prefeitura do Município de São Paulo para a Secretaria Municipal do Planejamento está bem enxuto;. é composto basicamente de recursos para atividades normais da Sempla, valor, locação do imóvel que atualmente a Secretaria utiliza, e a maior parte se refere a pessoal, num total aproximadamente de 9 milhões, e 6 milhões é com pessoal. O restante, 3,3 milhões aproximadamente, é destinado para atividades normais da Sempla, administração do gabinete, manutenção da frota, aluguel e despesas com energia, atividades normais que a Sempla gasta.

No que se refere a projetos, houve uma proposta com valores maiores, mas acharam por bem adequar a situação do Município, colocando valores simbólicos. Por exemplo, o Sig(?) é um projeto muito caro.

Se for desenvolver a administração (Idelci)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 72 do proc.
n.º 374 de 2000
P. S. HANASHIRO
Ass. Gen. (Cezar III)

ROD.: R-21 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Se for desenvolver a administração, resolver desenvolver esses projetos, aí serão suplementar. A idéia é esta.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Bom, a não ser a parte da estrutura, estou achando estranha a falta de recursos para projetos, porque a Secretaria de Planejamento fundamentalmente é isso, não é?

O SR. _____ - É.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Estou vendo que existem projetos, alguns até antigos, que continuam aqui, como por exemplo, os de geração de empregos e recuperação de renda...

O SR. _____ - Esse tem, porque existe um...

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Está aqui.

O SR. _____ - Existe um contrato a nível nacional. É o Pronager. Esse foi o único projeto que foi contemplado com uma valor razoável.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Maior.

O SR. _____ - Os outros todos têm um valor simbólico.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - A caracterização da Secretaria está muito mal qualificada, no meu entendimento; porque uma secretaria de planejamento que não tem recursos para projetos, praticamente está falida, não tem condições de sobrevivência.

O SR. _____ - É, foi o que...

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - E a manutenção de uma estrutura... Isto vai requerer por parte da Comissão, talvez fazer uma



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ABEL P. S. HANASHIRO
C. J. Adm. Geral III

ROD.: R-21 FOLHA: 2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

indagação e uma convocação extraordinária da própria Secretária - que, aliás, a gente lamenta não ter vindo - para poder justificar. Não é possível a Secretaria ficar numa relativa passividade, aceitar essa condição...

O SR. _____ - Não, na realidade a nossa proposta, feita para a Secretaria das Finanças, os projetos foram contemplados com valores. Mas é como eu disse, provavelmente por problemas de adequação orçamentária ou adequação à situação econômica do Município, a SF resolveu cortar esses projetos, deixando um valor simbólico. Na proposta que a Secretaria ofereceu à Secretaria das Finanças todos os projetos foram contemplados com valores relativamente... Aí, se a Secretaria das Finanças houve por bem cortar... O senhor pode ver que os valores que tínhamos proposto para esses projetos são bem diferentes dos que a Secretaria das Finanças colocou na proposta encaminhada.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Muito bem. Estou achando que a Secretaria está empobrecendo ao longo do tempo, em vez de se enriquecer. Vereador Ítalo Cardoso quer fazer alguma pergunta?

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - O número, 10 milhões, realmente perto das outras dotações... O que chama a atenção é que mais de 6 milhões é para a folha de pagamento. Então, efetivamente para a Secretaria, para projetos, não vai sobrar nada, porque vai ter: frota, aquisição de vale-refeição, aquisição de veículos, serviços... Quer dizer, para projetos, como o de recuperação de renda e geração de empregos tem 500 mil. O projeto de implantação do polo industrial da zona Leste, tem 10 mil; está praticamente jogado para as calendas.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 74 do pres.

374 de 2000

Func. S. HANASHIRO

DT-10 S. HANASHIRO

DT-10 S. HANASHIRO

ROD.: R-21 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Alem do quê, não fala nada - seria bom que os técnicos falassem um pouco - de como anda o projeto do Plano Diretor, que também é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento. Parece que não há nenhuma preocupação de dar continuidade a isso.

O SR. _____ - A Secretaria Municipal de Planejamento tem desenvolvido muitos projetos com o pessoal da casa. Tanto é que se for verificar a parte de pessoal, temos muitos técnicos qualificados. A parte do Plano Diretor depende muito desta Casa também. Já foi encaminhado o projeto, que está em discussão. Estamos aguardando uma definição da Câmara Municipal. Agora, com relação aos outros projetos que a gente poderia contratar, a Sempla desenvolve com os técnicos da casa mesmo. Talvez a Administração tenha optado por desenvolver os projetos, não contratar terceiros ou coisa parecida; com exceção do projeto de geração de renda e emprego, que existe um contrato a nível nacional, de transferência de recursos para a FAO (?)

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Vereador Mohamad Said Mourad gostaria de fazer alguma pergunta? (Pausa) Por favor.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Sr. Presidente, com referência à parte do sistema de informações geo-referenciadas (?). É uma questão exclusiva do planejamento. Correto? (Pausa) e estamos vendo que em 1999 não foi praticamente usado nada da verba do Orçamento na execução, foi executado pouco. E havia 1 milhão para esse setor. A Secretaria de Planejamento precisaria adiantar muito esses procedimentos para que a gente possa estar atualizado e tenha os dados de forma muito mais rápida, para que a gente possa encontrar soluções para os problemas da nossa cidade. Essa reivindicação que foi feita no



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 76 do pres.
n.º 374 do 2000
P. S. HAMADIRIO

ROD.:R22	FOLHA:1	TAQ.:beth	COMISSÃO:finanças
ORADOR:		DATA: 07-11	SEM REVISÃO

...projeto inteiro, ou se você não tiver para tocar o projeto inteiro não adianta aliciar porque é um projeto caro. Fizemos uma licitação e ficou em torno de 21 milhões, só a licitação na parte de aerofotogrametria e depois ainda teria um valor que seria para contratar uma empresa para gerenciar.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - No orçamento aprovado para esta ano entidades e pessoas físicas estavam levantando esses dados de áreas, regiões e distritos de nossa cidade praticamente sem nenhum custo e a empresa que fez todo esse trabalho, acredito que haveria condições de em uma outra forma, talvez até sem gastar esses 23 milhões, de termos esses dados. Não sei o que a Secretaria de Planejamento fez nesse sentido. Se formos esperar para se fazer a licitação ou para se pagar os 23 milhões de reais...

O SR. - A Secretaria realmente está procurando parceria com pessoas que sejam interessadas em desenvolver esse projeto com o menor custo, até custo zero para a Prefeitura mas esses parceiros até agora, pelo que eu saiba, não houve uma definição, mas que se está procurando parceria estamos, não só a Secretaria do Planejamento como outras como a SAR, quem estiver interessada nesse Geoprocessamento, estamos procurando parceiros.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Algum dos presentes gostaria de fazer alguma pergunta?

Agradeço ao representante da Secretaria do Planejamento e que posteriormente, no prosseguimento dos trabalhos será eventualmente reconvocato para uma conversa no âmbito de comissão. Obrigado.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1

Folha n.º 28 do pres.
374 do 2000
LH
ABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:R22 FOLHA:2

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Relacionado ao Gabinete do Prefeito, ao que me consta está representado aqui somente o pessoal do Anhembi. Pergunto ao Dr. Nei para dar um esclarecimento básico sobre o orçamento e sobre as divisões e o famoso déficit e em que proporção existe no Anhembi.

O SR. NEI - Os dados constantes na Proposta Orçamentária que temos em mãos são os valores definidos em reunião de diretoria na empresa e encaminhados à FGM. Não temos os valores consolidados que FGM encaminhou para a Casa. Vou encaminhar para vocês o que foi a nossa proposta orçamentária e o que encaminhados à FGM.

Nossa proposta orçamentária para 2001, conforme nosso relatório, tem um valor total de 125 milhões discriminados da seguinte maneira: receita própria 35,5 milhões de reais. Serviços prestados basicamente à Prefeitura Municipal de São Paulo, ou seja, ela utiliza toda uma infra-estrutura da nossa empresa, da Anhembi Turismo e Eventos, para realização de diversos eventos, de pequeno, médio e grande porte. Esse montante é no valor de 18 milhões de reais. O maior desses eventos é o Carnaval, de conhecimento de todos, vem crescendo ano a ano e nesse ano, particularmente em 2001 vai ser realizado em duas datas diferentes, na sexta e no sábado, portanto, a nossa proposta tem um valor um pouquinho maior do que o do ano passado, 20,5 milhões. Temos os terminais turísticos, nosso terminal 25 de março, muita gente não conhece, onde recebemos uma gama muito grande de ônibus vindos do interior, para fazer o turismo de compras, geralmente no final de semana. Nós administramos esse terminal e temos uma verba de 100 mil reais, para cobrir os custos. Temos para a administração do FUTUR, que é o Fundo Municipal de Turismo, o valor de 200 mil reais,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 18 do proc.
374 do 2000
P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:R22 FOLHA:3

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

para que cubra todos os custos da realização dessas reuniões que são feitas no recinto da Anhembi Turismo e Eventos. Basicamente é isso, além do aumento de capital que lançamos que é o valor necessário ao saneamento da empresa no que se refere a contas passadas, ou seja, a dívidas acumuladas que já vêm por mais de 10 anos, vão sendo roladas como o IPTU, o COFINS, o ISS e isso atingiu um valor muito grande. Mas nós temos um valor de aumento de capital de 34 milhões de reais. Além disso temos também no plano de investimento no valor de 17 milhões de reais que seria o valor necessário para a ampliação e modernização do parque. Como vocês todos sabem temos perdido gradualmente feiras para outros estados. Isso significa o quê? Menor receita para a empresa, menor receita para a Cidade. Então, é indispensável, é imprescindível a aprovação desse item, pelo menos, que seria o aumento de capital relativo ao plano de investimento que seria a única maneira de fazermos frente à concorrência que temos enfrentado no dia a dia. Basicamente é esse o nosso orçamento encaminhado à FGM.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Vou perguntar ao coordenador do nosso orçamento se existe a contrapartida definida, do Anhembi. Qual é o número total? Os senhores entenderam. A solicitação feita monta?

O SR. NEI - Para saneamento da empresa e aumento relativo ao plano de investimento montaria no total 34 milhões mais 17 milhões. Seria 51 milhões. Existe a verba, e isso é um repasse da Prefeitura, não é um aumento de capital que é a verba do Carnaval, propriamente dito onde solicitamos 21,5 milhões de reais. Por quê? No ano passado tivemos aprovado 13 milhões de reais, como verba para o Carnaval. O



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 79 do proc.
374 de 2020

ISRAEL P. S. HANASHIRO
Cf. Adm. Geral III

ROD.:R22 FOLHA:4

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

que acontece? Esses valores excedem os 13 milhões e a empresa acaba arcando com o que excede. Nós não temos a contrapartida disso por isso solicitamos uma verba maior para o evento Carnaval especificamente. ~~da~~ (dagmar)



Folha n.º 80 do proc
n.º 374 de 2000
Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10
JOAQUIM P. S. HANGSHIRO
Ass. Cont. 14

ROD.:R23	FOLHA:1	TAQ.:dagmar	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA: 07-11	SEM REVISÃO

A informação que tenho é que foram aprovados só 7 milhões, enquanto no ano passado tivemos realizados 15 milhões porque cortamos custos de todos os lados. Este ano teremos um dia a mais de evento e pela informação que tenho vamos receber 7 milhões. É crítica a situação.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Gostaria de indagar sobre a política de saneamento da empresa. Ela acabou ficando em foco durante muito tempo por conta das denúncias apresentadas aqui na Câmara. Mas sei que depois foi feita uma revisão e um saneamento interno quanto a salários e contratações. Qual é a situação real da empresa hoje?

O SR. - Esse é um esforço definitivo da empresa para saneamento das nossas despesas operacionais básicas. Existe todo o empenho da diretoria para que haja diminuição no número de funcionários, e esse saneamento tem ocorrido ao longo do tempo, embora não na proporção desejada. Mas o nosso grande problema é na obtenção de novas receitas pela necessidade do plano de investimento que temos. Precisamos modernizar o nosso pavilhão. Temos hoje grandes áreas que oferecem serviço melhor. Ao lado do Anhembi temos o Shopping Center Norte que tem quase a mesma área de locação, com plano de apresentar mais 20 mil metros quadrados no próximo ano. O Centro de Convenções do Rio de Janeiro tem condições melhores do que a nossa. Hoje precisamos investir também na parte de energia elétrica devido ao problema da sobrecarga, e não temos recursos para modificar o nosso sistema, então temos de fazer contratações extra de geradores e pela dificuldade o contratante acaba optando por um segundo. Se não modernizarmos rapidamente, ficará difícil sanear porque a nossa



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 81 do proc.

n.º 374 de 2000

ISAEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:R23 FOLHA:2

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

geração de receita própria está no limite. E só vamos conseguir mais com novos investimentos, não há outra maneira.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Portanto, o que V.Sa. está colocando é que para preservar a possibilidade dos 35 milhões de receita há que se gastar por ano quanto?

O SR. - Temos necessidade básica, iminente, para modernização do pavilhão, do nosso palácio de convenções, pois todos sabem que não podemos mais receber um grande show por falta de equipamentos de audio e luz adequados, do valor de 17 milhões, que temos lançado. Mensalmente seriam necessários no mínimo 3 a 4 milhões de investimento para que a curto prazo tenhamos condições de obter um acréscimo na receita.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito bem. Vejo que a Comissão terá de fazer uma análise mais criteriosa sobre a questão do investimento mínimo para preservar a possibilidade de crescimento da receita, o que vai permitir o equilíbrio do Anhembi. Aliás esse é o grande drama do setor público muitas vezes, não conseguir entender que pode ser perfeitamente rentável dentro dos seus limites - e o Anhembi é o tipo de equipamento que pode até ser rentável, embora de propriedade pública - na medida em que ele seja tratado adequadamente em matéria de investimento para modernização. Do contrário, o destino do Anhembi acaba sendo a privatização, que é um conceito que parece estar se desenvolvendo.

O SR. - Exatamente. Não a privatização em si do patrimônio público mas a terceirização da gestão para uma



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 82 do proc.

n.º 374 de 290

RADEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Coord. II

ROD.:R23 FOLHA:3

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

empresa com o aporte de capital necessário à modernização do equipamento.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Nós tivemos durante o ano passado e este ano uma série de denúncias sobre trabalhadores irregulares no Anhembi. Então queria saber qual é o total de funcionários e da folha de pagamento.

O SR. - São 819 funcionários e a previsão deste ano é de 18.870 milhões de reais.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD (PL) - Estamos falando do Anhembi e do Fundo de Turismo, duas coisas importantes. Fazendo uma comparação com os orçamentos anteriores, vemos que em vez de se gerir e ter verbas próprias a Prefeitura é obrigada a repassar constantemente verbas para o Anhembi. Então o Anhembi não está se autogerindo. Em nossa Comissão de Turismo, Gastronomia e Lazer da Câmara temos recebido constantemente...



Folha n.º 83 do proc.
374/2002
Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10
SANDY P. S. YAMASHIRO

ROD.: R24 FOLHA:1

TAQ.: regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

...que nós, na nossa Comissão de Turismo, Lazer e Gastronomia da Câmara temos recebido constantemente do trade de turismo, do trade de feiras e eventos que o custo do Anhembi está muito alto. Muitos deles estão fazendo duas feiras e eventos em outros locais, como o Centro Têxtil, ao lado Ceasa, ou em outros locais. Estamos tendo informação aqui que em breve a cidade de Guarulhos também vai ter um centro de convenções, não sei se do porte ou talvez até maior do que o Anhembi, com certeza afetará mais o Anhembi. A Feita de Tecelagem ficou boa parte no sul e quando feita aqui, foi dividida, uma parte aqui e outra no Centro Têxtil. A administração, o gerenciamento do Anhembi, não estaria sendo feito de forma incorreta acarretando custos, acarretando ônus para a Prefeitura do Município de São Paulo/ Nós não estaríamos diante de um elefante que temos de cuidar?

Queria dizer uma outra coisa: o fundo de turismo, importante, que foi 500 mil, foi pedido 10 milhões para este ano e só foi dado 500 mil, e nem os 500 mil foram liberados. É justamente o fundo do turismo que ajudaria a implementar, ampliar, gerar novos empregos, a criar situações melhores dentro da nossa cidade, através da rede de hotéis, dos bares e restaurantes e lazer da cidade de São Paulo.

Temos então de reformular a política em relação ao Anhembi, ao fundo de turismo. E quero pedir ao relator que automaticamente possa reforçar o fundo de turismo, o nosso relator Miguel Colasuonno, já foi Presidente da Embratur e sabe o valor e o trabalho do setor de turismo e o que o setor pode fazer pela cidade de São Paulo, para gerar empregos na cidade de São Paulo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 84 do proc

n.º 374 de 2020

ROD.: R24 FOLHA:2

TAQ.: regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

Queria também aproveitar e levantar uma outra questão. Foram encaminhados ao Anhembi 3 ofícios referentes ao Carnaval e a administração do Carnaval, as entradas, a distribuição, até o momento não tivemos uma resposta quanto a isso. Teve Vereadores da própria comissão que estavam dando entrada em pedido de CPI para fazer, porque não tivemos informação quanto a isso. O Carnaval também foi colocado no Orçamento para esse ano, e que depois não foi aprovado, que deveria ser em duas etapas. É claro que precisa de verba este ano para que se possa promover e gerir o Carnaval do ano que vem, mas com as parcerias, com tudo que é feito, na verdade parte da verba aplicada deveria retornar, mas não é isso que está acontecendo. Foi colocado no sentido de se criar no Carnaval duas etapas, a verba deste ano para o ano que vem e a verba que foi utilizada ou que foi devolvida no próprio ano da realização do Carnaval. É só isso.

O SR.

- Queria dizer o seguinte: em relação aos ofícios referentes ao Carnaval, eu realmente não tenho conhecimento, precisaria indagar da diretoria para que apressem uma resposta à Casa. Com relação ao Funtur, o Vereador fez uma colocação que realmente cabe perfeitamente. A cidade de São Paulo hoje é responsável por 90% da captação do turismo de eventos e negócios em todo país. Captamos aproximadamente 35 mil eventos anuais, de pequeno, médio e grande porte, temos aproximadamente 35 mil expositores na realização desses eventos e um público de 4,2 milhões de pessoas nos eventos. É evidente que todo esse potencial, o futuro, o Fundo de Turismo Municipal evidentemente teria de ter mais recursos para promover todo esse



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 85 do proc.

n.º 374 de 2000

Fls. 12

ROD.: R24 FOLHA: 3

TAQ.: regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

potencial estagnado por falta de recursos. A nossa solicitação deste ano e de verba para o futuro excede em muito aos 3 milhões do ano passado, existe uma plano bastante detalhado, que posso lhe oferecer depois uma cópia, e pelo que me consta agora temos aprovado 500 mil reais. Evidentemente que todo esse potencial, isso daí, a arrecadação municipal subiria em muito, evidentemente, se tivéssemos mais recursos para investir no turismo municipal, não tem nenhuma dúvida. Isso é alguma coisa a ser revista, eu acho que o Presidente deve realmente, esse é um item bastante importante, acho que vocês devem fazer uma solicitação para que haja verba maior destinado ao futuro, porque realmente vamos gerar uma série de recursos, impostos, mas que acaba se diluindo, sem nenhuma dúvida.

Em relação, mais uma vez, a administração em si do Anhembi, gostaria de dizer que a nossa capacidade de geração de receita está limitada, está estagnada em função da nossa falta de infra-estrutura. Sem investimento em infra-estrutura, não vamos conseguir gerar mais receitas. Portanto, não é má administração e sim falta de infra-estrutura necessária para geração de maior receita.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Algum dos presentes tem mais alguma pergunta a fazer? (Pausa)

Queria fazer duas considerações referentes à questão do Anhembi, em que existem duas realidades muito claras. O Anhembi, gerador de recursos, gerador de empregos; e o Anhembi como empresa. Não vejo dúvidas que caminhamos rapidamente para a necessidade da privatização do gerenciamento, tendo em vista a dificuldade



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 86 do pres.
n.º 374 de 2000
V. Denário
Ass. J. J. VASCONCELOS

ROD.: R24 FOLHA: 4

TAQ.: regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 07-11

SEM REVISÃO

orçamentária que a Prefeitura tem entre investimento social e a manutenção da cidade, de um lado, e de outro lado a inexistência de recursos para fazer uma manutenção específica para a Anhembi em termos de infra-estrutura física e econômica, temos dois caminhos. Talvez a comissão vá caminhar para uma possibilidade de reforço para o Fundo de Turismo, que é fator gerador fundamental para a cidade de São Paulo, na manutenção de uma atividade multiplicadora, redistribuidora de renda, que é o turismo, conforme o Vereador Mohamad Mourad acabou de colocar.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-101 P. S. NANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:R25

FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 7 11 2000

SEM REVISÃO

... e assim por diante, que é o turismo, conforme o Vereador Mohamad Said Mourad acabou de colocar, com o que estou de pleníssimo acordo.

Talvez aconselhar que o processo de privatização deva ser acelerado tendo em vista que ficar no ponto em que está agora é o pior ponto possível. Não está nem servindo à atividade pública, muito menos atendendo a uma geração de receita e de emprego para a cidade de São Paulo. Portanto, a idéia de privatização tem de ser levada mais a sério, e acelerada, na medida do possível.

Essas são as duas observações preliminares que se estão fazendo tendo em vista a explanação trazida pelo Dr. Nei em relação ao orçamento de São Paulo.

Vou ter de suspender os trabalhos porque a Secretaria de Negócios Jurídicos não enviou nenhum representante. Estou reconvocando para que haja uma apresentação dos trabalhos proximamente. E do gabinete do Prefeito também estamos reconvocando. Estamos informados de que há reunião exatamente no gabinete discutindo a transição de Governo. Em função disso, não teria vindo nem o Secretário de Negócios Jurídicos, nem alguém do gabinete. Está suspensa a sessão.

Nada mais havendo a ser tratado... As informações colhidas até agora, em termos de reunião técnica, para a proposta orçamentária de 2001, já foram absorvidas. Estou determinando que a transcrição da gravação aqui originada seja juntada aos competentes autos e anexos das propostas, convertendo-se em ata de trabalho.

Muito obrigado e até amanhã, quando, às 10h, teremos Secretaria de Saúde, Fundo de Saúde e Hospital do Servidor; das 13h em



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 88 do pre-
374 de 2000
SAEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:R25	FOLHA:2	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 7 11 2000	SEM REVISÃO

diante, Secretaria de Assistência Social, Fundo da Criança e do Adolescente, Secretaria dos Esportes e Fundo dos Esportes.

Muito obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE Juntado nesta data documento(s) rubricado(s) nº 89/152 e folha de informação nº 08, 11/2007

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

MEMBROS: FARIA LIMA - PRESIDENTE
JOSÉ MENTOR
MIGUEL COLASUONNO
DALTON SILVANO
DITO SALIM
ÍTALO CARDOSO
LUIZ PASCHOAL
AMORIM
SALIM CURIATI
JORGE TABA

REUNIÃO REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
EM 8 DE NOVEMBRO DE 2000.

SOLICITANTE: VEREADOR FARIA LIMA
MEMO 187/00
SECRETÁRIA MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 90 do pres.
n.º 074 de 2000
o Vereador
ISAAC P. S. HANASHIRO

ROD.:T01	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 8 11 2000	SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Declaro aberta a terceira reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 374/00, que dispõe sobre proposta orçamentária para o exercício de 2001.

Solicito a presença do Vereador Carlos Neder na Mesa. Já está presente o Vereador Ítalo Cardoso, membro desta Comissão.

Conforme a agenda prevista, iniciaremos os nossos trabalhos pela Secretaria da Saúde. Solicito a presença, na mesa, do Sr. Secretário Carlos Alberto Velucci.

Adoto como critério de trabalho aquilo que já foi colocado ontem. A Comissão quer, ao lado de conhecimento que já temos do Orçamento, na discussão, ampliar o conhecimento da proposta que existe e, ao mesmo tempo, tentar entender alternativas que possam ser utilizadas para melhor esclarecimento do Orçamento e do encaminhamento de cada setor. Além do mais, estamos mantendo critério o mais técnico possível, para deixar as questões de ordem política propriamente dita para o Plenário na Câmara Municipal no momento em que a questão a ele for levada. Estamos tentando manter regime o mais aberto e franco possível tendo em vista que estamos empenhados na governabilidade da Cidade, particularmente nesse ano, em que há transição de Governo. Nestes termos, a Comissão irá levar os seus trabalhos.

O Dr. Velucci tem 10 minutos, mais ou menos, para comentar um pouco o sentido geral da proposta e aquilo que achar necessário. Se for o caso, poderá chamar algum assessor.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1

Folha n.º 91 do proc.
n.º 374 de 2000
Tribunário
ISABEL F. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:T01	FOLHA:2	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 8 11 2000	SEM REVISÃO

O SR. CARLOS ALBERTO VELUCCI - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Miguel Colasuonno, bem como os demais presentes.

A Secretaria Municipal da Saúde, por meio da Coordenação Financeira Orçamentária, fez a peça do Orçamento para o ano 2001 pautada em cima das atividades dos elementos despesa, que normalmente a Secretaria já vem trabalhando. Obviamente, estão no pleito desta as construções que não foram realizadas - estão pautadas ainda dentro da mesma do Orçamento -, a operação e manutenção da própria Secretaria, operação do PAS, operação e manutenção de frota, locação de veículos, compras de veículos, manutenção de bens e imóveis e adaptação de bens, subvenção do Hospital do Servidor Público Municipal, fornecimento de combustível para a frota, aluguéis e indenizações; formação, treinamento e desenvolvimento de pessoal através do CEFOR; as concessionárias, contas de água, energia elétrica e gás; operação e manutenção dos planos de atendimentos, que é o PAS; operação e atendimento pré-hospitalar, que é o APH; locação de serviços médico-hospitalares, sendo um deles a Santa Casa de São Paulo, onde temos leitos para convalescentes e demais; administração de matérias de consumo médico-hospitalar; operação e manutenção do Hospital e Maternidade Mário da Silva, que é o Cachoeirinha; operação e manutenção da administração das regionais de saúde e das administrações regionais de saúde; operação e manutenção do José Storopoli, que hoje está voltado à Escola Paulista de Medicina, através de um termo de convênio; operação e manutenção do Pronto-



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 93 de 93
n.º 874 de 2000
• Função: *Secretaria*
ISABEL P. S. MANASHIRO
Ci. Adm. 01/01

ROD.:T01	FOLHA:3	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 8 11 2000	SEM REVISÃO

Socorro do Jaçanã, que é administrado pela Santa Casa; despesas de exercícios anteriores e (inaudível).

Obviamente, a Secretaria, dentro desse trabalho, procurou pautar-se inclusive em cima daquilo que é principalmente a saúde pública. Fizemos um orçamento em cima daquilo que é a atividade, hoje, da Secretaria, e também dentro das implantações e expansões dentro da Secretaria.

Dentro dessas obras, conseguimos elencar, de maior prioridade, o Hospital M'Boi Mirim, que fica voltado para a região Sul, cuja construção seria premente. Temos a ampliação e reforma das demais unidades, tendo em vista que temos unidades que precisam temporariamente estar sendo reformadas.

Vou abrir a perguntas e posteriormente poderemos elucidar melhor a parte do orçamento.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Estão abertas as perguntas.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Inicialmente, os meus cumprimentos a todos os presentes, ao Secretário Vellucci e a sua equipe. Sugiro ao presidente da Comissão para que convide para fazer parte da Mesa o Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, pois sua participação seria importante tendo em vista as questões que serão levantadas.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - V.Exa. quer fazer perguntas amplas, incluindo o hospital?

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Exato.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 93 do pres.
379 de 1900
e 1900
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:T01	FOLHA:4	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 8 11 2000	SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - A minha idéia era separar, para identificar melhor os problemas.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Tudo bem.

Meus cumprimentos, também, ao Vereador Ítalo Cardoso e ao Presidente da Comissão, Vereador Miguel Colasuonno, pela iniciativa dessas reuniões técnicas.

Poderia fazer algumas observações de ordem mais geral sobre a proposta orçamentária da Secretaria, mas vou gastar uma parte maior de meu tempo para algumas questões específicas.

Do ponto de vista da abordagem geral do Orçamento para 2001, gostaria de saber do Secretário, por exemplo, em relação à transferências intergovernamentais, é sabido que em 2001 teremos mudança na política de saúde na cidade de São Paulo com a incorporação de recursos do SUS. Ocorre que esses recursos deveriam aparecer, salvo melhor juízo, na rubrica de transferências feitas pela União e não feitas pelo Estado.

Aqui constam 100 milhões na dotação de transferências do Estado. acho que seria mais apropriado que constassem como transferências provenientes da União. Então, não... segue Camillo



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 94 do proc.
n.º 374 de 2000
o signatário
ISABEL P. S. H'NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:T02	FOLHA:1	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:08/11/00	SEM REVISÃO

(Ítalo Cardoso)

Então, não sei se há alguma razão específica para que conste na rubrica de transferências feitas a partir do Governo do Estado de São Paulo.

Levanto uma segunda questão, a respeito da proposta da construção do hospital do M'Boi Mirim. Quando fui Secretário da Saúde, deixamos recursos no fundo municipal de Saúde, para que fosse desencadeada a contratação de projetos de construção do hospital. Isso não se efetivou em 1993 e nos anos seguintes. A dotação para construção do hospital apareceu sistematicamente nas propostas orçamentárias desde então, e sabemos que, pelo *Diário Oficial* de fevereiro deste ano, foi desapropriado um terreno para construção do hospital do M'Boi Mirim, hospital que seria construído em uma área de 14 mil metros quadrados, se não me falha a memória. Então, gostaria que o Sr. Secretário fornecesse informações oficiais à Comissão sobre o terreno que foi desapropriado para construção do hospital do M'Boi Mirim. O custo envolvido nesta transação, se ainda estamos na fase de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, ou se o terreno já foi de fato desapropriado, qual o custo previsto para desapropriação do terreno e dados específicos sobre o terreno escolhido para a construção do hospital M'Boi Mirim depois de 10 anos a proposta ter sido apresentada.

Além disso, em relação à operação e manutenção do plano de atendimento à Saúde, vou deixar para o final, porque gostaria de fazer uma série de questões que julgo importantes, tendo em vista o processo



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA D.T. Edm. Geral III

Folha n.º 95 do proc.
n.º 374 de 1998
Isabel P. S. Hanashiro
D.T. Edm. Geral III

ROD.:T02 FOLHA:2	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:	DATA:08/11/00	SEM REVISÃO

de transição que teremos de enfrentar na cidade de São Paulo, entre a existência do PAS e a implantação do Sistema Único de Saúde.

Observando aqui a rubrica Locação e Serviços Médicos Hospitalares, observamos que no Orçamento programa de 1998, constaram 216.000 reais. No ano 2000, esse valor subiu para 1.240.000 reais, sendo que foram empenhados até o momento 2.139.000 reais, portanto, 173% acima daquilo que estava previsto na dotação de serviços médicos hospitalares. É um aumento espetacular, de gastos com a locação de serviços, de hospitais ou leitos. Assim, gostaria de ter uma explicação mais detalhada por parte do Sr. Secretário, por que desta opção, que leitos são esses que foram contratados pela Secretaria Municipal da Saúde e o porquê da execução orçamentária ter ficado 173% acima do previsto originalmente.

Da mesma forma, observamos, aqui na rubrica Operação e Manutenção do Centro de Controle de Zoonoses, que esse serviço, o Orçamento Programa de 1998, constou uma dotação de 1.800.000 reais. Em 1999, essa dotação foi de 1.930.000 reais. Em 2000, a dotação foi de 4.000.000 reais. Ocorre que até o momento já foram gastos 11.900.000 reais, portanto 298% acima do que estava previsto na dotação do Centro de Controle de Zoonoses. Então, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se esse gasto na dotação do Centro de Controle de Zoonoses significa gasto na recuperação do Centro, do seu serviço, ou se está sendo uma forma de triangulação para passar recursos para a empresa Transbraçal, empresa que foi contratada, terceirizada para fazer o controle da prevenção da dengue no município de São Paulo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 96 do proc.
374 de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.:T02 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:08/11/00

SEM REVISÃO

Sr. Presidente, repito o que disse: gostaria de ter informações precisas, o porque da execução de 298% acima da dotação do Centro de Controle de Zoonoses e se houve uma triangulação de recursos repassados para a Empresa Transbraçal, que assume hoje a prevenção da dengue no município de São Paulo.

Finalmente, entrando na discussão mais específica sobre o Plano de Atendimento à Saúde, gostaria que o Sr. Secretário nos informasse as dotações que têm sido utilizadas para os contratos terceirizados, se principalmente esses contratos terceirizados estão na dotação Operação e Manutenção da Secretaria Municipal da Saúde, onde constam 200 milhões de reais aproximadamente ou na Operação e Manutenção das administrações regionais de Saúde com 20,3 milhões de reais, ou como isso vem sendo tratado no âmbito do Plano de Atendimento à Saúde.

Sr. Presidente, gostaria de fazer chegar em suas mãos um elenco de perguntas relativas a recursos financeiros, contratos e convênios, locação de leitos, atendimento pré-hospitalar e rede física, no que diz respeito à Secretaria Municipal da Saúde, o Plano de Atendimento à Saúde e Hospital do Servidor Público Municipal. Sabemos que teremos discussão específica sobre o HSPM, perguntas essas que gostaria que constassem do rol de questões a serem respondidas pelo Secretário Municipal da Saúde e sua equipe, num prazo a ser determinado por S.Exa. e pelos membros da Comissão.

Entendo que a resposta objetiva a quesitos igualmente objetivos é extremamente importante, no momento em que teremos de enfrentar a transição do Orçamento da Secretaria, e tendo em vista,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 99 do pres.
n.º 374 de 2000
Secretário [assinatura]

ROD.:T02	FOLHA:4	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:08/11/00	SEM REVISÃO

novas diretrizes para a Saúde no Município. Deixo ao critério de V.Exa. a leitura ou não desses quesitos.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Como norma de trabalho, vamos estabelecer que o Sr. Secretário fará as respostas às perguntas de V.Exa. Em seguida, vou passar essa relação para as perguntas e respostas serem declaradas ao público e à Comissão. Vamos dar um prazo suficiente para serem respondidas, cinco a oito dias, quando as respostas virão por escrito. Aí, faremos perguntas e respostas, para incorporar ao nosso trabalho.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - A primeira pergunta foi em relação ao Fundes(?). É sabido que Secretaria Estadual da Saúde tem um pleito de gestão avançada. Obviamente todo dinheiro que hoje vem de recursos do Ministério da Saúde para a Secretaria Estadual da Saúde para distribuição deles aos demais municípios é feito por pactuação(?) e por ele ter a gestão avançada, é ele quem faz o repasse dos recursos.

Então, quando elencamos (Denise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 98 do proc.
n.º 374 de 2000
o funcionário
ISABEL F. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:T03 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:08-11

SEM REVISÃO

Então, quando elencamos no Fundis o dinheiro do PAB, ele foi elencado frente àquilo que seria repassado pela Secretaria Estadual da Saúde. Dentro do Fundis ainda foi elencado dinheiro do PAB e obviamente por um erro nosso foi colocado o dinheiro do convênio que a gente tem com o Estado, quando na verdade assim que o PAB entra esse convênio deixa de existir.

Com relação ao Hospital do M'Boi Mirim, obviamente o terreno apontado em 1992, pelo então Secretário Carlos Neder, é na verdade um terreno pequeno que não poderia ser construído um hospital. Tentou-se fazer uma retomado ou desapropriação de outros locais. Acontece que com o passar do tempo, nesse terreno foi construído algumas coisa e foi se tornando muito caro. Para vocês terem uma idéia, essa desapropriação ficou em torno de 6,938 milhões e não lembro mais o restante, mas isso se tornava extremamente inviável na construção desse hospital, tendo em vista que hoje uma construção de hospital fica em torno de 9 a 10 mil dólares e você pagar na desapropriação de um terreno 9 milhões seria um absurdo.

Obviamente, a Secretaria está à busca de um outro terreno e não a desapropriação desse terreno. O que saiu no Diário Oficial foi feito pela Secretaria de Obras e a SVP, onde elencaram o terreno e por meio de Desap fizeram o valor de estimativa dessa desapropriação e foi por nós rechaçado justamente por causa desse problema.

O que diz respeito à verba do PAS, obviamente a gente sabe que nessa transição haverá o desmonte do Plano de Atendimento à Saúde, mas também é sabido que dentro do PAS há contratos que vão até o dia 21 de junho de 2001. Sabemos que o interesse público é maior do que o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

LEBEL P S H NASHIRO
-16 Of. Adm. Geral III

ROD.:T03 FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:08-11

SEM REVISÃO

privado e esses contratos podem ser interrompidos a qualquer momento, mas obviamente você coloca numa situação sem privilégios, inclusive o atendimento à saúde, quando se interrompe esse atendimento e não se tem como estar retomando de uma medida mais concreta.

Sabemos que o próximo governo vai estar trabalhando essa situação, colocando a substituição e implantando o SUS dentro do Município de São Paulo, já não é tarde que seja feita, mas sabemos que não é tão fácil desmontar aquilo que está montado hoje e que deve ser feito de forma bastante paulatina para que não haja prejuízo ou perda da solução de continuidade em relação ao atendimento da população.

Foi perguntado sobre a operação e manutenção onde as verbas foram aumentadas no que diz respeito aos leitos hospitalares. Eles são leitos utilizados dentro de São Paulo e os pagamentos são feitos quando da utilização. Feito com a Santa Casa de São Paulo, são leitos de convalescentes e de acamados sociais. Quanto aos acamados sociais tem-se uma situação na Cidade que é bastante premente. A gente tem uma situação em SAS e esses leitos são utilizados por essas pessoas.

A suplementação que foi feita na obtenção desses leitos e naquilo que podemos estar fazendo em termos de recursos. Obviamente os gastos não são esses que estão evidenciados porque os pagamentos são feitos somente sobre o que é utilizado e apontado pelo convênio, garantido da utilização dos mesmos.

Em relação ao CCZ, desde 1997, a Secretaria Municipal da Saúde por meio de um convênio do Ministério da Saúde recebia verbas para fazer a atividade do controle da dengue dentro do Município de São Paulo. Esse contrato foi sendo renovado e acabou em março de 1999.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 100 do proc.

374 de 300

ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.:T03 FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:08-11

SEM REVISÃO

Tendo em vista que fizemos um convênio com a Secretaria Estadual da Saúde e nesse convênio foi repassada toda uma verba de toda vigilância epidemiológica e parte da vigilância ambiental, que é esse caso, no valor de 10 milhões em 12 parcelas. E esse dinheiro se torna insuficiente para que se faça a manutenção do controle da dengue em São Paulo. Eu gostaria de elencar que dentro da dengue, tivemos situações que em 1997 tivemos em torno de 90 casos; em 1998 tivemos em torno de 92 casos; em 1999 tivemos 100 e poucos casos e agora em 2000 estamos com 97 casos. Mas de todos esses casos de dengue em São Paulo foram casos importados. Os casos que tivemos autóctones foram somente dois em 1998, que assim mesmo ficaram sob suspeição porque ninguém conseguiu fazer com que tivesse, de alguma forma, somente dois casos. A gente sabe que se a dengue entrar no município de São Paulo, ela não seria somente por um ou dois casos, seria de forma acentuada. Dentro disso, a empresa que foi contratada para a mão-de-obra, o veneno e o transporte de pessoal vinha fazendo o seu serviço adequadamente sob a supervisão do Centro de Controle de Zoonoses. Dentro dos casos identificados, a partir do momento que um caso é notificado, quer seja por uma unidade básica de saúde municipal ou estadual, é imediatamente comunicado ao CEPI, que é o Centro de Epidemiologia, Pesquisa e Informação da Secretaria Municipal da Saúde, comunica tanto a empresa envolvida como o CCZ. A partir daí, técnicos do CCZ vão até o local e a empresa faz a triangulação da efetivação, da erradicação dos casos, fazendo com que além da casa onde haja a suspeição, fazer o quarteirão e todas as faces voltadas a esse quarteirão subjacentes. E é feito o controle de todos, é colocada



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001, Adm. Geral III

Folha n.º 101 do proc

374 de 2000

o signatário

ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.:T03 FOLHA:4

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:08-11

SEM REVISÃO

armadilha para vigiar para ver se há casos de *Aedes aegypti* no local.

Se há caso de *Aedes* é comunicado imediatamente ao CCZ.....Vianna



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1031. Adm. Geral III

Folha n.º 102 do pres.
374 de 400
Ouv. Donário
SABEL P. S. TANASHIRO

ROD.: T04 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 08.11.2000

SEM REVISÃO

... caso de *aedes* é comunicado imediatamente ao CCZ. O CCZ, através do modelo de informação, comunica à Sucen, a Sucen vai até o local, que é obrigação deles e faz essa cobertura em nove quarteirões subjacentes, então o trabalho é feito. Como nós não tínhamos verbas suficientes para dar manutenção ou continuidade a esse trabalho, tendo em vista que secretário anterior falou que isso poderia ser feito por elementos da própria Secretaria, um trabalho que consome 800 pessoas, 95 veículos mais 75 supervisores, nós não teríamos elementos suficientes para fazer esse trabalho dentro do município de São Paulo. Eu posso apresentar para vocês com bastante tranquilidade - aliás, me convido a estar aqui na Comissão de Saúde para falar sobre esse assunto -, mostrar que tivemos uma dispersão do *aedes aegypti* dentro do município de São Paulo, mas principalmente obtivemos uma melhoria da qualidade de vida dentro do município de São Paulo, onde tivemos uma diminuição dos casos positivos de mosquitos dentro das áreas consideradas de risco. Óbvio que São Paulo é muito grande, nesses casos de dispersão você procura elencar cada um dos espaços fazendo com que eles sejam atacados e, conseqüentemente, vai obtendo resultados satisfatórios ou até mesmo resultados muito bons. Temos hoje dentro do município de São Paulo nenhum caso de dengue autóctone, quando na verdade os demais órgãos falavam que dengue dentro de São Paulo ia ser uma infestação tal em que teríamos, além da dengue normal, a dengue hemorrágica também, com mortes dentro de São Paulo. E até hoje não tivemos, isso graças à ação conjunta feita entre a Secretaria Estadual da Saúde, a Secretaria Municipal da Saúde, nos seus órgãos CCZ, Sucen e com a empresa contratada que vem fazendo um



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 103 do prez.
n.º 374 de 2000
Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Dir. Adm. Geral III

ROD.: T04 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 08.11.2000

SEM REVISÃO

trabalho supervisionado pelos dois órgãos, seja a Sucen, seja o CCZ. Em relação à dotação de contratos terceirizados, eles estão distribuídos, além do gabinete do Secretário, na dotação do gabinete do Secretário, nas administrações regionais e também na dotação do Cachoeirinha. Então, óbvio que você tem todos os contratos terceirizados voltados a esses locais. Era o que eu tinha para falar.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Inicialmente quero fazer a seguinte consideração: podemos voltar, Dr. Neder (ininteligível) depois de fazer uma primeira rodada. O Vereador Ítalo tem uma pergunta.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quero (ininteligível) inclusive na intervenção do Vereador Carlos Neder, membro da Comissão de Saúde e também da bancada do partido dos Trabalhadores, é quem acompanha essa questão da saúde. Acho que é importante o rol de perguntas elencadas pelo Vereador, Sr. Presidente, acho que seria muito importante para o relatório que V.Exa. vai preparar com a maior brevidade. Se pudesse inclusive as outras perguntas que ele encaminhou por escrito, se o Secretário pudesse nos enviar também por escrito para embasar a nossa peça. Muito obrigado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Sem dúvida. O documento está aqui, estou passando para o Secretário no final da sessão. Há um orador inscrito, o Sr. Mauro Antônio Gonçalves.

O SR. MAURO ANTÔNIO GONÇALVES - Bom dia a todos, cumprimento a mesa e os presentes. A primeira pergunta é sobre as ambulâncias de atendimento pró-hospitalar 192, que está faltando em todas as regiões. Por esse motivo está havendo morte em vários setores em que faltam



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 104 do proc.
n.º 374 do 2000

ISADEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: T04 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 08.11.2000

SEM REVISÃO

ambulâncias. E também a frota da saúde, que são quase 800 carros apodrecendo lá na sub-frota norte, lá em Santana. Precisa ver como vai fazer aquilo lá. Ou vende tudo e compra carro novo, ou então... Não pode visível o desperdício do dinheiro público. A outra pergunta é sobre o PAS: por que tanto cuidado agora em desmontar o PAS se, quando ele foi implantado, muitas pessoas morreram por inabilidade dos profissionais que estavam entrando? Essa é a minha preocupação. Para implantar foi a ferro e fogo, sem se preocupar com quem ia morrer ou não. O pessoal que estava entrando não tinha habilidade, os que saíam não concordavam. Então por que esse cuidado agora de desmontar, igual a carregar ovo na colher? Naquela época morreu muita gente, está todo mundo quietinho, é revoltante o que está acontecendo. A revolta é tanta que dá coragem de fazer tudo e fazer qualquer pergunta. Minha posição é essa.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - O Sr. Mauro fez uma afirmação do ponto de vista dele. Se o Secretário quiser responder e o Vereador quiser comentar, está aberto.

O SR. - Só em relação à frota. A frota é pautada em cima de um contrato de manutenção, uma ata de registro de preço que é feita pela Congel na Secretaria das Administrações Regionais. Infelizmente essa ata não foi renovada e nós ficamos à mercê da renovação dessa ata. Não fizemos emergência, como foi elencado no Diário Oficial pelo Vereador Carlos Neder, porque também sabemos que não podemos fazer todos os serviços de emergência tendo em vista que veículos quebram todos os dias. O que estamos fazendo são licitações pautadas em cima de cada veículo ou de alguns veículos que tenham o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10. Adm. Geral III

Folha n.º 105 do proc.
n.º 374 do 3000
e funcionário ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: T04 FOLHA:4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 08.11.2000

SEM REVISÃO

mesmo problema, que a gente possa estar consertando esses veículos. A frota hoje está em número de 27 veículos rodando dentro de São Paulo e infelizmente também acho que deveria ter muito mais veículos. A gente deveria ter 54 veículos rodando, seria da frota do APH, mas eu estou de mãos atadas em relação a esse problema que foi elencado. Em relação àquilo que você falou do PAS, anteriormente a Secretaria Municipal da Saúde, em 1995, tinha 40 mil funcionários; hoje a Secretaria tem 28.700 funcionários. Obviamente, quando você vai retomar as unidades, você precisa das pessoas trabalhando nos locais, para que não tenha perda de solução de continuidade. Então há de se chegar a um bom termo... (T05)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 106 do proc.
374 de 3000
o Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.: T-5 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08.11

SEM REVISÃO

Então há de chegar-se a um bom termo em que, fazendo a dissolução do PAS, haja pessoas para atender a população, de uma forma concisa. Não estou aqui para defender o PAS ou o SUS. Estou falando que, tecnicamente podemos causar prejuízos muito grandes em termos de atendimento à população.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Vereador Carlos Neder, aproveitando, se quiser reperguntar alguma coisa...

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Em primeiro lugar, em relação ao problema do atendimento pré-hospitalar, a situação é gravíssima. São 27 ambulâncias rodando no sistema pré-hospitalar, no sistema 192, insuficientes para as necessidades da Cidade. O próprio Secretário reconhece isso. A situação da Divisão Técnica de Transportes da Secretaria Municipal da Saúde merece atenção especial.

Há cerca de 15 dias entrei com uma representação no Ministério Público chamando a atenção para os pátios do DTT, que estão lotados de veículos inoperantes; mostrei que existe uma relação espúria entre concessionárias e firmas terceirizadas que, em tese seriam responsáveis pela manutenção desses veículos. Pedi uma auditoria do Ministério Público estadual em relação ao que acontece hoje na manutenção de veículos oficiais da Secretaria, em particular no atendimento pré-hospitalar. Tenho conhecimento de que o Sr. Secretário com frequência participa de reuniões dentro da Divisão Técnica de Transportes da Secretaria Municipal da Saúde e está bem inteirado dos problemas que existem naquele departamento. Estamos aqui numa reunião técnica sobre o Orçamento. O aspecto que interessa mais é o econômico-financeiro. Portanto, não a organização dos serviços. Mas de qualquer



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 107 do proc.

374 de 2000

o 1º período

ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: T-5 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08.11

SEM REVISÃO

forma quero informar ao Sr. Mauro que o Ministério Público estadual está averiguando as denúncias que recebi relativas ao DTT e que são da maior gravidade e que se refletem, infelizmente, na situação de abandono em que se encontra o atendimento pré-hospitalar no Município de São Paulo.

Em relação à transição para o Sistema Único de Saúde acho que temos de ser responsáveis, a população não pode ficar desassistida. Portanto, o Orçamento tem que expressar essa transição. Seria um equívoco a revogação da lei da Câmara, o PAS, antes que se fizesse a transição. Da mesma forma que seria um equívoco o Orçamento do Município para o ano que vem não contemplar um fato real, que é a existência das cooperativas e contratos que vencerão em datas que não são a mesma: algumas agora em dezembro e outras no início do 1º semestre. Portanto, em relação a isso não há o que fazer.

Agora eu gostaria, nobres Vereadores Ítalo Cardoso e Miguel Colasuonno, primeiro de fazer um pedido. Acho que o fato de optarmos pela gestão plena do Sistema Municipal de Saúde; a atual gestão da Secretaria Municipal da Saúde tinha feito opção pela gestão plena de atenção básica de saúde. São duas formas diferentes de gestão, dentro da norma operacional básica do SUS em 1996. A opção do Governo Marta Suplicy será pela gestão plena do Sistema Municipal de Saúde e a municipalização na cidade de São Paulo.

Portanto, julgamos que seja apropriado que essas verbas constem como transferências intergovernamentais da União e não do Estado. Então eu pediria a V.Exa., em contato com a Secretaria da saúde, que analisasse a possibilidade de este valor constar como



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 108 do proc.
n.º 374 de 1900
o Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: T-5 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08.11

SEM REVISÃO

transferências da União e não como conferências do Governo do Estado de São Paulo.

Em segundo lugar, ouvindo atentamente a exposição do Sr. Secretário, em relação ao terreno que foi declarado de utilidade pública, se entendi bem S.Exa. disse que houve uma discordância entre as secretarias da Saúde, das Finanças e dos Negócios Jurídicos, que procederam ao ato declaratório de utilidade pública. Então acho fundamental que esta Comissão peça cópia do contrato do processo que desencadeou a declaração de utilidade pública desse terreno; até porque, se entendi bem, parece que há uma discordância sobre a forma como isto foi conduzido, até mesmo a conveniência do ato. Então gostaria que esta Comissão requisitasse uma cópia do processo para que pudéssemos analisar em que contexto foi feita a opção por esse terreno e exatamente o porquê da desapropriação ou da declaração em fevereiro deste ano.

A respeito das locações e o aumento espetacular que houve de gastos com locações de serviços médicos e hospitalares, serviços esses privados, filantrópicos e/ou lucrativos, acho que seria importante que a Comissão recebesse uma lista, utilizando a curva A-B-C, que é clássica na administração pública, pegar aqueles contratos que representam 70% do custo ou do gasto feito com esses contratos. Assim a Comissão terá condição de avaliar melhor quais são os equipamentos e serviços que estão sendo beneficiados com essas locações, para que possamos calcular o montante necessário para o exercício de 2001.

Quanto aos contratos terceirizados o Secretário nos informa que eles aparecem basicamente em três rubricas: na operação e



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001. Adm. Geral III

Folha n.º 109 do proc.

374 de 1990

Secretário
ISABEL P. S. HANUSPIRO

ROD.: T-5 FOLHA:4

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08.11

SEM REVISÃO

manutenção do Gabinete, na operação e manutenção das Administrações Regionais de Saúde e também na questão do Hospital Vila Nova Cachoeirinha. Mas ele não diz, com uma ordem de grandeza. Quer dizer, a maioria desses contratos aparecem na operação e manutenção do Gabinete do Secretário ou das Administrações Regionais ou estão embutidos nos gastos das cooperativas do PAS. É evidente que deve haver uma separação entre contratos da gestão da administração direta e contratos do PAS. Mas gostaria que o Sr. Secretário deixasse um pouco mais claro esses contratos terceirizados e que são grande preocupação para a próxima gestão. Eles aparecem, hoje, principalmente em que rubrica, considerando a administração direta e a operação do Plano de Atendimento à Saúde.

Por último, em relação ao Centro de Controle de Zoonoses, a resposta do Secretário foi a seguinte: tínhamos, até março de 1999, um convênio com o Ministério da Saúde, que não foi renovado. Fizemos um acordo de municipalização da Vigilância Sanitária com o Governo do Estado. Com isso passamos a ter o direito de receber 10 milhões divididos em 12 parcelas e esse dinheiro vai entrar progressivamente nos cofres municipais. O que causa estranheza é por que a execução desse orçamento, desse dinheiro, aparece na rubrica entro de Controle de Zoonoses.

No meu entendimento esse dinheiro deveria (Vianna)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Adm. Geral III

Folha n.º 110 do proc.

374 de 3000

1.º de Maio

ISABEL P. S. HANASHIRO

Adm. Geral III

ROD.: T06 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

...aparece na rubrica Centro de Controle de Zoonoses. No meu entendimento esse dinheiro deveria entrar no Fundo Municipal de Saúde e, como tal, aparecer na execução do mesmo. Então, eu precisaria entender melhor na rubrica Centro de Controle de Zoonoses, pois temos empenhado até setembro do ano 2000, 11 milhões 945 mil reais, representando um acréscimo de 298% de execução orçamentária acima do previsto na dotação original. Precisaria que o Secretário nos esclarecesse se esse dinheiro a mais que, efetivamente, está sendo empenhado e gasto no Centro de Controle de Zoonoses, e ele fez uma longa digressão sobre a importância do controle de zoonoses no Município de São Paulo, mas estamos em uma audiência analisando o aspecto financeiro, e no aspecto financeiro precisamos saber se o dinheiro que está sendo gasto na rubrica é dinheiro da dotação do CCZ, se é dinheiro proveniente do Estado de São Paulo e se esse dinheiro está sendo ou não destinado à empresa Transbraçal.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Bem, quero colocar uma questão de ordem. O propósito da nossa reunião, como o próprio Vereador Carlos Neder colocou, é referente à questão do Orçamento em si. Algumas informações que estão sendo solicitadas, vou agora passar ao Secretário, que poderá responder se puder de memória ou se estiver dentro do relatório. Caso contrário, vou solicitar que faça, por favor, por escrito, para eu poder repassar uma cópia para a comissão e outra para o Vereador Carlos Neder. Tudo isso em benefício do horário, porque temos de manter um certo ritmo.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 111 do proc.
n.º 374 de 1900
Isabel P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral III

ROD.: T06 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

O SR. SECRETÁRIO - Em relação aos contratos da administração direta, estão lotados nessas atividades e não... Em relação aos contratos do PAS, estão voltados às atividades do PAS. Fica dentro da operação e manutenção do PAS, não modifica em nada os contratos do PAS, que estão voltados dentro do PAS. Em relação ao CCZ o dinheiro que está lá, a operação e manutenção do CCZ, não é dinheiro da Secretaria Estadual da Saúde, o dinheiro da Secretaria Estadual da Saúde é para a vigilância epidemiológica no contexto geral. Não está, então, não é esse dinheiro que está lá, aliás esse dinheiro aparece sobre uma rubrica numa conta da Nossa Caixa Nosso Banco, que também não é Fundes. Porém, colocamos dentro do Fundes justamente para que você possa ter mais clareza e maior controle em relação a isso.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Queria acrescentar que vamos chamar agora o pessoal do servidor. Mas antes quero esclarecer o seguinte: esta comissão pretende aplicar de forma integral o que regimentalmente lhe cabe. Portanto, inclusive o mérito das despesas vão ser analisados por esta comissão. Acho que um dos propósitos é oferecer uma alternativa pioneira de certa maneira no ajustamento de uma gestão para outra, de um período governamental para outro. Portanto, a proposta sugerida pelo Vereador Carlos Neder faz parte do nosso roteiro de trabalho. Qual seja: vamos ter um momento certo, no final do período, para que esse ajuste entre o que está existindo e o que eventualmente essa comissão de transição, que já deveria estar aqui, já deveria estar trabalhando aqui na Câmara, mas que por razões outras não pode comparecer ainda, estamos ávidos para que essa



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 112 do proc.
n.º 374 de 2000
O Sr. Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.: T06 FOLHA:3	TAQ.: Regina	COMISSÃO: FIN
ORADOR:	DATA: 08-11	SEM REVISÃO

comissão compareça para começar a acompanhar os trabalhos e o detalhamento. Ao mesmo tempo, começar a se inteirar da possibilidade orçamentária de inclusão de serviços adicionais aos previstos. No caso da Saúde, diria que é até um pouco mais fácil, porque como a dotação é razoavelmente grande, já está dentro até antecipando a própria previsão em lei de que 15% do Orçamento tem de ser aplicado em Saúde, esse valor já está aqui dentro. Não vai ter nem a gradualidade para acontecer, já está aqui dentro. É um momento oportuníssimo para que a comissão de transição possa comparecendo, ao mesmo tempo, influenciando e também argumentando para que saibamos qual o volume que se pensa em poder adotar para o regime PAS e para o regime de transição para completar. Queria deixar claro que estamos absolutamente preparados para esse estilo de trabalho.

Solicitaria a presença do Dr. Maurício, por favor, para que viesse à mesa para expor o Orçamento previsto para o hospital. (Pausa)

O SR. MAURÍCIO LUIZ SABINO PRIMO - Bom dia. Meus cumprimentos ao Vereador Miguel Colasuonno e aos demais Vereadores componentes da Mesa.

Temos uma proposta orçamentária que contempla uma série de atividades, mas gostaria de falar sobre a responsabilidade do Hospital do Servidor que presta assistência médica para aproximadamente 140 mil servidores e dependentes. Além disso para aposentados, pensionistas. Tem o hospital com quase 300 leitos para isso e mais um pronto-socorro aberto que atende a população em geral. Com leitos contratados e leitos de terceiros chegamos a 502 leitos.



Folha n.º 113 do pres.
374 de 600
funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Adm. Geral III

Câmara Municipal de São Paulo

ROD.: T06 FOLHA:4

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

Chegamos ao hospital numa condição extremamente complicada, inclusive tomamos posse como superintendente numa condição excepcional, porque tínhamos sido convidados para ser diretor da divisão médica, onde ficamos dois meses, e encontrando o hospital numa situação extremamente grave, com muitas deficiências. Encontramos um pronto-socorro que tinha virado um corredor de internação. Segundo me informam, o hospital pagava atrasado há 4 anos, tinha falta de credibilidade. Apesar de tudo isso, conseguimos algumas melhorias, não todas que gostaríamos, até porque tivemos um corte no orçamento. Mesmo assim, conseguimos liquidar débitos do exercício de 99 no valor de quase 12 milhões. As dívidas estão sendo pagas rigorosamente em dia. Não pudemos fazer algumas obras (Paula)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 114 do pres.
n.º 374 de 2000
S. HANASHIRO
Adm. Com. III

ROD.:T07	FOLHA:1	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 08-11-00	SEM REVISÃO

Não pudemos fazer algumas obras que consideramos extremamente necessárias como a reforma de dois andares do que poderíamos fazer e melhorar o número de leitos em 16%, 16,5% dos leitos que temos se tivéssemos Orçamento para isso. Além disso, gostaríamos de fazer um ambulatório descentralizado em Santo Amaro. Temos quatro ambulatórios descentralizados, mas nenhum na zona Sul e poderia contemplar essa região muito populosa, tem muitos funcionários e desafogaria muito os ambulatórios dentro do hospital. A nossa Proposta Orçamentária teve um corte na parte da subvenção e ficou exatamente igual ao ano passado.

Conseguimos baixar o custeio do hospital retirando a parte de folha de pagamento, encargos e insumos básicos. Reduzimos o custeio à metade, voltamos a pagar as obrigações patronais, renegociamos, ou melhor, voltamos a pagar a Sabesp. Estamos tentando renegociar o débito com a Sabesp e com o INPS. Mesmo assim, o Orçamento com o qual fomos contemplados não é o suficiente para fazer o que gostaríamos e que é extremamente necessário para uma boa assistência médica para o servidor.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Terminada a exposição, vou questionar o Vereador Ítalo Cardoso que está na mesa se tem alguma pergunta a fazer. (Pausa) O Vereador passa a palavra para o Vereador Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Sr. Presidente, analisando a situação do Hospital do Servidor Público Municipal chama a atenção que ele vem sendo mantido, arredondando números, talvez 55% vem da contribuição dos servidores e 45% vem de repasses do Tesouro Municipal. Acho que a lógica não deveria ser essa. Quer dizer, quais



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 115 do proc.
374 de 2000
O Autoritário

ROD.:T07 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

são as dotações mais importantes do Hospital do Servidor Público Municipal? Temos o repasse de recursos orçamentários do Tesouro Municipal, a contribuição dos servidores que é obrigatória, transferências intergovernamentais vindas do Sistema Único de Saúde. O pronto-socorro do hospital atende uma clientela universal e é remunerada pelo SUS e outras fontes.

Então, observando aqui a execução orçamentária percebemos que, por exemplo, 30,6 milhões vieram de contribuição dos servidores e 25,6 milhões vieram de transferências correntes, a maior parte delas da Secretaria Municipal de Saúde, do Governo Municipal, cerca de 23 milhões, e uma outra parte do Orçamento da União.

A primeira questão que acho importante perguntar tanto para a Secretaria Municipal de Saúde como para o representante da Secretaria de Negócios e Finanças é: Por que a dificuldade da execução orçamentária no que diz respeito a transferência de recursos do Tesouro Municipal para o Hospital do Servidor Público Municipal?

Uma segunda questão que acho importante ver é que o Hospital do Servidor Público Municipal, e isso foi até denunciado ao Ministério Público, vem utilizando com uma certa frequência os contratos de compras de emergências. São muitas as licitações desertas que acabam não se concluindo a contento e isso acaba gerando a realização de um contrato de emergência muitas vezes direcionando a compra para certas empresas e nem sempre praticando um preço compatível dos observados no mercado.

Então, gostaria que o superintendente do hospital fosse um pouco mais claro sobre qual é, realmente, a situação de dívida do



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 116 do processo
n.º 374 de 2000
o funcionário

ROD.:T07 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

hospital com fornecedores. Não apenas com empresas que prestam serviços no hospital, mas com fornecedores em geral; obrigações trabalhistas que não vem sendo cumpridas e qual é a magnitude das compras de emergência feitas no hospital considerando o fato que mencionei das licitações desertas no hospital.

Por último, em relação ao Orçamento de recursos de capital, observamos aqui que na dotação para 2001 temos 600 mil reais de administração da autarquia e 1 milhão, 200 mil reais de assistência médica hospitalar de recursos de capital, investimentos esses que poderiam ser em obras, manutenção, aquisição de equipamentos permanentes.

Então, gostaria que o superintendente explicitasse qual é a situação hoje de execução orçamentária no que diz respeito a recursos de capital e o que se pretende de modificação para o exercício de 2001 especificamente nessa rubrica.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Tem a palavra o Sr. Maurício Luiz Sabino Primo, Superintendente Hospital do Servidor Público Municipal.

O SR. MAURÍCIO LUIZ SABINO PRIMO - Vereador Carlos Neder, o Orçamento proposto está sendo cumprido, está sendo executado rigorosamente pela Secretaria Municipal de Finanças. Houve cortes, mas o que foi orçado está sendo executado.

Em relação às obrigações trabalhistas encontramos um débito, alguma coisa que foi autuada pelo INPS recentemente mostrou débitos que vêm desde 1990 até este ano. A partir de julho, começamos a pagar o INPS, a parte patronal integralmente, inclusive com algum aumentos



Folha n.º 117 do proc.
n.º 374 de 2000
Jun. 2000
S. PAULO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Adm. Geral III

ROD.:T07	FOLHA:4	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 08-11-00	SEM REVISÃO

porque tivemos mudança de alíquota por causa de aposentadorias especiais e o recolhimento sobre residentes que passou a ser obrigatório, o que não era pago anteriormente.

No que se refere a licitações desertas, na realidade,

(nós passamos...Beth)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 118 do pres.

374 de 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.:T08 FOLHA:1

TAQ.: beth

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

...nós passamos quatro anos pagando atrasado e perdemos a credibilidade. Recuperar a credibilidade tem sido difícil. Muitos fornecedores não têm se interessado em vender para o HSPM. Temos eventualmente problema de licitação deserta. Compras de emergência são poucas e, na realidade, quando envolve risco de vida para paciente. Antes de ser administrador, como médico, às vezes autorizamos esse tipo de coisa porque em primeiro lugar somos ligados à saúde e, na eventualidade de prejuízo para o paciente nós às vezes tomamos esse tipo de atitude e outras para que não haja a falta de assistência médica que é o nosso propósito.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Recursos de capital, não entendi sobre a execução.

O SR. - Os recursos a que o senhor se refere são?

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Sim, o orçamento é dividido em despesas correntes e de capital. No que diz respeito a despesas de capital, que são investimentos, obras ou reformas manutenção e aquisição de material permanente no orçamento de 2001 temos 1,8 milhão de reais para despesas de capital. Gostaria de saber o que está previsto para ser realizado em 2001 e o que efetivamente está sendo realizado neste momento na Execução Orçamentária de 2000.

O SR. - Não pudemos fazer nada este ano mas esse 1,8 milhão dessa rubrica é para que se faça a reforma do 11º andar, 13º andar que um deles era anteriormente centro cirúrgico e passou para o sétimo e o outro é uma enfermaria que está desativada. Com essa reforma nos dois andares poderíamos aumentar 24 leitos em cada andar, totalizando 48 no complexo hospitalar. Está prevista aí também a construção, adaptação



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 119 do proc.
n.º 374 de 1900
ISABEL P. S. HANASHIRO
Dir. Adm. Geral III

ROD.:T08	FOLHA:2	TAQ.: beth	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 08-11	SEM REVISÃO

do ambulatório de Santo Amaro, que é um local cedido pela Administração Regional mas que demanda uma série de reformas e equipamento.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Vimos com estranheza uma decisão do Hospital do Servidor Público Municipal de terceirizar os seus serviços gráficos. Há questão de alguns dias encaminhei a V.Sa. e também à responsável pelo Casa pedido de informações sobre o que foi feito com as impressoras até então existentes no Hospital do Servidor Público Municipal e que foram determinados como material inservíveis e colocados à disposição do CASA. São máquinas que até há pouco eram usadas para a elaboração dos impressos utilizados no hospital e agora sabemos que as máquinas foram disponibilizadas pelo CASA e optou-se pela terceirização do serviço. Gostaria que V.Sa. fornecesse a esta Comissão, a Presidência assim o entender, cópia dos contratos de terceirização dos serviços de gráfica do Hospital do Servidor Público Municipal, o nome das empresas envolvidas na terceirização e os valores que serão praticados na execução desses serviços gráficos.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - A relatoria entende que a informação pode ser fornecida por escrito até o dia 20 para que possamos considerar e avaliar e uma cópia para o Vereador Carlos Neder, também.

O SR. - Quero apenas responder ao Vereador que as máquinas que foram para o CASA já não eram utilizadas, não estavam em funcionamento. Não estavam em uso. Foi anterior à minha gestão.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Estive visitando o hospital, tive contato com a sua diretoria e visitei também o anexo onde funciona o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 120 do pres.
374 de 2000
ISABEL P. H. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:T08 FOLHA:3

TAQ.: beth

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

departamento e verifiquei in loco a situação das máquinas e encaminhei, há questão de um mês, requerimento pedido a V.Sa. informação detalhada da destinação que foi dada a essas máquinas e o custo envolvido e quais os critérios adotados na escolha das empresas que não são, inclusive, do município de São Paulo e que vão fazer agora a produção de todo o material utilizado em receituário do hospital. Me causou estranheza primeiro por a Cidade não dispor de firmas que pudessem realizar esse serviço. Por que foram utilizadas firmas de municípios da região da Grande São Paulo. Em segundo lugar, qual é o laudo que se tem dizendo que essas máquinas estavam, de fato, inservíveis a ponto de serem indisponibilizadas para o CASA. V.Sa. não respondeu ao requerimento que fiz há 30 dias.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Diante dos fatos a resposta por escrito está solicitada pela própria relatoria. Peço que V.Exa. encaminhe uma cópia para esta comissão e outra para o Vereador Carlos Neder.

Existe uma última pergunta que gostaria de comentar, do Mauro Antônio, um funcionário público que solicita informação a respeito da frota do hospital e por que não foi comprada ambulância UTI para o hospital.

O SR. - Em relação à frota, Sr. Mauro, conseguimos, através de empréstimos na sub-frota, aumentar por empréstimo de algumas viaturas. Tínhamos no começo do ano duas funcionando. Hoje temos 9 veículos funcionando. Na realidade, quando o senhor se refere à ambulância UTI não há necessidade de o hospital ter. O hospital é a linha final e não transporta doentes graves que vão para outros



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 12/ do proc.
374 do 2000
Isabel P. S. NAKASHIRO

ROD.:T08	FOLHA:4	TAQ.: beth	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 08-11	SEM REVISÃO

serviços. Ele recebe doentes graves que vêm para PH, da Guarda Civil, da Polícia Militar, dos bombeiros, mas quando chega ao hospital não se deve transferir paciente grave. Numa necessidade de transferência para qualquer tipo de serviço podemos contar com o Resgate da própria secretaria. Lá é o ponto final. Chega lá e...



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Adm. Geral III

Folha n.º 122 do proc.
n.º 379 de 2000
funcionário
ISABEL F. S. YANASHIRO

ROD.:T9	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	SESSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 8 11 2000	SEM REVISÃO

... da própria Secretaria, porque lá é o ponto final. O doente chega lá grave, mas sair de lá não é mais necessário para nós. Seria um desperdício gastar recursos, uma ambulância que é cara e de muito difícil manutenção, inclusive.

- Pergunta feita fora do microfone.

O SR. _____ - Quando tem de transferir para o convênio, a obrigação é do convênio vir buscar. Eles têm a obrigação de vir buscar o paciente. E assim mesmo nós nunca transportamos doente muito grave. O paciente tem de sair em melhores condições. Na eventualidade de precisar, o convênio tem obrigação de vir buscar. E nós contamos, também, com a colaboração de outros órgãos - APH e outros -, que, se for necessário, e não é freqüente, de pedir outros serviços, para que refaçam a remoção de um paciente grave.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Bem, a explicação foi dada. Estamos chegando ao término da nossa reunião.

Nada mais havendo para ser tratado e colhidas as informações, encerro a terceira reunião técnica desta proposta orçamentária para 2001, determinando que a transcrição da gravação aqui originada seja juntada aos competentes autos no anexo da proposta e convertendo-se em ata do trabalho.

Agradeço, em especial, a presença do Sr. Secretário, que de forma disciplinada e correta compareceu pessoalmente, coisa que a Comissão está reclamando: outras Secretarias, pelo menos até hoje, não compareceram através de seu representante, sendo que algumas nem deram satisfação. Estou anotando esse fato. Não vou deixar como está. Vamos reclamar a presença dessas Secretarias e desses Secretários.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 123 do pres.
n.º 374 de 2000
Suplente
SABER
Adm. Geral III

ROD.:T9	FOLHA:2	TAQ.:ALEX	SESSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 8 11 2000	SEM REVISÃO

Agradeço ao Dr. Maurício pelo comparecimento. Evidentemente, agradecer os vereadores da Câmara Municipal, Carlos Neder e Ítalo Cardoso, bem como aos senhores e senhoras presentes.

Hoje à tarde, reiniciaremos às 13h, conforme o previsto, com a discussão da Secretaria de Assistência Social e Fundo da Criança e do Adolescente, Secretaria de Esportes e Fundo de Esportes.

Muito obrigado a todos e bom dia.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 124 do proc.
374 de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.: T10 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Boa tarde.

Declaro aberta a reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 674/00, que dispõe sobre a proposta orçamentária para o exercício do ano 2001.

Agora à tarde, iniciaremos a reunião com a Sra. Secretária Alda Marco Antonio, que muito cordial e educadamente compareceu a esta comissão para fazer suas observações e comentários e que, dentro das regras que estabelecemos, falará por 10 minutos sobre uma postura geral e mais 10 minutos sobre alguns setores ou temas que interessem diretamente à Secretaria para esclarecer a Comissão relativamente a esse orçamento. Em seguida, abriremos para perguntas por mais uns 15 minutos para cumprir determinação regimental que estabelece que, antes da abertura da sessão ordinária, teríamos de suspender nossos trabalhos.

Com a palavra, a Sra. Secretária Alda Marco Antonio.

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO - Exmo. Sr. Vereador Miguel Colasuonno, caro amigo e presidente desta comissão; Exmo. Sr. Vereador Ítalo Cardoso, querido amigo; Sr. Godinho, representante da Secretaria das Finanças do Município; Dr. Marcos Scarpe(?), Senhoras e Senhores, é com muita honra que compareço a esta casa de leis para discutir algo da maior importância para o Município, que é o orçamento da área da Assistência Social.

Para quem não tem familiaridade com a Secretaria de Assistência Social, que no passado foi Secretaria da Família e Bem-Estar Social e tem essa nova denominação... (Monteiro)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-9^{to} Adm. Geral III

Folha n.º 123 do proc.
n.º 374 de 2000
funcionário
ISABEL S. HANASHIRO

ROD.: T11 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

que no passado foi Secretaria da Família e Bem-Estar Social e tem essa nova denominação em função da LOAS, em função da aplicação de uma lei federal no Município de São Paulo, eu quero, em rápidas palavras, situar um pouco o trabalho, o que faz, o que é, o tamanho dessa Secretaria.

A Secretaria de Assistência Social administra uma rede com 1.230 unidades, são 1.230 locais de atendimento e, no dia 31 de dezembro próximo já serão 1.250 porque temos 15 novas inaugurações até o final do ano. Dessas 15, 14 são de creches. É uma rede monumental, maior até que a rede da Secretaria de Educação. Essa rede absorve, ocupa o trabalho de mais de 32.000 trabalhadores, sendo 15.000 servidores municipais e mais de 18.000 funcionários das entidades conveniadas, porque dessas 1.235 obras que existem na rede da Secretaria de Assistência Social, 945 são administradas através de um contrato chamado convênio, segundo o qual a Prefeitura repassa a política, a orientação, repassa recursos materiais mensalmente e coloca também os gêneros alimentícios para a alimentação dos atendidos.

Os últimos 18 meses dessa Secretaria foram marcados por uma intensa movimentação, eu foi a necessidade da aplicação de duas leis federais, a LOAS e a LDB. Com relação à LOAS, houve uma movimentação que atingiu, direta e indiretamente, os 32.000 trabalhadores da área. Foram realizados 18 seminários para preparação e qualificação dos técnicos para a nova sistemática, para a nova lei, foi feito um trabalho com os trabalhadores, com as entidades conveniadas, com as entidades do movimento social não conveniadas, que foram convidados a participarem do processo, e participaram, e houve uma eleição em dois



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 226 do pres.
n.º 374 de 2000
o Secretário
ISABEL F. S. HANASHIRO
Dt. Adm. Geral III

ROD.: T11 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

turnos com a escolha dos conselheiros, representantes do movimento social foram eleitos numa eleição de dois turnos e a nomeação dos representantes do governo. E foi dado posse, sede e infra-estrutura ao Conselho de Assistência Social do Município de São Paulo. É bom notar que São Paulo era a última capital que permanecia sem a implantação dessa lei e sem o Conselho Municipal de Assistência Social. É bom lembrar e frisar a esta Casa de Leis que o projeto de lei remetido pelo Executivo para a criação do Fundo Municipal de Assistência Social está tramitando nesta Casa, carece de aprovação para que este Município, as entidades que atuam, possam passar a receber regularmente recursos oriundos do Governo Estadual e do Governo Federal. É, portanto, uma tarefa dos Senhores Vereadores deste Legislativo estudar o projeto de lei que ganhou o número 010335/98. Portanto, está aqui desde o ano de 1998, em discussão, a proposta para a criação do Fundo Municipal de Assistência Social e eu declaro que ele é absolutamente vital, é importantíssimo e precisa ser aprovado.

Paralelamente à implantação da LOAS, nós trabalhamos também na aplicação da LDB. Esse foi um trabalho conjunto entre as duas secretarias, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, e, como todos sabem, a LDB considera creche uma unidade do sistema público de educação, ela se insere no princípio, defendido por todos nós e consagrado na Constituição de 88, de que a educação é um direito a partir do nascimento. Se a educação é um direito a partir do nascimento, as creches, que muitas no passado tiveram o objetivo de apenas guardar crianças, não podem mais ter esse objetivo, elas



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 127 do prod.
n.º 274 de 2000
o funcionário *Manashiro*
Dt. Adm. Geral III

ROD.: T11 FOLHA:3	TAQ.: Monteiro	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:	DATA: 08-11-00	SEM REVISÃO

precisam ser instituições e como tal têm que pertencer ao órgão que faz a educação pública no município.

Em São Paulo, a educação pública municipal está distribuída em três tipos de equipamentos: nas creches, para crianças até quatro anos; nas Emeis para crianças de quatro anos a seis e 11 meses e nas Emefs, escolas de educação fundamental, para crianças a partir de sete anos. Ao longo de muitos anos, foram se acomodando situações em que crianças com idade acima de quatro anos foram permanecendo nas creches, mas era uma situação inadequada, tanto do ponto de vista da criança, que tem que ter uma educação adequada à essa faixa etária, quanto do ponto de vista das creches. As creches da rede municipal somam 727 unidades e atendem perto de 9.000 crianças. Porém, a fila de espera, a lista de espera, soma 104.000 nomes de crianças, todas com idade abaixo de quatro anos, aguardando uma oportunidade de matrícula.

Ao deixarmos que crianças com idade acima de quatro anos permanecessem nas creches, nós estávamos impedindo que crianças menores fossem matriculadas. Ou seja, cada criança com idade acima de quatro anos que permanecia na creche empatava a vaga, tirava uma vaga de uma criança menor. E é bom lembrar que o aparato de creches está todo preparado para crianças menores. Uma Emei é diferente da creche do ponto de vista construtivo e do ponto de vista pedagógico. Do ponto de vista construtivo, as creches exigem solário, exigem lactário, exigem berçário e exigem pessoas aptas a fazerem a criança aprender de tudo. Na creche a criança aprende a andar, a falar, a sentir, ela recebe comida na boca, ela toma banho, às vezes vários banhos por dia e esse aparato, tanto em termos de arquitetura quanto



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º ¹²⁸ do pres.
³⁷⁴ de 2000
Ass. Donário
CSABE. & TANASHIRO
Dir. Adm. Geral III

ROD.: T11 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

em termos de recursos humanos, preparado receber bebês, estava sendo ocupado por crianças que precisam estar nas Emeis porque nas Emeis tem pessoal qualificado... (T12)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º ¹²⁹ 374 do prez. n.º 374 de 1990
funcionário
ISABEL C. CHANASHIRO
M. Adm. Geral III

ROD.: T12 FOLHA:1	TAQ.: Valéria	COMISSÃO: Finanças
ORADOR: Alda Marco Antonio	DATA: 08-11	SEM REVISÃO

... estava sendo ocupado por crianças que precisam estar nas EMEI's, pois lá há pessoal qualificado para ensinar o que ela precisa aprender nessa faixa etária; ela tem de começar a ser alfabetizada. Muitas vezes, isso acontece nas creches; mas as creches estão inseridas no Sistema Municipal de Ensino para crianças até quatro anos. É uma situação que enfrentamos e que deverá estar completada no dia 31 de dezembro próximo e, espero, com grande ganho para a Cidade, para as crianças que estão nas filas de espera.

Em relação a outras áreas, houve também uma grande movimentação, sobretudo nesses dois últimos anos, mais acentuadamente nos 18 últimos meses. Em relação à população de rua, no passado, até o ano de 1988, albergues eram preparados nos 4 meses de inverno para receber, nos meses mais frios, a população que fica na rua e, com o aumento do frio, com a diminuição da temperatura, ficavam mais suscetíveis a aceitar o convite para dormir nos albergues. Mas tais albergues eram desativados depois do mês de setembro. A partir de 1989 isso acabou. Hoje a rede de albergues da Prefeitura é formada por 14 unidades, 6 das quais novas; a oportunidade de leitos é de mais de 3,3 mil leitos à disposição da população e há algumas novidades muito significativas: a partir de 1999, não existe mais o tradicional e conhecidíssimo (no passado) "sopão" nos albergues. Os albergues oferecem, desde o ano passado, jantar com comida sólida; não existe mais chuveiro frio; a troca de roupa de camas é diária, como prevêm os convênios. Também, em relação aos horários de funcionamento, no passado havia muita recusa de morador de rua em ir até o albergue em função do horário de saída: ele tinha de se levantar às 5 horas da



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 130 do processo
n.º 374 de 2000

o funcionário
SAI... ANASHIRO

M. Adm. Geral III

ROD.: T12 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR: Alda Marco Antonio

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

manhã, chovendo ou fazendo frio, e sair do albergue. Isso acabou desde o ano passado; os albergues funcionam das 17h30min até as 9 horas da manhã, alguns até 8 horas, 8 horas e meia. Dessa maneira, há um período maior, um conforto maior, um profissionalismo mais acentuado no atendimento à população de rua. Nesse período surgiu também um novo serviço, chamado "Gente", com telefone, frota de veículos, equipes 24 horas por dia à disposição de quem necessita de assistência social e está nas ruas. Esse serviço atende também emergências. Existem os postos de atendimentos sociais - há 17 deles - com plantões diários em 17 pontos diferentes de São Paulo.

Com relação à modernização, à criação de uma informação em rede, a Secretaria conseguiu contratar a Prodam para um projeto de informatização da Pasta, com a criação de uma rede de computadores entre os equipamentos. Esse contrato está em andamento e prosseguirá, com certeza, no próximo ano e na próxima administração. Algo muito importante, eu considero, foi realizado também na área de estudos: foi contratada a FIPE para fazer o que foi no Brasil o primeiro censo de população de rua em São Paulo e creio que o primeiro no Brasil. Foi criada uma nova metodologia; esse trabalho foi feito em conjunto com técnicos da Secretaria e com entidades do movimento social, que participaram de todas as etapas de preparação e execução desse trabalho. Tivemos, então, resultados importantíssimos, que balizaram, a partir do conhecimento desses dados, o trabalho, o planejamento desta Secretaria. A contagem foi feita em fevereiro de 2000 e constatamos naquela data que, entre as pessoas que dormiam nos albergues e aquelas que foram encontradas dormindo na rua - já que



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 131 do pres.
n.º 374 de 2000
O funcionário
P. S. KANASHIRO
Ct. Administrativo III

ROD.: T12 FOLHA:3	TAQ.: Valéria	COMISSÃO: Finanças
ORADOR: Alda Marco Antonio	DATA: 08-11	SEM REVISÃO

esse levantamento foi feito sempre à noite, a partir das 11 horas da noite -, foram encontradas 8.704 pessoas; destas, 607 menores de idade. Naquele dia, 3.300 estavam dormindo nos albergues; portanto, mais de 5 mil pessoas estavam nas ruas.

E a caracterização socioeconômica dessas pessoas: por incrível que pareça, a grande maioria é constituída de trabalhadores e trabalhadoras. Chegamos até a detectar a renda dessas pessoas que vivem nas ruas e trabalham dos expedientes das ruas; ao contrário do que muita gente pode pensar - um pensamento reacionário, muitas vezes ouvimos que essas pessoas sujam a Cidade -, elas ajudam a manter a Cidade limpa, pois catam lixo e transformam em material vendável. Elas recolhem latinhas vazias de refrigerante, cerveja, papelão, e o trabalho delas, de "formiguinha", ajuda a manter a Cidade limpa; elas recebem em média 77 reais por semana por esse trabalho. São, então, em sua grande maioria, trabalhadores empobrecidos, excluídos do sistema formal de trabalho, às vezes de suas próprias famílias; mas são pessoas que precisam de apoio para retornar a uma vida adequada. Nesse perfil, constatamos o que já era visível no trabalho: a grande quantidade de pessoas do sexo masculino. Em torno de 15% de mulheres vivem nas ruas e cerca de 85% é constituída de homens. Esse trabalho deu margem a que pudéssemos abrir um novo espaço de atuação e de insistência: insistimos para criar alternativas viáveis de trabalho e de possibilidade de retorno a uma vida estruturada, de retorno também à família, embora isso seja sempre muito difícil.

O SR. - Agora, alguns dados de orçamento, para podermos avaliar corretamente.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 132 do proc.
n.º 374 de 2000
c. funcionário
ISABEL K. HANASHIRO
Ot. Adm. Geral III

ROD.: T12 FOLHA:4

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR: Alda Marco Antonio

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO - Em relação a orçamento, nossa
Secretaria cedeu, com as normas orientativas da Secretaria... (Camilo)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 133 do proc.

n.º 374 de 2000

o funcionário

CH. Adm. Gorat III

ROD.:T13	FOLHA:1	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:09/11/00	SEM REVISÃO

A SRA. ALDA MARCO ANTÔNIO - Com relação ao Orçamento, nossa Secretaria se adequou às normas orientadas pela Secretaria Municipal das Finanças, e resultou no Orçamento global para 2001 em 372.539.386 milhões de reais. Agora, é importante que os Srs. Vereadores sintam como é composto esse Orçamento. A área da assistência dentro desse Orçamento é menor do que 40%. Para a área da assistência, desse total, são destinados 143.155.632 milhões de reais; e a área da educação, representada pelas creches na Secretaria de Assistência Social ocupa mais de 60% do Orçamento, 229.383.754 milhões de reais. Contudo, vamos deixar no Orçamento somente para investimento, 35.640.000 milhões de reais, um Orçamento que adoraria ter recebido. Aliás, quando assumi a Secretaria, encontrei no Orçamento 45 milhões de reais para construções de creches, creches essas listadas. Então falei: Que maravilha, vamos construir todas este ano. Não pudemos construir uma única, porque nenhuma das listadas tinham terreno em condições de receber construção. Passamos o ano de 1999 inteiro lutando para deslindar, liberar, colocar terrenos em condições de receber construções.

Vamos deixar, aqui, então, um valor de 28.230.000 milhões de reais com aproximadamente 35 terrenos completamente liberados, algumas creches já licitadas e homologadas para construção para o próximo ano. Ou seja, é construção com certeza absoluta, porque inclui os projetos implantados nos terrenos. A maioria deles já tem levantamento topográfico pronto, alguns com sondagens prontas e algumas creches já estão licitadas e homologadas.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 139 do proc.
379 de 2000
S. DEL. P. S. HANASHIRO
Adm. Coral III

ROD.:T13	FOLHA:2	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:09/11/00	SEM REVISÃO

Para reforma e ampliação de 20 creches, essa ampliação refere-se a salas. Ficam 6 milhões de reais; construção, reforma e ampliação de equipamento social, 1,4 milhão de reais. Há também o item de ampliação e reforma dos próprios administrativos, apenas um item aberto com valor simbólico de 10 mil reais.

Para a rede direta de creches, estão previstos 80.351.410 milhões de reais, para a rede de creches conveniadas, cobrindo todos os convênios existentes e mais o que vamos inaugurar até o final de ano e as novas creches que vamos deixar para a próxima administração inaugurar. Existe, então, a previsão de 80.124.084 milhões de reais, para serviços de pessoal, mobiliário e serviços tem 38.920.000 milhões de reais, para o programa espaço jovem, atendimento à criança e ao adolescente, 23.693.000 milhões de reais. Estamos prevendo no Orçamento a quantia de 20 milhões de reais para o fundo municipal de Assistência Social. Nossa esperança é que esta Casa aprove logo o fundo municipal, e aprovado, já possa contar com 20 milhões de reais de recursos que prevemos. Se isso for aprovado por esta Casa, o Conselho Municipal já poderá contar com esse recurso. Há manutenção de bens imóveis, consumo, tarifas, vales-transportes de funcionários e outras despesas menores. Se V.Exa. desejar, podemos detalhar.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Registro a presença do nobre Vereador Toninho Paiva e da Nobre Vereadora Lúcia Correa à nossa Comissão.

Tem a palavra o nobre Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Boa tarde, Secretária Alda Marco Antônio. Em primeiro lugar, gostaria de saber qual foi o valor enviado



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 135 do proc.
n.º 374 de 2000
o funcionário J. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:T13 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:09/11/00

SEM REVISÃO

por SAR(?) à Secretaria Municipal das Finanças quando solicitados os números para preparar o Orçamento para o ano de 2001. Já foi falado quanto foi colocado na proposta orçamentária, 372.539.000 milhões de reais. Quanto foi solicitado? Quanto veio já sabemos.

A SRA. ALDA MARCO ANTÔNIO - Nobre Vereador, o total não temos, mas posso dar corte por corte.

Você tem o total, Sr. Godinho?

O SR. GODINHO - 295 milhões de reais, isso sem pessoal. É só atividade projeto.

A SRA. ALDA MARCO ANTÔNIO - Exatamente.

- Conversas fora do microfone.

O SR. GODINHO - Quando as secretarias preparam o Orçamento, fazem sem o pessoal. Isso já é uma prática do Orçamento. Todo ano procedemos desta forma. Quem calcula o valor do pessoal é a Secretaria Municipal da Administração junto com o SF, e este faz a projeção por secretarias dos valores do pessoal. É por isso que o número está menor do que o dela, porque este está com pessoal, e dentro desse número, o valor do Orçamento é 261.397 milhões de reais. Dentro desse número e o número de atividade dela somam 261.400 milhões de reais.

A SRA. ALDA MARCO ANTÔNIO - Se o Vereador quiser ouvir, posso falar de algumas coisas que foram cortadas. Os valores cortados não são muito grandes, mas alguns são muito significativos. Vou dizer da rede de creches, ela passa por algumas dificuldades sérias.

Há muito tempo (Dagmar)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 136 do proc. 374 de 1990
Assinatura: [assinatura]
Secretário: [assinatura]
Ass. Adm. Geral III

ROD.:T14 FOLHA:1	TAQ.:dagmar	COMISSÃO:FIN
ORADOR:	DATA: 08-11	SEM REVISÃO

Há muito tempo não autorizam novos concursos. Quando, por exemplo, uma funcionária fica incompatível com a função que exerce, se dá um problema de coluna porque pegou uma criança, vai para um sistema chamado de readaptação e não podemos substituir essa pessoa, fica uma vaga de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, o que significa seis ou sete criança a menos na creche. E uma área das mais problemáticas é a de limpeza, porque os funcionários vão se aposentando sem que haja reposição. Então fizemos um esforço neste ano para terceirizar esse serviço, mas não conseguimos ainda, pois passamos o ano inteiro lutando com procuradores, fazendo licitação. Havíamos previsto um recurso de 10 milhões para a próxima administração ter um alívio na administração das creches, mas esse recurso foi cortado e entendo por quê, é que o recurso colocado para 2000 não conseguimos gastar já que não conseguimos concretizar a licitação. Este foi o corte mais significativo e seria interessante que os vereadores pensassem nele porque a administração vai precisar desse recurso. Os outros itens não têm muita importância porque todos os serviços ficaram cobertos.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Secretária, é real esse dado de que a própria Secretaria assume hoje 104 mil crianças em idade de creche, e quanto seria necessário para cobrir essa demanda além do que já está previsto no Orçamento?

A SRA. SECRETÁRIA - É real. Mais do que dobrar a rede. A PMSP antes de 1975 tinha quatro creches públicas apenas. As mulheres de São Paulo se organizaram, se animaram, e foram para as ruas, eu fui junto, acho que o senhor também foi, e fomos exigir creches nas portas dos prefeitos de São Paulo, e essa idéia pegou na cidade de São Paulo. E é



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 137 do proc.
n.º 374 de 2000
Danário
SADEL P. S. HANASHIRO
J. Adm. Geral III

ROD.:T14 FOLHA:2

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

do final da década de 70 o início das grandes construções de creches. Foram necessários 21 anos para que essa rede chegasse onde chegou. Todos os prefeitos, a partir do final da década de 70, construíram creches, ampliaram a rede, mesmo assim foram necessários 21 anos para que atingisse o tamanho que tem hoje, 727 unidades. Para dobrar a capacidade, seria necessário no mínimo dobrar a rede física. Mas há alguns complicadores: os espaços públicos estão ficando cada vez mais difíceis. Nos bairros centrais existe demanda reprimida, mas como construir creches na Bela Vista, na Liberdade, no Glicério, na Santa Cecília? Não existe espaço público nem particular. É preciso pensar em desapropriação de prédios e adaptações para fazer essa rede crescer nos bairros centrais. É preciso esforço de construção. Creche não dá para improvisar, é uma construção complexa, é mais do que escola, é mais do que casa, é mais do que lazer. É preciso muita responsabilidade para construir e para ampliar. Levaria uns 15 anos de construção acelerada para atender toda a demanda.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Presidente, eu tenho só mais duas questões, até porque as entidades estão inscritas e têm muita contribuição a dar. A primeira delas é a seguinte: o número R\$372.539.000,00 que a Secretária apresenta já está incluso, como ela própria disse, a dotação de creches, que teria de estar, a nosso ver, na Secretaria de Educação. Por que permanece na dotação de SAS? Quanto sobra efetivamente, tirando a parte de educação, e se isso, do seu ponto de vista, é suficiente. E gostaria que a senhora falasse o que acha do que é pago hoje, por criança, na rede conveniada, e como a senhora vê o constante atraso, sem que exista uma forma de proteção



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 138 do prot
n.º 374 de 2000
O Secretário
SABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.:T14 FOLHA:3

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

dessas entidades em função da inflação e da demanda que elas têm de assumir.

A SRA. SECRETÁRIA - São 39%. Esse Orçamento de 372 milhões, apenas 39% representa o gasto com assistência. E 61% são da educação, nas creches, o que dá 229 milhões. Como administradora pública eu sempre achei muito pouco o recurso que tive para administrar. O per capita pago pela PMSP às entidades conveniadas varia de R\$105,00 por mês até R\$162,00, mais toda a alimentação da creche. Quando eu assumi, em março de 1999, recebi as entidades e fiquei muito impressionada com o relato que me fizeram, elas estavam recebendo fora do mês, às vezes até o dia 8 do mês subsequente. Isso fazia com que elas pagassem as tarifas com multas, o que dava um desequilíbrio nas contas delas. Eu fui imediatamente falar com o prefeito Celso Pitta, na época do Secretário Freitas, e isso logo ficou solucionado, depois de dois ou três meses as entidades já estavam recebendo antes do dia 30 do mês. E se uma ou outra recebe fora dessa data, é porque a prestação de contas chegou atrasada. A Secretaria das Finanças tem um sistema computadorizado e tudo o que entra até a data combinada vai pelo computador para o banco tranqüilamente.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 139 do proc.

n.º 374 de 2000

o funcionário

ISAHEL P. S. MANASSERO

3. Av. Coral III

ROD.: T15 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

Tudo o que entra até a data marcada vai pelo computador, o pagamento está no banco, sem dúvida. O que sai fora, tem um procedimento manual, em separado, e aí atrasa. Mas depois que fizemos essa gestão não tenho notícia de que nenhum mês tenha sido pago em atraso, Vereador. Estão recebendo no mesmo mês, há mais de um ano.

Não sei se respondi tudo. Há mais alguma questão?

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Eu teria, mas prefiro deixar agora para as entidades.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Eu queria passar a palavra agora ao Marcelo, que participa do FUNCAD-II e que tem uma pergunta a fazer.

O SR. MARCELO - Boa tarde, Secretária; boa tarde, Vereadores; boa tarde a todos. Meu nome é Marcelo, sou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenador da Comissão de Finanças. É muito desagradável para mim, enquanto representante de democracia participativa - e acho que também para os senhores, que são de democracia representativa - ter um plenário tão vazio assim. E digo que justamente o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente podem ser, se houver vontade político, espaços de articulação para que momentos como este estejam mais articulados e o povo realmente esteja presente. São problemas desse tipo que venho levantar: de falta de articulação entre Secretaria de Finanças e Conselho Municipal; entre Secretaria de Assistência Social e Conselho Municipal. Venho levantá-los para mostrar que nós, representantes dessa democracia participativa que está num processo tão desanimador, mas vai mudar - não é,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 140 do pres.
374 do 2000
Instituto de Administração
Ot. Adm. Geral III

ROD.: T15 FOLHA: 2	TAQ.: MÁRCIA	COMISSÃO: FIN
ORADOR:	DATA: 08-11	SEM REVISÃO

companheiros? - vimos questionar quando a Secretaria de Finanças, sem a menor articulação com o Conselho, prevê nos seus anexos 5 milhões para o FUNCAD, sem a menor discussão. Isso é extremamente incômodo e ilegal, para falar português claro, porque o conselho tem essa função, prevista em lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de articular, e não está sendo cumprida. São oito anos de existência do conselho e isso ainda não foi estruturado. Temos pedido 42 milhões, conforme a deliberação do conselho; da Secretaria de Finanças, 5 milhões. Aqui não haverá tempo para aprofundar, pois quero dar espaço para que os outros companheiros possam falar, mas existem problemas de ambos os lados. Porém, existe maior omissão, durante esses oito anos, em estruturar o conselho e em criar cargos para que nós, representantes, tenhamos apenas o papel político, e o administrativo dê conta desses problemas, porque nós temos a colega que é membro do Conselho de Orientação Técnica, do Conselho Municipal, que vai dar alguns exemplos em que projetos entram, projetos são encaminhados, mas o são com tal lentidão e dificuldade, que não encontram, ao final, a destinação e o empenho da verba. Por quê? Porque não existe essa estrutura, não existe o administrativo do conselho, não existe o administrativo do FUNCAD que os articule com as secretarias.

Então, estou aqui mais num sentido político de demarcar o que é o conselho, o que é o FUNCAD. Vocês podem ver que não existe, no Anexo para o FUNCAD, um item que diga respeito a programas especiais, quando é justamente para o que ele serve. Não é para material de consumo, para remuneração de conselheiros tutelares. Isso é função do Estado, do Município, é de sua estrutura. Nós estamos com uma



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 141 do proc.
n.º 374 de 2000
funcionário

ROD.: T15 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

inversão. Então estou aqui para deixar colocados esses problemas. Vamos enfrentá-los com qualquer gestão que venha, e vínhamos enfrentando nesses últimos seis meses. Fomos eleitos e tomamos posse em junho, tivemos alguns problemas, inclusive com o representante da Secretaria de SAS que infelizmente não teve articulação política e representatividade, tanto dentro do governo quanto com a sociedade, para dar encaminhamento a esses problemas estruturais que temos.

Termino aqui minha fala e peço aos companheiros que depois complementem.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Obrigado. Vou sugerir às duas outras pessoas inscritas que falem, depois a Secretária poderá fazer o comentário conjunto.

A SRA. SECRETÁRIA - Perfeitamente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Dona Eliane Pimenta e em seguida a Dona Adelina.

A SRA. ELIANE PIMENTA - Boa tarde, Sra. Secretária, Srs. Vereadores, assessores. Estou aqui em nome do Conselho de Orientação Técnica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Primeiramente, gostaria de questionar, como o companheiro Marcelo colocou, o corte da verba do Fundo do Conselho da Criança e do Adolescente. Queria passar às suas mãos, Sra. Secretária, o Plano de Aplicação elaborado pelo Conselho Municipal, que pedia 42,5 milhões para os projetos e programas de atendimento à criança e ao adolescente. Desde oito anos atrás, desde 1993 temos o fundo e nunca foi cumprido o seu orçamento. Este ano, de 2000, temos um plano de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 142 do pres.
n.º 574 do 19

O Suplente
IS. DE IS. DE IS. DE IS. DE
Of. Adm. Geral III

ROD.: T15	FOLHA: 4	TAQ.: MÁRCIA	COMISSÃO: FIN
ORADOR:		DATA: 08-11	SEM REVISÃO

aplicação de 25 milhões pedidos, e mais uma vez a secretaria cortou para 5 milhões.

NÓS TEMOS 2,3 MILHÕES EMPENHADOS...Beth.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 143 do proc.
374 de 3900
funcionário NASHIRO
Dt. Adm. Geral III

ROD.:F16	FOLHA:1	TAQ.:beth	COMISSÃO:finanças
ORADOR:		DATA: 08-11	SEM REVISÃO

Nós temos 2,3 milhões empenhados até o dia 30 de outubro. Isso é lamentável, mais uma vez. A senhora disse que tem 372 milhões este ano e o ano que vem e louvou não ter tido essa oportunidade durante a sua gestão, embora tenha tido 357 milhões orçados durante este ano e não tivemos muitos resultados, tampouco em creches e atendimento à criança e adolescente, principalmente a criança de rua, atendimento de periferia, drogados e crianças que sofrem violência familiar. No nosso ponto de vista isso é um grande problema político e não financeiro da Prefeitura. Temos aqui em minhas mãos, infelizmente não posso passar às suas, mas com certeza na Secretaria de Assistência Social há cópias de todos esses projetos que ao longo de todos esses anos foram aprovados pelo conselho e pelo COT para serem desenvolvidos com a verba do Fundo Municipal do Adolescente. Infelizmente só temos seis projetos, se não me falha a memória, sendo atendidos. São mais de 50, Sra. Secretária. Projetos aprovados, discutidos e em condições de serem atendidos. Mais um ano tivemos a verba cortada, sem prévia consulta ao conselho que é garantida por lei, que tem a sua consulta de sua verba e de seu plano de aplicação cortado. Pergunto: onde foi cortado esses 42 milhões? Temos cópia do plano de aplicação, com todos os programas. Quais serão os programas desenvolvidos com apenas 5 milhões? O Conselho não foi consultado e a Secretaria teve autonomia ou se deu ao direito de ter essa autonomia de cortar a verba e não dizer onde cortou. Pergunto mais uma vez: temos a lei que nos garante e nos obriga, principalmente a Secretaria de Finanças, não a Secretária, a gestora do fundo, que se publique os demonstrativos de receita e despesa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 144 do prod.
n.º 374 de 3000
o funcionário *Jan*
Ot. Adm. Geral III

ROD.:F16 FOLHA:2	TAQ.:beth	COMISSÃO:finanças
ORADOR:	DATA: 08-11	SEM REVISÃO

Nunca foi publicado, nunca foi entregue ao Conselho. Como Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho de orientação técnica pode fiscalizar as despesas e as receitas desse fundo sem a publicação que a lei nos garante desse demonstrativo porque nunca foi publicado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Temos mais uma inscrita, a Sra. Adelina também da LDB e depois o Secretário responderá, lembrando sempre que temos um regime legal e regimental e não podemos avançar além das 15 horas porque se instala a sessão plenária e o Vereador tem de descer.

A SRA. ADELINA - Boa tarde. Sou assessora da Vereadora Aldaíza Sposati e gostaria de fazer alguns comentários e algumas questões nas colocações da Sra. Secretária. Com relação à implantação da LDB na Cidade, que foi promulgada a partir de 1996 e só em 99 o Prefeito expede um decreto, em dezembro de 1999, regulamentando a questão da passagem das crianças de quatro anos para as EMEIs. Queremos deixar claro que concordamos plenamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Realmente todas as crianças têm direito à educação, não somente à assistência. Só que esse processo de passagem tem sido absolutamente traumático. Temos feito inúmeras reuniões com fóruns, com participação de 400 entidades, sindicatos, com mães. As mães e os fóruns têm nos procurado e a Vereadora Aldaíza tem realmente um fórum grande de discussão nessa linha. Está muito traumática essa questão. Aproximadamente, um pouco mais de 30 mil crianças que estão nessa fase de 4 anos em diante não têm EMEI



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 145 do proc.
374 de 2000
funcionário
S. DE C. HARASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:F16 FOLHA:3 TAQ.:beth COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

suficiente. Isso nós já comprovamos, fomos às regiões, temos discutido com as creches, com a comunidade e não existe EMEIs suficientes para atendimento a essas 30 mil crianças. Estamos de pleno acordo de que tem de ser creche para criança de zero ao três anos mas não podemos fazer desse processo traumático. O ano de 2000 não foi suficiente para que essa passagem fosse de forma tranqüila. Esse é um pouco. O outro ponto é que as creches conveniadas pelos inúmeros depoimentos não estão preparadas com berçário. A grande maioria das creches conveniadas atende a crianças de 2 a seis anos. Estariam dispostas a fazerem a educação infantil. Eu acho que o processo não precisa ser traumático. É possível que com um decreto, com uma regulamentação coerente e conseqüente é possível sim que todas as crianças que hoje se encontram matriculadas nas creches a partir dos 4 anos passem para o sistema municipal de educação sem que sejam retiradas até daquele local. É simplesmente ter a supervisão, estarem incluídas no sistema municipal da educação, com professores especializados como a secretária colocou, realmente garantindo a educação. A gente queria que isso também fosse considerado porque há um grande trauma por parte de inúmeras famílias. Imaginem 30 mil crianças multiplicado por suas famílias, as comunidades, o que significa isso em crianças que ficarão absolutamente sem a creche e sem a EMEI.

Outra questão que gostaria de colocar, como a Secretária falou, realmente da população de rua, está de parabéns, foi um avanço realmente. Acho que é uma pesquisa necessária. O fórum das organizações da população de rua em contato com a Secretária que nos deu a abertura. Estivemos lá por inúmeras vezes e pleiteamos que fosse



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 146 do pres.
n.º 374 de 2000
funcionário JPA
TSAB. L. 9. NAKASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:F16 FOLHA:4

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 08-11

SEM REVISÃO

feita a pesquisa para que a política de atenção à população pudesse de fato estar tendo outro contorno.

Dentro disso...(paula)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 47 do pre
374 de 2000
Funcionário
ISABEL F. S. TANASHIRO
Pl. Adm. Geral III

ROD.:T17	FOLHA:1	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 08-11-00	SEM REVISÃO

Dentro disso existe a regulamentação da Lei, que também foi da Vereadora Aldaíza Sposati, que realizou um trabalho junto à Secretaria - e pergunto como está isso. Essa pesquisa mostrou que 50% dessa população de rua tem um atendimento nas casas de convivência. Ou outros 50% não têm atendimento. É um dado muito significativo do ponto de vista da dignidade humana é que 50% dos moradores de rua fazem as suas necessidades e tomam banho na rua literalmente porque os serviços existentes não dão abrangência suficiente.

Eram essas as minhas colocações. Muito obrigada.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vou pedir desculpas à Secretária e relembrar que tem cinco minutos.

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO - Vou dividir. As duas questões foram colocadas no mesmo sentido, tratam do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e diferentemente do que a senhora colocou aqui, a Secretaria não cortou. A senhora terá de ouvir isso das Finanças porque vocês remeteram 42 milhões e nós incluímos no nosso Orçamento 42 milhões. A Secretaria de Assistência Social realiza com vocês, com as entidades e com esse Fundo apenas uma questão técnica, apenas o recurso passa pela Secretaria de Assistência Social. Às vezes, os projetos não estão na forma adequada e por isso não são aprovados os têm um retardo. Existe uma sistemática, um aparato legal para a disponibilização desses recursos. O Fundo teve do Tesouro Municipal no ano de 2000 a possibilidade de gastar 15 milhões e não realizou. Estou vendo aqui que no ano de 2000 são seis projetos somando um total de 1 milhão, 228 mil, 936 reais, muito abaixo do que 15. Então, com relação à diferença de corte, por favor, remetam a questão às Finanças. Não



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 148 do proc.
n.º 374 de 2000
a fun.º n.º 12
ISABEL F. S. HANASHIRO

ROD.:T17	FOLHA:2	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA:08-11-00	SEM REVISÃO

interferimos, não falamos que o projeto que vocês é bom ou ruim, não. Apenas fazemos uma adequação técnica para que os projetos possam existir e executar técnica e competentemente os recursos. Então, não interferimos no mérito, fazemos um trabalho eminentemente técnico. É de passagem apenas. E, como pessoa da área acho pouco 5 milhões, acho pouquíssimo. Gostaria que fosse muito mais o Orçamento de SAS e dos Fundos.

Agora, devo lembrar que os fundos existem para receber recursos de vários locais e historicamente esse Fundo tem recebido recursos só do Tesouro Municipal o que é uma pena porque deveria vir de outros lugares também.

Com relação à pergunta da Adelina quero agradecer a manifestação, com relação ao número de creches deixa eu colocar para você direitinho: são 30 mil crianças que estão prestes, já têm quatro anos ou brevemente terão completado os quatro anos. Como essa coisa se deu? 20.400 crianças no dia 31 de dezembro próximo já terão completado quatro anos. Então, esse grupo de 20.400 crianças, o nome delas com endereço e filiação já foram enviados para a Secretaria de Educação que está inscrevendo - ontem saiu uma portaria publicada do Secretário da Educação - todos esses nomes nas EMEIs mais próximas das casas. A partir do dia 5 de dezembro as famílias poderão fazer as matrículas nas EMEIs, aquelas que desejarem.

Com relação a obrigar as crianças com idade acima de seis anos a sair, ninguém está fazendo isso. Tem um grupo de 9.400 crianças que vão completar quatro anos até 1 de janeiro de 2001, esse grupo de 9.400 vai permanecer na creche por mais um ano porque a EMEI só



Folha n.º 149 do proc. 374 de 3000
funçãoário
TASHIRO
Of. Adm. Geral III

Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T17 FOLHA:3	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:	DATA: 08-11-00	SEM REVISÃO

matricula com quatro anos completos antes de 1 de janeiro. Esse grupo vai permanecer nas creches e os convênios vão considerar na hora de pagar o *per capita*, os demais e as entidades que não quiserem não são obrigadas, mas a Prefeitura não vai pagar o *per capita* dessa criança. É essa a diferença.

- Apartes fora do microfone.

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO - Não estou brigando. Estou oferecendo uma escola adequada. Agora, isso, Adelina, teria de acontecer um dia ou outro. Estamos levando o desgaste político para deixar pronto para a nova administração. É um presente que a gente deixa. Não é um presente de greco, não. É uma coisa que precisa, é saudável. E, tem mais uma coisa: sempre esteve aberto o convênio modalidade Cercon para seis horas por dia. As entidades que tiverem possibilidade de manterem uma atividade recreativa para as crianças por mais seis horas têm a possibilidade do Cercon que nunca esteve fechada.

Essa é a minha resposta. Não sei se respondi tudo.

- Apartes fora do microfone.

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO - Não vou responder porque estou trabalhando com a informação da Secretaria de Educação. A Secretaria está garantindo que nas ampliações de vaga vai no ano de 2001 de 60 mil novas vagas de EMEIs. Estou trabalhando com esses dados. Não posso *a priori* não acreditar no meu colega da Secretaria de Habitação. É a palavra dele.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Peço desculpas a todas, um minuto. Para tudo tem saída, a Comissão já previu eventualmente um



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 150 do proc.

374 de 3000

funcionário

PAULO C. M. MACHADO

ROD.:T17 FOLHA:4

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 08-11-00

SEM REVISÃO

desdobramento se fosse necessário. Na audiência pública, teremos pelo menos mais uma na próxima semana, algum esclarecimento que está faltando poderá ser utilizado naquele expediente.

Recebi o pedido da Sra. Terezinha que estou encaminhando para a Secretária para preparar uma resposta adequada. Na audiência pública poderemos dar tempo suficiente.

Pelo Regimento Interno temos de descer agora para o plenário, pois estamos a um minuto

(da abertura da sessão...Carla)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 151 do proc.
n.º 374 de 2000
o funcionário *[assinatura]*
MASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:F18	FOLHA:1	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 8-11-00	SEM REVISÃO

....da abertura da sessão.

- Comentário fora do microfone.

O SR.PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PPB) - Não. A audiência pública será realizada em 21 de dezembro.

Nada mais havendo a ser tratado especificamente sobre o Orçamento neste caso, colhidas as informações, encerro esta quarta reunião técnica determinando a transcrição e gravação aqui originada para converter-se em ata dos trabalhos desta reunião.

Muito obrigado a todos. Amanhã teremos, na parte da manhã, às 10h, Secretaria de Transportes, CET, SPtrans e fundo de corredores.

Boa tarde. Está encerrada a presente sessão.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 152 do pres.
n.º 374 de 3000
funcionário *Isa*
ISABEL HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:F18

FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 8-11-00

SEM REVISÃO

....da abertura da sessão.

- Comentário fora do microfone.

O SR.PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PPB) - Não. A audiência pública será realizada em 21 de dezembro.

Nada mais havendo a ser tratado especificamente sobre o Orçamento neste caso, colhidas as informações, encerro esta quarta reunião técnica determinando a transcrição e gravação aqui originada para converter-se em ata dos trabalhos desta reunião.

Muito obrigado a todos. Amanhã teremos, na parte da manhã, às 10h, Secretaria de Transportes, CET, SPtrans e fundo de corredores.

Boa tarde. Está encerrada a presente sessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUEREM Juntados desta data com tantos e rubr
cados sob n.º 153/213 • folha de 1ª formação •

09 11 100

ISAUEL P. S. HANASHIRO
Dt. Aum. Geral III



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



MEMBROS: FARIA LIMA - PRESIDENTE
JOSÉ MENTOR
MIGUEL COLASUONNO
DALTON SILVANO
DITO SALIM
ÍTALO CARDOSO
LUIZ PASCHOAL
AMORIM
SALIM CURIATI
JORGE TABA

REUNIÃO REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
EM 9 DE NOVEMBRO DE 2000.

SOLICITANTE: VEREADOR FARIA LIMA
MEMO 188/00
SECRETÁRIA MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1031. Adm. Geral III

Folha n.º 154 de pres.
n.º 374 de 2000
o funcionário
SARL P. S. HANASHIRO

ROD.:F01	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 9 11 2000	SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Declaro aberta a quinta reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 374/00, que dispõe sobre a proposta orçamentária par o exercício de 2001.

Estão presentes os vereadores Ítalo Cardoso, Dito Salim, Carlos Neder, Toninho Paiva, Devanir Ribeiro e Vicente Cândido.

Solicito à Dra. Nádira Fahah Gerab para que participe da mesa representando o Sr. Secretário, que está em viagem de trabalho e justificou a ausência.

Hoje iremos tratar da área de transportes. Queria que todos entendessem a nossa posição na Câmara Municipal. Evidentemente, o interesse e o empenho do CET presente, além da área de transporte como um todo, é extremamente louvável e cabível; é perfeitamente razoável. Queria que vocês, por favor, ajudassem a Comissão, evitando manifestações que não cabem neste tipo de plenário, o qual tem ótica bastante técnica.

Gostaria de deixar bem caracterizado que recebemos a todos com a melhor boa vontade. Temos uma tarefa a cada dia mais difícil. Estamos verificando que as necessidades, como sempre acontece, são muito maiores do que as possibilidades. Esta Comissão está empenhadíssima em tentar acomodar, resolver, da melhor forma possível, tudo aquilo que está sendo colocado com toda a lealdade, com toda a qualidade técnica dos vários setores que aqui já se apresentaram.

Esse pedido de colaboração se dá em razão de que teremos de manter um certo ritmo para que o trabalho prossiga. Quero iniciar



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001. Adm. Geral III

Folha n.º 155 CP. n.º 374 de 3800
o funcionário
ISAEL P. S. MANTUANO

ROD.:F01	FOLHA:2	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 9 11 2000	SEM REVISÃO

colocando o pessoal da CET, e solicitei que uma pessoa representasse... segue Anelise



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Aux. Geral III

Folha n.º 156 de proc.
n.º 37 de 19 2003
O funcionário
ISABEL T. S. HANASHIRO

ROD.:F02 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

...representasse a primeira parte da demonstração pelo tempo de uns 15 minutos para que a Comissão possa entender bem o que realmente está acontecendo e para que, com a sensibilidade que acho que todos aqui temos, todos os Vereadores aqui presentes são muito experimentados, conhecem muito da realidade do Município, possamos avaliar a qualidade do que está sendo informado.

Então, solicito que a CET inicie. Tem 15 minutos para apresentar seu comentário sobre o Orçamento. (Palmas)

Por favor, eu gosto de palmas, como todos. Mas, para o bom andamento do trabalho, vamos evitar um pouco essa manifestação emocional para que tenhamos serenidade e firmeza suficientes para expor o ponto de vista com tranquilidade. Estaremos muito atentos àquilo que será dito.

Por favor.

A SRA. - Muito obrigada, Vereador. Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer esta oportunidade que nos dá a Comissão de Finanças e Orçamento, pedindo licença para que possamos apresentar um material, pedindo licença aos companheiros de Secretaria, da SMT e da SPTrans, para podermos apresentar um vídeo institucional que traz algumas informações que consideramos importantes sobre nossas atividades.

- Apresentação de um vídeo.

"O paulistano desloca-se diariamente utilizando-se variados meios de transporte. O desenvolvimento da indústria automobilística desencadeou um crescimento acentuado na frota de veículos, e São Paulo conheceu as primeiras consequências desse crescimento. O trânsito



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 157 de 374
n.º 374 de 10-000
São Paulo, 09-11-00
Isabel P. S. Pinheiro
Ass. Adm. Geral III

ROD.:F02 FOLHA:2

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

ficou bastante complicado. O automóvel ganhou espaço, e os acidentes começaram a acontecer. Na necessidade de intervir seriamente na questão do trânsito, a Prefeitura de São Paulo criou em 1976 a CET - Companhia de Engenharia de Tráfego. A CET passou a desenvolver projetos integrando as atividades de engenharia, operação, fiscalização e educação de trânsito, encarando o desafio de melhorar a fluidez do tráfego, investir na segurança viária e reduzir os índices de acidentes.

Em 1998, a população de São Paulo quase atingiu a casa dos 10 milhões de habitantes, e a frota composta por 4 milhões e 800 mil veículos acusava a incrível marca de um veículo para cada dois habitantes, superando dados de metrópoles como Tóquio e Nova Iorque.

Das milhares de viagens realizadas diariamente em São Paulo, o uso de automóveis e ônibus compõem a maioria delas, e apenas uma pequena parte ocorre através de trilhos. Esta diferença repercute diretamente no trânsito, com o crescimento da frota.

Da necessidade urgente de reduzir o número de veículos que circulavam nos horários de maior movimento no Centro expandido, nasceu em outubro de 1997 a operação *Horário de Pico*. Com a circulação restrita a dois finais de placa por dia útil nos períodos de maior movimento, esta iniciativa da CET resultou numa sensível redução da lentidão nos picos da manhã e da tarde.

O desenvolvimento de novos projetos é uma constante na busca de qualidade para o trânsito. Com a implantação de faixas reversíveis e solidárias, houve aumento na velocidade da via e redução na extensão de congestionamentos, beneficiando muito os usuários, que chegam ao



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 158 do proc.
n.º 374 de 1900
o funcionário
TOMÁS DE S. M. MASHIRO
Ass. Geral III

ROD.:F02 FOLHA:3

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

seu destino num espaço menor de tempo. A melhoria da fluidez do tráfego depende de ações contínuas e diversificadas. Os complexos viários Ayrton Senna e Maria Maluf contam com o suporte de uma central de túneis. Nas operações diretas do sistema viário, a CET conta com o apoio do comando de policiamento de trânsito. No auxílio a resgate de vítimas, na remoção de interferências nas vias, na observação das condições do trânsito através dos Postos Avançados de Campo - PACs - a participação de centenas de agentes civis - "marronzinhos" - por turno de pico é indispensável. Um dos problemas que mais afetam o desempenho do trânsito são paradas irregulares. A operação Guincho percorre diariamente os principais corredores de tráfego a fim de evitar esse tipo de irregularidade. A lentidão causada pelo acúmulo de veículos que fecham a passagem de outros que circulam em sentido transversal foram reduzidos com a operação *Nunca feche o cruzamento*. Congestionamentos e desobediência às normas de trânsito provocadas por veículos pesados ficaram reduzidos com a operação *Caminhões à direita*. A restrição de circulação nos principais corredores de tráfego melhoraram e organizaram a circulação de caminhões no Município. O excesso de altura, outro problema causado por caminhões, afetava a estrutura das pontes e causava enorme transtorno ao trânsito. Com a instalação nas Marginais de detectores de altura desenvolvidos pela própria CET, motoristas recebem sinal de alerta para mudarem sua rota e assim evitarem acidentes. Agilizar o atendimento em ocorrências nas vias... (Anelise)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 159 do proc.
n.º 374 de 19-2000
Inscrição n.º 10
ISAEL P. S. HANASHIRO
Chefe do Departamento III

ROD.: F03	FOLHA: 1	TAQ.: Anelise	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:		DATA: 09-11-00	SEM REVISÃO

Agilizar o atendimento em ocorrências nas vias ficou mais fácil com o apoio de cinco CTAs - Central de Controle de Tráfego em Áreas - responsáveis pela monitoração do trânsito, através de centenas de câmeras de tevê instaladas nos principais cruzamentos da Cidade. Essas centrais são responsáveis também pelos semáforos inteligentes - SEMIN - computadores interligados a milhares de laços detetores embutidos no asfalto, que adaptam o tempo dos semáforos de acordo com o volume de veículos. Os pontos fixos, a presença de um agente civil em local estratégico e os postos de apoio ao trânsito - PAT, com atendimento integrado à Secretaria Municipal de Saúde e ao Corpo de Bombeiros solucionam intervenções, socorrem vítimas, orientam e fiscalizam o trânsito ao longo das Marginais. O planejamento, a implantação e a operacionalização de esquemas especiais acontecem de acordo com as ocorrências e segundo um cronograma. Tais ocorrências podem ser entradas e saídas de eventos, a regulamentação de estacionamento ou bloqueios em virtude de situações excepcionais. Na ocasião do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1, este esquema é acionado, garantindo segurança e fluidez durante este evento. Através de estudos, a CET prevê o impacto no trânsito, em virtude da execução de obras de grande porte. Assim, realiza desvios de tráfego necessários a fim de minimizar os efeitos de tais obras no desempenho do trânsito. Quando chove forte, há aumento de riscos de acidentes. Com a operação Enchente, a CET visa manter as condições de segurança e reduzir os problemas de trânsito. Para tanto, dispõe de equipes prontas para atuar em emergências e equipamentos especiais, com veículos anfíbios que auxiliam no resgate de vítimas de enchentes. A



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 160 de pros.
n.º 324 de 1300
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: F03 FOLHA:2

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

fiscalização é fundamental para o aumento da segurança e diminuição do número de vítimas. A implantação em diversos cruzamentos de centenas de câmeras fotográficas desenvolvidas com tecnologia própria e denominadas Caetanos pretende inibir a desobediência ao sinal vermelho. Ainda para inibir infrações foram instalados radares fotográficos fixos e móveis em vias onde a velocidade gerava muitos acidentes. Essa medida diminuiu em até 94% o excesso de velocidade, proporcionando a redução do número de mortos no trânsito. Lombadas eletrônicas, iluminação de faixas de pedestres, implantação de lâmpadas LED em grupos focais de semáforos, mini-rotatórias, criando e buscando o que há de mais avançado no mundo em termos de segurança viária, tudo é direcionado para oferecer o melhor ao trânsito de São Paulo. Através do CTET - Centro de Treinamento e Educação de Trânsito - se mantém programas da pré-escola à terceira idade. Nas duas unidades fixas dos espaços vivenciais de trânsito - EVTs - adolescentes da quinta à oitava séries participam de situações do cotidiano do trânsito, direção e travessia segura e depois exercitam o aprendizado numa descontraída gincana. Estudantes da primeira à quarta séries do primeiro grau recebem noções básicas para uma circulação mais segura, através dos EVTs móveis que são levados até as escolas. Para os pré-escolares, o teatro e o contador de histórias utilizam recursos teatrais para tornar o aprendizado mais atraente. Jogos educativos, como da memória e RPG do trânsito, programas especiais de travessia, como mímica e repente, aguçam a curiosidade enquanto educam. O projeto *Travessia de Escolares* é uma feliz parceria entre Poder Público e população, que permite a segurança viária próximo às



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 161 do proc.
n.º 374 de 2000
o Funcionário
ISABEL P. S. MANASSINO
Ot. Adm. Geral III

ROD.: F03 FOLHA: 3

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

escolas. Mantém cursos internos de direção defensiva, destinados a motociclistas e motoristas em geral, visando reciclar profissionais do trânsito. A população precisa manter-se informada para a prática de atitudes adequadas no trânsito. São realizadas ao longo do ano campanhas educativas de orientação, utilizando meios de comunicação de massa e buscando parceria junto à iniciativa privada. Um hábito simples que incorporou-se ao cotidiano do paulistano a partir de uma intensa campanha educativa foi o uso do cinto de segurança na Cidade. Para atender às solicitações da comunidade, a Ação Comunitária promove reuniões com representantes de entidades organizadas, abrindo caminhos para a solução de conflitos ligados à segurança viária. Estudos e pesquisas são realizados a fim de ouvir a população e estudar determinados comportamentos, cujos resultados auxiliam projetos da Companhia. A elaboração de pesquisa de tráfego dispõe de equipes que realizam contagens de veículos para estudos, projetos e avaliação do tráfego. A sinalização viária garante um trânsito organizado. A Cidade possui diversas placas de orientação, regulamentação e advertência e necessitam manutenção e recuperação periódicas. Com tecnologia própria, foram criadas placas tipo Los Angeles, que facilitam a localização de vias. A Zona Azul regularizou a ocupação do solo, permitindo, com seu sistema rotativo, que mais veículos parem, apesar do pouco espaço. Organizou também as operações de carga e descarga, contribuindo para a fluidez do trânsito. Usando os recursos disponíveis da informática, a CET coloca à disposição da população uma série de serviços e informações on-line sobre temas ligados ao trânsito facilmente acessados através da Internet. O programa



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 162 do proc.
n.º 374 de 18-2000
o funcionário

ROD.: F03 FOLHA:4

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

Qualidade Total desenvolvido pela Companhia mostrou através do método Cinco S que é possível transformar para melhor o ambiente de trabalho, gerando soluções, promovendo mudanças, acumulando e transferindo experiência, criando tecnologia, facilitando os deslocamentos urbanos, informando e educando a população, a CET contribui definitivamente para a melhoria da qualidade de vida no trânsito de São Paulo, preparando-se para o futuro com planejamento e ações no presente, organizando-se estrategicamente com criatividade, a CET pretende continuar oferecendo a São Paulo o melhor para que a vida seja sempre a grande prioridade no trânsito."

- Fim do vídeo.

A SRA.

- Bem, nós gostaríamos de prosseguir com alguns dados importantes e considerando que acreditamos que a administração do trânsito é uma questão de sobrevivência da própria Cidade. Estamos defendendo o orçamento da Empresa para 2001, porque ela é pioneira, é modelo de referência de gestão de trânsito no País e um dos patrimônios paulistanos. A CET precisa continuar prestando serviços vitais para viabilidade social e econômica da nossa Cidade. A vida da Cidade depende da facilidade que as pessoas têm para se deslocar. Já é um hábito nosso conhecer as condições do trânsito antes de sairmos de casa. E os veículos de comunicação têm oito helicópteros na Cidade diariamente para darem essas informações. São 13,5 milhões de viagens diárias na Cidade... (Monteiro)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 163 do proc.
n.º 374 de 18-2000
o Invençãoário
ISADEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: F04 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

de viagens diárias na Cidade; 86% delas são realizadas no sistema viário por ônibus ou automóvel, o que precisa se concretizar só se houver uma gestão eficaz do sistema viário.

Para que os deslocamentos aconteçam, nós gostaríamos de destacar alguns fatos da nossa rotina. Nós temos 5.000 semáforos que precisam estar adequadamente regulados; 1.700 agentes precisam estar estrategicamente distribuídos desobstruindo as vias de 700 ocorrências diárias; 26 quilômetros de faixas reversíveis precisam ser montadas e operadas. O cumprimento das leis de trânsito precisa ser fiscalizado, o nosso telefone, 194, telefone do trânsito, precisa atender 5.000 ligações diárias, 310 mil placas e 2,5 milhões de metros quadrados de sinalização horizontal têm que ser mantidos.

O intenso deslocamento na Cidade não deve ser feito à custa de vidas humanas. Há 13 anos atrás, com uma frota de 2,7 milhões, 2.981 morriam em acidentes de trânsito no Município; em 99, com a frota de 4,9 milhões, ou seja, 55% a mais, 1.683 pessoas morreram no trânsito. Esses números, que todos nós queremos continuar diminuindo, são a parte da violência que cabe à CET combater em São Paulo. As 7.000 vidas já preservadas nesses 13 anos são resultado de um conjunto de ações de engenharia, fiscalização e educação em contínuo melhoramento. Fazem parte dessas ações a contenção do abuso de velocidade, a fiscalização, a intervenção do agente de trânsito e os programas intensivos de educação que atingem cem mil crianças por ano. Todo o benefício já conquistado para a Cidade pode ser perdido se não houver continuidade, pois o desafio da gestão de trânsito não como um obra construída e entregue, é um serviço público que precisa se solidificar diária e continuamente.

Numa época onde a escassez de recursos na área pública é grande, é necessário refletir. A manutenção das condições de circulação urbana é pré-requisito para conquista de novos patamares econômicos e sociais e se reveste de vital importância para São Paulo. Sendo assim, vamos demonstrar alguns slides com dados importantes. O orçamento da CET é composto por 89,7% de recursos da Prefeitura e de uma receita própria, de venda de talões de Zona Azul correspondente a 10,2% e mais também 0,1% de outros. Por exemplo, o contrato com o



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 164 de prosa
n.º 370 de 182000
funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.: F04 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

Metrô. A CET necessita de apenas 3,29% do orçamento da Prefeitura para manter suas atividades. Os recursos são aplicados: em apoio estrutural, 15,40% em sinalização, 20,10% e, em operação, educação e projeto, 64,50%.

Agora os senhores poderiam nos perguntar: existem recursos? Existem recursos sim, existem recursos para 2000 da ordem de 400 milhões da arrecadação de multas, conforme previsto no artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro e no artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O orçamento que estamos defendendo aqui representa 65,7% dessa arrecadação. E cabe também ressaltar, esclarecer aqui que 72% da frota registrada não tem nenhuma multa e quem tem mais de uma multa corresponde apenas a 11%.

Alguns prejuízos que possam ser resultantes da redução orçamentária: aumento do número de mortes no trânsito, aumento dos congestionamentos, aumento das internações, atendimento hospitalar, aumento do custo do transporte coletivo, aumento do desrespeito à legislação, aumento no consumo de combustível, aumento do Custo São Paulo, poluição ambiental e comprometimento de projetos destinados ao controle de tráfego como o Programa de Orientação de Tráfego, sistema de monitoramento das marginais e a Central de Tráfego de Área, semáforos inteligentes.

Para finalizar, destacamos também alguns custos sociais. Em termos de mortes no trânsito, para cada 500 mortos ao ano, temos uma perda correspondente de 130 milhões de reais por ano. Atualmente morrem 1.638 ao não. Congestionamento: a cada dez quilômetros ao dia a perda é de 50 milhões de reais ao ano. Atualmente está por volta de cem quilômetros. Acidentados: para cada 11.000 feridos ao ano, temos uma perda de 110 milhões de reais por ano, ou 23.000 leitos hospitalares ao dia por ano, ou três hospitais Anchieta por ano. Portanto, nobres vereadores, são essas as razões de estarmos aqui defendendo o orçamento da CET não ordem de 263,8 milhões para 2001. Nós esperamos, e a população também todo o empenho de todos os nobres vereadores desta Casa e esperamos também que a compreensão da nossa vinda aqui, desse nosso movimento, desse nosso apelo, pedido de socorro pela Cidade, também não seja compreendido de uma outra forma



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 165 do proc.
n.º 274 do 19-2000
P. S. MANASSINO
Of. Adm. Geral II

ROD.: F04 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

pela Prefeitura, pois nós dependemos de liberação de recursos ainda para o ano de 2000. Muito obrigada, obrigada mesmo. (Palmas)

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Eu quero dizer a todos vocês que realmente esse relato foi tecnicamente muito bem montado, as relações estão muito bem feitas, é evidente que o poder de comoção que isso gera via ter de ser neutralizado um pouco para a gente estabelecer um pouco de discussão racional, não sobre o orçamento especificamente da CET mas em relação ao resto do orçamento da Prefeitura.

Vou passar a palavra agora aos vereadores que já estão inscritos, para que possam emitir suas opiniões. Solicito que sejam perguntas relativamente rápidas, com comentários também rápidos, para poder haver respostas... (F05)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Adm. Geral 10

Folha n.º 166 do proc.
n.º 374 de 19 800
o funcionário
RANIL F. S. HADASSA

ROD.: F05 FOLHA:1	TAQ.: Monteiro	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:	DATA: 09-11-00	SEM REVISÃO

para poder haver respostas... é a própria Dona Maria Luiza que vai dar as respostas? (Pausa) Ok, estou entendendo bem, a Dona Maria Luiza declarou aqui que veio para fazer uma demonstração, uma prova da necessidade, o que aumenta mais o respeito em relação ao que foi feito do meu ponto de vista. E devo declarar aqui uma pequena vaidade que tenho de ter colaborado, quando prefeito, na criação da CET. Acho que a CET talvez seja um dos instrumentos mais modernos da administração pública brasileira e a gente vê, pelo histórico apresentado que realmente está correspondendo, e muito bem, à expectativa da população. Esse dado eu quero confessar publicamente porque a gente se sente muito orgulhoso disso.

À vista dessa demonstração, acho que vamos pegar a sugestão do Vereador Ítalo Cardoso e solicitar que a representante do Secretário, a Sra. Nadia Afarah Gerab, pudesse usar da palavra, comentar sobre o orçamento em geral e justificar a posição da CET também.

Antes, pela ordem, o Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, não sem antes registrar, mais uma vez, o incômodo e a insatisfação de que, pelo terceiro dia, realizamos audiências nesta Casa para tratar do Orçamento e até agora nenhum titular das pastas compareceu, a não ser o Secretário da Saúde. Então, é muito difícil, e já antecipo a situação delicada, pois a doutora já me antecipava que vai falar pela parte jurídica. Mas a parte jurídica, na verdade, é uma parte do problema, nós queremos discutir aqui números e números políticos até.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001 APL. GOM. III

Folha n.º 167 do prod.
n.º 374 de 192000
o Funcionário Isabel P. S. Nadas
ISABEL P. S. NADAS, JRG

ROD.: F05	FOLHA: 2	TAQ.: Monteiro	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:		DATA: 09-11-00	SEM REVISÃO

Então, acho que isso não diminui a importância que a doutora pode trazer aqui, mas acho que tem que ficar mais uma vez registrada, Sr. Relator, e aqui fica a solicitação para que, junto com o Presidente da Comissão, façamos todo o empenho para que inclusive na parte da tarde já não tenhamos mais esses problemas. O Secretário de Finanças não compareceu e os demais Secretários. Quero registrar que ontem compareceu aqui a Secretária Alda Marco Antonio e o Secretário da Saúde, as únicas duas exceções, o que acho que já dificulta um pouco o trabalho desta Comissão. Muito obrigado. Era só isso.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Só para efeito de registro, o Secretário de Finanças esteve na audiência pública, dando o conceito geral do Orçamento também, mas endosso plenamente as palavras do companheiro Ítalo Cardoso, da própria Comissão.

Então, por favor, talvez a Dona Nádia possa fazer uma apresentação também de uns dez ou 15 minutos sobre o total da Secretaria, para que depois os vereadores possam fazer algumas indagações, conforme inscrições que já estão comigo aqui na mesa.

A SRA. NADIA GERAB - Bom dia a todos, sou Procuradora Municipal, funcionária de carreira da Prefeitura. É evidente que eu não represento o pensamento político neste momento, vim para compor a mesa porque o Secretário se encontra em congresso no exterior e pediu que eu o representasse.

Quanto à área jurídica, sou assessora do gabinete, na área jurídica estou à disposição para questionamentos. Quanto às perguntas,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 168 Co. pro.
n.º 374 de 1920
o funcionário
S. HANASIRO
Am. Ord. III

ROD.: F05 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

os debates políticos, eu os convidaria a comparecer à Secretaria, onde ele se coloca à disposição para uma extensão, talvez uma discussão política. Estou a par dos problemas econômicos, evidentemente, da Secretaria porque tenho controlado os contratos, a par das dificuldades que vem passando a Administração Pública e a exposição da CET foi perfeita. Agora, eu sugeriria uma exposição também da SPTrans, para que expusesse os problemas pelos quais ela também vem passando e que são enfrentados pelo gabinete, pela assessoria jurídica também e seria interessante que vocês tomassem conhecimento também para ter visão de conjunto da Secretaria de Transportes, hoje complexa, composta pela SPTrans, pelo CET e o comando do gabinete da Secretaria de Transportes. Acho que isso formaria uma visão de conjunto para que comece as discussões.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - A senhora sugere a Dona Sílvia? É a Dona Sílvia que vai falar pelo SPTrans?

A SRA. NADIA GERAB - É a Sílvia que vai falar pelo SPTrans.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Então, por favor, Dona Sílvia.

A SRA. SÍLVIA - Bom dia a todos. Eu sou gerente geral do orçamento da São Paulo Transporte. Então, a minha exposição vai se basear muito tecnicamente na composição do nosso orçamento para 2001, as premissas que nós consideramos para a elaboração do mesmo. É um serviço bastante técnico, bastante profissional da nossa parte,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 169 de pro.
374 de 192000
Funcionário
P. S. HANASHIRO
Ass. Geral III

ROD.: F05 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

envolvendo todas as áreas da empresa e então as questões polêmicas, políticas eu deixaria para o nosso assessor da Presidência, que está aqui presente e vou discorrer aqui sobre a nossa posição.

Então, o nosso orçamento foi elaborado considerando a manutenção da gestora no sistema atual, porque ela gerencia todo o planejamento, toda a operação dos ônibus e do transporte diferenciado de São Paulo. Atualmente, estamos com um problema muito sério da queda de passageiros que foram roubados pelos perueiros e estamos prevendo para o ano de 2001 uma quantidade de 1 bilhão e cem milhões de passageiros no ano. Isso dá em torno de 90, 95 milhões de passageiros-mês. Se pensarmos que há cinco anos nós chegamos a transportar 160 milhões de passageiros-mês, a quantidade de passageiros que perdemos é muito grande, e a manutenção da frota persiste no mesmo nível e a remuneração das empresas foi considerada sem participação da Prefeitura. Quer dizer, os empresários sobreviveriam com a tarifa recebida, paga pelo usuário. Hoje, ela está num média... (F06)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 170 do proc.
n.º 374 de 192000
O Versão: 1.0
Folha 1.º S. HANASHIRO
01. AGO. 2001 III

ROD.: F06 FOLHA:1

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

... recebida, paga pelo usuário. Hoje, ela está numa média de 1,14 reais, entre o escolar, o integração e o bilhete social. Então, essa foi nossa premissa para o cálculo da remuneração aos empresários, sem subsídios da Prefeitura - subsídio zero. Para a manutenção da gestora, foi considerada a continuidade do contrato de gestão que mantemos com a Secretaria de Transportes, cujo valor para este ano deve ser considerado igual ao valor que deve ser repassado até o final do ano 2000. Na parte de investimentos, foram considerados o programa de corredores, dentro, também, de uma limitação de recursos; foi considerado, nesse programa de corredores, um financiamento do BNDES. Ainda no Programa VLP (Fura-fila) também foi considerado prevendo-se a construção da linha Sacomã com o ramal Vila Prudente. Temos aqui os nossos técnicos de obras que poderiam, depois, explanar a respeito. Foi considerada também a implantação da bilhetagem automática; essa implantação está há muito defasada e foi considerada como uma prioridade em nossa proposta orçamentária. A modalidade lotação foi considerada, mas de uma forma técnica, por meio das licitações que já estão sendo efetuadas, sem concorrer com os ônibus; ou seja, elas seriam um complemento ao sistema ônibus. Temos ainda que considerar que o remanescente CMTC, o que chamamos de espólio, ainda é bastante pesado em nosso orçamento. Temos reclamações trabalhistas oriundas ainda da época da CMTC, num volume muito alto; temos dívidas com bancos, considerando que o último financiamento para compra de ônibus foi feito em 1988; essas dívidas ainda persistem e vão até o ano 2013, se não me engano. A SPTrans existe desde 1993; e essas reclamações trabalhistas atingem hoje um nível muito alto, pois estão sendo



Câmara Municipal de São

Folha n.º 172 do proc.
37 de 1934
o funcionário
ISABEL F. S. FRANCISCO
A DT-10. Audit. Geral M.

ROD.: F06 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

relação à implantação basicamente de infra-estrutura para ônibus, vemos com certo pessimismo esse valor, pois temos a convicção de que apenas a elevação da velocidade dos veículos fará com que o sistema ônibus e trolebus seja economicamente viável. Então, estamos já há alguns anos correndo atrás da implantação de corredores de forma a conseguir elevar a velocidade média nos horários de pico para que o sistema seja auto-sustentável. Hoje, de fato, o sistema de operação e manutenção dos ônibus e dos trolebus não é auto-sustentável e, aí, incide no terceiro item, a operação. Ao longo do ano 2000, cumprimos rigorosamente a lei orçamentária: distribuímos 45 milhões de reais ao subsídio à tarifa. Para o ano de 2001, está previsto 1 milhão, valor este simbólico; praticamente deixa de existir o subsídio à tarifa.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

ROD.: F07 FOLHA: 1

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

O que de fato deverá ocorrer para que se cumpra o término do contrato 11.037, de 1991; para que se cumpra, concomitante, a lei fiscal e a orçamentária será, efetivamente, uma redução de frota. E não há como a São Paulo Transportes, que contrata serviços de ônibus, manter esse serviço num patamar não autorizado por esta Casa. Gostaríamos de deixar essa informação, que é uma realidade. Concorro com o nobre Vereador Miguel Colasuonno: de fato, é uma tarefa árdua decidir sobre onde colocar o pouco dinheiro que há. Mas acho que nossa responsabilidade é informar as consequências do que acontece em cada caso. É basicamente isso o que eu queria expor. Muito obrigado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito bem. Podemos passar para as perguntas. O primeiro inscrito é o Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhores e senhoras presentes, realmente a Comissão e os Vereadores que estão aqui ficam numa situação difícil, pois os números estão mostrando a dificuldade que teremos em todos os setores. Tem sido uma prática, nesta Comissão, a diferença entre a proposta original do setor técnico de origem - quando ele faz a proposta para justificar a necessidade para 2001 - e a proposta que a Secretaria de Finanças faz à Câmara Municipal, transformada em proposta de Orçamento. Acho que a única saída, pelo menos para que possamos aproveitar mais esta sessão e valorizar, inclusive, a presença de vocês, seria pedir ao representante da Secretaria de Finanças que tentasse explicar para nós, justificar a proposta que a Secretaria coloca no Orçamento, pois, para nós, fica difícil quando olhamos a questão do subsídio. É um problema que estamos vendo aqui. Houve uma redução de quase 500



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 174 de 174
370 de 10-2000
HAYASHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.: F07 FOLHA: 2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

milhões - se vírmos os números de 1999 - para a proposta de 2001: a questão dos funcionários da CET, o problema da tarifa de transporte... Que pelo menos o representante da Secretaria de Finanças explicasse, na medida do possível - uma vez que teria dificuldade de falar da parte mais política -, a parte dos números, tentando justificar para os Vereadores como chegaram a esses números que a Secretaria de Finanças manda para cá. É lógico que existe uma distância entre os números trazidos pelos técnicos de transporte em geral e os números que a Secretaria de Finanças coloca como Orçamento. Acho que seria, pelo menos, uma dica para que nós, Vereadores, pudéssemos minimamente intervir e fazer perguntas, pois tenho dificuldade, por exemplo, já de saída, de ver essa questão dos subsídios: você tem em 1999 praticamente 500 milhões e em 2001, zero. Seria bom se o Godinho pudesse fornecer um panorama de como a Secretaria de Finanças pegou e deu essa filtrada, para podermos ver o que fazer.

O SR.

- Senhoras e senhores, bom dia; Srs.

Vereadores, Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, colegas presentes. Sou representante da Secretaria de Finanças, na parte de Orçamento. Sou o assessor geral do Orçamento - para os senhores que estão sentados aqui, da CET, para saberem quem é a pessoa que gerencia o Orçamento da cidade de São Paulo. Tenho orientação do Sr. Secretário para apresentar esta proposta da seguinte forma: o Governo Federal vem aprovando legislação nova, que vai restringindo a elaboração deste Orçamento. Para que os senhores tenham uma idéia só de quantidade, vou passar para os senhores as dificuldades que tenho para montar o Orçamento. Não quero justificar se o Orçamento é bom o

ROD.: F07 FOLHA:3

TAO.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

ruim, só colocarei as dificuldades e os problemas que tenho para fechar esse Orçamento. Vejam bem: tenho de aplicar 30% na educação, que é uma determinação da Lei Orgânica dos Municípios. Embora a legislação federal diga que sejam 25%, esta Casa, num determinado momento, elevou esse valor para 30% da receita corrente da Prefeitura. Tenho de aplicar 30% na educação. Isso é um número, para que vocês tenham uma idéia, de 1 bilhão e 300 milhões de reais, de uma receita de 7 bilhões e 900 milhões. Tenho de colocar nesse Orçamento - em função de uma emenda constitucional que foi aprovada agora, em meados deste ano - 15% na área da saúde. A Prefeitura de São Paulo já vinha aplicando normalmente esse percentual - em torno de 15%, um pouco menos ou um pouco mais. Ela vem atendendo a essa emenda constitucional que diz que as prefeituras terão de começar com no mínimo 7% a partir de 2001 e atingir os 15% em quatro ou cinco anos. Já temos 30%, que, com 15%, são 45% da receita corrente do Município. Tenho de aplicar mais 13% dessa mesma receita na renegociação da dívida, que chega perto de 1 bilhão de reais, que está no Orçamento. Então, somando 30 mais 15 mais 13 são 58%. O pessoal está diluído nesse número, faz parte desse percentual de que falei; mas no Orçamento de 7 bilhões e 900 milhões existem 40% determinados para pessoal. Há quase 3 bilhões e 200 milhões direcionados para pessoal, valor dentro do qual temos 1 bilhão para inativos, que são os aposentados que a Prefeitura paga.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 176 do proc.
n.º 374 do 1º 2000
o Orçamentário
ISAUEL P. S. HAWASHINO
Of. Adm. Contábil

ROD.: F08	FOLHA:1	TAQ.: Valéria	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:		DATA: 09-11	SEM REVISÃO

Sobra muito pouco para outras áreas, que são a parte de operação e manutenção da Cidade - feitas pela Secretaria de Administrações Regionais, pela Secretaria dos Transportes, junto com a CET e com a SPTrans. Temos, também, as outras empresas a que temos de atender, como a Prodam, que faz todo nosso sistema, todo contrato que atende a parte de processamento de dados do Município. Então, gente, sobra muito pouco. Não quero justificar se o Orçamento dos senhores é bom ou ruim, mas sobra muito pouco para eu dividir. Então, em função de todas essas novas restrições, o Secretário pediu que eu repetisse o Orçamento de 2000. Desse modo, todas as Secretarias ficaram prejudicadas; não somente a CET, a São Paulo Transportes, a Prodam, mas todo mundo tem um quinhão de participação nessa perda no Orçamento da Prefeitura.

Outra coisa: o Orçamento projetado da Prefeitura, a receita de 2000 do Município, em comparação com a de 2001, cresceu apenas 3%. Como é que eu posso atender às necessidades das Secretarias que me pedem 30%, 40%, 50%, até 100% de crescimento real, quando tenho apenas 3% de receita? Vamos fechar o ano com uma receita em torno de 7 bilhões e 400 milhões, 7 bilhões e 500 milhões. Nosso orçamento para o ano que vem está projetado para 7 bilhões e 900 milhões, valor dentro do qual há uma parte de receita de operação de crédito. Então, as dificuldades estão aí; nosso poder de arrecadação não atende às necessidades básicas da Cidade. Não são luxo, mas necessidades básicas. A educação exige um custo muito alto da Cidade; a área social exige, da Cidade, um custo muito alto de manutenção, e ela não gera esse recurso para atender a todas essas necessidades que vocês estão



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 177 do proc.

n.º 374 do 19-200

o funcionário Sr. Miguel Colasuonno

SR. MIGUEL COLASUONNO

01. Jan. 2001

ROD.: F08 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

mostrando para nós aqui. Então, de minha parte, como assessor geral do Orçamento, queria dar uma pincelada para vocês das dificuldades que eu tenho para fazer esse orçamento. Não estou perseguindo nenhum dos senhores, nenhuma área; não tenho problema com nenhum dos senhores. Até acho muito interessante os trabalhos que vocês desenvolvem, o que as pessoas dedicam; acho que a Prefeitura tem muita gente capacitada, até mal aproveitada, pois tem muito para dar para esta cidade. Em função dos recursos, não podemos atender a todos os anseios. Para que vocês tenham uma idéia - tirando o pessoal das despesas da Prefeitura -, a parte de atividade e de projetos da definição de Orçamento que os senhores pediram para a Secretaria de Finanças soma um total de 8 bilhões. Vocês me pediram 5 bilhões e pouco em atividade e 3 bilhões e pouco em projetos. A Cidade não tem capacidade para isso, e tenho de gastar mais 40% em pessoal. Então, onde arrumo uma receita de 12 bilhões para atender os 100% que os senhores me pediram? Só tenho 8 bilhões - 7 bilhões e 900 milhões. Então, não se justifica. Era isso o que eu queria colocar para os senhores: o problema que eu enfrento lá, na minha cadeira, tentando atender às mínimas necessidades dos senhores. É o que eu tenho para falar no momento. Muito obrigado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Passarei a palavra agora ao nobre Vereador Devanir Ribeiro, mas, para que o clima da Casa, entre os presentes, não caia demais, lembro que estamos discutindo uma questão muito objetiva. Gostaria de deixar muito claro que a questão que está sendo colocada e a maneira como a nossa Comissão vem conduzindo os trabalhos nada tem a ver com questão político-partidária. Estou insistindo nisso há mais de 40 dias, quando fomos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 178 O 1º
n.º 374 do 10-2000
Funcionário
ISABEL L. A. MANGABEIRO

ROD.: F08 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

indicados para a relatoria; a Comissão toda tem se posicionado pela governabilidade da Cidade como ponto central. Esta Comissão tem a missão fundamental de estabelecer um equilíbrio básico, mínimo, para que a governabilidade da Cidade não se perca. Então, fiquem também isentos com relação a preocupações político-partidárias: a Comissão não permitirá que isso seja levado como fator básico. Os senhores estão vendo que a situação é delicada; é normal que ... Mas não é por isso que vamos nos abater e não vamos arranjar a melhor solução possível; vamos, sim, mas saibam que as dificuldades são muito grandes, são claras.

Outro ponto que gostaria de deixar para vocês, antes de passar para o Vereador Devanir Ribeiro, é que a Comissão tem até o dia 25 para emitir o parecer final. E estamos tendo um empenho muito grande para que a nova administração eleita venha participar conosco também para discutir hipóteses, argumentos, fatos que não estão cogitados aqui, pois não tem sentido no momento. Estou achando que devemos ouvir também a nova administração para introduzir um ponto ou outro, para gradualmente introduzir teses debatidas durante a campanha que, uma vez vitoriosa, tem todo o direito a implantá-las. No meu ponto de vista, isso é muito claro: vamos dar todo espaço possível, dentro das dificuldades que existem. Mas haverá, sim, condição de debate, diálogo até o último dia em que o orçamento estiver sob nova responsabilidade, da nossa Comissão (até dia 25).

Tem a palavra o nobre Vereador Devanir Ribeiro.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 178 de 178
n.º 374 do 1º 2000
o funcionário
Ch. Cam. Munic. III

ROD.: F09 FOLHA:1

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT) - Em primeiro lugar cumprimento ao nobre Vereador Miguel Colasuonno, relator do Orçamento, e demais membros da Mesa. Estou ouvindo atentamente e, para não perder muito tempo, faço minhas as palavras do nobre Vereador Ítalo Cardoso. Há muito tempo há um descaso do Poder Executivo em relação a esta Casa. Toda vez que chegamos na época do Orçamento, os assessores dos Secretários - não que as pessoas não sejam qualificadas - vêm à Câmara; os Secretários parecem estar acima do bem e do mal, não se dão ao luxo de vir à Casa e prestar contas, pois têm um controle político, representam uma proposta do Governo, que tem políticas. Se certas ou erradas, cabe ao povo analisar, e já o fez. Mas temos de cumprir nosso papel. Sou membro da Comissão de Transportes e há tempos venho acompanhando a evolução do sistema de transportes na cidade de São Paulo - da CET, da São Paulo Transportes, de várias áreas. Tenho feito um balanço - só para termos uma idéia da evolução do empenho dos recursos públicos -: em 1999, tínhamos um orçamento de R\$572.635.024,52 milhões; já no ano 2000, até outubro p.p., temos empenhado e pago R\$226.022.931,00. Esse valor, da São Paulo Transportes, vem caindo. Temos agora a proposta para o próximo ano de 143 milhões de reais. Há uma queda vertiginosa. Já sei até as respostas, pois os outros presidentes da São Paulo Transportes, que por aqui passaram - o Pedro Luís, o Cristóvão, todos eles -, diziam que o grande mote na questão dos ônibus era implantar as catracas eletrônicas, diminuir o custo e não precisaria aumentar o preço da passagem, para que o usuário não pagasse. Lá na frente eles entenderam que isso não daria certo. Então, o Pedro Luís falou nessa mesa, com



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 180 da proc.
374 de 10/2000
DT-10 P. S. RANALDO
01/01/2001

ROD.: F09 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

todas as letras, na última vez em que esteve aqui e ainda era o Presidente da SPTrans: "Sabe quem vai pagar, Devanir? Quem vai pagar é o usuário. Não vai ter mais subsídio e é o usuário que vai pagar. Pode ir para 1,50, 1,60, 1,70 o preço da passagem. Hoje, em forma de subsídio, todos nós pagamos. Agora quem vai pagar é o usuário." Ele deixou isso bem claro e é por isso que está caindo, não há subsídio à tarifa e há um pouco de subsídio para a questão do sistema - são dois os tipos de subsídio.

Em relação à CET é a mesma coisa: no exercício de 1999 havia 285 milhões de reais; em 2000, até outubro p.p., havia 167 milhões de reais e há uma proposta para 2001 de 141 milhões de reais. Vejam só a queda. Isso acontece numa empresa - principalmente a CET - que opera o sistema de semáforos e o trânsito na cidade de São Paulo; ou é o sucateamento, ou é a falência ou terá de... Recordo-me que em 1999 havia uma idéia de privatizar ou vender a CET - quem está na CET há muito tempo deve se recordar disso. Já pegamos a CET com esse problema e agora, novamente. Não pode, de 1999 para 2001, haver uma queda de 100% de seu orçamento; isso é muito complicado.

A coisa que também não entendo até agora... Até faço um esforço tremendo, como Vereador, membro da Comissão, com a prerrogativa que temos na Casa, que, às vezes, não usamos. Fazemos as coisas de modo formal; tenho abertura em alguns departamentos, em outros não. Ainda bem que está aqui a Dra. Nádia, pois gostaria que ela explicasse porque, no final de um mandato, no término de uma gestão, foi assinada a concorrência pública 01/2000, que trata "do objeto de locação de sistema de radiocomunicação troncalizado,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 181 Co. proc.
n.º 374 do 18.2000
o funcionário
MARCEL P. S. HANASHIRO

ROD.: F09 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

incluindo treinamento e assistência técnica", que envolve um montante muito grande dinheiro. Tentei ver isso há muito tempo, mandei funcionários meus lá, assessores, para verificar. É um contrato que tem um valor de cinco anos e, para um governo que está saindo, qual o porquê disso? Tentamos verificar esse contrato, mas ninguém nos forneceu informações. A Dra. Nádia conversou, na época, com um assessor meu, e ela disse que não poderia e não tinha autorização... Como ela disse que poderia falar sobre as questões jurídicas, e sei que ela emitiu um parecer, como Procuradora do Município, funcionária de carreira, quem sabe pode nos explicar o porquê desse contrato. Se de fato cai o orçamento da SPTrans e cai, também, lógico, a verba que vai para a Secretaria Municipal de Transportes, por quê, então, esse contrato? Será que ele era inevitável, necessário, ou teríamos outras formas? Por que foi-nos negada informação, enquanto vereador, membro da Comissão de Transporte? Para minha felicidade, a Dra. Nádia está aqui e poderá, então, nos explicar o porquê desse contrato tão de afogadilho, e quais os problemas que haveria nele aos quais nós, como membros da Comissão, não poderíamos ter acesso. É isso, por enquanto.

A SRA. NÁDIA - Nobre Vereador Devanir Ribeiro, recebi, sim, a sua requisição para vistas do processo. Fui Presidente da Comissão de Licitação; estou na Secretaria há mais ou menos um ano, como assessora jurídica. Quando lá cheguei, encontrei uma série de reuniões já havidas, tendentes a modificar o sistema de radiocomunicação da Secretaria. A alegação das reuniões técnicas a que compareci era de que o sistema anterior à implantação já estava completamente superado; a linguagem que os técnicos e engenheiros da CET utilizaram era



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 182 de 63 proc.
n.º 374 de 10-2000
funcionário FR
SARL P. S. RANACHIRO
10. 09. 2000 III

ROD.: F09 FOLHA:4

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

"canibalização dos equipamentos já existentes": desmontava-se um rádio antigo para remontar um novo. Já não havia, segundo eles, controle nem do número de rádios existentes; era um sistema remontante à Segunda Guerra Mundial. Havia quatro anos estavam tentando fazer essa licitação. Não me foi explicado exatamente todos os porquês, pois nunca se conseguiu chegar ao final dessa licitação, após quatro anos de tentativa. Então, estive presente em pelos menos 15 reuniões, para que se chegasse a um consenso sobre edital - se seria locação, aquisição, enfim... Realmente, o valor inquestionavelmente é alto; quando se fala em São Paulo, todos os valores são sempre muito altos. Não tenho, como advogada da Prefeitura, condições...



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 183 do proc.
374 de 10300
o Legionário
ISAAC L. HANDSHING
01. Adm. Geral III

ROD.: F10 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 9-11

SEM REVISÃO

Quando se fala em São Paulo, os valores são todos muito altos.

Eu não tenho, como advogada da prefeitura, condições de dizer do custo de uma locação de equipamento de rádio troncalizado sofisticado para a cidade; isso a equipe técnica realmente pode fornecer. Foi feita a licitação, transcorreu normalmente, várias empresas retiraram edital. Não houve interesse, talvez, do mercado em comparecer. Eu anteriormente tinha lançado um edital, tecnicamente ele apresentava defeitos que a equipe técnica reconheceu; eles que elaboram a parte técnica do edital; a mim somente cabe a jurídica, e essa estava perfeita. O defeito estava na elaboração técnica. Foi refeita, aí o edital foi com sucesso à praça. Porque ele pode ser interrompido a qualquer momento por interesse público. O contrato administrativo segue o curso de cinco anos porque é um serviço continuado. Você não pode de uma hora para outra, como se adquirisse copo para água, interromper o fornecimento; um serviço desse, de rádio-comunicação, é um sistema, então tem que ir seguindo. Se qualquer administração, mesmo a presente, entender que ele deva ser interrompido, ele será interrompido. Essa é a característica: o interesse público deverá prevalecer.

Quanto à requisição do processo, no dia em que ele foi disponibilizado para a assessoria jurídica, que ele se encontrava na direção da CET, mais precisamente com o coordenador do projeto, foi disponibilizado. Só que não chegou à minha mão; eu não poderia invadir uma empresa pública e retirar o processo de lá. Quando ele finalmente esteve em minhas mãos não houve mais interesse. Recentemente, quando passou pela assessoria jurídica, com prazer eu disponibilizaria, que



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001, Adm. Geral III

Folha n.º 84 de 84
n.º 374 de 10 2000
9. Juiz de Direito
ISABEL P. S. HANASHIRO
01. Adm. Geral III

ROD.: F10 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 9-11

SEM REVISÃO

essa é a minha função. Em momento nenhum eu teria interesse em sonegar qualquer tipo de informação.

Eu só queria falar uma coisa bem claramente: tenho quinze anos de carreira, pautada em servir à Municipalidade de São Paulo. O Prefeito eleito passa a ser o chefe do trabalho do serviço público. Eu não politizo o meu serviço, senão não obedeco o princípio democrático da eleição do prefeito. Ele está eleito, então determina o que deve ser feito através do secretário. Evidentemente, as ilegalidades eu não sou obrigada a obedecer, e nunca obedeci. Agora, que não há nenhum... Eu gostaria que o senhor me perguntasse a respeito do contrato à vontade, o que eu puder responder da área jurídica; a técnica... Por que foi feito por cinco anos? Porque é continuado, só por isso, porque a lei prevê. Agora, se entender que deve ser interrompido, que não é mais interessante nesse sistema, nesse contrato, nada impede que ele seja rescindido.

Será que respondi?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT) - Está bom. Eu só estranhei porque nós ficamos uns três meses atrás desse contrato e desse edital e não conseguimos ver. É uma coisa que surgiu. E como não é qualquer contrato; é um contrato que envolve 87 milhões de reais...

A SRA. _____ - Não, é 72 milhões...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT) - Mas depois tem a multa... Quando a senhora diz que a qualquer momento podemos romper um contrato, às vezes fica muito mais caro o molho do que o peixe, porque tem essas artimanhas nos contratos; isso que nós queremos saber. Se rompo um contrato que para mim não tem interesse, a partir de janeiro, e tenho



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 185 do processo
n.º 579 de 19200
Funcionário Jm
Dt. Adm. Espal B

ROD.: F10 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 9-11

SEM REVISÃO

um contrato por cinco anos, imagino o que o Erário público terá de pagar. Esse é o problema que nós podemos ter. Mas agradeço; fiz mais como uma consulta, porque nós fomos atrás e não encontramos; hoje eu tenho o contrato na mão.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Em benefício da questão básica, que é o Orçamento, vou encarecer aos Srs. Vereadores que, na medida do possível - é claro, têm ampla liberdade de perguntar, mas que tentem convergir para a questão orçamentário, pois do contrário vamos nos perder um pouco com um aspecto mais investigatório, que não é o caso.

Quero dar a palavra ao Vereador Dito Salim, que é membro da comissão e tem uma certa preferência, e porque ele foi relator da outra vez.

O SR. DITO SALIM (PPB) - Sr. Relator Miguel Colasuonno, recentemente a cidade de São Paulo teve o seu Salão do Automóvel, e lá nós vimos que todas as montadoras estão aperfeiçoando seus veículos, simplificando-os e fazendo com que tenham maior velocidade. Vimos também que a cidade de São Paulo está recebendo uma enorme quantidade de veículos, e estão vindo de outros Estados para trabalhar na cidade de São Paulo. Recentemente eu precisava de um trabalho do CET em minha região de Itaquera, para fazer na Radial Leste uma entrada para a cidade de Artur Alvim, fui procurar o Dr. Ederli e vi que o CET não tinha 6 mil reais para semáforos para a minha região. Vi, na Cidade Tiradentes, de minha região de Guaianases, que conta com mais de 300 mil habitantes, que só tinha uma entrada e até hoje o CET não conseguiu fazer uma segunda entrada, e lá estamos encravados, 300 mil



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 186 O proo.
n.º 374 CP 10 2009
o funcionário
Of. Adm. Copal M

ROD.: F10 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 9-11

SEM REVISÃO

peçoas morando em Cidade Tiradentes, tendo de entrar e sair pelo mesmo lugar.

Aqui nós discutimos, na Comissão de Finanças e Orçamento, verbas reais. Verbas, quando se quer se consegue porque tem jeito para dar. Basta tirar dinheiro do Prodam, tirar dinheiro do Gabinete do Prefeito, tirar dinheiro da Câmara Municipal de São Paulo, e outros lugares de mais recursos. E temos também que aprender a cobrar as pessoas que devem para o Município. E quem deve não é o pobre; quem deve IPTU em São Paulo é o rico. Mais de 5 bilhões que a cidade de São Paulo deve para os municípios.

Então, no dia-a-dia estamos sofrendo emocionalmente no trânsito da nossa cidade. Não estou falando para agradar aos senhores; estou dizendo o que acontece comigo. Às vezes chego em casa bravo com minha mulher e meus filhos, que não têm nada a ver com isso, porque o trânsito me deixou dessa forma.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

MAFEL P. S. HANISHERO
Ct. Adm. Geral III

ROD.: F11 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

Para não me alongar, queria pedir aos nobres Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e ao Godinho, que representa neste momento - com muita propriedade, porque é um funcionário exemplar - o Sr. Secretário de Finanças, que temos de achar uma solução para o CET e para o Corpo de Bombeiros, principalmente, na nossa cidade de São Paulo. Não podemos entender que quando os veículos estão procurando alcançar 300 quilômetros por hora, a cidade de São Paulo não chegue a 10 quilômetros por hora. Temos de achar uma solução e o mais rápido possível, senão a cidade de São Paulo vai parar. Se os senhores quiserem fazer uma greve de um dia, a cidade de São Paulo parará mais do que todos os sindicatos que possa haver, de todas as indústrias, conseguiriam fazer parar. Esta é uma realidade que temos de aprender a conviver com os senhores, a cidade de São Paulo tem que dar um respaldo ao CET, ao Corpo de Bombeiros e as prioridades da nossa cidade, em primeiro lugar.

Era o que eu tinha a dizer, obrigado, Sr. Vereador Relator.

(Palmas)

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vamos prosseguir a nossa reunião orçamentária...

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Depois da fala do companheiro Dito Salim, vamos prosseguir, Sr. Presidente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Espero que vocês não acompanhem a sugestão de S.Exa. de fazer greve...

Vereador Vicente Cândido, por favor.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT) - Bom dia, Sr. Presidente, demais Srs. Vereadores, público presente. Não sou da Comissão de Transporte



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

COPIA Nº 488 C3 1705
n.º 374 de 18/2000
o funcionário JMS
Ass. Geral III

ROD.: F11 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

...nem da de Finanças; sou da Comissão da Educação e Cultura, mas como membro desta Casa quero compartilhar minhas preocupações em relação a essa área do trânsito e transporte. Gostaria me ater a apenas algumas perguntas e esclarecimentos, desde que estivessem aqui os responsáveis pela confecção do orçamento. Vejo duas pessoas que seriam imprescindíveis aqui: o Secretário de Finanças, que neste governo assume o papel de planejador de corte e liberação de verba, e o Prefeito que é hierarquicamente o responsável maior de tudo isso. E logicamente não quero aqui isentar a responsabilidade da Câmara Municipal de São Paulo em todo esse período, em relação ao relato que ouvimos aqui, principalmente do representante da Secretaria de Finanças. Se entendi bem os números que ele coloca, acho que ele só esqueceu de dizer uma frase final, que seria um reconhecimento, em nome do governo e da Secretaria de Finanças, seguinte: "Nós inviabilizamos a cidade de São Paulo". Só isso. Reconhecer isso, e assinar no cartório, com a presença de todo este público e da imprensa, porque os números que ele coloca é: não dá mais, no ano que vem, para a cidade de São Paulo ser viabilizada. Vem rolando com a barriga até agora; chegaram a cometer o ato irresponsável final de correr das audiências públicas, dizendo não ter coragem de explicar o orçamento que fizeram! Não cabem, na receita de 7 bilhões e pouco, todos os compromissos e as irresponsabilidades que foram cometidas ao longo de oito anos. Só isso. A cidade de São Paulo, em 1993, tinha 4 bilhões de dívida, uma boa parte dívida a longo prazo. No final da gestão Maluf foi para 8 ou 9 bilhões; hoje 18 bilhões...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

folha n.º 189 Co proc.
n.º 374 de 18/06/2000
e funcionário LP
MANTENDO
Vim. Oral III

ROD.: F11 FOLHA:3	TAQ.: MÁRCIA	COMISSÃO: FIN
ORADOR:	DATA: 09-11	SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Nobre Vereador, eu solicito, sem querer lhe tolher a palavra, que tente reconduzir a questão nos termos da comissão na qual estamos. Respeito seu ponto de vista político, porém acho que isso é um preâmbulo....

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT) - Se o senhor respeita o ponto de vista já é um bom início de conversa. Tudo isso é matéria orçamentária. O público que está aqui, a imprensa e a cidade de São Paulo precisam cada vez mais tomar conhecimento disso, porque quem vai sofrer com isso é a cidade de São Paulo o ano que vem. Então, acho que fazer o relato do meu sentimento, da maneira como vejo a cidade, é um dever, está garantido no Regimento desta Casa. É matéria orçamentária, e aqui não dá para ficar só na "tecnalidade"; esta Casa é política. Os governantes estão sujeitos ao julgamento político desta Casa. Eu não posso ficar aqui só à mercê de números, porque os números são demais aqui, todo mundo já conhece, a imprensa tem noticiado com muita veemência. Quero fazer aqui um juízo de valores de tudo isso e um julgamento político de tudo isso, porque estamos para entrar numa situação cada vez pior, da cidade de São Paulo em todas as áreas, principalmente nessa área em que quero registrar aqui o meu reconhecimento, pois é uma das áreas mais críticas que o próximo governo vai ter de enfrentar. Tenho dito no meu partido, e disse isso à Prefeita de São Paulo, que se essa área de Trânsito e Transporte não tiver solução até o final da próxima gestão dificilmente se fará um bom governo para a cidade, porque é a área que mais irrita, que mais estressa e que hoje paralisa a cidade de São Paulo no sentido econômico, social e da qualidade de vida. Acho que tudo isso tem a ver



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 190
n.º 374 do dia 2000
funcionário S. HANASHIRO
Um Geral III

ROD.: F11 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

com a matéria orçamentária, e o público que está aqui, que é um público seletivo, deve tomar conhecimento de tudo isso, que ainda não tomou.

Estou dizendo isso porque as informações que tenho é de que a secretaria pediu à Secretaria de Finanças e ao governo um orçamento de 598 milhões. E a Secretaria de Finanças, sem nenhuma explicação, corta para 370 milhões. Tenho informações, que foram completadas hoje, de que a Secretaria não aplicou, conforme manda o Código de Trânsito, o dinheiro arrecadado das multas na melhoria do trânsito. Pelas informações que tenho, também já noticiadas pela imprensa, pelo menos 65 milhões de reais deixaram de ser aplicados na melhoria do trânsito de São Paulo, em 1999. Para este ano ainda estamos apurando; possivelmente esse número será bem maior. Tenho informação, também, de que pelo menos 130 milhões de multas são desviados, não são recebidos pela prefeitura, e até agora não tive nenhuma informação de que houve iniciativa da prefeitura para correr atrás desse dinheiro, dessa evasão de divisas, discutir com o DETRAN para ver onde estão esses 130 milhões; são multados os veículos e não entra nos cofres da prefeitura esse dinheiro;

esse dinheiro, cem milhões...CARLA.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 171
n.º 579 de 10 2000
funcionário
ISABEL S. P. SHIRO
Cm. Celso II

ROD.:F12	FOLHA:1	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 9-11	SEM REVISÃO

...esse dinheiro, cem milhões, não é qualquer coisa, poderia resolver vários problemas do orçamento da Secretaria dos Transportes.

Quero dizer em público que faltavam essas informações, tenho algumas hoje bastante importantes, estou entrando com representação ainda este ano, possivelmente no mês de novembro, contra o prefeito Celso Pitta e os secretários que são responsáveis pela área por crime de responsabilidade, por não aplicarem o dinheiro que é devido, segundo o código nacional de trânsito e também por não terem tomado nenhuma iniciativa em relação a esse desvio de recursos já conhecido, por volta de 130 milhões.

Quero compartilhar nossa angústia, nossa preocupação. A Câmara, na minha opinião, foi conivente, nesse período, com todo o desmando. As despesas não cabem no Orçamento da Cidade, teremos de ser muito criativos, teremos de ter muita paciência. Não estou querendo tirar aqui o direito da cobrança e da reivindicação, só que a Secretaria não conseguirá funcionar o ano que vem com esse orçamento. Sem falar dos subsídios e do estrangulamento que há hoje na área da fiscalização e gerenciamento do trânsito.

Essa Casa deverá ajudar a Cidade de São Paulo, ela tem essa possibilidade, foi omissa nos últimos 4 anos, deve ajudar a achar uma saída porque é uma área hoje muito sensível na Cidade. Teremos de nos debruçar em cima de números, observar onde há ralos para tapar, receitas para buscar, gastar com eficiência os recursos e evitar um estrangulamento maior. A minha preocupação e as perguntas deixo de lado porque não estão aqui os responsáveis para responder, ou seja, quem fez o Orçamento Municipal.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º	192	de	procc.
n.º	574	de	10/2000
funcionário	[assinatura]		
[rubrica]			

ROD.:F12	FOLHA:2	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA:9-11	SEM REVISÃO

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Vereador Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER (PT) - Inicialmente meus cumprimentos a todos os vereadores presentes e representantes do Governo Municipal e todos os trabalhadores da área de transporte e trânsito que comparecem, em massa, a esse evento.

Quero tecer algumas considerações à respeito do depoimento do representante da Secretaria de Finanças. De fato o Orçamento mandado para a Câmara Municipal acompanha, em linhas gerais, o Orçamento do exercício anterior, em grandes números. Ocorre que analisando internamente cada uma das propostas orçamentárias, com suas rubricas, iremos perceber que embora o valor total seja aproximadamente o mesmo, existem diferenças importantes na alocação de recursos internamente a cada um dos órgãos. E não fica clara, exatamente, a razão dessas mudanças. Por exemplo, na área de transportes o fato de se ter colocado um valor praticamente simbólico de subsídios ao transporte coletivo sabidamente insuficiente tendo em vista a forma como está organizado o sistema de transporte coletivo na cidade.

Analisemos, por exemplo, o Orçamento da Sptrans. Comparando os dois orçamentos percebamos uma semelhança em relação a valores - no Orçamento de 2000 era 1 bilhão 182 mil reais e na proposta orçamentária de 2001 1 bilhão e 34 milhões de reais. Só que internamente o custeio da Sptrans estava previsto no orçamento desse ano em aproximadamente 300 milhões e para o exercício que vem em 1 bilhão e 300 milhões de reais, uma diferença bastante significa, se



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 193 de 199
324 10 de 2000
P. S. HANASHIRO
O. Adm. Civil III

ROD.:F12 FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 9-11

SEM REVISÃO

não esto enganado na observação dos dados, de 300 milhões vai-se para 1 bilhão 304 milhões de reais. Em relação às aplicações, de 1 bilhão e 800 milhões o valor vai para 2 bilhões 516 milhões. Depois gostaria de um esclarecimento sobre esses números se é que os entendi corretamente.

Em relação à CET, o que observamos? Em 96 o orçamento executado foi da ordem de 181 milhões; 97, 169 milhões; 98, 166 milhões, ou seja, de 96 a 98 vinha caindo o orçamento da CET. Em 99 ocorre uma recuperação, sendo que o orçamento fica em aproximadamente 212 milhões. Neste exercício, até o mês de setembro, o orçamento executado já chega a 153 milhões e a estimativa é que cheguemos até o final do exercício em 180 milhões efetivamente gastos na CET. Lembro que no exercício anterior foram deixados 50 milhões de restos a pagar para esse exercício e há uma previsão de que cerca de 40 a 50 milhões desse exercício serão deixados como resto a pagar para o exercício de 2001.

É preciso que a empresa nos explique por que se havia uma curva descendente, qual a razão de haver uma recuperação no ano de 99, recuperação essa que se mantém, de certa forma, no exercício de 2000 e o porquê de uma redução significativa do orçamento da CET que não é compatível com os valores que efetivamente vêm sendo disponibilizados para a companhia e segundo informações que temos são insuficientes até para fechar esse exercício. A empresa precisaria de pelo menos mais 32 a 35 milhões, sem contar os restos a pagar que serão inevitavelmente deixados para o exercício de 2001.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 194 de 2000
n.º 374 de 2000
a função de
Secret. P. S. HANASHIRO
01. Adm. Geral III

ROD.:F12	FOLHA:4	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 9-11	SEM REVISÃO

É pena que o Presidente Nelson Maluf Eulage(?) não esteja aqui presente, que o Secretário Hanashiro não esteja aqui, que o diretor, o Presidente da Sptrans não esteja, em que pese o esforço da representante, a Sra. Nádira Farah Guerabe. Do mesmo jeito que elogiamos a presença do Secretário da Saúde e de sua assessoria, cabe aqui um repúdio junto ao Secretário Municipal de Transportes, sua assessoria, sua chefia de gabinete e a direção das várias empresas por não terem comparecido e um desrespeito a essa Câmara Municipal e todos que aqui comparecem.

Uma análise mais detida desse orçamento mostra que tradicional se discute a questão do trânsito na Cidade de São Paulo de forma secundária ao problema de transporte. E precisamos recuperar (Carla)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 195
n.º 374 de 18-2000
o funcionário
BASEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:F13	FOLHA:1	TAQ.:Carla	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA: 09-11	SEM REVISÃO

E precisamos recuperar o conhecimento, a cultura da cidade sobre a importância do trânsito, assim como do transporte. Fui Secretário da Saúde de 90 a 92 e pude constatar a importância do trabalho da CET, através de seus vários escalões, na redução do índice de mortes por acidentes automobilísticos na Cidade, da quantidade de pessoas que poderiam ter seqüelas muito mais graves, onerando o serviço de saúde na cidade.

O material que nos foi entregue, de grande qualidade, mostra-nos que enquanto houve um crescimento importante da frota de veículos da Cidade, houve uma redução significativa de mortes no trânsito e isso não é obra do espírito santo, tampouco do destino. É resultado de um trabalho sério feito por esses profissionais, apesar das condições não serem sempre adequadas.

Recentemente estive visitando, Sr. Presidente e também relator do Orçamento, o PAT(?), o posto que fica ali na ponte das Bandeiras, extremamente precário, onde cerca de 70 técnicos que foram desviados das suas funções originais estão apinhados, juntos, sem as mínimas condições de trabalho. E vejo aqui no Orçamento da CET que a disponibilização de recursos para obras é mínima, ou seja, não há uma previsão de expansão e melhoria das condições de trabalho na companhia de forma que esses postos espalhados em condições estratégicas na cidade para que a companhia possa intervir na questão do trânsito tenham o mínimo de condições de trabalho desses funcionários da Prefeitura que quase heroicamente tentam executar suas funções.

Quero comentar com V.Exa. e demais vereadores que os números são preocupantes. Por exemplo, de 400 milhões de multas a serem



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 146 O PCT
n.º 374 de 10/2000
o funcionário *hoy*
ISAEL F. S. HAMASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:F13 FOLHA:2

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

arrecadados no município de São Paulo, não sabemos quanto será destinado à CET. Falta uma transparência do Poder Executivo na forma de executar o orçamento.

Nesse sentido, a Comissão de Orçamento e Finanças deveria propor uma outra forma de organização do Orçamento que facilitasse o acompanhamento da execução orçamentária. Dotações importantes para esses contratos firmados entre a Prefeitura e o CET não são de domínio público, não são de acesso à imprensa e menos ainda por parte dos vereadores que compõem a Câmara Municipal. Teremos de mudar a composição. Esses 400 milhões de multas, se efetivamente repassados para a CET, poderia gerar um acréscimo importante no seu orçamento, sem que tivéssemos que criar outros artifícios. Segundo as informações que obtive, cerca de 180 milhões, desses 400, estão sendo disponibilizados para outras despesas no município de São Paulo que apenas indiretamente interferem no trânsito da cidade. Esta Comissão deveria exigir da Secretaria de Finanças aqui representada, da Secretaria Municipal de Transportes e da CET uma outra forma de apresentação de dados porque senão os vereadores ficam inseguros sobre o que pode estar acontecendo na cidade.

Aparentemente está tudo sob controle. Não é verdade. Na Comissão de Administração Pública, recebemos vários documentos da CET mostrando que licitações estão sendo dadas como desertas e canceladas por falta de recursos, contratos estão sendo cancelados nesse momento colocando em risco o próprio funcionamento da empresa. Portanto, a cidade não está essa calma que aparentemente temos a partir da fala de certos representantes governamentais. A companhia vive uma situação



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 197 do proc.
n.º 374 de 15/2000
S. HANASHIRO
Ass. Adm. Geral III

ROD.:F13 FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

grave de desrespeito aos direitos de certas categorias profissionais e em reunião recente que mantive com o presidente da CET infelizmente constatei que não há hoje um plano diretor da empresa, por mais incrível que isso possa parecer, não há um plano de carreira de cargos e salários que compatibilize sua estrutura com as funções que esta empresa tem de desempenhar. Exemplo disso é a situação lamentável em que se encontram os técnicos e a sua relação com os operadores de trânsito na cidade de São Paulo. Nesse sentido a Câmara fica em uma situação extremamente difícil de analisar o esqueleto de um orçamento sem ter a transparência que seria necessária por parte da prefeitura para pudéssemos fazer essa discussão de forma mais séria.

Concluo dizendo que o orçamento proposto está aquém daquilo que já está sendo realizado esse ano, não estão sendo considerados os restos a pagar, não há transparência no repasse dos valores de multas para a CET e, infelizmente, não há um plano diretor e não há o respeito aos direitos trabalhistas na forma de uma organização hierárquica da empresa. Isso se reflete nessa pífia proposta orçamentária mandada para a Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Observem a situação que está criada. Devido à expansão do que foi solicitado - pedi mas não fui atendido - temos mais 4 minutos e os demais representantes não poderão falar.

Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA (PFL) - Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, Srs. Vereadores, público presente, inicialmente gostaria de concordar com as colocações dos vereadores que me



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-III

Folha n.º 198 do proc
n.º 374 de 10/2000
Função: Prio
Isabel F. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:F13	FOLHA:4	TAQ.:Carla	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA: 09-11	SEM REVISÃO

antecederam com relação à ausência dos Secretários responsáveis pela pasta e pelo orçamento desta Cidade. Mas os vereadores desta Casa precisam saber que já estamos prestes a iniciar uma nova administração. Temos de descer do palanque e procurar resolver. Não adianta continuar criticando. Estamos diante de um problema que os demais vereadores desta Casa devem tomar conhecimento que é o funcionamento da Companhia de Engenharia e Tráfego desta Cidade (Paula)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Petição nº 374 de 19.2000
O funcionário
S. HANASHIRO
O. Adm. Geral III

ROD.: F14 FOLHA:1

TAQ.: Paula COMISSÃO:

ORADOR:

DATA:

SEM REVISÃO

...que é o funcionamento da Companhia de Engenharia e Tráfego, da cidade que entendemos da maior importância em diversos aspectos, em diversas colocações que hoje já sentem as dificuldades pela falta de repasse de verbas; já se encontra a falta de sinalização, lombadas sem a sinalização, falta de placas. Se uma pessoa chega na cidade na zona Sul e quiser ir para Itaquera indo pela sinalização da cidade ela jamais chegará.

Então, a empresa já sente o sucateamento da sua frota. O que entendemos, e esta Casa é política, vimos que o repasse pelo Art. 320, do Código Brasileiro de Trânsito de 400 milhões de reais que teoricamente deveriam ser repassados e que até hoje, conforme números fornecidos pela empresa só foram repassados 170 milhões de reais e ainda faltam praticamente 45 dias para terminar o ano, realmente é que se darão os maiores problemas porque no final do ano o trânsito se torna muito pior em qualquer cidade devido a aproximação das festas.

Entendemos que a Casa deve ter uma decisão política porque ela é política. E, diante da necessidade, diante do quadro que está exposto para os Vereadores temos que equacionar e retirarmos de algum segmento sem que os prejudique ou interfira no seu trabalho do dia a dia, mas para que possamos resolver esse problema do CET. Vejo condições para isso porque ele vem recaindo no seu repasse de verbas para a Secretaria.

Quando ouvi a explanação do SPTrans dizendo que caiu a receita devido ao crescimento dos perueiros na cidade foi culpa exclusivamente da Secretaria que incentivou a prática ilegal do transporte. Vi ainda nessa campanha candidatos à Prefeitura incentivando o transporte



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-18

Folha n.º 200 do processo
374 do 16.2000
SADEL P. S. HANASHIRO
Ass. Geral II

ROD.: F17 FOLHA:2

TAQ.: Paul COMISSÃO:

ORADOR:

DATA:

SEM REVISÃO

ilegal nesta Cidade, o que deixa de ter receita. Não se pode fazer milagre com o dinheiro público.

Temos nesta Casa um projeto de refinanciamento da dívida pública de IPTU e ISS que, volto a fazer um apelo, seria importante para a próxima Administração que votássemos isso aqui. Apelo aos senhores porque temos condições. Esta Comissão se encerrará dia 25 e precisamos solucionar esse problema do CET. Precisamos equacionar e convidar membros da futura Administração para juntamente com esta que se encerra assumir a responsabilidade de onde poderemos tirar e remanejar as verbas para atendermos uma companhia tão importante nesta Cidade. (Palmas)

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Nada mais havendo, estamos encerrando a nossa reunião de hoje. Solicito que a transcrição realizada seja incorporada como ata dos trabalhos aqui realizados.

Uma informação final. Com relação a nossa reunião, ela decorreu relativamente bem, o clima inicialmente estava até melhor. Não estou vetando manifestações políticas, não é nada disso. Mas, acho que para o benefício dos senhores discursos constantes rebatendo o que se fala em nada melhora as condições de entendimento para chegarmos a um bom resultado.

Um nobre colega, não posso falar o nome porque foi embora, fez um discurso, não se interessou e foi embora. Na verdade, isso não ajuda a criar um clima construtivo dentre os Vereadores diante de um problema sério como é o caso do CET. Não vou me preocupar com isso. Sei se temos clima para retomar a normalidade dos trabalhos sem



Folha n.º 201 da proc. 374 de 10-2000
a Turma 1ª
NASHIRO
Of. Adm. Geral III

Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: 117 FOLHA: 3

TAQ.: Paul COMISSÃO:

ORADOR:

DATA:

SEM REVISÃO

paixões. Se formos discutir na base da paixão não chegaremos a lugar nenhum.

Muito obrigado a todos. (Palmas)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 (M. Adm. Geral II)

Folha n.º 202 de proc.
n.º 374 do 1º 2000

funcionário
RUEL P. S. HANASHIRO

ROD.:F155 FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Declaro aberta a 6ª Reunião Técnica da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 374/00. Que dispõe sobre a Proposta Orçamentária para 2001. Há a previsão de alguns setores. Vamos iniciar com o Ipem. O Dr. Bertoldo Salum está conosco hoje.

A mecânica do trabalho é a seguinte: há uma exposição básica de cinco ou dez minutos sobre os objetivos que V.Exa. está querendo alcançar e concluir dentro do mandato, comentar os orçamentos previstos, em andamento e o que o senhor deixa em termos de continuidade. Após essa parte abriremos para perguntas quando os técnicos também poderão participar se o senhor achar conveniente.

Tem a palavra o Dr. Bertoldo Salum.

O SR. BERTOLDO SALUM - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da mesa, Vereador Miguel Colasuonno, pessoa que conheço há muito tempo, ex-Prefeito, Vereador, homem que ocupou os cargos mais importantes da Administração Federal. Quero cumprimentá-lo por sua brilhante vida pública. Quero também cumprimentar aquele que chamo de "sobrinho", o Curiati, filho de um grande amigo meu, e que também está fazendo uma brilhante carreira como seu pai.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Quero pedir desculpas por não ter mencionado de saída o nome do Vereador Salim Curiati, que se encontra presente.

O SR. BERTOLDO SALUM - Meus senhores, queremos dizer o seguinte: este ano houve uma profunda reforma na Previdência que atingiu todos os institutos, quer da área Federal. Estadual e Municipal. A reforma, digo, foi muito profunda. Não acredito que ela



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 203 (1) Prec.
n.º 374 de 19 2000
o funcionário
RAEL F. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:F155 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

tenha conseguido melhores resultados, mas tivemos, o Iprem teve e tem de se adequar à Lei federal da Reforma da Previdência.

Quero dizer que nessa reforma da Previdência foi suspenso qualquer financiamento imobiliário. O Instituto não pode fazer qualquer financiamento. Foi suspenso o auxílio educação, que pessoalmente acho isso uma injustiça, infelizmente foi suspenso. Foi suspenso também o empréstimo pessoal, que não vínhamos fazendo, mas íamos introduzir. Ficou somente o auxílio funeral.

O que hoje o Iprem que de cuidar de acordo a Lei Federal? Simplesmente preservar o patrimônio, pagar os seus pensionistas e o auxílio funeral. Nada mais. O Prefeito criou uma comissão que englobava todas as Secretarias, a própria Câmara, o Tribunal de Contas e essa comissão apresentou um projeto que se acha no gabinete do Prefeito porque infelizmente a ainda a reforma da previdência tem alguns pontos que emperram a aplicação desse novo projeto, como o problema do pagamento dos inativos. Isso ainda está para ser resolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Haja visto que o projeto do Instituto de Previdência Estadual e Municipal acham-se aguardando decisões ainda a serem conferidas pela Justiça.

Então, Sr. Presidente, Sr. Vereador, o que hoje o Iprem representa para o Orçamento? Não temos nada a acrescentar senão as despesas normais do Instituto. Somente isso. Não estamos fazendo nada, não podemos fazer. Então, realmente, acho que o Instituto, a autarquia deixou de ser aquela autarquia maravilhosa para ser, na verdade, um departamento ligado a pensionista e auxílio funeral.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 204 de 200
n.º 374 de 2000
Funcionário
SADIL P. S. HANASHIRO
1. Adm. Geral III

ROD.:F155 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 09-11-00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Em termos orçamentários alguém gostaria de fazer a inscrição? Para atender esses objetivos, reduzidos ou não, vamos ter uma idéia de orçamento.

O SR. BERTOLDO SALUM - Alan, quer fazer uma exposição? Quantifica, por favor.

O SR. ALAN - Bom,

(o Orçamento...Alex))



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral 10

Folha n.º 225 de 374
374 do 374
ISABEL P. S. HANSEN

ROD.:F16	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 9 11 2000	SEM REVISÃO

O orçamento do Iprem para o ano 2001 é de 506 milhões de reais. Ano passado, era de 450 milhões. Foi feita uma pequena projeção, só para a manutenção do Iprem. Nós não temos nenhum projeto novo. Só vamos fazer manutenção em relação ao Orçamento.

Nossas maiores despesas são com pensionistas, efetivamente, que é o maior gasto, seguidas das despesas com pessoal. Não se se é preciso quantificar os valores.

O SR. _____ - Dê o orçamento de pagamento dos pensionistas e o nosso pessoal; a manutenção do Iprem. Dê essas três quantias.

O SR. _____ - Nós vamos ter uma reserva de contingência de 179 milhões. (Pausa) Despesa com pessoal; vamos ter 12 milhões da folha de pensões para o ano todo. Despesas com pensionistas vamos ter 150 milhões. A folha do Iprem gira mais ou menos em torno de 12,5 milhões/mês. (Pausa)

As contribuições mensais giram em torno de 10 milhões. (Pausa)

O SR. _____ - Então são esses os dados de nosso Orçamento.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vou passar a palavra aos vereadores. (Pausa)

Anuncio a presença do Vereador eleito Cláudio Fonseca.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Relator, nobre Vereador Salim Curiati, companheiro e Vereador Cláudio Fonseca, essa questão do Iprem, na Câmara Municipal, é sempre uma grande pergunta para nós, principalmente quando se trata da dívida do Iprem e na questão da



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Adm. Geral III

Folha n.º 206 do proc.
n.º 374 do 1990
funcionário
ISABEL F. S. BANASHIRO

ROD.:F16	FOLHA:2	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 9 11 2000	SEM REVISÃO

dívida da Prefeitura com o Iprem. Queria que V.Sa. falasse um pouco sobre essa questão. Qual é o total da dívida, hoje?

O SR. _____ - Excelência, isso está em andamento, inclusive assunto que se acha no gabinete do Prefeito, porque foi feita uma comissão para fazer o projeto do Iprem e dentro disso está esse problema todo do equacionamento.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Perdão, vou refazer a pergunta. Qual é a dívida da Prefeitura com o Iprem? Qual era o acordo de pagamento dessa dívida? Como está sendo executado o repasse mensal que a Prefeitura deveria estar fazendo ao Iprem? Ele é feito na sua totalidade? De quanto é esse repasse mensal? E se não está sendo feito na sua totalidade, qual é o critério para se estipular o quantum se repassa mensalmente da Prefeitura para o Iprem?

O SR. _____ - Primeiro, foi aprovado pela Câmara Municipal projeto autorizando a Prefeitura a usar o dinheiro das autarquias e, depois, pagar de acordo com a taxa do mercado. Isso foi realizado, mas chegou um momento, Excelência, em que houve a lei federal da Previdência, que proibiu que os institutos de Previdência empristassem dinheiro a qualquer título, de modo que esse empréstimo então ficou parado e estão correndo tão-somente, ou melhor, nós estamos então acrescentando os juros de mercado para esse equacionamento, que está sendo realizado.

Quanto aos repasses, Excelência, para o Iprem, o que interessa, na verdade, é pagar todas as suas despesas, ter tudo direitinho, sem atraso, porque esse dinheiro naturalmente, que não é repassado, também deve ser remunerado pela Prefeitura.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 207 de pres.
n.º 374 de 2000
10/10/2000
MAGEL P. S. HANASHIRO

ROD.:F16 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 9 11 2000

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Não estou questionando o que deve ser feito com o dinheiro que não foi pago. Por exemplo, temos aqui no balanço de 2000, Divisão de Finanças e Contabilidade, e num outro documento da Seção de Custos, que diz que havia receita orçada de "receitas correntes" de repasse da ordem de 449,442 milhões. Até o quarto bimestre consta repasse de apenas 114; 115, para ser mais exato. Quer dizer, 25% do que foi orçado. Então, é isso, em números. Por que não foi repassado...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 208 do proc. n.º do 10
O Substituto
NOME P. S. HANSEN
Data 14/01/11

ROD.:F17 FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

...quer dizer, 25% do que foi orçado. Isso, em números. Por que não foi repassada a totalidade, por que só 25%? Queria saber um pouco o que está acontecendo. Uma coisa é saber que tem de pagar juros, mas por que não foi feito o repasse?

O SR. _____ - Isso aí é um problema da Secretaria das Finanças. Na verdade o guardião do dinheiro do IPREM é a Secretaria das Finanças. Se ela não repassou, tem de ser cobrado dela. Tenho sempre, como superintendente, pedido a eles que cumpram as obrigações legais com o instituto.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - O senhor sugere que questione a Secretaria de Finanças?

O SR. _____ - Sugiro que V.Exa. pergunte à Secretaria de Finanças por que está deixando de cumprir esses repasses.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Relator, talvez tenha de dirigir as perguntas feitas sobre a questão do compromisso da Prefeitura quanto aos repasses ao IPREM ao representante da Secretaria de Finanças. Existe uma distância entre o orçado e o executado da ordem de 1/4, 25% do que foi previsto. Seria interessante sabermos por que não foi repassado e como está sendo feito o repasse mensal das obrigações totais da Prefeitura ao IPREM. Está fazendo mensalmente a cota exata? Se não, por que não está. E qual o critério adotado então.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - As obrigações mensais e permanentes do IPREM estão sendo prejudicadas por ausência de algum tipo de recurso?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 207 de 2000
n.º 374 de 2000
Inscrito no Livro de Registro de Atas
do Conselho Municipal de São Paulo

ROD.:F17	FOLHA:2	TAQ.:Carla	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA: 09-11	SEM REVISÃO

O SR. _____ - Absolutamente. Não, nunca estiveram comprometidas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - A Secretaria de Finanças, definitivamente, deve ter a responsabilidade de estar dosando fora dos termos do contrato...

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - A Prefeitura está fazendo os repasse devidos das contribuições que arrecada do funcionalismo ao IPREM?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Da arrecadação presumo que sim, senão não estaria pagando.

O SR. _____ - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - O empréstimo é um fato diferente, talvez nem o diretor de orçamento consiga... penso que é um assunto para o Secretário.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Existe uma dívida da Prefeitura com o IPREM?

O SR. _____ - Sim.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Qual o montante?

O SR. _____ - São três tipos. Uma dívida é antiga, vem de antigas administrações; a outra foi desses empréstimos feitos, teve de parar e não foi equacionada pela Secretaria das Finanças e outros são os repasses, não são dívidas, é um dinheiro que repassa normalmente. Naturalmente existe o problema da Secretaria das Administrações dar informações, esse repasse é feito de acordo com o que ela recebe.

A melhor coisa, nobre Vereador, é V.Exa. perguntar à Secretaria das Finanças.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 210 G pro.
n.º 374 de 300
o.º 1000
ISAEL P. S. HANASHIRO
O.º 1000 G.º III

ROD.:F17 FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 09-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sim, Excelência, mas ele está ao seu lado.

O SR. _____ - Mas não sei se...

O SR. _____ - Nobre Vereador Ítalo, a minha área é de orçamento, não trabalho com a parte financeira, só libero cota para os empenhos. Se não está havendo o pagamento, não tenho o montante da dívida para passar - talvez seja por um problema de caixa, ou da gerência financeira, não a gerência orçamentária, no orçamento consta os recursos para serem transferidos ao IPREM no caso o ressarcimento que aparece na proposta orçamentária. Se não está sendo pago talvez seja um problema de caixa. Não posso falar pelo Secretário, não sei o que se passa na cabeça dele, mas é mais um problema financeiro do que orçamentário. Orçamentário está previsto.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sugiro ao Secretário que suspendamos a reunião porque não tenho condições de continuar se não consigo receber as informações de que preciso para poder continuar meu trabalho. Estamos fazendo algumas reuniões que muito mais do que discutir um orçamento pretendem fazer um balancete, um balanço da situação na qual a prefeitura será entregue à senhora Marta Suplicy no dia 1º de janeiro de 2001. E quando irei discutir o orçamento? O IPREM? Quero saber o tamanho do rombo que existe entre a Prefeitura e o IPREM. Qual o tamanho da dívida da Prefeitura com o dinheiro que arrecadou e se repassou em dia para o IPREM. Se não repassou, quanto é o montante. Se não tenho condições de obter as informações não tenho condições de continuar a sessão. V.Exa. há de convir que não temos



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 211 O pres.
n.º 374 de 3000
o funcionário
C. P. M. A. S. H. R. O.
Idm. Cor. II

ROD.:F17	FOLHA:4	TAQ.:Carla	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA: 09-11	SEM REVISÃO

condições técnicas de continuar os nossos trabalhos. A não ser que haja outro ponto a ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Deixe-me fazer a pergunta à Mesa porque V.Exa. está coberto de razões. Penso que devemos suspender a reunião de hoje por falta de informações. A menos que haja outra pergunta operacional de interesse de outro membro.

Acordamos. Por falta de informações teremos de suspender essa reunião para que aguardemos a presença...

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Queria saber, por exemplo, uma explicação para o déficit apresentado, por exemplo, no balanço de 99, da ordem de 40 milhões.

O SR. _____ - Vereador, tivemos, pelo julgamento do Tribunal tivemos um superávit. Não tivemos déficit, tivemos superávit (?).

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Vamos aguardar mais um pouco para ver se conseguimos adiantar outras perguntas. Do contrário, deixaremos suspensa a conclusão.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - (Carla)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 212 de pros.
n.º 374 de 2000
O Typionário
ISAEL P. S. HANASHIRO

ROD.:F18 FOLHA:1	TAQ.: Carla	COMISSÃO: FIN
ORADOR:	DATA: 09-11	SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Requeiro a V.Exa. que me seja facultado, até o final da tarde, 16h, enviar, por escrito, as perguntas cujas respostas gostaria de obter.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Perfeito. Já farei uma convocação para a próxima terça-feira, às 10h, para a Secretaria de Finanças esclarecer esses pontos, com a presença conjunta do superintendente do IPREM.

O SR. _____ - Seria na terça-feira, às 10h?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Com o Secretário de Finanças. Entendo que orçamentariamente não é uma explicação imediata. Caberá à área de finanças esclarecer, é uma informação típica da administração financeira da Secretaria.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Comprometo-me a formular por escrito porque não teremos problemas de falta de objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Agradeço. Se V.Exa. puder até às 16h preparar esse texto de perguntas, remeteremos, com portador, à Secretaria de Finanças para na próxima terça quando fizermos a sessão das 10h termos esclarecimentos sobre esses fatos.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Atesto o empenho de V.Exa. no sentido de realizar audiências públicas o mais democráticas e abertas possível, mas que estão sendo inviabilizadas pelo completo descaso com que o Executivo tem tratado estas reuniões da Câmara. Sem a informação, sem a presença dos titulares, dos que respondem politicamente pelas pastas, fica impossível.

Reitero que V.Exa. renove o convite aos titulares. Muito obrigado.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DI-III

37.01.09
2000
S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:F18	FOLHA:2	TAQ.: Carla	COMISSÃO: FIN
ORADOR:		DATA: 09-11	SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Concorde plenamente com as palavras e agradeço o cuidado do nobre Vereador Ítalo Cardoso em mencionar o nosso esforço que irá continuar. Iremos suspender também a Prodan por ausência da sua presidência porque senão chegaremos em um impasse parecido. Iremos reconvocar para terça-feira tanto a área da Prodan ligada à Secretaria de Finanças, o Secretário de Finanças e o Presidente da Prodan para fechar um pouco mais claramente esse procedimento.

Não havendo mais nada a ser tratado nesse momento por ausência de algumas informações, solicito a transcrição da gravação aqui originada, convertendo-se na ata dos trabalhos desta reunião.

Muito obrigado a todos.

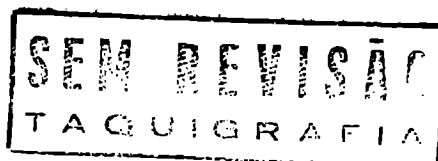
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) Juntado a data documento(s) rubrica
ado(n) sob n. 214/284 e folha de Informação s.s.
a. 14/11/00

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



MEMBROS: FARIA LIMA - PRESIDENTE
JOSÉ MENTOR
MIGUEL COLASUONNO
DALTON SILVANO
DITO SALIM
ÍTALO CARDOSO
LUIZ PASCHOAL
AMORIM
SALIM CURIATI
JORGE TABA

REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2000.

SOLICITANTE: VEREADOR FARIA LIMA
MEMO 189/00
SECRETÁRIA MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º	215	do proc.º
n.º	374	de 2000
funcionário	[assinatura]	

SAO PAULO P. S. 11 NASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B01 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a sétima reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 374/00, que dispõe sobre proposta orçamentária para o exercício de 2001. Esta parte da manhã está reservada para a Secretaria de Abastecimento, Educação, Cultura e Fundo de Cultura. Se houver condições, faremos uma reconvocação de outras secretarias que ainda estão pendentes de informações.

Solicito a presença do Vereador Ítalo Cardoso à Mesa.

Iniciaremos pela Secretaria Municipal de Abastecimento, trazendo a assessoria que precisar.

Dr. Godinho, membro permanente da Mesa.

Nossa mecânica de trabalho consiste sempre numa apreciação dada pelo próprio secretário sobre as linhas gerais da secretaria, os recursos que tem e comentário sobre o destino de cada recurso imaginário projetado para o ano 2001. Com a palavra o Sr. Secretário de Abastecimento.

O SR. JOVELINO PEREIRA RIBEIRO - Agradeço esta oportunidade de expor diante desta comissão o orçamento da Secretaria Municipal de Abastecimento, em especial aos Vereadores Miguel Colasuonno e Ítalo Cardoso. Agradeço também a presença do Godinho, nosso assessor na parte de finanças.

A Secretaria Municipal de Abastecimento cuida basicamente da merenda escolar. Cuidamos de toda a parte de licitação, desde a formulação dos produtos, tendo em conta os valores nutricionais, os valores em reais e o programa da distribuição de merenda nas diversas escolas. Muita gente ignora... (Valéria)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 216 de pros.
n.º 374 de 2000
Isabel P. S. HANASHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.: B02 FOLHA:1

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

... valores em reais e o programa de distribuição da merenda nas diversas escolas. Muita gente ignora, mas nem todas as escolas dispõem de equipamentos suficientes para fazer uma merenda adequada, que seria a de refeição completa. Nos estabelecimentos que têm uma jornada mais longa e dispõem de infra-estrutura, oferecemos aquela refeição mais nutritiva, mais acentuada, que possui os elementos básicos da refeição do brasileiro (arroz e feijão, macarrão, carne, salsicha) e complementos (açúcar, sal etc). Então, essa é a grande preocupação, pois há uma diversidade grande de produtos, e o que se procura fazer é ter esses elementos disponíveis por meio de atas de registro de preços para que, na medida do possível, da necessidade, se compre, mês a mês, os produtos. Cuidamos também de diversos programas, não só da merenda como também programas de alimentação de creches, hospitais, do Corpo de Bombeiros e de algumas unidades da Secretaria Municipal de Esportes. Tudo isso compõe os gastos que chamados 'gastos da merenda'. Somam-se a isso outros programas de alimentação como o Leve-leite, que tem a mesma estrutura de compra da merenda escolar.

Por outro lado, a Secretaria Municipal de Abastecimento cuida também da estrutura dos mercados, feiras e sacolões. Tem-se difundido muito e o mercado é ainda uma estrutura necessária; embora tenham surgido supermercados e grandes redes, os mercados municipais ainda têm um destaque fundamental principalmente no abastecimento de gêneros hortifrutigranjeiros. Outra idéia surgida foram os sacolões, que comercializam basicamente produtos hortifrutigranjeiros e, nesses casos, a Prefeitura administra o espaço e a concessão dos termos de permissão de uso. A não ser os sacolões, dos quais temos um controle



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 217 do proc.
n.º 374 de 2000
o funcionário
ISAUEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B02 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

de preços diante do mercado - fazemos uma fixação dos preços -, nos mercados municipais o preço é livre.

Administramos também a estrutura de feiras livres, feiras de arte e artesanato e a estrutura para integração de hortas comunitárias. O programa de hortas comunitárias surgiu há algum tempo e vem-se desenvolvendo; todavia, precisaríamos de uma melhor estrutura para ter uma maior amplitude, pois muitas escolas já se beneficiaram desse programa. Implantamos na escola e fazemos um acompanhamento do desenvolvimento desse programa. Fornecemos a semente, o material e o treinamento, principalmente para crianças. As hortas podem também ser implantadas por meio de comunidades de bairro e outras entidades.

A parte principal do orçamento da Secretaria diz respeito, então, à merenda escolar. Para 2001 foi destinada uma verba de R\$142.842.420,00, na qual está incluído o Leve-leite, que ocupa cerca de 65% dessa verba. Essa é basicamente uma verba de material de consumo, pois o gasto com a merenda diz respeito à manutenção do consumo das unidades escolares. Outra dotação que ficou bastante evidente - embora nem todos os gastos possam ser realizados, dependendo, inclusive, de uma prioridade - foram as reformas de mercados e sacolões, pois algumas unidades foram construídas já há algum tempo e sofreram apenas alguma manutenção, não uma reforma completa, básica, como é o caso do Mercado Central, que necessita da troca de quase todo o telhado. Esse é um projeto que está para ser realizado; todavia, pode contar também com a iniciativa privada - por meio de parcerias - por ser um cartão postal da Cidade, tombado pelo Patrimônio Histórico, além de afluírem para esse local muitas



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 218 do pres.

n.º 374 de 1990

o Delegado

ESTATE P. E. HANASHIRO

Adm. Geral III

ROD.: B02 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

entidades, culturais e assistenciais. Temos os outros mercados - como é o caso do do Ipiranga, de Pirituba -, também devem sofrer alguma manutenção básica, no telhado. No mercado de Pinheiros, que já sofreu uma reforma, falta concluir a reforma do telhado. No mercado da Lapa, que também sofreu uma reforma bastante grande, falta a complementação da parte elétrica. Nos sacolões, as reformas são de manutenção, de modo que estão distribuídas entre os 25 sacolões existentes. Na estrutura da merenda escolar tem grande destaque o valor da distribuição da merenda, feita por meio de uma frota contratada. Temos contratados 12 caminhões-frigorífico para fazer o transporte dos produtos congelados do Ceagesp, onde temos um armazém alugado; fazemos o transporte para a merenda escolar e, a partir daí, é feita a distribuição. Temos uma frota de 85 caminhões com capacidade entre 6 e 8 toneladas; 40 caminhões com capacidade entre 3,5 e 4,5 toneladas e ... (Idelci)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 219 de proc.
n.º 374 de 1900
funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.: B-3 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14.11

SEM REVISÃO

Quarenta caminhões com capacidade de 3,5 a 4,5 toneladas e 120 kombis, que fazem a distribuição de produtos em geral perecíveis. Então é uma frota... É um valor bastante grande que precisa ser gerenciado, também. Por quê? Porque o valor da compra tem de ser garantido pela distribuição. Hoje contamos com essa frota contratada que dá suficientemente para fazer a distribuição, sem que haja problemas de reposição de produto.

A reposição é feita mensalmente através do acompanhamento das nutricionistas, que vão em todos os estabelecimentos, controlam os estoques e fazem os pedidos para reposição.

O detalhamento desse Orçamento eu preferia deixar aqui para depois acompanhar pela minha assessoria econômico-financeira. Estamos à disposição para responder eventuais perguntas a respeito.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Muito bem. O Sr. Secretário fez uma exposição geral e comentários sobre os principais tópicos. Talvez passemos já às perguntas. Temos algumas pessoas inscritas...

- Aparte fora do microfone.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Pois não. O nobre Vereador Italo Cardoso tem preferência, como membro da Comissão.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - Bom dia Sr. Secretário, Srs. representantes da Prefeitura, senhoras e senhores presentes à Câmara Municipal de São Paulo.

Nesse quesito merenda, gastos da Secretaria de Abastecimento principalmente com relação à merenda escolar, dá para perceber o peso que ela tem na dotação. O Secretário falou sobre a qualidade e o tipo da merenda. Essa é uma discussão que se fez muito nesta Câmara,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 320 do proc.
n.º 374 de 48000
o funcionário
ISAEL S. H. NASHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.: B-3 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14.11

SEM REVISÃO

principalmente com relação à transparência desde o processo de compra, até a distribuição. Foi um debate intenso que o Sr. Secretário deve ter acompanhado.

Gostaria de saber onde entra a questão do Leve Leite, dentro da dotação Merenda. Quando significa a dotação do Leve Leite nesse todo, nesse montante. Outra curiosidade que tenho, também, é quanto custa para embalar esse Leve Leite. Há um debate, inclusive, da questão segurança entre a lata e o saco plástico. Além disso, se o Secretário tem esse levantamento, quanto custa a embalagem em sacos plásticos e quanto custa, da forma como é feito hoje, em latas.

O SR. JOVELINO PEREIRA RIBEIRO - Desse total que foi destinado à merenda escolar, tem girado em torno de 65% o custo do Leve Leite. Evidentemente é um produto mais caro do que os outros produtos da merenda em geral. O custo da embalagem está aproximadamente em torno de 14% do custo total do produto. Quando digo embalagem refiro-me à embalagem primária, que é a lata. Por que foi escolhida a embalagem de lata e não a de saco plástico aluminizado? Porque de acordo com o programa, a distribuição do Leve Leite é feita nas unidades escolares, dos estabelecimentos de ensino fundamental e de educação infantil, EMEIs. Como é distribuído diretamente ao aluno, com a comprovação da frequência na escola, é colocado na mão do aluno, é ele que leva para casa, uma embalagem menos resistente poderia deteriorar o produto. Além disso, como o produto tem uma duração de no mínimo 20 ou 30 dias - que seria o período de distribuição do Leve Leite - a embalagem tem de propiciar a preservação do produto. Se colocarmos numa embalagem aluminizada ela poderá abrir e, dentro de pouco tempo, o produto



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 221 do proc.
n.º 374 de 2000
P. S. HANEISHIRO
Ch. Adm. Geral III

ROD.: B-3 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14.11

SEM REVISÃO

estará contaminado. A lata, ao contrário, pode ser fechada e se tornará inviolável, garantindo a qualidade do produto até o fim da utilização. Essa é uma das principais razões. Outra é aquela de colocar na mão do aluno, que vai levar para casa. No caminho a embalagem pode cair se a criança tropeçar ou mesmo numa brincadeira, e se não for resistente, a qualidade do produto será deturpada. Esse foi o estudo feito antes da implantação do programa.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - Depois vou fazer outras perguntas. Por ora, passo a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Na sequência, tem a palavra o Marco Antônio Manfredini, do Gabinete do Vereador Carlos Neder.

O SR. MARCO ANTONIO MAFREDINI - Bom dia. A questão que o Gabinete do Vereador Carlos Neder formula diz respeito, primeiro, às verbas para a reforma dos mercados municipais. Até porque na nossa análise o valor de 2 milhões de reais, que foi alocado, é insuficiente. E a própria questão da possibilidade da participação da iniciativa privada... Até gostaria que o Sr. Secretário expusesse se nas outras reformas que já foram feitas isso também foi viabilizado.

Um segundo aspecto diz respeito ao valor final da merenda. Até porque o valor que está estimado para 2001 é 8% menor do que temos no Orçamento deste ano.

E como bem lembrou o Sr. Secretário (Dagmar)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 222 do proc.
n.º 370 de 2000
P. S. HANASHIRO
C. Num. Geral III

ROD.:B04 FOLHA:1

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

E como bem lembrou o Secretário, até gostaria de passar às mãos do nobre Vereador Miguel Colasuonno, temos aqui o acompanhamento realizado desde 1997 sobre os gastos com o Programa Leve Leite, e o que verificamos é que eles sempre sobem nos anos eleitorais, inclusive isso foi objeto de recentes matérias na imprensa, no próprio jornal O Estado de São Paulo.

Mas com a priorização do programa e o uso da embalagem metálica temos hoje um custo para a Secretaria Municipal de Abastecimento, o quilo do leite em pó R\$7,63, e para o programa que é desenvolvido nas escolas e nas creches, embalagens metalizadas, R\$5,95. Portanto a cidade paga R\$1,68 a mais por quilo, por lata, do Leve Leite. Fizemos um estudo e verificamos que só a substituição da embalagem metálica poderia provocar uma redução da ordem de 2.300 milhões de reais por mês, um valor importante que deve estar sendo objeto da análise da Comissão das Finanças. E o mais grave ainda é que só com essa substituição da embalagem metálica pela aluminizada poderíamos beneficiar mais 193 mil crianças, além das 800 mil já beneficiadas.

A questão da embalagem aluminizada e da embalagem em lata soa a mim um pouco estranha essa definição do Secretário sobre o risco da contaminação, até porque nos supermercados Extra ou Carrefour, por exemplo, vemos na parte do leite em pó embalagem tanto em lata como aluminizada. Seriam especiais os pais e as mães dessas crianças para serem protegidas da contaminação, ao contrário dos consumidores normais?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 223 do pres.
n.º 374 do 100
Condicionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B04 FOLHA:2

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR.

- Vamos abordar primeiro a

questão da reforma dos mercados municipais. Efetivamente tínhamos colocado maior para a reforma de telhados, de estruturas, que são fundamentais. Quando elaboramos uma proposta na Secretaria, comprovamos a lei dos economistas de que as necessidades são imensas, ilimitadas; os recursos é que são limitados. Então fazemos a proposta ideal, aquilo que gostaríamos que fosse feito diante das necessidades, mas depois isso tem de ser encaixado numa prioridade. Tínhamos elencado todas as necessidades de reforma de mercados, inclusive dos sacolões, e o da Nova Cachoeirinha, que desde 1996 ficou parada por questão jurídica, tem uma estrutura muito boa, que pode ser utilizada, mas não conseguimos a conclusão desse mercado, embora tivéssemos incluído a verba de 1,5 milhão.

A parceria que temos conseguido para fazer as reformas são com as permissionárias. O preço que eles pagam para permissão de uso, para ter um box, uma loja, dentro do mercado, do sacolão, é muito inferior ao preço de aluguel de mercado. Diante disso, uma contrapartida que eles dão é uma verba para manutenção do próprio mercado.

Quanto ao Leve Leite, a embalagem na forma como foi adotada visa defender o produto. E continuamos afirmando isso a embalagem aluminizada quando aberta exige que o consumo seja imediato. O programa atinge todas as camadas sociais, no centro e na periferia. Onde as famílias têm menos recursos há mais dificuldade para armazenar esse produto. E a própria embalagem do Leve Leite serve para isso, foi idealizada para isso. Aparentemente há um gasto maior, pois se o produto se deteriorar, poderá causar um prejuízo muito maior do que o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 27 do proc.
n.º 378 de 2000
ISAAC L. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B04 FOLHA:3

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

valor que estamos gastando. Essa foi a idéia inicial. O produto tem um valor alto, daí a grande dotação orçamentária, mas basicamente atinge a sua finalidade.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Respeito a preocupação da Secretaria com a contaminação, mas se prevalecer o mesmo, daqui a pouco teremos arroz, tudo embalado em latas também, porque é impossível que não tenha também essa possibilidade nos outros equipamentos, inclusive com ratos ou coisa parecida. A justificativa é assustadora um pouco pelo tamanho do capricho, especialmente com o Leve Leite.

Mas queria saber do Secretário sobre a parceria, o recurso que temos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Queria saber quanto...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 225 de pros.

n.º 374 de 1960

Assinatura: *[assinatura]*

SECRET. P. G. HANASHIRO

Assinatura: *[assinatura]*

ROD.: B05 FOLHA:1

TAQ.: MARCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Queria saber quanto desse recurso do Governo Federal é gasto com o Leve-Leite e qual a contrapartida da Prefeitura nesse projeto.

O SR. _____ - Vereador, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar repassa um valor anual que significa mais ou menos 30% do valor gasto com produto da merenda; não se inclui aí a armazenagem e distribuição, mas exclusivamente o produto que compõe a merenda escolar. Nenhum real desse valor que é transferido do Fundo através do Programa Nacional de Alimentação Escolar é gasto em Leve-leite. Esse programa Leve-Leite é sustentado pela própria Prefeitura, não pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, que, aliás, não cobre também os gastos necessários ao próprio programa de alimentação escolar da Prefeitura de São Paulo. Além do valor que o Fundo repassa, nós temos de colocar dinheiro em cima para compra de produto, para armazenagem e distribuição através da rede rodoviária.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Ele está dentro da dotação total da Secretaria?

O SR. _____ - Está previsto na arrecadação, na receita total da prefeitura; entra na composição total através da qual se faz a programação das despesas. Mas esse valor certamente não cobriria, mesmo que gaste-se exclusivamente em programas para o ensino fundamental e médio, ele não cobriria todos os gastos da prefeitura.

SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Além da questão do controle, Secretário, se eu fizer um exercício - não sou e nem chego perto de ser matemático -, mas se eu gasto 65% da dotação de merenda com o Leve-Leite e 30% do Programa Nacional que vem, então toda a arrecadação do Município com merenda está indo para o Leve-Leite,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 226 de proc.
n.º 374 de 2000
Jenkinson
P. G. HANASHIRO

ROD.: B05 FOLHA:2

TAQ.: MARCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

porque se os outros 30 são sustentados pelo Programa Nacional, então vamos chegar à brilhante constatação de que toda a arrecadação destinada à merenda escolar na Prefeitura de São Paulo está sendo destinada ao Leve-Leite; para seu armazenamento, sua distribuição. Basta ver os números que o senhor está nos fornecendo; eu teria uma margem de 3 a 5%, então, para complementar meu raciocínio. Queria que o senhor comentasse.

O SR. _____ - Desculpe, Vereador, não me fiz entender numa coisa. Os 30% são referentes aos gastos com produtos da merenda escolar, destinada ao ensino fundamental e à educação infantil. Na verdade, existem outros programas de alimentação, dos centros desportivos municipais, alguns programas de alimentação de hospitais e compramos também produtos para o Corpo de Bombeiros. É 30% do valor destinado à merenda do ensino fundamental e ao ensino de educação infantil, incluindo creches.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - O senhor tem como nos demonstrar, Secretário, qual o caminho que percorrem esses 30%, onde entram e como são distribuídos, seu gasto final?

O SR. _____ - Na verdade, nós fazemos por apropriação, não por gasto direto. Porque quando compramos o arroz, por exemplo, compramos para todos os programas de alimentação, não compro separado para ensino fundamental, creche, educação infantil; compro o mesmo arroz para todos. Então é por apropriação de despesa, não para compra direta do produto.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 327 de 337
n.º 337 de 337
PRACEL R. S. HANSEN

ROD.: B05 FOLHA:3

TAQ.: MARCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Mas o dinheiro entra só por uma porta na prefeitura, na secretaria; não entra de acordo com dotação, entra numa única conta.

O SR. _____ - Tudo isso que o senhor está dizendo foi objeto de auditoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar. No início deste ano fizemos essa demonstração da apropriação do gasto dessa verba com a merenda escolar. O problema é que você não pode aplicar diretamente aquele valor repassado pelo Fundo num único produto, ou em alguns produtos destinados exclusivamente à educação infantil e ao ensino fundamental; ele tem que ser feito por apropriação, não tem outra forma de fazer, a não ser que nós criássemos rubricas específicas, separadas, para ensino fundamental e educação infantil, aí teria condições de fazer uma apropriação direta. Mas esse método que usamos foi aceito pela auditoria, não houve nenhum problema.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Por que essa auditoria, então, determinou a devolução de 4 milhões dessa verba, Secretário? Exatamente por isso. Gostaria que o senhor comentasse a conclusão final dessa auditoria.

O SR. _____ - Realmente, houve um problema em relação ao repasse de verbas mas não diz respeito à aplicação da verba propriamente dita. É que em 1998 houve dois repasses que se perderam na burocracia e não foram confirmados pela Secretaria Municipal de Abastecimento. Então não foi possível utilizá-los. E um terceiro repasse, que era de 1998, até 1998 existia uma regra de que não era possível receber o repasse não utilizando no exercício e utilizando no



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 228 de proc
n.º 377 de 1999
o funcionário

ROD.: B05 FOLHA:4

TAQ.: MARCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

exercício seguinte; não era permitido utilizar o saldo de repasses no exercício seguinte. Aquilo que não fosse gasto tinha que ser devolvido ao FNDE. Uma das parcelas, por incrível que pareça, foi liberada em dezembro de 1998 mas só foi depositada na Prefeitura em janeiro de 1999, impossibilitando completamente o uso do recurso. Essa é uma das razões que foram apontadas para a devolução. O dinheiro está à disposição, está na conta do FNDE e pode ser devolvido a qualquer momento. Evidentemente, ao invés de devolver nós estávamos pedindo autorização para utilizar esse recurso. Como nós temos o repasse normal, nós estávamos pedindo para que esse recurso fosse utilizado na compra da merenda normalmente.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Qual foi a solicitação que a sua secretaria encaminhou à Secretaria de Finanças...

e quanto foi colocado ...PAULA



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-19

Folha n.º 229 do prez.

n.º 374 de 2000

o fundador

1922 P. S. M. RIBEIRO

Dr. Adm. Cont. 19

ROD.:B06 FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

...e quanto foi colocado por Finanças na proposta que veio para a Câmara Municipal no total geral? E que número seria necessário?

O SR. JOVELINO PEREIRA RIBEIRO - A dotação ideal que fizemos incluindo todos os gastos de uma maneira a trabalhar maravilhosamente bem seria uma dotação de 617,3 milhões. Desse total foi destinado à Secretaria de Abastecimento 177 milhões, incluída aí a despesa de pessoal.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Existe alguma solicitação especial fora esse desenho que justificaria, alguma construção, para justificar quase cinco vezes a diferença entre o solicitado e o oferecido pela Secretaria?

O SR. JOVELINO PEREIRA RIBEIRO A grande diferença que existia era na composição da merenda. Nós trabalhamos - estou no cargo há um ano - e nesse um ano fiz questão de diversificar a quantidade de produtos que existia na merenda. Tinha uma quantidade muito limitada. Então, procuramos aumentar. De que forma? Abrimos a licitação, registramos o preço e fica disponível para a compra. Evidentemente, quanto mais licitações você abrir passa a ter uma gama maior de produtos com preços mais variados. Como existia uma exigüidade de recursos estávamos comprando basicamente produtos embora produtos que passem pelo controle de qualidade. Temos o Departamento de Inspeção de Alimentos que se encarrega de fazer o controle de qualidade, a análise dos produtos; garantir o valor nutritivo deles. Evidentemente, estávamos comprando produtos mais baratos. Nessa diversificação houve um aumento de valores dos produtos e nessa previsão é que há um salto três vezes, mais ou menos, do valor que é destinado. Tínhamos a idéia



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 230 do proc.
n.º 377 de 1990
Funcionário
19.06.1990 S. H. N. SHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B06 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

de que poderia haver uma amplitude desse tipo de produtos e isso, evidentemente, acarretaria um grande acréscimo. Uma outra coisa que foi reduzida em razão da prioridade existente determinada pela Secretaria de Finanças era o valor das reformas de mercado e a conclusão do Mercado de Vila Nova Cachoeirinha.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - O senhor acha esse número, 178 milhões, suficiente para tocar pelo menos os projetos existentes hoje na Secretaria sem levar em consideração reformas ou coisa parecida?

O SR. JOVELINO PEREIRA RIBEIRO - Evidentemente não é o ideal. O ideal é o que tínhamos colocado, ou seja, 617 milhões de tudo o que precisávamos, inclusive de melhoria da própria estrutura da Secretaria Municipal de Abastecimento. Temos necessidade de melhorar a parte de informatização de toda a Secretaria, melhorar o sistema de fiscalização de abastecimento através do Departamento de Inspeção Municipal de Alimentos que faz o controle não apenas da merenda, mas também do alimento no varejo. Seria necessário ampliarmos a estrutura para fazermos uma fiscalização corretiva. O ideal é que fosse feita amplamente uma fiscalização preventiva. Hoje, não conseguimos fazer em razão da falta de médicos veterinários que compõem o corpo e da falta de agentes de fiscalização que são os agentes vistores. Nós temos um corpo muito reduzido o que dificulta a fiscalização.

O valor que foi destinado permite manter a estrutura que temos hoje para manter a aplicação da merenda da forma que está hoje. O que colocamos e podem ser melhorado? Têm muitas coisas que podemos colocar e que podem ser melhoradas. E, para melhorar, evidentemente, você precisa de mais recursos.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 231 de proc.
n.º 374 de 1992
Pancinatti
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B06 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Bem, acho que do ponto de vista de esclarecimento quero informar que as informações trazidas pelo Manfredini já foram acolhidas, a assessoria técnica vai levar em consideração. As colocações feitas pelo Vereador Ítalo Cardoso foram muito oportunas, são alternativas de uso ou de tipo de embalagem para estabelecer um critério mais racional de decisão, também está registrado.

Agora, quero saber do Sr. Secretário se tem alguma coisa que o senhor acha que deixou de ser respondida para podermos passar para outro setor.

O SR. JOVELINO PEREIRA RIBEIRO - Apenas quero agradecer a oportunidade que tive de fazer a exposição. Quero agradecer aos Vereadores Miguel Colasuonno e Ítalo Cardoso. Temos todos os dados lá. na hora em que precisarem da Secretaria de Abastecimento, não há nada escondido, tudo é feito publicamente. Então, estamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que sejam necessários. Agradeço a boa vontade e a compreensão de todos os ouvintes.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Eu faria uma última não é bem uma pergunta, mas uma colocação que ajudará muito a Comissão no julgamento mais exato entre o pedido ideal e o pedido que foi autorizado. Existe uma série histórica possível, apenas para verificar se o que está acontecendo nos últimos três ou quatro anos é diferente do que aconteceu há 15 anos atrás? É apenas para ter uma idéia para saber se a Secretaria evoluiu de alguma forma ou se ela tem uma constância, embora não ideal, mas uma constância no atendimento da



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 232 do proc.
374/2000
P. S. HANASHIRO
M. Goretti III

ROD.:B06 FOLHA:4

TAQ.:Paula

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

merenda, fica para vocês analisarem. Se tiverem uma resposta fica para a Comissão para o julgamento.

O SR.JOVELINO PEREIRA RIBEIRO - Posso responder com tranqüilidade porque a merenda escolar há dez anos atrás era muito pobre e o que se tem procurado fazer é enriquecê-la. Há muito o que ser feito ainda. Não estamos no estágio ideal, mas ela vem gradativamente crescendo e atendendo principalmente a rede de educação infantil e as creches que em geral contam com uma cozinha, com uma estrutura para fornecer a merenda completa. O ideal é que estendêssemos essa merenda completa a toda a rede,

(não só as ...Monteiro)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 239 do proc
n.º 374 do 2000
o funcionário
S. HANASIRO
am. Cural III

ROD.: B07 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

não só as creches de educação infantil mas também ao ensino fundamental e aos outros programas de alimentação. Então, é nessa parte, é nessa complementação que acha que está um caminho para ser acrescido e ser melhorada a merenda escolar. Mas ela, sem dúvida nenhuma, teve um grande crescimento, um grande aprimoramento.

Há que defenda inclusive, são muitas as pessoas, há uma corrente, que a escola, o estabelecimento de ensino não foi destinado à alimentação, há muita gente que acha lá se deve exclusivamente ministrar o ensino, nada mais e a refeição ficaria por conta da família. Mas, evidentemente num país igual ao nosso, em que a distribuição de renda é muito desigual, ele exerce um papel fundamental e acho até que no aproveitamento escolar.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Muito obrigado ao Secretario Jovino e assessoria técnica.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, só para fazer uma precisão, há dez anos atrás o básico da merenda não era chocolate e bolacha. Eu não quis entrar no detalhe aqui, mas já que o Secretário quis deixar, eu quero fazer também o nosso registro. E nem 100% da dotação da merenda era aplicado em Leve-Leite.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Mas, de qualquer maneira a discussão está bem aberta, está bem clara para todos e para julgamento da Comissão os elementos acho que são suficientes. Muito obrigado a todos.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 234 do proc.
n.º 374 de 1980
Funcionário
ISABEL P. S. HAMASHIRO
Cl. Adm. Geral III

ROD.: B07 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

Quero convidar a Secretaria de Cultura, que estará presente aqui na mesa através da Cecília Gonçalves, Assessor Técnico-Econômico, José Carlos Benedito, Diretor do Departamento de Teatros e Luiz Avelina, Assessor de Política de Cultura e Eventos. Por favor, aqui na mesa. Estamos entrando agora na área do Orçamento da Secretaria de Cultura.

Quero confirmar também a presença do encarregado da Secretaria de Educação, que está respondendo por licença do Secretário, que já está aqui presente.

Vamos iniciar pelo Sr. Luiz Avelina, que vai dar uma espécie de conceito geral da Secretaria e desenvolvimento dos trabalhos, lembrando sempre que na s nossas reuniões é claro que pode haver perguntas, com toda tranqüilidade, com toda transparência, mas ela é muito menos investigatória e muito mais uma avaliação de programação e de orçamentos correspondentes para atingir um certo objetivo.

O SR. LUIZ AVELINA - Vereador Miguel Colasuonno, Vereador Ítalo Cardoso, Roberto Godinho, da Secretaria de Finanças, meus senhores, minhas senhoras presentes, a Secretaria de Cultura vem, ao longo do tempo, tentando desenvolver o seu trabalho, fazendo com que os seus 124 equipamentos se mantenham sempre ativos. As coisas nem sempre são como nós queremos ou desejamos, as dificuldades sempre são grandes, o que dificulta o trabalho que queremos desenvolver. De qualquer forma, ela tem atuado, as suas casas de cultura, que são 12 espalhadas por algumas regiões da Cidade, os seus oito teatros distritais mais o Teatro Municipal, 65 bibliotecas e os projetos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 235 do processo
a. 374 de 700
Município de São Paulo
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B07 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

habituais que a Secretaria desenvolve, como os eventos em parques públicos e em praças públicas.

Nos grandes eventos, por exemplo, a Secretaria tem trabalhado com as chamadas parcerias e cerca de 70 a 80% dos grandes eventos são feitos em parceria com a iniciativa privada. Isso nos dá a liberdade de dizer que trabalhamos muito bem nessa questão da economicidade para o Município. Os eventos que acontecem são no Parque do Ibirapuera, são muito vistos pela população, no parque do Carmo, em que até 98 nós desenvolvemos e apresentamos grandes eventos, no Parque da Aclimação, além dos eventos habituais do Projeto Arte nas Ruas, que atua nas praças da Cidade. Portanto, um trabalho muito interessante, chegando a cerca de uns dois mil eventos mensais, contando todos os seus equipamentos.

Pelo Departamento de Teatros, temos aqui presente o Dr. José Carlos Benedito, que é o Diretor e pode falar depois sobre o seu trabalho, os seus problemas, suas dificuldades, e a Cecília Gonçalves, que aqui representa a assessoria econômica.

O orçamento que a Secretaria de Cultura enviou chegava ao número de 160 milhões, que era o valor mais ou menos ideal para se trabalhar dignamente, e foram destinados 107 milhões, sendo que 54 milhões destinados à atividades e projetos e cerca de 53 milhões para pessoal. Na verdade, vamos continuar tendo dificuldades... (B08)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 236 do proc.
374 de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:B08	FOLHA:1	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:14/11/00	SEM REVISÃO

(Luís)

Vamos continuar tendo dificuldades para desenvolver um trabalho que seja considerado digno. Então, antes de passar para a assessoria econômica falar melhor sobre a questão do Orçamento, deixo bem claro que precisamos, em 2001, realizar algumas coisas que sempre tivemos dificuldades, como, por exemplo, informatizar bibliotecas, comprar livros, - foram comprados pouquíssimos livros - e criar casas de cultura, - Aliás, a Cidade precisa disso, pois o número delas já é defasado - Há regiões totalmente isoladas em relação a essa questão. Precisamos também trabalhar com equipamentos que não sejam obsoletos.

Gostaria que a Comissão observasse e sensibilizasse que a Secretaria Municipal de Cultura tem de atuar com dignidade, oferecendo condições de trabalho para os servidores, que foram de importância vital durante esse período. É balela dizer que funcionário público não trabalha; não sou funcionário público, sou funcionário em comissão, mas tenho provas de que o funcionalismo trabalha muito bem.

Temos de dar condições para nossos corpos estáveis. Temos os melhores corpos estáveis neste país. Temos de oferecer à população condições de acesso ao fazer cultural e abrir espaços para manifestações culturais e regionais. Há uma riqueza cultural imensa na cidade de São Paulo. Tentamos fazer um trabalho exatamente em cima da questão da identidade cultural, de uma cidade como São Paulo. Se a USP tem dificuldade para entender a identidade cultural brasileira, imaginem nós, em São Paulo! Então, o que fizemos? Procuramos conhecer melhor as comunidades, até descobrirmos essas questões, que são mais ou menos óbvias: que o que é bom para Itaquera não pode ser bom para



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 237 do proc.
a.º 374 de 1990
SABEL P. S. HENRIQUES
Of. Adm. Geral III

ROD.:B08	FOLHA:2	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:14/11/00	SEM REVISÃO

São Miguel Paulista, e vice-versa. Então, tentamos trabalhar dentro dessa realidade, mas sempre com muita dificuldade.

Enfim, temos de atuar, oferecendo o alimento espiritual para essa comunidade, que já é tão sofrida. Acho que tivemos dificuldades em oferecer atividades, pois é preciso compreensão. É muito difícil desenvolver eventos culturais como os espetáculos, porque há sempre problemas com utilização com áreas verdes, porque o show acaba com a área verde, etc. Só ninguém pergunta para a população o que é bom para ela. Quando perguntamos a ela se gosta de espetáculos, por exemplo, dirá que adora e quer. É uma oportunidade para estar mais próxima dos seus ídolos. As casas de cultura, que têm possibilidade de estarem recolhendo material cultural, artístico e humano de suas regiões, dando espaço para as pessoas que convivem no entorno das casas de cultura, nem sempre têm essa possibilidade, porque têm suas dificuldades, de estar levando programação pesada e profunda.

Esse dinheiro que foi destinado para a Secretaria Municipal de Cultura não é o que desejaríamos e é em função disso que peço a sensibilização da Comissão, para que estude melhor essa questão quando estiverem discutindo pontos relativos ao Orçamento destinado a tal Secretaria.

Agradeço a atenção de todos. Como o Sr. Secretário não pôde estar presente aqui, vim dar minha contribuição e defender a questão cultural da Cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Dentro da organização que fizemos agora, vamos ouvir comentários do Sr. José Carlos Benedito, a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10. Adm. Geral III

Folha n.º 238 do proc

n.º 374 de 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.:B08 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14/11/00

SEM REVISÃO

respeito dos teatros. Vamos ver o que está acontecendo e que projeções podem ser feitas em matéria de necessidade. Digo isso com razoável tranqüilidade, porque como todos sabem, na época em que tive a honra de ser Prefeito desta cidade, criamos a Secretaria Municipal de Cultura com uma única grande finalidade, primeiro igualar a capital de São Paulo a grandes capitais do mundo, e segundo, incorporar em uma única cidade, corpos estáveis, que é o grande problema da cultura no sentido permanente.

O que o Sr. Luís colocou são fatos adicionais num momento novo brasileiro, em que os bairros têm suas características, com suas próprias atividades. É o caso do Jaçanã, Penha, e outros lugares, que têm suas histórias próprias.

Tem a palavra o Sr. Benedito, para fazer um comentário sobre teatro, corpos estáveis e o tronco central da Secretaria Municipal de Cultura no sentido de dimensão.

O SR. JOSÉ CARLOS BENEDITO - (Carla)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 239 do processo
n.º 374 de 2000
Miguel P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B-09 FOLHA:1

TAQ.: Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. JOSÉ CARLOS BENEDITO - Bom dia senhores vereadores e todos os presentes, o departamento de teatros é um compartimento, uma parte da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes . Vejo no auditório um número grande de componentes dos corpos estáveis. Ao fazer uma análise daquilo que pedimos, o ideal, não se deve nunca imaginar que em matéria de orçamento será totalmente dado mas posso deixá-los sossegados porque se considerarmos o número de elementos que compõem hoje em dia os corpos de estáveis e o que está sendo proposto no Orçamento dá para, no ano de 2001, trabalharmos mais ou menos da mesma maneira que trabalhamos em 2000. Nessa parte pode haver um consenso e um sossego maior, teremos condições de trabalhar.

Uma característica que notei orçamento proposto é que se cortou a parte de atividades. Não adianta ter uma orquestra e um coro se não tivermos condições de fazer óperas, não adianta ter uma orquestra sinfônica se não pudermos trazer regentes e solistas. A parte de atividades precisa ser suplementada.

No mais, quanto à programação dos teatros procuramos fazer parcerias no ano 2000 e só assim conseguimos levar algumas óperas para o teatro municipal. Entendo que essa parte de atividades precisa ser repensada um pouco, senão não iremos dar trabalho para nossos corpos estáveis.

É mais ou menos o que penso em um primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Pediria a Dona Cecília para também fazer seu comentário. O Luiz gostaria de interferir?



Folha 247 do prez
Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-TO

ROD.:B-09 FOLHA:2

TAQ.: Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. LUIZ - Na verdade a Cecília está aqui conosco para algumas perguntas com relação à questão orçamentária pois atua com isso. Quero lembrar uma coisa importante: que se verificasse, desse orçamento, a questão da reforma dos espaços culturais. Já usamos demais esses espaço e tivemos poucas chances de um trabalho de manutenção mais completa, de reestruturação. Temos de atentar para os equipamentos que precisam de reformas. Claro que fizemos inúmeras reformas em várias bibliotecas, casas de cultura, teatros, recentemente tivemos a quase reconstrução do Teatro João Caetano, mas precisamos atentar para isso.

E outra coisa, há necessidade de manutenção dos atendimentos à comunidade. Temos associações de bairros, entidades diversas espalhadas pela cidade, trabalho de humanização nos hospitais, trabalho pouco conhecido que a Secretaria da Cultura desenvolve em parceria com outras secretarias, mas o atendimento à comunidade não pode deixar de ser feito e muitas vezes tivemos de dizer não em função exatamente da falta de condições.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Colasuonno - PMDB) - Tentarei iniciar as perguntas pelo Vereador Ítalo Cardoso e como se trata de meio artístico sabemos que há problemas de personalidades. Sei que meio artístico é assim mesmo, porém como nossa tarefa é a locação de recursos para viabilizar mais ou menos certas atividades, procuremos ficar neutros quanto às personalidades e mais objetivos em relação às necessidades. Nossa comissão tem enorme interesse de fazer da área de cultura uma das alavancas importantes do nosso relatório.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 241 do proc.
374 do 3000
RUBEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B-09 FOLHA:3

TAQ.: Carla

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Sugiro que as perguntas sejam dirigidas ao Luiz que pode redistribuir conforme a necessidade.

Tem a palavra Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Farei mais constatações do que necessariamente perguntas sobre a situação cultural na cidade de São Paulo. Quando observamos os orçamentos anteriores percebemos até dificuldades de se cumprir aquilo que se coloca no Orçamento. Esse ano já houve um repasse de 8 milhões da Secretaria de Educação à de Cultura, uma verba destinada especificamente às bibliotecas infanto-juvenis. Mas quando observamos a distribuição e gasto com essas bibliotecas percebemos que esse dinheiro é muito mais para manutenção do que para reequipar, é a questão que o próprio Luiz já levantou.

Por outro lado, há grandes preocupações, principalmente a questão das casas de culturas. Acompanhamos recentemente aqui o dilema dos moradores do bairro de Piraporinha quando a Casa de Cultura do Mboi(?) estava sendo desalojada para ser colocado ali um destacamento da polícia militar. Não fosse (Beth).



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 242 do proc.
n.º 374 de 2000
SARFEL P. S. H. NASHIRO
Ch. Adm. Geral III

ROD.:B10 FOLHA:1

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

...colocar ali um destacamento da Polícia Militar. Não fosse a luta desses artistas, moradores e comunidade em geral a lógica de que a segurança é oriunda muito mais da presença da polícia militar em detrimento, mesmo que o preço fosse matar uma casa de cultura que tem um peso efetivo, concreto naquele bairro em várias frentes, desde tai-chi, teatro, música, coisas que são a vida daquele bairro, a gente quando vai ver a dotação da Secretaria, mesmo na distribuição, nos preocupa a quantidade, principalmente na questão de produção de eventos de rua e, evidentemente, a questão da reestruturação e reequipamento dessas casas de cultura. Como já disse, com respeito a todas as formas de manifestação, lógico que está aqui o pessoal do Teatro Municipal e tem de estar mesmo, mas essas são questões importantes e eu queria que o Avelino falasse um pouco dessa questão da dotação e se é necessário o que tem aqui. Até porque temos percebido que nos últimos anos tem-se gasto mais do que se tem orçado. Por exemplo, para eventos especiais, eventos de rua. Por exemplo, em 98 gastou-se quase 800 milhões e foi orçado 500 milhões. Em 99 gastou-se a menos mas já em 2000 726 milhões até agora, quando foram orçados 200. Se é verdade, se a necessidade já obriga esse gasto sempre superior ao que é orçado então por que já não garantir essa dotação a mais já no orçamento. A realidade nos gastos, a própria secretaria é que está justificando que é necessário colocar uma dotação maior para eventos de rua.

O SR. - Vereador, acho o seguinte: tenho quase que certeza - e a Cecília pode falar sobre isso - mas eu tenho quase certeza de que os valores solicitados nunca são os realmente atendidos. Então, a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 243 do proc.
n.º 374 de 2000
o Funcionário Sr. H. MACHADO
Sr. Adm. Geral III

ROD.:B10 FOLHA:2

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

necessidade se apresenta e você tem de pedir suplementação. Não sei, na verdade, se é o caso. A Cecília pode falar a respeito disso. Tem uma dotação e sempre estamos gastando mais.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Acho salutar isso aí. Só estou perguntando à Secretaria por que, uma vez que já desde 88 que observamos que a secretaria item aplicado mais recursos do que o que se tem aprovado aqui por que já não prevenir e já colocar realmente essa dotação mais.

A SRA. CECÍLIA - Nós colocamos valores maiores. São solicitados valores altos. Nessa dotação, por exemplo, dos eventos de rua, os eventos só, no caso a realização, os contratos relacionados aos eventos, são pedidos valores maiores. São cortados na Secretaria de Finanças quando não congelados e não podemos utilizar. São pedidos, sim.

O SR. - Mas eu acho que há casos de suplementação, não é'?

A SRA. CECÍLIA - Normalmente suplementa porque é dado um valor menor do que aquele de que necessitamos. Esse ano, por exemplo, nem cobriu quase todos os contratos. Por isso que foi suplementado.

O SR. - Entenda bem, precisávamos para... acho que esse valor de 160 milhões de reais que a Secretaria da Cultura pede já pede dentro do seu limite de medo porque sabe que o valor nunca vai chegar. Tivemos oportunidade de ter um belo orçamento votado e, para nossa



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-100f. Adm. Geral III

Folha n.º 244 do proc
n.º 379 de 1950
o.º 10.013.11
ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.:B10 FOLHA:3

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

surpresa terem cortado coisas absurdas aqui mesmo na Câmara Municipal o que nos impossibilitou de realizar muita coisa. Isso há questão de dois anos, mais ou menos. Pedimos 160 milhões de reais. Se estão dando 107 milhões de reais, ou destinando 107 milhões, 54 milhões para atividades e projetos mais 53 milhões de pessoal. Nem estamos contando o pessoal. Quer dizer: temos de rebolar para atendermos a tudo isso com contratos, com toda a série de necessidades que a cidade apresenta. Com relação às casas de cultura, por exemplo, elas precisam ser melhor observadas, necessitam de equipamentos. A programação direcionada à população, principalmente as oficinas que são de grande interesse e procura têm de ser incrementadas. O seu número nunca regredir mas aumentar. E têm regredido em função das questões financeiras. O trabalho das casas de cultura têm de ser entendido como algo de grande importância dentro da cidade. É a ponto que se tem da periferia com a região mais central. As pessoas têm problemas, moram muito distante e não têm dinheiro para condução. As pessoas não podem sair da periferia e pagar para assistir um teatro no Centro, os preços são absurdos. Todos nós sabemos disso. Eu não vou, eu vou ao teatro quando sou convidado. Não tenho dinheiro para pagar teatro. Então, esse teatro tem de ir à periferia. Eu não tenho 40 reais para pagar para assistir uma peça de teatro. Isso eu digo com toda a certeza do mundo. Infelizmente sou um assalariado. A gente estuda anos e anos na universidade para ser assalariado a vida inteira. Tem de atentar muito bem para isso, para as questões periféricas da cidade. A Cidade precisa de mais casas de cultura. Temos 12 casas de cultura e é impossível em uma cidade como São Paulo - isso eu digo até para o Rei



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA - DEPT. P. S. HANASHIRO

Ch. Adm. Geral III

ROD.: B11 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Pode usar esse microfone, por favor. A senhora fará a sua observação e sugiro que a senhora direcione um pouquinho. Isso para a Comissão ajuda muito.

A SRA. TÂNIA VIANA - Apesar de não parecer, a gente procurou ser o mais objetivo possível. Temos uma peça orçamentária, elaborada pela Secretaria de Cultura, ajustada pela Secretaria de Finanças antes de chegar à Câmara Municipal de São Paulo. Gostaria de saber quais têm sido as conseqüências dos cortes que tem sido feito nos últimos anos no que tange à manutenção estrutural geral do patrimônio público, gerido pela Cultura? Segunda questão: quais são os critérios de corte adotados pela Secretaria de Finanças? Terceira questão: qual foi a importância estratégica dada à Cultura nos últimos anos pelos últimos governos e qual tem sido a postura estratégica ideal a ser adotada pelos próximos governos que estão por vir? A gente quer também saber se a manutenção dos equipamentos é feita satisfatoriamente. Outra questão: anualmente o valor autorizado pela Câmara no orçamento não é amplamente utilizado pela Secretaria, por quê e quais as conseqüências no não cumprimento do valor previsto?

Agora são duas perguntas específicas para o senhor, Dr. Zé Carlos, porque apesar de estarem aqui representantes dos corpos estáveis, não estamos falando só em nome do teatro, estamos falando também em nome das outras vertentes da Cultura que não estão representadas. O departamento de teatros pode funcionar satisfatoriamente com a verba que foi destinada a ele? A maneira como



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ISABEL P. S. MANASSIRO

OL. ADM. Geral III

ROD.: B11 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

foi feita a política cultural gerida pela Cultura é satisfatória para a população?

E agora uma pergunta para o senhor, Dr. Miguel Colasuonno: qual a disponibilidade de haver negociação dos representantes da Cultura e a Comissão de Finanças e Orçamento para rever e readequar a peça orçamentária que está sendo analisada pela Casa? E um comentário sobre a colocação feita pelo Vereador Italo Cardoso e também pelo Sr. Avelino(?): os senhores têm dito que a função cultural, que a função das atividades culturais como atividade de lazer prioritariamente, porque as populações da periferia não têm acesso a oferta de lazer e cultura que é feita na região central. Todos concordamos com isso, os corpos estáveis têm sido subutilizados e a nossa disposição é participar dessa democratização cultural. Ao nosso ver, a estratégia da Cultura não é simplesmente lazer e entretenimento. Muitos povos do mundo tiveram suas histórias devassadas e destruídas, o Japão foi destruído pela bomba de Hiroshima, a Alemanha destruída pela II Guerra, os Estados Unidos começaram num critério de colonização e só chegaram no ponto em que chegaram porque aprenderam a cultivar a própria e cultura e respeitar a cultura dos outros povos. Acredito, nós acreditamos que o Brasil, em especial a cidade de São Paulo, não vai conseguir fazer nada, mesmo que tenha o maior orçamento do mundo, porque construir viadutos, prédios, estradas é quase como rasgar dinheiro. Se a população não tiver auto-estima e respeito pelos outros, capazes de fazer com que as coisas que são construídas sejam conservadas pelo simples critério de que são públicas, não melhorará. Gostaria que os senhores respondessem as nossas perguntas, agradeço.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 248 do proc.
n.º 374 de 2000
funcionário
P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B11 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vou pedir, por favor, o papel que você mesmo elencou...

A SRA. TÂNIA VIANA - O senhor não vai entender a minha letra.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Eu entendo tudo.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - Quero responder a minha parte. Vereador Miguel, na minha interpretação não quis colocar dessa forma. Entendo a Cultura muito mais do que simplesmente um mero lazer.

A SRA. TÂNIA VIANA - Essa colocação é para reforçar esse ponto de vista, de que para nós os governos que virão devem considerar a Cultura como ponto estratégico e não como uma estrutura que vai receber o dinheiro que está sobrando.

O SR. ITALO CARDOSO (PT) - Quero te dizer que tenho muito claro que o artista não quer simplesmente fazer o povo sorrir, mas sim acordar.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Acho que a questão filosófica que a senhora levantou tem até procedência, não estou discutindo isso. Mas quero lhe responder, porque talvez caracterize como é que vamos trabalhar aqui. A razão dessas reuniões, que estão acontecendo há mais de 10 dias, é exatamente tentar, na medida do possível, entender o problema, verificar o que está alocado e



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 249 do proc.
374/2000
P. S. H. - S. H. - S. H.
Ol. Adm. Geral III

ROD.: B11 FOLHA:4

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

verificar no total o que é possível reajustar. Trabalhamos com assunto finito, com o valor total do orçamento. Em função disso, fique sossegada de que não perdeu tempo, a senhora veio aqui, está discutindo, outras pessoas se apresentaram e eu, em particular, como já lhe disse, tenho uma sensibilidade especial pelo setor. O que vou pedir é que as perguntas, não nos limitamos só ao debate, a conversa durante as sessões de convocação. A Comissão terá, mais ou menos, uns 10 dias em que vai provavelmente chamar pela Secretaria, temos de estabelecer uma certa ordem hierarquia, pessoas para esclarecerem pontos que não ficaram claros. Infelizmente, não dá para dar esclarecimento cabal publicamente porque temos a fatalidade do tempo. A Educação está nas suas costas e quer falar também. Por isso é que pedi o papel. Terminando, vou pedir para você, o que não está claro, escrever mais claro, para deixar na mão da Regina. E a partir daqui, eventualmente, vamos chamar o Luís, o Benedito, a Cecília, assessora de orçamento, para poder completar a informação que ouvimos aqui, por favor. Pediria, só para efeito do entendimento de todos, de que evidente, a matéria, como já disse, é bonita, eu não acho polêmica. A Cultura tem exatamente a função de esclarecer se é lazer ou não, cada um vai entender a Cultura como bem entende. O importante é que ela seja importante. Esse é o meu ponto de vista. Terminando a parte de vocês, vou pedir que você fique aqui do lado, para tentar traduzir melhor isso daqui. (Pausa) Sim, mas a idéia de responder objetivamente do ponto de vista da comissão, ela quer primeiro analisar um pouquinho mais, sedimentar o que foi conversado e depois tentar responder. E a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 250 de 250
DT-10
Monário
RACEL P. S. HALL-GRIM

ROD.: B11 FOLHA:5

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

Of. Adm. Geral III

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Cultura, se for o caso, vai ser chamada especificamente para esclarecer algumas situações.

O SR. - Permita-me, Vereador, para terminar eu queria lembrar duas questões só, por favor. Concordo com as suas observações, só queria...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 257 do processo
n.º 374 de 2000
O.º 14.11.2000
ISABEL P. S. RAMOS
Of. Adm. Geral III

ROD.: B12 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14.11.2000

SEM REVISÃO

Eu queria lembrar só duas questões, por favor. Eu concordo com as duas observações, só queria dizer uma coisa. Você falou por que o orçamento da Secretaria não é amplamente utilizado. Ele não é amplamente utilizado porque não nos é permitido.

A SRA. - E essa permissão passa por quem?

O SR. - Porque, afinal de contas, não somos nós que somos responsáveis. Existe uma Secretaria das Finanças que também tem seus problemas e que termina sobrando para nós também. A outra pergunta, o que eu posso dizer é que a política cultural não é suficiente, porque também só se faz política cultural com recursos.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Exato. Então, eu queria deixar claro que nós não estamos numa reunião específica para debater cultura, e sim para...

A SRA. - Mas eu tenho três questões específicas do Orçamento aqui.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - A senhora me permite, eu estou presidindo a sessão. Não é que não quero lhe dar respostas, mas se eu alongar um pouco mais nós estaremos prejudicando o resto da informação. Não estou excluindo de lhe dar uma resposta, mas só que no momento mais adequado. Só isso. Por favor, o papel.

A SRA. - Eu vou passar a limpo.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito obrigado pelo seu entendimento e de todos. Acho que todo mundo entendeu o sentido que a gente tem que ter. Em seguida...

- Falas fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 252 em prosa.
n.º 377 de 2000
Município de São Paulo
P. S. HANASAKI

ROD.: B12 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14.11.2000

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Eu estou tentando interpretar aqui o seguinte: eu sei que tem mais gente da área de teatro e mais gente da área de cultura. Nós já tivemos um problema parecido, embora mudando bruscamente de tema, mais gente do CET do que da Secretaria de Transportes, mas não por isso ficamos mal informados. Nós temos um razoável grau de informação e o que for necessário complementar, claro, vocês vão ser chamados para isso, não há dúvida. Vocês não podem é duvidar da boa fé e da boa vontade que estamos tendo na Comissão.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Pela ordem, Sr. Presidente. Acho que tinha de ficar claro, na tentativa de ajudar, é que boa parte das pessoas que estão aqui, pelo que fui informado, queriam também discutir tramitação de projeto da Câmara Municipal, um projeto que diz respeito diretamente ao Teatro Municipal. Se estou certo...

- Falas fora do microfone.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Não?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Não é isso. Eles estão discutindo orçamento, é isso, e a sobrevivência futura em função do orçamento. Então eu agradeço. O Vereador Ítalo Cardoso está tentando ajudar, para vocês entenderem que nós não temos um tempo ilimitado. A riqueza da área de cultura, por ser cultura, é infinita. Eu preciso de um tempo definido para organizar um pouco mais.

- Falas fora do microfone.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Primeira, segunda e terceira, qual?



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DE 19

Folha nº 253 do proc.
n.º 374 de 2000
P. S. HANASHIRO
Data 14/11/2000

ROD.: B12 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14.11.2000

SEM REVISÃO

- Falas fora do microfone.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - O resultado vai ser o mesmo.

- Falas fora do microfone.

A SRA. - A primeira questão objetiva é sobre o orçamento. A peça orçamentária é elaborada pela Secretaria de Cultura e ajustada pela Secretaria das Finanças.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Pode deixar que eu dou a resposta. Primeiro, vou responder já.

A SRA. - Eu não concluí a pergunta ainda.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - A mesma pergunta?

A SRA. - Para depois ser submetida à apreciação dos Srs. Vereadores. Quais têm sido as consequências dos cortes feitos nos últimos anos no que tange à manutenção estrutural do patrimônio público gerido pela Secretaria da Cultura.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vou responder. É fácil explicar isso. O governo é composto de partes, de várias partes. É evidente que aquilo que não for aquinhado por absoluta falta de condições e sacramentada a nível de votação pelo processo democrático, há prejuízos. Ponto. Vamos tentar recuperar? Claro, à medida que a Prefeitura caminha o orçamento pode melhorar, a variedade das administrações pode até favorecer isso e assim por diante. Então, não há nenhuma pré-disposição para não fazer, o que existe é uma imposição física, como diz o Luís, financeira, dentro da qual o governo tem de ficar amarrado. Segunda pergunta.

A SRA. - Anualmente o valor autorizado pela Câmara Municipal no orçamento não é amplamente utilizado pela Secretaria. Por



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DTSAGEL P. S. HAMASHIRO

Of. Adm. Geral III

ROD.: B12 FOLHA: 4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14.11.2000

SEM REVISÃO

que e quais as conseqüências do não cumprimento do valor previsto? Aqui quero fazer uma colocação: temos aqui a peça orçamentária ideal que foi orçada pelo departamento de teatros a que nós temos acesso. Como esta, outras peças são compostas pelos outros segmentos da Secretaria. Essa peça passa pela Secretaria das Finanças da Prefeitura de São Paulo para depois chegar à apreciação dos senhores, ou seja, esta peça que os senhores têm para apreciar já é uma peça retalhada, já é uma peça que não reflete a necessidade real. Por esse motivo gostaríamos de saber se essa peça que já chega aqui retalhada, já não contemplando as necessidades mínimas colocadas pela Secretaria, recebe ainda cortes? Gostaríamos de saber quais são os critérios de cortes feitos pelos vereadores e quais são as conseqüências desses cortes. E por que, depois na Secretaria, além desses cortes, o valor orçado não é disponibilizado?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Veja bem, mais uma vez eu vou responder um pouco mais por experiência. O fato de você estar aqui falando é para provar que o que veio não é suficiente, e nós estamos aqui para ouvir. Somando todas as deficiências nós vamos ver o que é humanamente possível e racional para rearranjar algumas coisas. Vou fazer um exagero: vale mais a Secretaria atender às pessoas moribundas ou a Secretaria da Educação que precisa ter crianças de 4 a 6 anos que estão um pouco indefinidas dentro do processo? Então essa é uma decisão difícilima, saiba disso, mas feita com muita responsabilidade pelo menos no que nos toca aqui. A ordem é sempre essa: o processo vem da origem, da Secretaria, vai para Finanças, que faz a primeira montagem, a Câmara que é mais aberta... A Secretaria das Finanças não



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA-DT-10

Folha n.º 255 do proc.

DT-10 do 2000

ISABEL P. S. HAMASHIRO

ROD.: B12 FOLHA:5

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

Of. Adm. Geral III

ORADOR:

DATA: 14.11.2000

SEM REVISÃO

tem nada que fazer reunião desse tamanho, mas a Câmara sim, tanto é verdade que estamos fazendo. E temos um entendimento maior, provavelmente de detalhes, que a Secretaria das Finanças tem. Em função dessa amplitude é que vamos poder julgar um pouco mais com mérito de onde tirar daqui para pôr ali e vice-versa. Então, é uma postura lógica e a postura democraticamente possível. Terceira pergunta.

A SRA. - Posso fazer um comentário?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Não. Vamos à terceira...

A SRA. - Porque eu fiz uma pergunta objetiva e o senhor me deu uma resposta filosófica. Qual a disponibilidade... (B13)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA-DT-10

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA-DT-10

ROD.:B13 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

pouco? Evolui-se o bastante. Então saiba que o processo é difícil, ele é limitado. Estamos fazendo disso um aprendizado do problema para decidir com um pouco mais de certeza. Pode acreditar.

A SRA. - Então, dentro desse processo nós podemos contar com ... Porque a pergunta objetiva novamente não foi respondida. Desculpe.

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Qual é?

A SRA. - Mas a nossa negociação é com a Comissão de Finanças da Casa que está elaborando esta peça retalhada que chegou para vocês.

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Da Casa, lógico. É aqui que tem que debater.

A SRA. - Nós podemos agendar com os senhores
essa conversa?

O SR. MIGULE COLASUONNO - Vamos fazer uma avaliação do próprio pedido que você fez e depois vamos chamar para esclarecer pontos e ver se a soma total dá aquilo que a Prefeitura arrecada, porque, caso contrário, estoura o orçamento.

A SRA. - Na próxima reunião gente espera também trazer representantes das casas de cultura, bibliotecas. Obrigado.

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Essas questões estão sempre em aberto. Obrigado a você.

Queria passar a palavra imediatamente para a Secretaria de Educação, embora o nosso limite de tempo esteja chegando ao fim. Quero



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 23 do prez.
n.º 377 de 1990
funcionário
P. S. HANAUER

ROD.:B13	FOLHA:3	TAQ.:Marcelo	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 14.11.00	SEM REVISÃO

propor que a educação comece já, a gente dá uma emendadinha e talvez termine com educação e depois recomeçamos à tarde.

Muito obrigado pela presença de todos e obrigado ao trio da resistência. O pior papel é de quem está aqui. Obrigado ao Luís, que é um grande amigo de sempre, ao Benedito também e a Cecília também.

Queria falar com o Secretário que está respondendo, é o Dr. Antônio Carlos do Amaral. Estamos com um problema de ordem cronométrica. A idéia inicial, eu e o Vereador Ítalo temos um problema de ordem funcional, nós temos que preparar a pauta de hoje, então temos que dar uma saidinha rápida. Então não sei se começamos educação ou não.

O SR. ÍTALO CARDOSO - Começa. Faz a exposição...

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Então o Cláudio talvez queira colocar uma questão.

O SR. CLAUDIO - Queria perguntar à presidência se a previsão de término da reunião é exatamente meio-dia? Se for meio-dia é natural que o tempo de dez minutos para discutir uma questão tão abundante como a educação é insuficiente. Então queria perguntar à Presidência se não há outra possibilidade para que a gente pudesse discutir o tema dentro do interesse, da importância que tem, porque dez minutos registro que acho insuficiente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Na verdade deveríamos reiniciar as 12h30m. Está suspensa a reunião por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Miguel Colasuonno.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 259 do proc. 237/2000
1.º Secretário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B13 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

Of. Adm. Geral III

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO - Está reaberta a sessão. Queria transmitir que chegamos à conclusão de que para facilitar para quem já está aqui vamos dar uma esticada com educação até 12h30m, o Vereador Ítalo Cardoso vai presidindo. Depois a turma que deveria estar aqui as 12h30m para reiniciar a segunda parte, a gente atrasa um pouco, eu chego e retomo às 13h e vamos em frente até 15h. Certo?

Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos.....



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA D. L. 19

Folha n.º 260 do proc.
P. S. HANASHIRO

ROD.:B14	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:Comissão de Finanças
ORADOR:		DATA: 14 11 2000	SEM REVISÃO

...eu chego e retomo à 1h.

Vamos em frente, até às 15h, certo?

Vou passar a presidência dos trabalhos para o Vereador Ítalo Cardoso.

- Assume a presidência o Sr. Ítalo Cardoso.

- Pausa.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Bem, vamos retomar.

O combinado é que vamos tocar o item educação até por volta das 12h30, 12h40, quando o encerraremos. Havia a possibilidade de começar agora e terminar na segunda parte, mas não vamos fazer, então, o encerramento.

Esta é a sétima reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Orçamento de 2001.

Tem a palavra o Sr. Antonio Carlos Amaral, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação, que aqui representa o Sr. Secretário.

O SR. ANTONIO CARLOS AMARAL - Sr. Vereador Ítalo Cardoso, Sr. Vereador Miguel Colasuonno, Dr. Roberto, senhores e senhoras presentes, quero iniciar pedindo desculpa a todos, porque o trânsito de São Paulo está muito difícil, quase duas horas e meia. Atrasei-me, e estou causando todo esse transtorno aos senhores.

Estou substituindo o Prof. João Gualberto, cumprindo a difícil missão de substituí-lo. provavelmente, não tenha o mesmo brilhantismo como o dele para falar de educação, mas estamos aqui para prestar os esclarecimentos necessários visando a dirimir as dúvidas existentes



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 26 do prot. 374 de 1990
ISAEL S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:B14 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 14 11 2000

SEM REVISÃO

com relação à execução e à proposta orçamentária para a Secretaria Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação tem buscado, como meta, a democratização de suas ações. Temos buscado uma autonomia administrativa pedagógica e financeira para as nossas unidades escolares. Temos buscado a participação dos profissionais de educação na elaboração de nosso projeto pedagógico para as escolas, e participação da comunidade escolar através dos seus Conselhos Escolares e equivalentes, que têm influído grandemente na atuação de nossas unidades escolares.

Desenvolvemos durante esses anos vários projetos, como o Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos, Proalfa. Temos os Centros Municipais de Ensino Supletivo, que são os CEMES. E os Centros Municipais de Capacitação e Treinamento. Desenvolvemos uma série de ações, de convênios, junto a entidades do estilo da Apae visando à atuação junto às crianças com necessidades especiais.

A Secretaria Municipal de Educação, em sua estrutura, tem a Superintendência Municipal de Educação, Supeme; Diretoria de Orientação Técnica, que atua junto aos órgãos de linha, visando a pensar a política educacional e a oferecer subsídios para que as decisões sejam tomadas. Estamos divididos em 13 Delegacias Regionais de Educação, que visam a, através dessa reprodução do que seria a Secretaria, uma atuação regional, com mais personalidade, visando às necessidades específicas locais da região de sua atuação.

Estamos sob influência do Conselho Municipal de Educação, que é o órgão normativo, consultivo e deliberativo que estabelece...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Form. n.º 2636
2636
2000
funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B15 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:FIN

Of. Adm. Geral III

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

...que é órgão normativo e deliberativo que estabelece as normas para a política de educação do município e sob acompanhamento tanto do conselho da alimentação escolar quanto do conselho de acompanhamento e controle do Fundef.

A peça orçamentária, pelo que pudemos analisar nesse período, de alguma forma, chega a ser conservadora, não fez grandes alterações. E no nosso entender ela atende às necessidades da Secretaria Municipal da Educação para o ano 2001.

Não sei se há necessidade de se falar mais, acho que talvez já pudéssemos passar direto para as questões das pessoas presentes. Basicamente acho que é isso, não tenho mais nada para falar.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Vamos abrir para a fase de perguntas. Tem a palavra o vereador eleito e presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal, Sr. Cláudio Fonseca.

O SR. CLÁUDIO FONSECA - Gostaria, ao me dirigir ao presidente da mesa no momento e ao representante do Secretário da Educação, de fazer algumas perguntas que também, conservadoramente, se faz na Casa desde que se discute o orçamento, pelo menos nos últimos oito anos. Como é uma peça conservadora cabem as perguntas do passado.

Estamos tratando do orçamento da Secretaria Municipal da Educação estimado em 1,213 bilhão para a Secretaria; para a educação e cultura, para a Secretaria 1,609 bilhão; para função educação, 1,660 bilhão. E sempre tem sido muito polêmico na Casa aquilo que se considera como despesas para manutenção e desenvolvimento do ensino.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 263 do processo nº 278 de 1999
SACEL P. 10 HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:B15 FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

É uma questão extremamente complexa que já motivou a instalação de uma CPI nesta Casa. Desde CPI, a formação de uma cultura em relação à aplicação das verbas da educação, que também ensejou por parte do Tribunal de Contas manifestação em relação à execução orçamentária de 1996 para cá, onde em todas constaram ressalvas em relação à execução do orçamento e agora, em 1999, a proposta de rejeição á execução orçamentária da Secretaria Municipal de Educação. Por várias razões, entre elas até mesmo a consideração que não deve constar como despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino aquilo que se aplica com assistência e previdência. Há manifestação clara do Tribunal de Contas do Município nesse sentido e ao afirmar que não se pode incluir assistência e previdência estimou que o que foi gasto em 1999 chega-se sequer a 20% quando se suprimiu esse tipo de despesa, 19,24%.

Da mesma forma, o Tribunal de Contas do Estado vem se manifestando que essas despesas com assistência e previdência não devem ser incluídas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e no exercício máximo de liberalidade diz que se a Câmara Municipal aprovar, talvez possa constar essas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Há ainda, aprofundando o debate acerca dessa questão, que se considera como equívoco e erro indicar na peça orçamentária a rubrica educação e cultura, deveria ser somente educação e não os dois. Então, as peças que foram elaboradas nos últimos anos contém essa estrutura, essa compreensão dos gastos, mas estamos tratando de um orçamento para 2001 e quero crer que daqui para frente se instituirá na cidade de São



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n. 264 do Proc. 374-2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B15 FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

Paulo novas condutas éticas, inclusive em relação aos procedimentos da execução orçamentária, onde poderemos fazer valer - se não foi feito até agora, mas pela manifestação expressa da comissão de educação, dos vereadores da oposição - aquilo que sempre defendemos, que motivou CPIs, representações no Ministério Público e assim por diante.

Então, desta forma, antes de afirmar que a peça mereça alterações, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário: primeiramente, quais seriam as despesas com salários e encargos dos professores de educação fundamental e infantil ativos? Segundo, os salários e encargos com especialistas também em exercício, na função manutenção e desenvolvimento do ensino. Terceiro, salários e encargos com servidores que atuam na atividade meio ensino, agente escolar, todos que estão na atividade meio. Quarto, quais são os gastos com proventos com inativos e quantos são no momento os inativos do ensino fundamental, educação infantil, compreendendo professores, especialistas, o pessoal da atividade meio? A própria Lei de Diretrizes e Bases é expressa que não se deve consignar como despesas os gastos que são feitos com o ensino médio. Ainda assim, perguntei os inativos, acho que são questões fundamentais que podem aumentar a compreensão e dar a dimensão do que está sendo apontado como gastos com previdência e assistência no montante de 469,356 milhões.

Ainda para que possamos ter uma melhor compreensão dos gastos com inativos, precisaria da informação de quanto é o valor da folha de pagamento da educação. Ainda que tenha sido feito aqui item por item, o gasto total com a folha de pagamento com a educação.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

OL Adm. Geral III

ROD.:B15 FOLHA:4

TAQ.:Denise

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

Acho que essas questões são fundamentais porque acho que podemos e estou sugerindo que a Comissão de Finanças e Orçamento modifique....B16



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 266 do pres.

379 de 3800
funcionário

ISRAEL P. S. HANASHIRO

at. n.º 604 III

ROD.:B16 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

... fundamentais que acho que nós podemos, e já estou sugerindo, que a Comissão de Finanças e Orçamento modifique a proposta apresentada pelo Executivo Municipal retirando os gastos com previdência e assistência das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Entendo que isso não só, como disse aqui, foi longamente debatido e que reforça as teses hoje sustentadas, não só teses, mas deliberações do Tribunal de Contas e também do Tribunal de Contas do Estado e do Município, do contrário, teríamos uma dívida menor do Poder Executivo com a educação.

Sempre temos registrado aqui na Casa e nos documentos que fazemos que tanto nós, do sindicato, quanto a bancada de Oposição, que há dívida que supera um bilhão e ao quantificar essa dívida de um bilhão somamos aquilo que nós consideramos que não deveriam ser consignados como gastos de manutenção e desenvolvimento de ensino. Ainda que não tenha sido feito nos oito anos anteriores, gostaríamos de contar com a contribuição do Executivo para mandar essa retificação, porque da parte dos Vereadores de Oposição da Casa vamos fazer, eu não estou no exercício da vereança, mas, como presidente do Sindicato, pela coerência que sempre tivemos na defesa das verbas da educação, precisa ser constada aqui esta alteração.

O SR. ÍTALO CARDOSO - Quero registrar a presença entre nós do Vereador Mohamad Said Mourad e da nobre Vereadora Myryam Athie.

Ainda temos três inscritos. Para que possamos cumprir o tempo e dar condições a todos pedirei ao representante do Sr. Secretário que procurasse responder da forma mais objetiva, assim como também encareço aos próximo oradores que zelem pelo tempo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 267 do proc.
n.º 374 de 1990
JUNHO 1990
FELIPE S. MANACIPIO

ROD.:B16	FOLHA:2	TAQ.:Marcelo	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 14.11.00	SEM REVISÃO

O representante da Secretaria de Finanças temo a palavra.

O SR. ROBERTO GODINHO - Queria fazer um aparte, não como representante da Secretaria de Finanças, como público geral. Ele fez uma colocação sobre o Tribunal de Contas, sobre a aprovação das contas. Achei interessante a colocação dele pelo seguinte: o Tribunal veio aprovando as contas regularmente, até 99 ele aprovou as contas, como ele citou, O Tribunal também vem usando uma postura conservadora na aprovação das contas e no ano de 2000 eles mudaram, na apreciação das contas de 99 eles mudaram de postura, não aceitando nada. Então muito me estranha a posição do Tribunal de Contas, então eles estão negando todo o passado do Tribunal de Contas, não de um ano, mas de uma série de anos. Isso que não entendo.

Quero deixar claro que eles fizeram uma reunião de tribunais e acharam que inativos não podem ser colocados na despesa com educação, eles acharam, mas isso não tem uma jurisprudência em cima do assunto para a gente usar. Eles acharam, os tribunais acharam. Quem são eles para acharem? Não são eles que legislam neste País, não tem cabimento um negócio desse.

Quem paga os inativos, na Prefeitura, é a Prefeitura, com recurso próprio da Prefeitura, sai do caixa da Prefeitura, não tem uma instituição tipo INPS, INSS do Governo Federal. O dia que criarmos esse instituto aí não poderemos mais usar os inativos, mas na atual conjuntura podemos usar os inativos porque não tem nenhum lugar, nem na LDB está dizendo que não podemos usar os inativos. Não está, sinto muito, mas ela não está. Por isso que estou falando não como



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 268 do proc.
n.º 374 de 2000

ISABEL P. S. HANASHIRO
St. Adm. Geral III

ROD.:B16 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

representante da Secretaria de Finanças, como Roberto Godinho, cidadão desta cidade. É um conhecimento que tenho. Muito obrigado.

O SR. ÍTALO CARDOSO - Passo a palavra ao Sr. Antonio Carlos, representante do Sr. Secretário da Educação.

O SR. ANTONIO CARLOS - Voltando à questão que o Dr. Roberto mencionou, o Tribunal de Contas julgou ser o salário, os gastos com inativos, que a gente chama inativos, ou gastos com previdência e assistência como não sendo devidos. Acontece que durante este ano de 99 tínhamos um orçamento e esse orçamento da educação foi gasto naquilo que estava determinado e aprovado, inclusive, pela Câmara. A Câmara aprovou um orçamento o qual nós executamos.

Poderia ser, aí sim, se pegasse salário dos meus profissionais ali diretamente em sala de aula e desviasse esse salário para lá sei eu, fazer qualquer outro tipo de despesa, poderia ser até discutível. Mas não, o nosso orçamento foi executado. A parte que restou do ano anterior foi especificamente, o grosso dele foi no que diz respeito à questão de obras. Há sempre um problema muito sério com a execução de obras porque você planeja executar uma obra de escola em um determinado local e você passa a encontrar toda uma outra legislação paralela que envolve meio-ambiente, área de manancial, muitas vezes a própria titulação, que é uma questão muito grave na cidade de São Paulo, da própria área que passa ser confusa, muitas vezes chega ali e encontra um campo de futebol e a própria comunidade não quer que acabe com o campo de futebol, então muitas vezes a execução do plano de obras acaba prejudicado.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 267 do proc. 374/2006

TERCIO ISABEL P. S. HANASHIRO

ROD.:B16 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

Agora, no que diz respeito aos volumes, temos hoje em salários de pessoas envolvidas diretamente na educação, no dia-a-dia, na atividade, temos um montante aproximado de 804 milhões de reais. Desse total de 804 milhões de reais que nós gastamos com pessoal direto cerca de 440, 450 milhões de reais são gastos com os chamados inativos. Essa questão há entendimento de outras áreas...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 270 do proc.
n.º 270
P. S. HARASHIRO

ROD.:B17 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

Essa questão há entendimento de outras áreas no que diz respeito ao Conselho Nacional de Educação, se não me falha a memória, de que ele não deveria ser incluído, mas não foi a idéia dos vereadores que aprovaram este orçamento para ser executado durante o ano 2000.

É bom lembrar também que o Tribunal de Contas é um órgão acessório à Câmara, se fosse analisar tecnicamente a execução do nosso orçamento ele foi executado, o resto, que seria alguma coisa em torno de 80 milhões em cima de um orçamento global em torno de um bilhão e 700 milhões é pouco significativo perante o todo e este recurso foi utilizado durante o ano de 2000, o resto de 99 para 2000 no primeiro trimestre. Esses seriam os grandes números da Secretaria.

Nós podemos, aí sim, destacar isso mais amiúde, número a número, mas o que se chama hoje, vamos chamar de massa... eu não tenho esse número exato.

O SR. ÍTALO CARDOSO - A Comissão solicita ao representante do Secretário que remeta esses dados à Comissão.

O SR. - Eu vou buscá-los. O Dr. Roberto lembrou bem, é um dado de SMA e podemos detalhá-lo porque não poderia dar um número muito vazio, mas os montantes, os grandes montantes são esses efetivamente, ou seja, cerca de 60%, 70% dos gastos da Secretaria Municipal de Educação é com seres humanos, seja ativos, seja inativos, mas é gasto com pessoal, o grosso do nosso gasto. Isso, em termos de rendimentos, vencimentos diretos. Há, fora isso, boa parte de nossos recursos são gastos despendidos com cursos de capacitação, cursos de treinamento e a própria atividade extra aulas, que são as diversas jornadas previstas no Estatuto dos Professores.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:B17 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

Com relação aos inativos temos particularmente uma visão que é que temos um volume muito grande, estimamos alguma coisa em torno de 30% do que seria, se a gente fizesse uma análise do tempo que os professores gastam em atividades extra aulas, em cursos de treinamento e afins, dos vencimentos do professor são gastos em crescimento profissional, treinamento, requalificação, em atividades diversas da aula especificamente. Esse investimento é muito grande, ou é grande em termos percentuais.

Temos discutido isso internamente que esse atrativo da inatividade após 25 anos de exercício de atividade de professor é um incentivo ao um baixo turne over, quer dizer, você passa a ter a médio prazo, vai ter um crescimento muito grande desses inativos, quer dizer, é estimado que a médio prazo, talvez mais dez anos no máximo devemos ter cerca de 50% da folha praticamente em inativos. Então essa decisão se vai tirar, ou deixar de tirar eles do orçamento da educação não cabe a nós particularmente dizer, mas vai ter que se achar fontes novas de recursos porque vai ser muito grande.

Não sei se respondi a questão.

O SR. ÍTALO CARDOSO - Tenho mais três inscritos, em função do tempo vou solicitar que as três intervenções sejam feitas e que o senhor responda num bloco. A primeira é a Iracema, assessora do Vereador Vicente Cândido.

A SRA. IRACEMA - Primeiro uma questão do Tribunal de Contas, que temos analisado e lido bastante, a lei estabelece que os municípios, estados e todas as unidades da Federação estabeleçam um custo aluno e nós vimos algumas respostas da própria Secretaria de



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 272 do proc.
n.º 374 de 1900
CIBEL F. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.:B17 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 14.11.00

SEM REVISÃO

Educação dizendo ter dificuldade em estabelecer este custo aluno. Nós conseguimos estabelecer aqui na Câmara, através da nossa assessoria, São Paulo tem um custo aluno bastante acima da média, só pegando a receita, não a despesa, um pouco acima da média do custo aluno do Brasil e do custo aluno fixado pelo MEC de 350 reais, que é custo aluno de 1.800 reais. Sabemos disso porque a nossa bancada na Câmara dos Deputados também faz um acompanhamento no Brasil sobre essa questão. É um custo aluno bastante alto.

Comparando o custo aluno real, nominal, com o que efetivamente se realiza do ponto de vista da educação aqui na cidade, também através de relatórios do Tribunal de Contas acompanhamos que a Secretaria de Educação, por exemplo, não acompanhou o programa de recuperação paralela dos alunos, que é obrigatória pela LDB e alegava que não tinha condições de fazer o pagamento desta recuperação. Esse é um problema. Acabou saindo uma portaria do Secretário em outubro estabelecendo esse programa, mas por indicação do Tribunal de Contas.

O segundo problema grande que ...



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-101 Adm. Geral III

Folha n.º 223 do proc.
n.º 374 de 2000
ISABEL P. S. HAMASHIRO

ROD.: 18	FOLHA: 1	TAQ.: Camilo	SESSÃO: FIN
ORADOR:		DATA: 14/11/00	SEM REVISÃO

O segundo grande problema que detectamos em relação às delegacias regionais de ensino que possuem uma dotação própria para apoio técnico a programas educacionais e a grande reclamação que as equipes das DREMs têm é que a Supeme acaba entrando na dotação das delegacias, prejudicando a realização desses programas nas escolas.

Por fim, deixam uma dívida de 1,3 bilhões de reais na Educação. Fizemos uma análise na folha dos inativos da Educação, e detectamos que 13 milhões/ano desta folha é gasto indevidamente com pessoas que não têm nada a ver com a Educação. Inclusive, achamos um procurador que ganha 12 mil reais por mês na folha.

Terceiro problema, a manutenção ainda para o Orçamento de 2001 de dois itens de administração da Secretaria; já aprontamos no ano passado, e não conseguimos entender porque há a dotação 03, 07 e a 08-07. São dois itens de administração da Secretaria Municipal de Educação. Achamos que há superestima quanto à questão da administração. Há também a questão das creches, problema bastante grave, muito embora o Conselho Estadual da Educação tenha autorizada a prorrogação da transição para julho de 2001, mas é um problema que vamos enfrentar.

Percebemos que os senhores não previram dotação para as creches. Elas pertencem à Educação, mas não temos a situação real na Cidade. Aliás, as creches já estão em outras secretarias.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - O próximo orador é o Sr. Norberto, do gabinete da Vereadora Ana Maria Quadros.

O SR. NORBERTO - Por meio de matéria paga, a Prefeitura tem informado recentemente que construiu 92 escolas. Temos acompanhado



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 274 do proc.
n.º 371 de 1990

função

ISAEL P. S. HANASHIRO
1.º. Adj. Geral III

ROD.: 18	FOLHA: 2	TAQ.: Camilo	SESSÃO: FIN
ORADOR: 18		DATA: 14/11/00	SEM REVISÃO

todo essa construção e, no período de 1997-1999, foram construídas somente 34. Em 2000, foram construídas 21. São 55 no total, faltam 37, que não sabemos onde estão.

A Vereadora, por meio da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no início do ano, solicitou, por ofício, o endereço de 72 escolas, se não me falha a memória, e agora retifico e solicito o endereço das 92 escolas, se possível.

Por outro lado, gostaria de ter explicação de como é que no passado a estimativa de custo de uma escola, de uma EMEI, era de 500 a 700 mil reais. Para 2001, está estimado em 900 mil reais, enquanto que o das Emefs, que era em torno de 1.110, agora está em 1.600. Gostaria de saber porque houve esse aumento significativo e qual é o valor real.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Tem a palavra o Sr. Valdir, do Movimento Popular da zona Leste.

O SR. VALDIR - Bom dia. Uma discussão tem tomado conta da Cidade de São Paulo de um a um ano e meio para cá, a transição, a mudança das creches para a Educação. Gostaria de saber sobre a questão do pessoal da Educação, porque esse fato a Sra. Marilena, representante da Secretaria no Comas, no Conselho Municipal de Assistência social não conseguiu dizer para nós, nem em reunião com o Secretário, que nós pedimos, e nem sequer conseguimos audiência com o Sr. Secretário da Educação. Gostaria de saber qual é a proposta desta Secretaria para resolver a questão das 30 mil crianças que, a partir de 1º de janeiro de 2001, não vão poder mais ficar nas creches.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 275 do processo
n.º 379 do 1º 200
função: *DT*

ROD.: 18	FOLHA: 3	TAQ.: Camilo	SESSÃO: FIN
ORADOR: ,		DATA: 14/11/00	SEM REVISÃO

Segundo a lei, deverão ser atendidas nas EMEIs. Gostaria de saber se isso está previsto, no Orçamento para o ano que vem, a construção dessas EMEIs, e qual é a programação disso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos, para responder todas as perguntas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS - Primeiramente, não são 92 escolas, são 96 e vamos chegar a 118. Temos todas elas endereçadas, e nenhuma sem estar identificada. Esse número foi muito trabalhado lá dentro. Dessas 96 que mencionamos, parte delas são substituições de escolas de madeira, que existiam na Secretaria. Tenho possibilidade de entregar todas elas sem sombra de dúvida. Pensei que estivessem comigo todas endereçadas, infelizmente nesse transtorno da vinda para cá, devido a Raposo Tavares estar totalmente parada, não consegui selecionar esse material adequadamente quando cheguei ao estacionamento. Então, não posso falar sobre esse dados, mas tenho muito prazer em falar depois. Temos uma série de escolas que devemos entregar até o dia 31 de dezembro deste ano.

Com relação ao custo, não tenho como detalhar isso. Posso dizer que tudo foi fruto do processo licitatório normal. Há uma evolução de custos. Há uma inflação imbutida, não sei o valor, mas pelo que tenho acompanhado tanto internamente dentro da Secretaria Municipal da Educação tanto quanto junto à SSO, realmente o número está em torno de 900 mil reais por escola, com 12 salas. Vamos chamar isso de módulo escola.

Com relação à observação (Camilo)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 276 do processo 324 de 2000
P. S. HANSEN
11.11.2000

ROD.:B19 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14/11/00

SEM REVISÃO

(Antônio Carlos)

Quanto à observação da professora Iracema, realmente nosso custo/aluno é maior, mas pagamos salários melhores do que em outras regiões do país. Em função disso, é estimado que se gaste mais por aluno. O custo total é 1,8 milhões de reais(?), é uma conta direta, dos quais, em massa salarial, conforme já havia dito, deve ser algo em torno de 1.200 reais; é o nosso gasto. Está incluso obviamente aí os chamados inativos. Então, temos um custo diferenciado do restante do país.

Com relação à integração das creches, não sei se há outra questão. Vimos no início deste ano isso, e trabalhamos intensamente no processo de integração de creches com a Secretaria Municipal de Educação, determinado pela LDB. Com relação a isso, estamos praticamente fechando esse processo nesses dias com elaboração de mais uma portaria intersecretarial e mais da Secretaria Municipal de Educação, delegando atribuições à SARS(?) para que atenda crianças em creches.

Imaginamos que para o ano que vem, das crianças com mais de três anos e 11 meses, de 4 anos e 6 anos e 11 meses, esse número chega em torno de 51.000 crianças nesta faixa etária. Elas passarão a ser atendidas nas EMEIs, e todas terão vagas. Levando em consideração que o aparelho creche é um mais especializado para atendimento de crianças que exigem atendimento diferenciado, falo das crianças de zero a 3 e 11 meses. Deveremos abrir cerca de 50 mil vagas para crianças serem atendidas em creches no ano que vem, levando em consideração o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10, Set. P. S. HANSEN

Of. Adm. Geral III

ROD.:B19	FOLHA:2	TAQ.:Camilo	COMISSÃO:FIN
ORADOR:		DATA:14/11/00	SEM REVISÃO

orçamento conservador que mencionamos desde o início, serão atendidas por SARS(?) por essa delegação que fizemos.

Além dessas 51 mil vagas para crianças nas EMEIs, advindas de creches, estamos prevendo abrir mais 67 mil vagas para crianças nos quatro ciclos a partir do ano que vem. No ano que entra, nas EMEIs, esperamos estar atendendo 112 mil crianças na faixa de quatro a seis anos e 11 meses.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Pelo que anotei, não percebi uma resposta com relação à proposta da Supeme com a dotação de DREM, a questão dos dois itens para a manutenção da Secretaria e a questão do custo das EMEIs. A Secretaria Alda Marco Antônio disse que, na cidade de São Paulo, existem 101 mil crianças em idade de creche sem atendimento. O senhor está dizendo que estão criando 51 mil vagas nas EMEIs e mais 67 mil nas creches. Criando onde? Onde estão sendo construídas essas EMEIs que vão atender essas crianças? A outra pergunta é como a Secretaria vai fazer com esse presente que vem de SARS(?), que são as creches que serão incorporadas pela Educação. Onde está o Orçamento para receber isso? Inclusive, há falta de vagas hoje. Vamos fazer quando, com qual dotação, e onde estão sendo construídas as EMEIs? A maior prova disso é que a Prefeitura já determinou que as crianças continuem em creches.

- Manifestações fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 278 do proc.
n.º 979 de 1900
ISABEL P. S. HANASHIRO
OL. Adm. Coord. III

ROD.:B19 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14/11/00

SEM REVISÃO

O SR.

- Efetivamente não sou mais

habilitado para falar sobre Orçamento de SARS(?), mas entendo que o tal Orçamento permanece em grandes números igualmente ao que vinha sendo exercido. Ao tirarmos de SARS(?), 51 mil crianças, como estamos prevendo tirar nessa virada de ano, abre-se 51 mil vagas em SARS(?).

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Então, está maravilhoso.

O SR.

- Muito provavelmente há 100

mil vagas. Se

traçasse uma análise linear (Anelise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 279 do proc.
n.º 374 do 3000
SACEL P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral

ROD.: B20 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

...traçasse uma análise linear que, dessas 100 mil vagas, 50 mil teriam menos de 4 anos e 50 mil estariam com mais de 4 anos, elas entrariam, praticamente zeraríamos esse déficit...

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Deixe-me refazer a pergunta. O senhor está dizendo, em audiência pública...

O SR. - Estou.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - ...que as creches irão para a Educação, mas a dotação continuará intocada em SAS?

O SR. - Veja, não se pode... Acho que está havendo uma confusão no seguinte sentido: o recurso continua alocado em SAS. As creches, em termos de gestão, iriam para a Educação, e nós estamos estabelecendo para o ano de 2001 convênio de manutenção de SAS atendendo às creches, inclusive com seu corpo funcional.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Então não tem sobra pelo que estou entendendo. Se a dotação está em SAS, mas ela vai fazer um convênio com a Prefeitura, então ela não passa, nem as creches, mas também faz um convênio e não repassa o dinheiro. Pelo que o senhor está falando - pode ser que eu não esteja entendendo; Godinho, como economista, me ajude - parece que vamos tirar toda a demanda de creche de SAS, que representa 60% da Secretaria, mas a dotação não vai acompanhar?

O SR. - É, isso é normal. Há dois momentos. Se a próxima Prefeita decidir que as creches da SAS passem para a Educação, ela terá de fazer um decreto transferindo. Trata-se de um decreto de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: B20 FOLHA:2

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

transposição que fazemos, com situação atual e situação nova. Situação atual é como está no Orçamento que enviamos à Casa, e situação nova é como ela vai ficar. Fazemos um decreto do Executivo transferindo os recursos da SAS para a Educação. E toda a dotação da SAS, fazemos um decreto que atende às creches e transfere para a Educação. Então, criamos uma nova estrutura institucional para ...

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - É, mas não cria vagas.

O SR. - Levamos os recursos...

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Não, veja bem. Lembro-me bem da colocação da Sra. Secretária Alda Marco Antonio. Ela falou que existem 107 mil crianças na rua precisando de creche. Ela falou o número de crianças atendidas hoje, cujo número me falha. Mas essas crianças esperaram 20 anos para serem atendidas. Lembro-me bem das palavras da Sra. Secretária: "Então os senhores imaginem quanto tempo vai demorar para atender a todas essas crianças." Parece-me que já existem 700 creches construídas ao longo desses 20 anos, pois os investimentos da Prefeitura em creches começaram no Governo Reynaldo de Barros em 1979.

Explicando tecnicamente, os recursos da SAS vão por decreto para a Educação. A SAS fica somente com a parte de assistência. Isso na execução do exercício de 2001. Mas ela também pode tomar uma atitude e deixar isso para 2002. Quando fizermos a proposta à Câmara, será juntada à Educação a parte das creches.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA D 1570

Folha n.º 281 do proc

n.º 374 de 2000

de 2000

ISABEL P. S. HANABE

Of. Adm. Geral III

ROD.: B20 FOLHA:3

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - A impressão que dá é que sem construir uma única unidade, vão aparecer na Cidade no ano que vem 51 mil vagas.

O SR. - Não é isso, estou comentando que vamos absorver 51 mil crianças que estão hoje sendo atendidas em creches em EMEIs. Se tiro de um montante de 110, ou um número qualquer, se tiro 51 crianças e aloco-as em EMEIs, abro 50 mil vagas em creches.

O SR. - Entendi. A dúvida do Vereador Ítalo é: as EMEIs têm capacidade para assumirem essas 50 mil crianças?

O SR. - Estou dizendo que as EMEIs têm condições de absorver 51 mil crianças que estão saindo de creche com matrícula direta nas nossas EMEIs, mais 67 crianças que não estão sendo atendidas hoje em creche e que estarão entrando nas EMEIs.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Então, deixe-me fazer uma pergunta: quantas crianças deixarão de ser atendidas no ano que vem em creches ou EMEIs por falta de espaço físico?

O SR. - Nossa demanda prevista em EMEIs particularmente, todas as crianças que necessitarem de EMEIs estarão sendo atendidas durante o ano que vem.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Todas as crianças que necessitarem de EMEI no ano que vem estarão sendo atendidas. Estamos gravando isso. Seu depoimento é, no mínimo, muito importante.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DI-10

Folha n.º 282 do proc.
n.º 374 de 2000
ISABEL P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.: B20 FOLHA:4

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

O SR. - Cem por cento das crianças que necessitarem de EMEI no ano que vem estarão sendo atendidas. Esta é nossa informação.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Bem, contestar a fala do Sr. Secretário agora... Bem, está gravado, temos números, temos orçamento. Para não entrar no debate, estamos encaminhando para o encerramento dos trabalhos.

O SR. - Inclusive esses dados que temos de abertura de vagas e tudo estão baseados no censo do MEC do ano de 99 para 2000. Quer dizer, são números oficiais também.

O SR. - Eu só queria fazer uma colocação. Eu sei que não vai mudar muita coisa neste final, mas é assim: uma questão que temos discutido muito é que a creche atende em período integral, diferentemente da EMEI. No outro período, onde essa criança ficará? Na rua?

Outra questão no orçamento da Secretaria: na região onde a gente trabalha, temos uma demanda de 5 mil crianças para EMEI. Está previsto aqui, pelo que estou vendo, a construção de quatro EMEIs. Aqui está o nome da EMEI e o valor. Na verdade, o que queríamos é algo concreto. Quando isso começa? Porque, a partir de 1º de janeiro... (Anelise)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 283 de 300
374 de 300
FOLHA n.º 374 de 300
P. S. HANASHIRO
Adm. Geral III

ROD.: B21 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

...Porque, a partir de 1º de janeiro, as crianças precisam ser atendidas. Isso não está claro. Quer dizer, quatro EMEIs lá para a Região e temos uma previsão de 5 mil crianças para serem atendidas na região da Juta, Sapopemba, São Mateus.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Por último, o Vereador Cláudio Fonseca fará uma pergunta.

O SR. CLÁUDIO FONSECA - É um pedido à Mesa. Qual o procedimento que os participantes desta audiência devem ter ao encaminhar propostas. Fiz uma proposta de alteração da peça orçamentária enviada pelo Executivo Municipal no sentido de suprimir o valor de 535 milhões relativos aos gastos com previdência e assistência. Qual deve ser o procedimento formal que deve adotar o sindicato dos profissionais de Educação para dar vazão à sua reivindicação aprovada em congresso dos educadores municipais.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - O senhor não como vereador eleito, mas...

O SR. CLÁUDIO FONSECA - Como presidente do Sindicato.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Participando dessa Câmara há muito tempo sabe como se procede.

O SR. CLÁUDIO FONSECA - Não, confesso que não sei.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Tanto pode ser feito pelo Relator ou qualquer vereador pode apresentar no plenário uma emenda de readequação ou de supressão.

O SR. CLÁUDIO FONSECA - A entidade não pode apresentar uma proposta de emenda?



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: B21 FOLHA:2

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Não. Pode apresentar uma solicitação por escrito ao relator, que então adequará ou não...

O SR. CLÁUDIO FONSECA - O procedimento da entidade é dirigir-se ao relator com a proposta de alteração?

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - É perfeitamente possível.

Bem, nada mais havendo a ser tratado e colhidas as informações, encerramos a sétima reunião técnica da proposta orçamentária de 2001. Determino que a transcrição da gravação aqui originada seja juntada aos competentes autos do anexo da proposta, convertendo-se na ata dos trabalhos.

Muito obrigado a todos. Estão encerrados os nossos trabalhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO juntado nesta data documental nº 285/323 e rubrica 14/11/00

RADEL P. S. HANASHIRO
Dir. Adm. Geral



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 285 do pres.
n.º 374 de 2000
Assinatura *Pa*

RADEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

MEMBROS: FARIA LIMA - PRESIDENTE
JOSÉ MENTOR
MIGUEL COLASUONNO
DALTON SILVANO
DITO SALIM
ÍTALO CARDOSO
LUIZ PASCHOAL
AMORIM
SALIM CURIATI
JORGE TABA

REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2000.

SOLICITANTE: VEREADOR FARIA LIMA
MEMO 189/00
SECRETÁRIA MARTA RAVENA



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 286 de proc.
n.º 374 de 1900
• Arquivário
P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B22 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Boa tarde. Declaro aberta a 8ª reunião técnica da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 374/2000, que dispõe da proposta orçamentária para o exercício de 2001. Já estão presentes os Vereadores Jorge Taba, membro da Comissão de Finanças; Goulart, chamo-o para compor a mesa. Quero informar que o Sr. Relator, Vereador Miguel Colasuonno, nos pede para abrirmos a sessão, ele já está a caminho.

Esta 8ª reunião técnica discute assuntos específicos ligados à Secretaria das Administrações Regionais; Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo. Já se encontram presentes o Sr. Cláudio Ferreira Couto, Secretaria das Administrações Regionais; Sr. João Otaviano Neto, Secretaria de Serviços e Obras; Dr. Nelson Bruno, Diretor do Departamento Financeiro do Serviço Funerário.

Convido para fazer parte da mesa e para as suas devidas explicações sobre a proposta orçamentária para 2001 o Sr. Cláudio Ferreira Couto, Secretário das Administrações Regionais.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quando convocamos os Secretários e técnicos era para darem explicações sobre a proposta orçamentária enviada para esta Casa e para responderem às perguntas dos Srs. Vereadores e para os demais presentes. O Sr. Secretário quer passar direto para a parte de perguntas e respostas.

Vamos coletar inscrições dos Srs. Vereadores e presentes para que possam fazer as perguntas e esclarecimentos. De antemão, gostaria que o Sr. Secretário nos explicasse como estão os projetos, principalmente sobre a questão da varrição na cidade de São Paulo, uma



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 287 do proc.
n.º 374 de 1990
funcionário
ISAAC P. S. HAMASHIRO
V. Adm. Geral III

ROD.:B22 FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

vez que ao que me parece os projetos não foram refeitos e estamos sob contratos de emergência. Gostaria que o Sr. Secretário explicasse um pouco como está essa questão e quanto tempo ele acredita ser necessário para resolver essa questão. Então, quanto à questão da coleta de lixo e a varrição.

Outra questão que gostaria de levantar ao Sr. Secretário é que se formos olhar na planilha de custos de todos anos, vamos perceber que há um gasto além do orçado. Gostaria que explicasse o porquê, uma vez que não é um caso específico, mas invariavelmente em todo os anos, pelo menos nos últimos quatro ou cinco anos, isso tem sido uma constante, os números não são necessários e qual é o motivo.

Aproveito também.....B23



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DE

Folha n.º 288 do pre-
n.º 374 de 1990

Dr. P. S. MANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B23 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

Aproveito também para passar a presidência dos trabalhos ao Vereador Miguel Colasuonno que acaba de chegar.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Agradeço ao Vereador Ítalo Cardoso. Peço desculpas pela chuva que as regionais não conseguem parar. (risos)

A idéia básica do nosso trabalho é receber informações adicionais comentada pelo Secretário ou pelo equipe para que tenhamos mais informações além do número. Muitas vezes acontece de fazer uma solicitação que vai além do previsto, depois a Secretaria de Finanças faz o papel que lhe cabe de tentar cortar. Em cima disso, nós estamos tentando ver o que é possível fazer da somatória final, alguns ajustes ainda em termos orçamentários.

A minha pergunta ao Sr. Secretário é do que foi solicitado, os dois ou três pontos que julga importante que sejam revistos - não usaria essa palavra porque não vamos revisar - ou melhor, ver o que é justos e possível.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, boa tarde. Vim aqui com a minha equipe para falar sobre o orçamento de 2001. E prefiro que os meus técnicos, porque não sou técnico, respondam às perguntas dos senhores. Eles estão todos aqui, à medida que forem feitas as perguntas, vou chamando os técnicos e eles vão respondendo.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Alguém já fez alguma pergunta? Parece-me que os Vereadores Goulart, Ítalo Cardoso estão inscritos.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 289 do proc

n.º 374 de 1990

Secretário

RAUEL P. S. HANCOCK

CE. 0002 0001 10

ROD.:B23 FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Eu já havia feito perguntas ao Sr. Secretário. Primeiro que nos informasse como está atualmente o processo do contrato de coleta de lixo e varrição da cidade de São Paulo. Perguntei por que sempre se gasta mais do que foi orçado. Essas duas questões básicas para o começo: qual a situação do contrato e por que gasta mais do que o orçado nos últimos anos.

O SR. SECRETÁRIO - Eu pediria ao contador Ranulfo e ao engenheiro Vasquez que desse uma explanação sobre o que estamos prevendo para 2001.

O SR. - Sobre a limpeza pública, coleta e varrição, como todos sabem os contratos são de SSO. Os dados nos foram fornecidos quantitativamente por aquela unidade. Então, os dados colocados no orçamento-programa para 2001 foram estabelecidos de acordo com os dados fornecidos por SSO, Limpurb.

A limpeza pública é fiscalizada pelas regionais, no que tange a coleta de lixo domiciliar e varrição. Existe uma dúvida quanto a equipes de serviços diversos que no momento foram cortados. O restante do serviço de limpeza pública, limpeza de boca-de-lobo e outros afins como conservação de áreas ajardinadas e limpeza de córregos também são feitos pela Secretaria das Administrações Regionais.

Nos quantitativos foram previstos para 2001, 178.819.922 milhões para coleta de lixo e 240.846.141 milhões de reais para varrição. Os valores foram cortados respectivamente para 146.646.202 milhões e 153.299.618 milhões.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 290 de 374
n.º 374 de 374
o Funcionário
SABEL P. G. H.
Ct. Adm. Geral

ROD.:B23 FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA:14-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Fiz uma pergunta sobre a questão da licitação do lixo.

O SR. - Sobre a licitação do lixo, a resposta compete a SSO, Limpurb. A contratação é feita pela Secretaria de Serviços e Obras.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Certo. Mais alguma pergunta para a Secretaria das Administrações Regionais?

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Nós estamos vivendo o seguinte: existe a questão de enchentes na cidade de São Paulo e uma das questões que engenheiros e leigos apontam é quanto à varrição, limpeza de córregos e bueiros. O que percebemos é que, primeiro, o dinheiro reservado para essas dotações nunca são gastos na totalidade.

A outra questão....Monteiro



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 291 do pro
n.º 374 de 3000
Funcionário
ISAUEL P. S. HANASHIRO
1. Adm. Geral III

ROD.: R24 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

A outra questão é a consequência direta disso. Qualquer chuva na cidade de São Paulo hoje transborda tudo e a consequência nós já sabemos. Queria saber exatamente isso, quer dizer, qual é o projeto, por exemplo, qual é a condição que a Prefeitura tem de, a partir de agora e até o final do ano, de começar um trabalho preventivo com o seguinte empenho: limpeza de bocas-de-lobo, limpeza de córregos. Uma outra questão: existe sempre uma dotação para projetos especiais. Queria que o Secretário falasse um pouco o que são esses projetos especiais e por que eles nunca são executados.

O SR. SECRETÁRIO - Vamos diretamente: para o final de ano, nós já tivemos liberação da Secretaria de Finanças de equipes de limpeza de boca-de-lobo, limpeza de bueiro, poda e jardinagem, tapa-buracos, conservação de vias públicas. Evidentemente, em tudo isso há obrigação de cumprir um rito, uma burocracia muito grande e está marcado, inclusive, para quinta-feira agora, cedo, uma reunião com os 12 regionais, porque foi eleita pela Defesa Civil e pela experiência acumulada durante vários anos, foram selecionadas 12 regionais, as mais críticas e, evidentemente, vamos dar uma complementação do que tem sido feito durante todo o ano em matéria de limpeza de bueiro, em matéria de limpeza de galeria e conservação de galeria. Vamos começar, provavelmente, a partir de sexta-feira um mutirão em toda a Cidade, visando minimizar os problemas relativos às enchentes.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quanto foi liberado, Secretário?



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 222 do proc.
n.º 374 de 1900
SABESP S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: R24 FOLHA:2	TAQ.: Monteiro	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:	DATA: 14-11-00	SEM REVISÃO

O SR. SECRETÁRIO - A verba, de cabeça, eu não sei, mas tem meu contador que sabe, ele diz. Ranulfo, diz a verba.

O SR. RANULFO - Para esse programa que vai ser feito a partir de sexta-feira, foram liberados em torno de três milhões de reais.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Vereador Goulart.

O SR. GOULART (PMDB) - Eu gostaria de perguntar, principalmente ao Godinho e também fazer uma sugestão aos futuros secretários de administrações regionais. A respeito da elaboração do Orçamento, eu apresentei um projeto nesta Casa que distribui a verba por administrações regionais de acordo com a extensão territorial, a densidade populacional, os problemas sociais, numero de córregos a serem canalizados porque é inadmissível que uma administração regional como Capela do Socorro, que tem a maior extensão territorial, que divide com Itanhaém e São Bernardo do Campo, temos lá mais de 300 quilômetros de estradas vicinais, receba o mesmo que a Mooca, que tem toda a infra-estrutura viária, menos que o Butantã, que tem menos córregos a serem canalizados, o mesmo que Vila Mariana.

Então, minha fala nesse sentido é só para chamar a atenção que até que a gente faça o orçamento participativo como tentamos fazer o ano passado, e lamentavelmente não deu certo, que se distribua a verba de SAR de acordo com os problemas vividos por cada um dos nossos bairros. Temos um problema seríssimo em Campo Limpo, em Capela do Socorro, que é humanamente impossível administrar com essa quantidade



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-III

Folha n.º 293 do proc.
n.º 274 de 2000
funcionário
ISABEL P. S. MACHADO
Adm. Geral III

ROD.: R24 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

de verba. Vivemos toda sorte de azar que possa ter o cidadão... ou melhor, desculpem, toda sorte de problemas e todo orçamento vem dessa forma, os bairros mais privilegiados com infra-estrutura viária acabam recebendo a mesma coisa ou mais que as regiões mais carentes da cidade de São Paulo.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Entendo que o Vereador Goulart está fazendo uma constatação e de certa forma está embutida uma necessidade de estabelecer esses critérios espaciais para que a decisão sobre a distribuição de verbas seja colocada.

V.Exa. quer comentar?

O SR. SECRETÁRIO - Concorde com o que falou o Vereador Goulart, precisa planejar e, evidentemente, acho que todas as regionais têm que ser suficiente mobiliadas com recursos para atender todas as necessidades da população.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Solicito ao Vereador Jorge Taba, que está na mesa, se tem alguma indagação a fazer.

O SR. JORGE TABA (PSB) - A minha grande preocupação é a seguinte: vendo o Orçamento do ano 2000 para o ano 2001, o grande problema que vemos nas reuniões técnicas e como tirar de um e colocar no outro, esse remanejamento. Como fazer isso é o grande segredo, que estamos estudando, estudando porque em todas as áreas estamos vendo hoje que há uma necessidade de verbas cada vez mais. Mas, se tira de



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT
Folha n.º 294 do proc.
n.º 374 de 1900
Isaías P. S. HANASHIRO
Sec. Adm. Geral III

ROD.: R24 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

um, ela falta no outro. Então, o grande estudo hoje é exatamente esse, Sr. Secretário.

Mas, eu fiz parte da Comissão de Viadutos e Pontes aqui nesta Câmara e vejo o que hoje, apesar de a sua secretaria estar ligada só à parte carroçável, mas quando a gente vê as estruturas também hoje, estruturas dos viadutos, com rachaduras, tudo isso, ela conserta sim, em cima, mas não se conserta a parte de baixo. A grande preocupação é nesse sentido. Como aconteceu lá na Vila Prudente, aquela parte que houve incêndio na favela e está lá paralisada a obra até agora, no entanto, se for ver, do outro lado existe outra favela exatamente debaixo de viaduto. Se der um incêndio, vai novamente acontecer uma situação idêntica a essa. Então, Gostaria de perguntar a V.Exa. se existe alguma preocupação em retirar essas construções que existem debaixo dos viadutos para que evite que aconteça novamente aquilo que aconteceu.

O SR. SECRETÁRIO - Existe isso e hoje o grande problema é o habitacional, tira e leva para onde? Então... (R25)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-PA
P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral III

Folha n.º 295 do proc.
374 do 10.200
P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral III

ROD.: B25 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

tira e leva para onde? Então, evidentemente na hora que equacionarmos, e não compete à minha Secretaria o problema habitacional, deve se tirar que a experiência tem demonstrado que todos esses incêndios, esses acidentes que ocorrem embaixo dos viadutos têm trazido problemas muito sérios para o tráfego aqui em São Paulo e também trazendo problemas sérios de recuperação desses viadutos, que sempre fica a cargo da Secretaria de Vias Públicas.

O SR. JORGE TABA (PSB) - Muito obrigado. Poso fazer mais um complemento?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Pois não.

O SR. JORGE TABA (PSB) - Gostaria que V.Exa. desse uma explicação. Quando se fala em "projetos especiais" seria alguma coisa especial que nós não estamos tomando conhecimento aqui? (Pausa) Já respondeu? Alguns exemplos de projetos especiais.

O SR. SECRETÁRIO - Jorge Bailen, responda ao Vereador sobre os projetos especiais.

O SR. JORGE BAILEN (??) - Projetos especiais é do conhecimento, pelo menos desde que toamos posse, que a utilização deles sempre ficou inviabilizado pelo não descongelamento desses recursos que poderia ser utilizado, dentre eles, nas execuções, vou dar um exemplo aqui, tudo aquilo que não está previsto com dotação



Câmara Municipal de São

Folha n.^a 296 do proc.
n.^a P-374 de 10-10-2000
do funcionário Paulo Jr.
LA-DT-10 P.S.F. - Sh. 11
Genel III

ROD.: B25 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

específica entra em especial. Rampas para acessibilidade, plano de gestão de pavimentos, que é uma meta e interesse da Secretaria ter o plano de gestão de pavimentos, e demais sistemas não previstos em dotações específicas que poderiam ser implantados. Então, na verdade, é uma dotação que está aberta para qualquer tipo de projetos que não esteja contemplado nas dotações específicas. Basicamente é isso. Normalmente ela acaba não sendo utilizada pelas dificuldades que a gente já sabe.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Quanto tem para esses projetos especiais?

O SR. - (Fora do microfone) - Três milhões e meio.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Presidente, permita-me, porque entre a dotação para esses projetos especiais, pelos dados aqui eram três milhões e 500, ficaram 500, menos 85%. Se se for levar em consideração que a dotação específica de necessidades especiais para a Secretaria, de acessibilidade, foi praticamente cortada a zero, não vamos ter na verdade dotação para projetos especiais.

Queria aproveitar e fazer o seguinte comentário: foi dito que para esse trabalho de emergência, entendendo limpeza de galerias, limpeza de bocas-de-lobo e principalmente manutenção de canais e galerias nós temos, segundo as informações, três milhões liberados pra fazer esse trabalho preventivo daqui até o final do ano. Se formos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 297 de 374 de 380
n.º 374 de 380
P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B25 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

olhar que no Orçamento essas três dotações dariam 55 milhões e que até agora pouco mais da metade foi empenhado, ou seja, não chega a 25 milhões o que foi empenhado até agora, três milhões perto do que estamos falando, para o tamanho da necessidade, dá para começar alguma coisa, Sr. Secretário? Porque nós estamos falando de dotações que chegam a 55 milhões, 53/55 milhões. A grande questão é est: por que até agora só foi liberado pouco mais de 50%, empenhado pouco mais de 50%. Três milhões dá para fazer todo o serviço que precisa ser feito até o final do ano?

O SR. SECRETÁRIO - Eu pediria que o Dr. Godinho lhe desse essa informação.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Se dá para fazer o serviço, será que o Godinho consegue?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Ele quer referir-se à verba remanescente.

O SR. GODINHO - Pela SAR eu não posso falar, mas entendo da seguinte forma: que as dificuldades que a Prefeitura vem encontrando neste final de gestão é em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi sancionada em 5 de maio de 2000. Essa lei diz que nos oito meses da gestão do Prefeito você não pode iniciar novas obras. Então, isso aí dificulta muito a unidade começar um projeto novo. Então, os recursos realmente ficam disponíveis no Orçamento não podendo usar



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 298 do proc.
n.º 374 de 1900
SALA P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral II

ROD.: B25 FOLHA: 4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

porque eu posso não ter disponibilidade financeira, como exige a lei. E tem o problema dos restos a pagar também, que é um problema sério dessa lei. E, quando o Governo Federal baixou essa lei, não deu uma norma de como executá-la, ele jogou simplesmente aos municípios do Brasil, aos 5.600 municípios que existem, e falou: se virem.

Então, é difícil, a gente fica com um pé atrás, com medo de fazer alguma coisa porque se você começar uma obra tem que terminar no exercício, no final de gestão. Então, todos os governos daqui para a frente, no seu último ano de gestão, esbarrarão com esse problema dessa lei. Então, o que está acontecendo na SAR, em outras secretarias provavelmente também está ocorrendo, é eles não poderem estar começando projetos novos que acabem dentro do exercício. Como geralmente uma obra se estende a mais de um exercício, então eles estão tendo essa dificuldade. Esse é o meu ponto de vista.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Pela ordem, Presidente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Pela ordem o Vereador Ítalo Cardoso, querendo só lembrar que temos mais três secretarias.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Eu fiz uma pergunta prática: dá ou não dá ara limpar as bocas-de-lobo, os córregos, aí acho que é difícil pára o Godinho responder. Agora, quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, ela não proíbe, tanto que existe dotação no orçamento. Se você tem o dinheiro que dê conta de pagar essa obra, não há nada que impeça. E não estamos falando de início de novas obras, estamos



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 277 do pre-
R.º 374 de 2000
S. S. HANESIMO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B25 FOLHA:5

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 14-11-00

SEM REVISÃO

falando de manutenção preventiva, limpeza de bocas-de-lobo, limpeza de galerias, limpeza de córregos, varrição de rua, é disso que nos estamos falando, tudo para evitar enchentes. A minha pergunta é, volto a repetir: três milhões são suficientes, dá para fazer tudo isso?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Bem, a pergunta do Vereador Ítalo Cardos está colocada.

Quero perguntar ao Secretário... (B26)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 300 do pre-
R.º 374 de 2000
P. S. HADASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B26 FOLHA:1

TAQ.:beth

COMISSÃO: finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Quero perguntar ao secretário se alguém vai tentar esclarecer.

O SR. - O contador Ranulfo vai esclarecer.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Aproveito para registrar a presença do Vereador Dalton Silvano e José Mentor.

O SR. - Com relação aos 50 milhões, os dados estão ali, o que o senhor disse, esses valores vêm sendo gastos no decorrer do exercício. Esses 3 milhões são para contemplar, como o Secretário Couto disse, são para atender essas regionais que ele citou ali, ele explicitou ali. São 12 regionais nos pontos críticos. São para essas regionais e não para toda a cidade de São Paulo. Para os pontos críticos. Esses valores, os valores têm sido gastos. O senhor disse que a lei complementar contempla esses gastos, não contempla. Foi uma lei que foi aprovada no dia 5 de maio, praticamente no pedaço da gestão que diz que para se fazer uma despesa tem de ter recurso e que 8 meses que antecedem a finalização da gestão não pode. Então, a Secretaria das Finanças deve ter esse controle da parte do caixa para que não deixe. Tanto é que o Congresso aprovou recentemente, na semana passada, deixasse as despesas, restos a pagar até setembro. Até então, estava todo mundo com medo da lei complementar. Se faz questionamento, se pergunta para órgãos superiores para dar um respaldo e não temos resposta nenhuma.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Mais uma vez, não fiz uma pergunta de números sobre a lei. Estou dizendo que existem aqui. Os números estão aprovados no orçamento. O senhor não vai transgredir nada pois a lei foi aprovada. Os números estão no caixa para o senhor retirar. O



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 207 de proc.
n.º 279 de 2000
o funcionário
RAHEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.:B26 FOLHA:2

TAQ.:beth

COMISSÃO: finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

que eu perguntei é se 3 milhões são suficientes para os engenheiros, para os garis, para os limpadores das bocas de lobo. Se isso dá conta de deixar os córregos e as bocas de lobo. É só essa pergunta. A lei nós conhecemos. Não estamos debatendo aqui a Lei 101 até porque se for verdade dessa preocupação toda não vai ficar nem um centavo de restos a pagar para o ano que vem, se é verdade a minha preocupação. Mas não é essa a minha pergunta. Estou perguntando de forma operacional. Dá para pagar o serviço os 3 milhões? São suficientes para executar o serviço ou não?

O SR. - Eu pediria ao engenheiro que ele... foi feita uma prioridade dentro de 12 regionais e ele poderia responder a isso aí.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Eu requeiro de V.Exa., então, que me seja facultado enviar por escrito, essas perguntas para que V.Exa. encaminhe ao Secretário para que num prazo possível possa responder à casa.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vou, inclusive, encarecer a todos sobre uma questão legal. Temos a sessão que começa às 15 horas. Como temos outros secretários presentes, até o dia 20 é necessário que a resposta chegue aqui, a pedido do Vereador Ítalo Cardoso.

Registro a presença do Vereador Amorim.

Agradeço, por enquanto a presença do pessoal da área de CQTRL de Administrações Regionais, o Dr. Couto e convidar aqui a Secretaria de Vias Públicas e EMURB Dr.Azzi.

Algumas pessoas fizeram perguntas mas para benefício geral da Comissão no caso, queremos ouvir as explanações das pessoas presentes e depois, no final, as perguntas poderão ser feitas para as três áreas



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Cl. Adm. Geral III

Folha n.º 302 do proc.
n.º 374 de 1990
o funcionário
RACEL T. S. HANASHIRO

ROD.:B26 FOLHA:3	TAQ.:beth	COMISSÃO: finanças	
ORADOR:	DATA: 14-11	SEM REVISÃO	

que estão sendo inquiridas. O Dr. Azzi vai fazer uma explanação, dentro de uns 10 minutos, sobre os principais pontos que o Orçamento focaliza para o ano 2000. O que é possível ser feito, segundo V.Exa. com o orçamento proposto pela secretaria e avaliando para poder estabelecer uma opinião da Câmara Municipal.

O SR. EMÍLIO AZZI - Boa tarde, a Secretaria de Vias Públicas consignou como proposta orçamentária principalmente as obras que já estão em curso na Secretaria. A prioridade é na área do combate às enchentes, principalmente no programa que é conhecido como PROCAV que é um programa que conta com um financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse programa vem desde o ano de 1987. Estamos já na segunda fase e esta segunda fase tem o financiamento para o programa, que é de 544 milhões de dólares onde temos 302 milhões consignados do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Dentro de todo o quadro o programa já desembolsou do Banco Interamericano a quantia aproximada de 220 milhões de dólares aproximadamente restando pouco mais do que isso, quase 230 milhões e resta ainda desembolsar do banco cerca de 75 milhões, dos quais 15 milhões ainda serão ressarcidos dentro desse exercício restando ainda 60 milhões...



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 303 do proc.
n.º 374 de 2000
M. Adm. Geral

ROD.:B27 FOLHA:1

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

...restando ainda 60 milhões de dólares para o próximo ano de 2001 e parte de 2002. Esse programa teve uma prorrogação no seu prazo de conclusão e deverá estar concluído até 10 de julho de 2002. Dentre as obras do programa podemos destacar ainda alguns piscinões que não estarão concluídos, principalmente o Piscinão Guaraú que estará hidraulicamente funcionando mas não concluído, o Piscinão Aricanduva II e o Piscinão Aricanduva III. Ressalto esses dois últimos pois para a sua execução necessitam de um termo de compromisso junto ao Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Meio Ambiente do Estado porque a ombreira das barragens encosta em uma área de proteção ambiental conhecida como Apa do Carmo. Então, para ao Piscinão Aricanduva III cujas obras se iniciaram nos últimos 20 dias tivemos uma longa discussão que se arrastou durante 3 anos e tivemos agora no último mês de outubro a assinatura do termo de compromisso com o Secretário de Meio Ambiente do Estado o que propiciou a licença ambiental para início dessa obra. Então, o Aricanduva III já estão iniciado mas não estará concluído nesta administração e o Aricanduva II ainda necessita passar por uma negociação do mesmo tipo. Acredito que pelo tempo que demoramos com a negociação com o Estado teremos um pouco mais de sucesso e vamos concluir rapidamente essas negociações. Uma questão importante para a Secretaria de Vias Públicas é a manutenção de viadutos. Estamos com viadutos em execução, a parte de manutenção inclusive através de um acordo, um termo de compromisso com o Ministério Público e onde eu posso ressaltar o Viaduto Antártica, 25 de Março e 31 de Março. Dentre as obras ainda conduzidas temos ainda algumas intervenções de menor porte que são a canalização de alguns



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 304 do proc.
n.º 374 de 2000
Funcionário
PAUL P. S. HANASHIRO
M. Adm. Geral W

ROD.:B27 FOLHA:2

TAQ.:beth

COMISSÃO:finanças

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

córregos executado pela Superintendência de Obras. Obras da EMURB não temos nenhuma em execução para o próximo ano, mesmo porque a única que estão em execução no momento são as obras do complexo Cebolinha que será entregue na próxima semana. Entretanto no Orçamento consignamos uma parte de recursos para o prolongamento, a continuação da Água Espraiada que é muito importante, sob o nosso enfoque. Ficaria para as perguntas, Vereador.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito bem. Temos mais uma área de Secretaria, do Dr. João Otaviano a quem convidamos para que sente à mesa para poder fazer uma explanação.

Dentro do mesmo critério, uma avaliação do que está em curso e com orçamento previsto o que é possível ser desenvolvido no ano de 2001.

O SR. JOÃO OTAVIANO - Boa tarde Vereador Miguel Colasuonno, demais vereadores, Secretário Emílio Azzi. A Secretaria da Obras tem fundamentalmente duas atividade. Uma referente à Limpurb e outra referente à parte de edificações, EDIF, sendo que junto com a parte de edificações vem a administração do convênio com o Corpo de Bombeiros da Capital. Para o ano que vem, dentro do conceito que foi apresentado e dentro das atribuições da Secretaria de Obras que se concentram nas atividades em termos de LIMPURB em toda a recepção de resíduos depois de coletados pelo sistema de varrição e coleta, vão para um sistema através das unidades de transbordo e tem a destinação final nos dois aterros sanitários, no aterro de inertes do bairro de Itaquera e também através do incinerador da Vergueiro para os resíduos de natureza dos serviços de saúde, também a estação de tratamento e



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 305 de 305
n.º 379 de 379
o funcionário ISABEL S. HANASHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.:B27 FOLHA:3	TAQ.:beth	COMISSÃO:finanças
ORADOR:	DATA: 14-11	SEM REVISÃO

desinfecção do Jaguaré. Para o ano que vem estão mantidas essas premissas. Há que se ressaltar que estávamos esse ano trabalhando com a possibilidade da aprovação da licitação 006 onde teríamos toda uma reformulação do sistema de limpeza dividindo a cidade em 27 áreas e portanto o orçamento previa para esta estrutura os recursos destinados para cada uma das regionais. No caso do Corpo de Bombeiros quero ressaltar que houve uma redução diante do que foi proposto pela Secretaria e que nós propomos uma revisão nesse valor proposto para que se volte ao valor originalmente apresentado uma vez que há um conjunto de metas a serem cumpridas e que fazem parte de toda uma estrutura de cunho de segurança e da própria infra-estrutura da cidade de São Paulo garantindo um tempo de atendimento com padrões internacionais da ordem de 5 a 8 minutos com essa implantação dos mini postos de bombeiros que este ano atinge o número de quatro entregues ainda até dezembro.

A respeito das edificações é bom ressaltar o papel da EDIF que é, na verdade, uma gerenciadora de obras e projetos. Ela trabalha sob contratação das outras secretarias e tivemos este ano uma estrutura que comportou iniciar e concluir ao longo do ano 2000, 235 empreendimentos entre reformas ampliações, reformas e ampliações e construção de novos próprios no Município. Então, na parte da EDIF temos uma estrutura que depende fundamentalmente dos orçamentos das demais secretarias e na área da LIMPURB recolocando, como já disse no início, já recebemos a incumbência dos transbordos, dos aterros e de toda a parte de incineração e dos resíduos hospitalares. Quanto aos aterros há que se ressaltar que existe uma previsão de ampliação do



Folha n.º 206 da proc.
274 de 1000
funcionário
FADAL P. S. HANAGIANO
Ass. Adm. Coord. G.

Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:B27	FOLHA:4	TAQ.:beth	COMISSÃO:finanças
ORADOR:		DATA: 14-11	SEM REVISÃO

aterro sanitário da zona leste que é o Aterro do Sapopemba, o Sítio São João, no quilômetro 30 da estrada de Sapopemba, um sítio defronte do Sítio São João com a desapropriação de 1 milhão de metros quadrados cujo valor já se encontra em condições de ser executado, está na fila dos precatórios para ser pago e tão logo isso ocorra...(idelci)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 307 do proc.
n.º 374 de 2000
o funcionário [assinatura]

ROD.: B-28 FOLHA:1

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Está na fila dos precatórios para ser pago. Tão logo isso ocorra há condições de que se iniciem as obras de implantação dessa extensão do aterro São João.

Então, de maneira geral, Vereador, essa é minha atuação prevista para o ano que vem, relativamente à questão da SSO, levando em consideração tantos os aspectos de DIF como Limpurb.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Bem, como estou constatando a ausência do titular da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, vou passar logo às perguntas. Se ele chegar a tempo fará a explanação eventualmente. Estamos estabelecendo como regra que os Secretários devem comparecer às explanações de caráter geral (?). Quero me congratular com a presença dos três Secretários que hoje comparecera pessoalmente.

Tem a palavra o Vereador Goulart, que está inscrito para uma primeira pergunta, que pode ser a qualquer uma das áreas.

O SR. GOULART (PMDB) - Boa tarde Srs. Secretários Emílio Azzi e J. Viana. A minha pergunta é para o Secretário de Vias Públicas, Dr. Emílio Azzi.

Quando da confecção do Orçamento para o exercício de 2000, depois de uma longa discussão com a pasta de Vias Públicas e com o Sr. Prefeito e com grande apoio da Comissão de Finanças e Orçamento, inclusive do Vereador Miguel Colasuonno, foi disponibilizado, para o Orçamento do ano 2000, 5 milhões de reais para a construção da ponte do canal de Jurubatuba. Como é do conhecimento de todos os moradores que têm a sorte de morar na Capela do Socorro moram numa ilha. Há dois acessos que a ligam ao continente: a ponte do Socorro e a ponte de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 308 do proc.
n.º 374 de 2000
Procedimento Administrativo
Of. Adm. Geral III

ROD.: B-28 FOLHA:2

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Interlagos. Foram colocados 5 milhões com o compromisso de as obras iniciarem-se até o dia 6 de julho. Os projetos foram contratados, estão prontos na Secretaria. Para este ano, para nossa surpresa, não há nenhum centavo para a previsão do início da obra que não foi iniciada este ano. Consegui um contato com a bancada federal de São Paulo. Houve o compromisso por parte do Deputado Michel Temer, de que, apresentando o projeto e o custo da obra, eles apresentariam uma emenda. Já tinham inclusive composição para aprovação dessa emenda na Câmara dos Deputados, de pelo menos 25 milhões de reais, para a construção dessa obra. Pedi insistentemente que esse documento chegasse às minhas mãos porque o último dia para a apresentação de emendas na Câmara dos Deputados expirou na sexta-feira. Somente ontem recebi o documento da Secretaria e, portanto, ficou prejudicada a emenda na Câmara Federal. Então, queria fazer um apelo novamente, uma vez que nós perdemos - o Município de São Paulo, na visão de algumas pessoas não precisa desse dinheiro do Congresso Nacional - que houvesse uma ação de bom senso, conforme houve no ano passado. Pediria ao Dr. Emílio Azzi, ao assessor do Orçamento da Secretaria de Finanças, que disponibilizasse esse dinheiro. Ou então, que mudasse todo mundo para a Capela do Socorro e, como eu, hoje, demorei 2,45h para chegar na Câmara Municipal. É o apelo que faço.

O SR. EMILIO AZZI - Quanto a esse projeto da ponte do canal do Jurubatuba, inclusive há necessidade de uma adequação viária na região. Trabalhamos este ano na execução do projeto. O Vereador Goulart acompanhou de perto esse trabalho que fizemos para poder



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 309 do proc.
n.º 374 de 2000
Isabel P. S. Hanashiro
Cl. Adm. Geral III

ROD.: B-28 FOLHA:3

TAQ. Idelci:

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

finalizar o projeto e poder obter o Orçamento para que a gente pudesse examinar um pouco melhor esse assunto.

Dois são os aspectos: primeiro quero lamentar a chegada do documento às mãos do Vereador na data de ontem, mesmo porque, até onde eu sabia, esses documentos eram para uso do Vereador, eu não tinha notícia de que seriam usados para a obtenção de recursos, mas principalmente porque tínhamos uma data. Eu desconhecia essa data e peço desculpas pelo ocorrido.

Agora, quanto à consignação orçamentária, creio que o Godinho poderia explicar um pouco melhor, porque no pedido à Secretaria de Finanças, fizemos um pedido de 9 milhões de reais, para pelo menos dar início a essa obra no próximo exercício.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano .

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Quero saudar o Sr. Secretários e demais membros do Governo, Vereador Miguel Colasuonno, Presidente em exercício. Vou bem direto ao assunto. Quero fazer uma pergunta que é, ao mesmo tempo, um apelo ao Secretário de Vias Públicas. Esse apelo já foi feito pelo Vereador Dito Salim. Há quatro anos a gente vem lutando para colocar-se uma alça de acesso na Cidade Tiradentes. Eu estava vendo aqui no Orçamento. Aliás, nem foi emenda minha. Verificando que várias emendas de vereadores não estão sendo repetidas na proposta de 2001. Mas vou falar apenas de uma, cujo custo, 120 mil reais, estrada Iguatemi, acesso Rua Nascer do Sol. Falei com o assessor do Secretário em exercício, naquela época de transição, Dr. João Avocater (?), para que S.Exa. fizesse um último esforço, que pudesse analisar e perguntar



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-1001. Adm. Geral III

Folha n.º 310 do proc.
n.º 324 de 2000
Assessoria S. HANASHIRO

ROD.: B-28 FOLHA:4	TAQ. Idelci:	COMISSÃO: FIN
ORADOR:	DATA: 14-11	SEM REVISÃO

por que também não foram repetidas essas verbas, que foram motivadas por emendas de vereadores ao Orçamento.

A outra pergunta é para o Secretário das Administrações Regionais, com relação à coleta de lixo e à varrição... Pois não, Sr. Presidente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - O Secretário Otaviano talvez pudesse dar alguma informação.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Vou fazer as perguntas primeiro. São só três.

A minha estimativa para a questão da coleta de lixo...



Folha n.º 311 do proc. 374 de 2000
Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-101m. Geral III

ROD.: B-29 FOLHA:1

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

A minha estimativa para a questão da coleta de lixo chega a ser 176 milhões, estou vendo 146 no Orçamento. De 30.8 para 30.9 o valor empenhado... Me parece que repetiu a execução. Queria saber se esse dinheiro, 146 milhões, é suficiente. Na minha conta faltarão 30 milhões, se considerarmos a execução de 99 em torno de 727,37 milhões.

Com relação à varrição, há uma estimativa de que gastaremos 200 e poucos milhões, contra o que foi executado em 99, 274, contra o orçado para 2001, de 153. Então, na minha conta está faltando uns 49 milhões.

Não sei se a minha conta está errada. Gostaria que alguém confirmasse essa minha conta que considero de extrema importância.

A terceira pergunta, para o Dr. Emílio Azzi - fiz uma pergunta para cada um para não avançar muito - é a questão do córrego da Paciência. O pessoal da zona Norte já perdeu a paciência faz tempo. Sei, porque já conversamos em alguns momentos, é o problema da calha do Tietê e do Cabuçu de cima. Mas no Orçamento anterior havia uma verba, - insuficiente, é claro - de 1,4 milhão e este ano não há mais verba. Então, se não há nenhum estudo, o que se pretende fazer ou pelo menos, quando se tirou essa verba de 1,4 milhão, com relação ao córrego da Paciência.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Indiferente.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - De forma parcimoniosa, são essas as três questões.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Perfeito. Qualquer um dos Srs. Secretários pode iniciar a resposta que lhe cabe.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 312 do pres.
n.º 374 de 2000
o funcionário
ISAEL F. G. MANASSIRO
Of. Adm. Geral III

ROD.: B-29 FOLHA:2

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. _____ - Bem, eu começaria pelo córrego da Paciência. É um afluente do córrego Cabuçu de Cima. Ele fazia parte do programa Procave 2. Entretanto, havia uma cláusula expressa no contrato de financiamento, que o córrego Paciência, juntamente com o córrego Tremembé, haveria necessidade de se executar a canalização do córrego Cabuçu de Cima. Como o Governo do Estado não havia dado início às obras do córrego Cabuçu de Cima, numa negociação que fomos obrigados a fazer com o banco num determinado momento, ele foi juntamente com o córrego Ponte Rasa...

- Aparte fora do microfone.

O SR. _____ - Paciência, Maria Paula e mais o córrego Ponte Rasa, eles foram retirados do programa - principalmente nesse caso o Paciência e o Maria Paula - porque o Governo do Estado não havia dado início à canalização do córrego Cabuçu de Cima. Entretanto, nós demos entrada no Governo Brasileiro, a um terceiro pedido do Procave, que chamamos de Procave 3, e dentro deste pedido estão incluídos tanto o Paciência como o Maria Paula. Esse é o motivo pelo qual ele não consta no Orçamento; porque ele necessita desses recursos que estarão sendo negociados com o Governo Brasileiro e com o organismo internacional, que é o Banco Interamericano. Portanto, ao nascer do sol, nós realmente lutamos bastante este ano, para conseguir os recursos. Mas infelizmente não tivemos sucesso junto à Secretaria de Finanças dentro deste exercício.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Secretário João Otaviano.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10 Of. Adm. Geral III

Folha n.º 313 do proc.

374 de 2000

Funcionário

ISAEL S. HANASHIRO

ROD.: B-29 FOLHA:3

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. JOÃO OTAVIANO - Quanto à questão da coleta e varrição, foi feito baseado na série histórica e no quantitativo referente ao último período. E esses quantitativos todos quero dizer que estão à disposição de todos na página da Limpurb na Internet, na janela de um ano, o último período dos últimos 12 meses, aparece com os valores, os quantitativos ali, de maneira que qualquer cidadão pode acompanhar isso a qualquer instante.

Os número globais, propostos por SAR - vou até invadir a área do meu colega Cláudio Couto, mas para não ficar sem nenhuma resposta - estavam propostos, para o Orçamento 2001, em termos de coleta, 178 milhões e para varrição, 240 milhões. Foram aprovados respectivamente 146 milhões e 153 milhões.

Queria ressaltar, também, que isso pode até suscitar uma circunstâncias de que parece que os números não são obedecidos. Mas na verdade os números previstos no estudo que é oferecido para formular-se o Orçamento, nem sempre são os números aprovados. Portanto, depois no exercício seguinte, fica-se correndo atrás das suplementações necessárias para fazer frente às despesas.

Há que se considerar ainda, também o aspecto de que a questão da produção de lixo é diretamente proporcional à atividade econômica. Então, se há uma atividade econômica maior, vai acabar havendo uma produção incrementada em valores quantitativos que devem ser coletados. Portanto, há valores móveis que vão surgindo ao longo da execução. O que é importante é que, mesmo com esse diferencial, o que podemos ver, tanto na execução de 2000 como na dos anos anteriores, é



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10
Folha n.º 314 de 314
n.º 314 de 314
Audiência
S. HAYASHIRO
Dr. Adm. Geral M

ROD.: B-29 FOLHA:4

TAQ.: Idelci

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

que as propostas originais eram suficientes para fazer frente ao quantitativo total solicitado para o Orçamento do ano subsequente.

- Aparte fora do microfone.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - Pela ordem o Vereador Dalton Silvano .

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Apenas para fazer um registro. Que as informações que o Secretário apresentou não estão batendo pelo menos com os números que estou vendo. Em primeiro lugar a questão do crescimento econômico. Em 1999, ao que nos consta, houve menor crescimento do que em 2000 e daqui para a frente. Afora, um outro ponto, até que causa divergência entre aquilo que se fala e o que está escrito, é que em 1999 houve uma execução de 177 milhões. E até com relação ao Orçamento, os 132 milhões, houve um remanejamento. Então, a minha preocupação é que está subestimado esse valor de 146 milhões, com relação à coleta de lixo, quer dizer, a execução de 177 milhões. E varrição, quer dizer, é um número muito maior ainda. Não encontro, até, explicação de 274 milhões. Então me parece que essa questão do crescimento econômico com relação ao consumo praticamente não está batendo com os números que estou vendo aqui na planilha.

O Sr. Secretário (Márcia)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha n.º 315 de 315
31 de Maio de 2000
P. S. HANASHIRO
Ch. Adm. Geral III

ROD.: B30 FOLHA: 1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. _____ - Vereador, o senhor me permite? O valor proposto foi exatamente de 178 milhões, então os estudos feitos pelo Depto. de Limpeza junto com a SAR levaram ao valor de 178 milhões, a ser proposto para o orçamento de 2001, e o valor aprovado foi de 146 milhões. E o valor da varrição de 240, contra o valor aprovado de 153.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Agora entendi, vocês propuseram 178 e a Secretaria cortou? Então está perfeito. Houve um corte, contrariando inclusive a posição de vocês, é isso?

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Muito bem. Pelas inscrições aqui feitas, o Vereador Amorim abre mão, voltamos ao Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Sr. Secretário, sobre a questão dos aterros, olhando a dotação do código 3457, que é implantação de córregos sanitários, vamos observar que a dotação destinada em 2001, com relação ao ano 2000, temos uma redução de 55%. Em 2000 foi orçado 18 milhões e para 2001 está previsto 8,1 milhões. Minha pergunta é justamente nesse sentido: qual é a situação dos aterros sanitários hoje na cidade de São Paulo? Quantos estão em funcionamento e qual o tempo de vida útil desses aterros, para que possamos justificar a redução de 55% na sua verba destinada?

O SR. _____ - Pois não, Vereador. Hoje nós temos em operação 2 aterros sanitários: o do Bandeirantes, no Km. 24 da Rodovia dos Bandeirantes, e o São João, no Km. 30 da Estrada do Sapopemba. Temos um terceiro, que é o aterro de inertes do Itaquera, que fica na Estrada de Itaquera, atrás do pátio de manobras do metrô. Os dois aterros sanitários, focos da sua questão, tiveram ao longo deste ano



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 36 de proc.
n.º 379 de 2000
S. T. NASHIRO
Dt. Adm. Geral

ROD.: B30 FOLHA: 2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

um processo de implantação de novas células dentro do próprio aterro, e no caso do Bandeirantes tivemos ampliação da área, juntando uma área contígua que foi desapropriada. No caso do aterro São João, há projeto de desapropriação de área de 1 milhão de metros quadrados num sítio chamado Sítio Floresta, que fica defronte ao aterro. Com a expansão do Bandeirantes, mais esse 1 milhão de metros quadrados do São João, nós temos, seguramente, um período de pelo menos dez anos de tranqüilidade à população de São Paulo quanto à destinação final do lixo.

Há que se ressaltar mais um aspecto. No caso do aterro São João, esse processo já está na área de Patrimônio da Prefeitura, onde foi feita toda a tratativa de desapropriação; os valores já foram consensados e até houve uma perícia que determinou o valor final para desapropriação da área, e portanto há o aguardo da liberação deste pagamento mediante o sistema financeiro da prefeitura, para que você possa ter a emissão de posse.

Mas é fundamental ressaltar também que no caso dos dois aterros foi feito ao longo deste ano foi feito um monitoramento junto com a Cetesb, e nossos técnicos chegaram à conclusão de que, pela própria estrutura de recalque dos aterros, sua vida útil está garantida pelo menos até meados de 2002, que significa que conjugando a quantidade de resíduo que é destinada aos aterros, mais a estrutura física de liberação dos mesmos, nós temos uma tranqüilidade até meados de 2002, se nada mais for feito.

Quero também ressaltar que tanto o aterro Bandeirantes quanto o São João são monitorados pela Cetesb, que é o órgão ambiental do Estado de São Paulo, e ambos obtiveram as maiores notas em termos de



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DI-10

Folha n.º 317 do proc.
n.º 379 de 2000
MACE P. R. HANASHIRO
Secret. III

ROD.: B30 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

operação de aterro sanitário. Então estão ambos dentro dessa estrutura.

A respeito da proposta orçamentária, fizemos proposta para implantação dos aterros, de um total de 47.730.000 reais, no orçamento de 2000, e tivemos aprovação de 18 milhões e a execução orçamentária até novembro nos dá 95% de tudo aquilo que estava previsto, como executado. Essa diferença fica por conta dos valores a que eu me referia, destinados a essa desapropriação. E a proposta para o ano de 2001 era de 22 milhões, portanto superior ao que foi executado no ano 2000, não levando em consideração os recursos para desapropriação, portanto tivemos redução, sobre o que foi proposto, de 63%. A nossa posição, em função da análise de toda a infra-estrutura e de toda a necessidade de implantação e das obras necessárias, inclusive, no caso do Bandeirantes, com a implantação de uma célula para receber o resíduo do serviço de saúde, tema esse que foi discutido longamente entre a Limpurb e o Ministério Público, tivemos esses números que nos levaram a propor o valor de 22.314.000 reais para o orçamento de 2001. Essa é a posição da Secretaria de Obras.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Eu perguntei, Secretário, qual o valor destinado na secretaria para esta área do Bandeirantes, e pergunto se é aquela que foi... se é o processo que se iniciou em 1992?

O SR. _____ - Eu não sei exatamente quando foi o início do processo, mas o valor que consignamos no orçamento de 2000 para desapropriação daquela área contígua ao Bandeirantes foi executada em 100%.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 318 do pre-
n.º 374 de 2000
SACEL P. S. H. GUSHING
Of. Adm. Geral III

ROD.: B30 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - O senhor não sabe o total?

O SR. _____ - Veja, o valor da execução orçamentária para o ano passado não estava aqui na nossa discussão; nós estamos discutindo o que apresentamos como proposta dos aterros durante o exercício de 2001. Depois, oportunamente, posso lhe mandar toda a memória relativa aos cálculos de desapropriação do aterro Bandeirantes.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 319 do proc.
n.º 374 de 2000
funcionário
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Câmara Municipal

ROD.: B31	FOLHA: 1	TAQ.: MÁRCIA	COMISSÃO: FIN
ORADOR:		DATA: 14-11	SEM REVISÃO

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Uma pergunta ainda nessa mesma questão, Sr. Secretário, é que os números demonstram aqui, e pergunto qual a importância da coleta seletiva de lixo para a vida útil desses aterros da cidade de São Paulo, e já faço a segunda pergunta: quando se vêem os números aqui orçados para coleta seletiva do lixo, não se percebe uma importância por parte do Executivo ou da secretaria para essa questão. Eu gostaria que o senhor nos dissesse qual a importância para os aterros, de se fazer coleta seletiva do lixo.

O SR. _____ - Sem dúvida nenhuma, Vereador, a questão da coleta seletiva é fundamental para diminuição do quantitativo de resíduo que chega nos aterros, e portanto o aumento da vida útil dos aterros. O que precisa ficar claro e que está refletido na proposta orçamentária de 2001, é a manutenção de um sistema de coleta seletiva que já existe na cidade de São Paulo, que observa coleta em 27 roteiros. Esse sistema hoje existe, já está consolidado nos roteiros onde a população já aderiu ao projeto. O que nós estamos propondo, e ele não está representado aqui em gasto adicional para o orçamento de 2001, é um novo sistema de coleta seletiva que não vai impactar o orçamento com recursos adicionais. A Secretaria está, nesse momento, implantando um piloto na região da Vila Leopoldina, zona Oeste da cidade, onde estamos distribuindo à população, em conjunto com diversas entidades representativas da reciclagem de materiais na cidade de São Paulo, com a parceria da Associação Paulista de Supermercados, um conjunto de sacos de cor verde que a população vai receber, e está sendo orientada para, nesses sacos de cor verde - o nome do projeto é "Recicle no Verde" - todo material a ser reciclado;



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 320 do proc.
n.º 374 de 2000
P. S. HATASHIMA
01. Adm. Geral III

ROD.: B31 FOLHA: 2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

tudo junto. Esses sacos vão ser coletados nos mesmos veículos compactadores que fazem a coleta regular, portanto não haverá nenhum custo adicional para se implantar um novo sistema de coleta seletiva. Esses sacos de lixo, mediante um estudo detalhado feito por Limpurb, chegam em condição, em 90% do total do veículo, de integridade total nas estações.

Então, o que estamos fazendo? Uma vez que isso ocorre, nos parece que, para as dimensões de uma cidade como São Paulo, seja muito razoável que qualquer projeto que venha a ser implantado gere o mínimo dispêndio possível. Não há como fazer uma concorrência de recursos num orçamento que é uma presunção de receita que tenha uma disputa de recursos tão grande como ocorre hoje, sem que você acabe prejudicando projetos de natureza social. Objetivando esse conceito, nós implantamos esse sistema e vamos fazer o seguinte: na chegada desses caminhões nas estações- e estamos fazendo um teste, hoje, na Usina de Compostagem de Vila Leopoldina - os sacos são separados por cor. Os sacos de cor verde, contendo todo esse material a ser reciclado, é levado para o Centro de Triagem ali dentro da própria estação, e é separado, entrando no processo da reciclagem normal que hoje a prefeitura tem. Esse projeto prevê a segregação na fonte. Equivocadamente, algumas pessoas chegaram a dizer que é um engano à população porque nós vamos misturar o lixo. Isto é uma bobagem. Os caminhões são compactadores e não trituradores. Os sacos de lixo no caminhão são prensados, alguns são perdidos numa proporção máxima de 10%; 90% ficam íntegros.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 32
do processo nº 374/2000
P. S. HANASIRO

ROD.: B31 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

Para outra região da cidade, onde há uma grande concentração fundamentalmente de conjuntos habitacionais de baixa renda, em que a coleta seletiva, além de produzir uma redução do quantitativo do lixo que chega nos aterros, pode gerar uma receita agregada para aquela comunidade, nós produzimos um projeto chamado "Eco-bus", é o ônibus ecológico da prefeitura que fica durante um período nesses conjuntos habitacionais orientando a população para que ela se organize para efetuar a coleta seletiva; há um conjunto de ações de educação ambiental, colocadas nessa estrutura do ônibus, e a partir daí a população vai fazer a sua reciclagem e auferir os resultados dela, financeiramente, na própria região.

Então, a Prefeitura contém três projetos de coleta seletiva: um, hoje, que são os 27 roteiros em que estamos há algum tempo fazendo essa coleta; um outro sistema que é o "Recicle no Verde" que vai observar a utilização dos mesmos veículos compactadores para o recebimento do material a ser reciclado, e o terceiro, o ônibus que vai fazer com que as comunidades mais carentes se organizem para auferir o resultado da própria coleta seletiva na sua estrutura. Então, coleta seletiva é sim uma prioridade, só que o modelo encontrado foi para gerar o mínimo dispêndio para o orçamento subsequente.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Vereador, meio minuto.
Estamos para encerrar.

O SR. ÍTALO CARDOSO (PT) - Nós temos sido acompanhados, em todas as reuniões, por uma equipe do Corpo de Bombeiros que vem conversando com vereadores; acaba se tornando um movimento vivo aqui o



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 322 do proc.
n.º 274 de 1900
P. S. HANESHIRO
Ol. Adm. Geral III

ROD.: B31 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

do Corpo de Bombeiros. E a pergunta é a seguinte: por que o Prefeito Celso Pitta não repassa ao Corpo de Bombeiros aquele total que era arrecadado da taxa de sinistro, uma vez que havia a promessa de que esse repasse seria feito, ou pelo menos o valor correspondente?

O SR. _____ - Vereador, do previsto para o orçamento de 2000, que era o total de 16.800.000 reais, já chegamos a uma execução, até novembro, de 75%, e temos certeza de que até o final do governo do Prefeito Celso Pitta vamos cumprir a meta de exercer os 100% do previsto este ano. E para que ficasse muito clara a posição da importância que tem para a cidade essa ação conjunta entre a Prefeitura e o Corpo de Bombeiros da Capital, nós estabelecemos para o orçamento do ano que vem...

TAMBÉM O VALOR EQUIVALENTE... Dagmar.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha n.º 323 do pro.
274 de 300
ISABEL P. S. FERNANDES
Of. Adm. Geral III

ROD.:B32 FOLHA:1

TAQ.:dagmar

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 14-11

SEM REVISÃO

também o valor equivalente a 16 milhões, que faz frente aos projetos apresentados pela Corporação à Prefeitura.

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PMDB) - Nada mais havendo a ser tratado, colhidas as informações, encerro a 8ª Reunião Técnica da proposta orçamentária de 2001, determinando que a transcrição da gravação seja juntada aos competentes autos do anexo da proposta, convertendo-se em ata dos trabalhos. Àqueles que não puderam fazer perguntas quero comunicar que no dia 21, às 13h, podendo chegar até às 15h, teremos a última audiência pública, quando o processo de prioridade se inverte, pois será para o público.

Muito obrigado a todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIE () juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º _____ e folha de informação ...

ISRAEL P. S. MARQUES
Of. Adm. Geral